

SUSTENTABILIDADE INTEGRADA: *em foco o Sítio Roberto Burle Marx*

por

Rodrigo Andrade Alvarenga,
*Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS (UNIRIO/MAST)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Orientador: Professor Doutor Mario Chagas

UNIRIO/MAST - RJ, Julho de 2023.

FOLHA DE APROVAÇÃO

SUSTENTABILIDADE INTEGRADA: *em foco o Sítio Roberto Burle Marx*

Dissertação de Mestrado de Rodrigo Andrade Alvarenga submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof(a). Dr(a). _____
DocuSigned by:
Marcio Ferreira Rangel
C0AF69C8A06D477...
Nome do membro interno
Prof. Dr. Marcio Ferreira Rangel
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Prof(a). Dr(a). _____
DocuSigned by:
MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO
5DF77A86D47F4CC...
Nome do membro externo
Profª. Drª. Maria Cristina Oliveira Bruno
(PPG Interunidades em Museologia/PPGMus/UPS)

Prof. Dr. _____
DocuSigned by:
Mario Chagas
2ABAAB5B2E4F429...
Prof. Dr. Mario Chagas
(PPG-PMUS UNIRIO/MAST)

Rio de Janeiro, 2023

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

A473s

Alvarenga, Rodrigo Andrade

Sustentabilidade integrada do patrimônio cultural brasileiro: um estudo de caso do sítio Roberto Burle Marx / Rodrigo Andrade Alvarenga. – Rio de Janeiro, 2023.

237 f.: il. (algumas color.)

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio.

Orientador: Prof. Dr. Mário Chagas.

Bibliografia: f. 163-174.

1. Museus. 2. Museologia social. 3. Sustentabilidade.
4. Biodiversidade. 5. Sítio Roberto Burle Marx. I. Chagas, Mário.

CDD – 069.0981

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB-7 5587

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, aos meus irmãos e aos meus pais, Angélica Andrade e Paulo Lindoso, que sempre nos incentivaram, apoiaram e proporcionaram as melhores oportunidades possíveis.

Em especial, agradeço a minha mãe, pelo apoio constante e amor incondicional, por ter sempre acreditado em mim, mais do que eu mesmo. Muito obrigado pela paciência, pela compreensão e por sempre transmitir seus conhecimentos e carinho. Você é uma inspiração para mim.

Agradeço aos meus amigos, Caroline Fiório Grilo, Marcelle Chicre, Richards Carino, Stefania Paiva e Tales Souza, pelas trocas, desabafos, cumplicidade e por me ensinarem que a vida pode ser mais leve quando temos uns aos outros.

Agradeço ao meu orientador, Mario de Souza Chagas, pelo apoio, acolhimento e pelas palavras de incentivo. É muito importante encontrar pessoas que apostam nos nossos sonhos e nos ajudam a torná-los possíveis. Obrigado por confiar em mim e no meu tema de pesquisa.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UNIRIO, em especial a coordenadora, Helena Cunha de Uzeda e a secretária do PPG-PMUS, Alexandra Durão, pela seriedade e competência com que conduzem todas as ações que dão vida aos cursos do programa.

Aos professores Maria Cristina Bruno, Marcio Ferreira Rangel, Denise Coelho Studart, Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro e Júlia Nolasco Leitão de Moraes, que se disponibilizaram a participar da banca de qualificação e defesa, muito obrigado pelas contribuições e por todo o aprendizado.

Agradeço aos profissionais e equipe do Sítio Roberto Burle Marx que gentilmente aceitaram participar da pesquisa, em especial à diretora Claudia Storino, à administradora Letícia Lavor e à educadora Suzana Bezerra, pela clareza e honestidade intelectual. Agradeço também à secretária da direção, Jéssica Santana, por sua disponibilidade em atender às minhas demandas acadêmicas.

Agradeço à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) pelo ensino de excelência e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de mestrado concedida, minha gratidão.

*À minha avó Palmira,
que, com seu amor, fé e alegria,
fez do mundo um lugar melhor.*

“Cada dia que eu chego aí eu estou diante de um pedaço que parece uma oração, que parece um poema, que parece um cântico, em que a natureza se expressa com uma violência que ela tem de beleza e de razão de existência”.

(Roberto Burle Marx)

RESUMO

ALVARENGA, Rodrigo Andrade. **Sustentabilidade integrada: em foco o Sítio Roberto Burle Marx**. Orientador: Mario Chagas. UNIRIO/MAST. 2023. Dissertação.

O presente trabalho propõe-se a analisar a sustentabilidade integrada de um sítio de patrimônio mundial cultural no Brasil. A coleta de dados foi feita pelo pesquisador por meio de um questionário semiestruturado aplicado no Sítio Roberto Burle Marx (SRBM). A amostragem foi intencional, com três atores estratégicos. Após assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o questionário avaliou questões relacionadas à sustentabilidade integrada. As análises realizadas durante a pesquisa empírica, a partir do modelo de análise da sustentabilidade integrada, que consistiu na aplicação de um questionário semi-estruturado, composto por 44 variáveis, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização, basearam-se nas seguintes categorias: a) com relação ao posicionamento nas atividades-fim; b) com relação ao posicionamento na comunidade; c) com relação às opções administrativas; e d) com relação aos aspectos físico-territoriais. Os resultados evidenciam que as questões atuais desenvolvidas pelo Sítio estão ligadas a sustentabilidade ambiental, uma vez que o maior foco do centro cultural é a manutenção do acervo botânico. O envolvimento econômico do SRBM é notado claramente nos últimos anos com seu impacto no entorno, onde organicamente criaram-se diversos hortos de plantas paisagísticas. O SRBM é visto como exemplo pela comunidade nacional e internacional na sustentabilidade ambiental do centro cultural e na salvaguarda de seu acervo botânico, porém ainda são poucos os programas socioambientais e trabalhos comunitários desenvolvidos com a comunidade do entorno. Conclui-se que este trabalho foi potente em identificar que o SRBM possui diversos planos e possibilidade para atingir a sustentabilidade integrada e proporcionar possíveis melhoras nas ações e nas políticas públicas voltadas para a sustentabilidade do patrimônio cultural brasileiro.

Palavras-chave: **Museu; Museologia; Sustentabilidade Integrada; Patrimônio Cultural; Patrimônio Mundial; Cidadania cultural; Sítio Roberto Burle Marx.**

ABSTRACT

ALVARENGA, Rodrigo Andrade. **Sustentabilidade integrada: em foco o Sítio Roberto Burle Marx**. Orientador: Mario Chagas. UNIRIO/MAST. 2023. Dissertação.

The present work proposes to analyze the integrated sustainability of a cultural world heritage site in Brazil. Data collection was carried out by the researcher through a semi-structured questionnaire applied at the Roberto Burle Marx Farm (SRBM). Sampling was intentional, with three strategic actors. After signing the TCLE, the questionnaire evaluated issues related to integrated sustainability. The analyzes carried out during the empirical research, based on the integrated sustainability analysis model, which consisted of applying a semi-structured questionnaire, consisting of 44 variables, subdivided into 245 operational variables, were based on the following categories: a) with regard to positioning in core activities; b) with respect to positioning in the community; c) with respect to administrative options; and d) in relation to the physical-territorial aspects. The results show that the current issues developed by the Site are subject to environmental sustainability, since the main focus of the cultural center is the maintenance of the botanical collection. The economic involvement of the SRBM is clearly noticed in recent years with its impact on its surroundings, where several gardens of landscape plants have been organically created. The SRBM is seen as an example by the national and international community in the environmental sustainability of the cultural center and in safeguarding its botanical collection, but there are still few socio-environmental programs and community work incorporated with the surrounding community. It is concluded that this work was powerful in identifying that the SRBM has several plans and possibilities to achieve integrated sustainability and provide possible improvements in actions and public policies aimed at the sustainability of the Brazilian cultural heritage.

Keywords – **Museum; Museology; Integrated Sustainability; Cultural heritage; World Heritage; Cultural citizenship; Roberto Burle Marx Site.**

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AGU - Advocacia Geral da União
Ancine - Agência Nacional do Cinema
BB - Banco do Brasil
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT - Bus Rapid Transit ou Ônibus de Trânsito Rápido
CCBB - Centro Cultural Banco do Brasil
CIEP - Centros Integrados de Educação Pública
CFTV - Circuito Fechado de TV
CNC - Conferência Nacional de Cultura
CNM - Cadastro Nacional de Museus
CNPQ - Conselho Nacional de Política Cultural
Comlurb- Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
EC - Emenda Constitucional
EM - Estatuto de Museus
Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A.
EPI - Equipamento de Proteção Individual
FAERJ - Federação de Artesãos do Rio de Janeiro
FCB - Fundação do Cinema Brasileiro
FNC - Fundo Nacional de Cultura
Funarte - Fundação Nacional de Artes
Fundacen - Fundação Nacional de Artes Cênicas
GRU - Guia de Recolhimento da União
Ibac - Instituto Brasileiro de Arte e Cultura
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
Ibram - Instituto Brasileiro de Museus
Icom - Conselho Internacional de Museus
IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro
INEA - Instituto Estadual do Ambiente
Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUCN - União Mundial pela Natureza

MCC - Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-americanos

MEC - Ministério da Educação

MinC - Ministério da Cultura

MNBA - Museu Nacional de Belas Artes

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONU - Organização das Nações Unidas

PNM - Política Nacional de Museus

PNSM - Plano Nacional Setorial de Museus

ProCultura - Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

Pró-Leitura - Fundação Nacional Pró-Leitura

Pró-Memória - Fundação Nacional Pró-Memória

Pronac - Programa Nacional de Apoio à Cultura

PT - Partido dos Trabalhadores

SAI - Secretaria de Articulação Institucional

SBM - Sistema Brasileiro de Museus

Seac - Secretaria de Assuntos Culturais

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SNC - Sistema Nacional de Cultura

Sphan - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SRBM - Sítio Roberto Burle Marx

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UnB - Universidade de Brasília

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Localização do Sítio Burle Marx, Barra de Guaratiba/RJ	59
Figura 2. Estrada Roberto Burle Marx, Barra de Guaratiba/RJ	59
Figura 3. Foto aérea, Sítio Burle Marx	60
Figura 4. Artista e Paisagista, Roberto Burle Marx	61
Figura 5. Origem, Sítio Burle Marx	62
Figura 6. Jardins, Sítio Burle Marx	63
Figura 7. Lagos, Sítio Burle Marx	64
Figura 8. Lago em Frente à Casa de Roberto, Sítio Burle Marx	64
Figura 9. Sombral Margaret Mee, Sítio Burle Marx	65
Figura 10. Sombral Graziela Barroso, Sítio Burle Marx	66
Figura 11. Coleções Botânicas, Sítio Burle Marx	67
Figura 12. Coleções Botânicas, Sítio Burle Marx	67
Figura 13. Coleções Botânicas, Sítio Burle Marx	68
Figura 14. Capela Santo Antônio da Bica, Sítio Burle Marx	69
Figura 15. Loggia, Sítio Burle Marx	69
Figura 16. Casa de Roberto(externa), Sítio Burle Marx	70
Figura 17. Casa de Roberto (interna), Sítio Burle Marx	70
Figura 18. Cozinha de Pedra, Sítio Burle Marx	71
Figura 19. Casa de Pedra, Sítio Burle Marx	71
Figura 20. Prédio da Administração, Sítio Burle Marx	72
Figura 21. Ateliê, Sítio Burle Marx	72
Figura 22. Obra de autoria de Roberto Burle Marx	75
Figura 23. Obras de outros artistas, Sítio Burle Marx	76
Figura 24. Mobiliário, Sítio Burle Marx	76
Figura 25. Visita ao Sítio Burle Marx (1)	81
Figura 26. Visita ao Sítio Burle Marx (2)	81
Figura 27. Visita ao Sítio Burle Marx (3)	91
Figura 28. Visita ao Sítio Burle Marx (4)	162

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1 PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA	10
CAPÍTULO 2 CIDADANIA CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	22
CAPÍTULO 3 A SUSTENTABILIDADE INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	42
CAPÍTULO 4 FOCO NO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX	54
4.1 O ESTUDO DE CASO COMO TRILHA METODOLÓGICA	55
4.1.1 Delineamento do Estudo	56
4.1.2 Metodologia de Estudo de Caso	56
4.1.3 Etapas da Pesquisa	57
4.2 FOCANDO NO PROCESSO E NA CONSTRUÇÃO DE RESULTADOS EM MOVIMENTO	80
4.3 CONVERSAS, DIÁLOGOS, DEBATES E REFLEXÕES QUE ABREM NOVAS PERSPECTIVAS	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS	175

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O Brasil possui mais de 3.700 museus, sendo 65% deles públicos, entre os quais 456 são federais. O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) gerencia 30 dessas instituições, as quais se distribuem em nove estados do Brasil, e desenvolve ações que alcançam outros equipamentos existentes no país. Com relação à expressividade e distribuição no território nacional, dos 5.568 municípios brasileiros, apenas 1.392 possuem museus (IBRAM, 2020). Geralmente pouco valorizados pelo público e por governos e com um histórico de inviabilidade econômica, de acordo com Cristiane Sampaio (2018), os museus brasileiros precisam garantir políticas de orçamento, visitação e preservação de suas memórias históricas.

Apesar da importância das instituições museais como espaço cultural, educacional e de pesquisa, elas não têm sido muito valorizadas no Brasil, especialmente diante de crises financeiras que acabam por negligenciar a cultura. Segundo Ana Carla Bermúdez (2019), cerca de R\$ 5,8 bilhões do orçamento foram contingenciados em 2019 no Ministério da Educação (MEC), atingindo recursos que vão desde a educação infantil até a pós-graduação. Nesse contexto, destacam-se o alto custo das instituições culturais com equipe, recursos discricionários (que envolvem gastos como luz, água e segurança), manutenção e salvaguarda de seus acervos, sendo de sua responsabilidade assegurar que existem recursos suficientes para manter e desenvolver suas atividades, mesmo num contexto de crise econômica e de grave crise sanitária mundial causada pela pandemia de covid-19¹.

O descaso e a decisão política de não aportar verbas para as instituições museais podem acarretar perdas inestimáveis para a cultura brasileira. Nos últimos oito anos, observa-se uma série de situações que evidenciam esse descaso com a cultura, a arte, a ciência e a memória do país. Em pouco tempo, graves acontecimentos destruíram parte importante do patrimônio histórico e cultural acumulado no Brasil, como os incêndios ocorridos no Museu Nacional, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM Rio), no Museu de Língua Portuguesa, em São Paulo, nos quatro depósitos do galpão da Cinemateca Brasileira, no Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentre outros

¹ A covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

(G1, 2015; PAIVA, 2018; MARTÍ, 2018; BBC, 2018; TOMAZ, 2019; CATRACA LIVRE, 2019; GOUVEIA, 2020; TOKARNIA, 2020; G1, 2020a).

De modo geral, no mundo, bens culturais materiais, que conservam e contribuem para a construção de identidades coletivas de uma sociedade, são vulneráveis a instabilidades repentinas, destacando-se o aumento dos conflitos armados, da destruição de patrimônios históricos por grupos terroristas e do tráfico de artefatos culturais. Nesse contexto, João Batista Lanari Bo (2003) ressalta a determinação política da comunidade internacional em proteger o patrimônio cultural e as ideias de imunidade dos bens culturais em tempos de guerra, marcando uma nova consciência mundial sobre o papel que a cultura desempenha na manutenção da segurança.

A Convenção do Patrimônio Mundial, concluída em 1972, é, dentre as convenções de proteção ao patrimônio negociadas na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a que possui maior repercussão política e econômica nos estados partes e a que mobiliza mais recursos. A proteção proporcionada pela Convenção de 1972 é fundada no reconhecimento internacional do valor do patrimônio, baseado em critérios acordados pelos estados partes pela primeira vez sedimentados em um conceito de patrimônio que abrange o cultural e o natural. Contando hoje com 730 inscrições de grande valor universal em 125 países, segundo João Batista Lanari Bo (2003), a Lista do Patrimônio Mundial da Unesco reúne sítios naturais e históricos, mistos e culturais. Salienta-se que a adesão do Brasil a essa lista deu-se em 1977.

Respeitando as legislações nacionais, a Convenção de 1972 da Unesco estabelece mecanismo complementar à proteção local, sem, contudo, interferir ou impor algum tipo de medida coercitiva. Ao inscrever os sítios que se encontram em seu território na Lista do Patrimônio Mundial, o país solicitante reconhece, sem prejuízo da soberania territorial e dos direitos de propriedade, um patrimônio mundial cuja proteção cabe à comunidade internacional participar. Assim, os sítios cuja deterioração ou degradação revelarem-se como de risco para sua integridade são, depois de esgotados esforços de assistência e cooperação, inscritos na lista de sítios em perigo (BO, 2003).

Nesse contexto, faz-se ainda necessário destacar que, em paralelo, desenvolvia-se, nos Estados Unidos, a percepção de que os sítios naturais deveriam ser objeto de proteção conjunta com locais históricos e de relevância cultural. Em 1968, a União Mundial pela Natureza (IUCN) iniciou um processo de consultas com vista ao estabelecimento de acordo internacional de proteção. Após a Conferência de Estocolmo da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em 1972, ambas as propostas, a cultural e a natural, convergiram para um único texto, e, em 16 de novembro de 1972, a Conferência Geral da

Unesco estabeleceu a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, que reconhece que alguns lugares na Terra são de grande valor universal e devem fazer parte do patrimônio comum da humanidade (BO, 2003).

O Patrimônio Cultural Mundial é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico. Por sua vez, o Patrimônio Natural Mundial inclui as formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional (BO, 2003).

Para figurar na Lista do Patrimônio Mundial, os sítios devem responder a um ou mais critérios de seleção definidos nas diretrizes operacionais, sendo o parâmetro básico, para designação de sítio cultural, a autenticidade e, para sítio natural, a integridade. Já os sítios mistos são aqueles inscritos com base em ambos os critérios, culturais e naturais. São seis os critérios para a designação de sítio cultural: constituir-se em obra-prima do gênio humano; representar conjunto de influências considerável, nos monumentos, na arquitetura, nos conjuntos urbanos e nas paisagens; aportar testemunho único de uma civilização ou tradição cultural; oferecer exemplo eminente de construção arquitetônica; constituir-se em exemplo de ocupação humana de território; e ser materialmente associado a tradições, ideias, crenças e obras artísticas. Com relação aos sítios naturais, estes devem seguir um ou mais dos seguintes critérios: ser exemplo representativo de estágio histórico do planeta, incluindo traços vitais, processos geológicos e desenvolvimento de formas terrestres; corresponder a testemunho de evolução ecológica e biológica em curso, de flora e fauna, aquática ou terrestre; representar fenômenos ou zonas de beleza natural excepcional; e conter habitações naturais representativas, em particular de espécies ameaçadas (BO, 2003).

O Patrimônio Cultural, tanto material quanto imaterial, é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas, constituindo-se em um testemunho da história e da identidade de um país, além de ser um valioso ativo econômico e turístico para as cidades. No Brasil, em janeiro de 2017, observa-se esse enorme potencial de geração de riqueza: são 1.250 patrimônios tombados, entre os quais 88 centros urbanos protegidos, cada um deles com centenas de edificações, podendo-se estimar um total de mais de 5 mil imóveis protegidos (IPHAN, 2023). Dentre esses patrimônios, atualmente, o Brasil conta com 23 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, ou seja, obtiveram o reconhecimento da Unesco pelo seu valor excepcional e

universal para a cultura da humanidade. Dos 23 sítios do Patrimônio Mundial² no Brasil, 15 são culturais, 1 é misto (cultural e natural: Paraty) e 7 são naturais. Compreendem os 16 sítios do Patrimônio Mundial Cultural no Brasil:

- 1980 - Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais;
- 1982 - Centro Histórico de Olinda, Pernambuco;
- 1983 - Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande de Sul e Argentina;
- 1985 - Centro Histórico de Salvador, Bahia;
- 1985 - Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais;
- 1987 - Plano Piloto de Brasília, Distrito Federal;
- 1991 - Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato, Piauí;
- 1997 - Centro Histórico de São Luís, Maranhão;
- 1999 - Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais;
- 2001 - Centro Histórico da Cidade de Goiás, Goiás;
- 2010 - Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe;
- 2012 - Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar, Rio de Janeiro;
- 2016 - Conjunto Moderno da Pampulha, Minas Gerais;
- 2017 - Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Rio de Janeiro;
- 2019 - Paraty e Ilha Grande - Cultura e Diversidade, Rio de Janeiro;
- 2021 - Sítio Roberto Burle Marx, Rio de Janeiro.

No Brasil, em meio às sérias crises e intensas transformações, destacam-se os muitos reveses sofridos pela cultura devido à crise político-econômica, à radicalização religiosa no país, aos cortes da censura, à difamação atravessada por interesses políticos, além da extinção do Ministério da Cultura (MinC) em 2019, substituído por uma secretaria especial inserida no Ministério da Cidadania e depois realocada no Ministério do Turismo, e da coordenação de órgãos culturais por pessoas sem qualificação técnica, comprometendo gravemente o patrimônio histórico e artístico nacional (FORTES, 2020). Importante

² Sítios do Patrimônio Mundial são aqui considerados como áreas únicas ao redor do mundo, reconhecidas pela Unesco pelo seu valor universal e importância cultural, que precisam ser preservadas para o bem-estar da humanidade.

ressaltar que a pandemia de covid-19 acentuou gravemente essas crises, que impactaram ainda mais o patrimônio cultural nacional.

Além da crônica e grave restrição orçamentária à gestão de museus, sítios do Patrimônio Mundial, teatros, cinemas e outros equipamentos culturais em todo o mundo, e em especial no Brasil, a pandemia de covid-19 acentuou gravemente essas crises financeiras, que acabam por negligenciar a cultura. Nesse contexto da pandemia, mais de 80% dos sítios do Patrimônio Mundial da Unesco foram fechados, com sérios impactos e consequências, ameaçando o turismo e a subsistência das comunidades locais e dos profissionais da cultura. Artistas de todo o mundo encontraram-se sem proteção social e lutando para sobreviver. No Brasil, a situação foi considerada de emergência cultural, com vultuosas perdas financeiras e um cenário de quase completa paralisia da economia cultural no país (UNESCO, 2020).

Para apoiar o país na superação de tais desafios, destacam-se algumas iniciativas de apoio a artistas, profissionais de cultura e indústrias criativas e de promoção da cultura no ambiente *online* e parcerias com a Secretaria Especial de Cultura no desenvolvimento de ações para o enfrentamento dos impactos da Covid-19 sobre a cultura. Em função dessa crise de saúde e do fechamento de sítios do Patrimônio Mundial, o setor de cultura utilizou a campanha #ShareOurHeritage³ para monitorar a situação desses sítios no Brasil, apoiando os gestores de cidades brasileiras que integram a Lista do Patrimônio Mundial no enfrentamento à pandemia (UNESCO, 2020)

A crise gerada pela covid-19 trouxe um cenário de constantes incertezas e, com isso, uma necessidade de repensar o setor museal, em especial com relação à luta dos museus para permanecer ativos e conectados às suas comunidades. Destaca-se o papel dos museus como agentes a serviço da sociedade, “promovendo novos espaços de encontro e diálogo, transformando a crise em um processo de aprendizado [...] reivindicando sua importância nas agendas públicas e sua contribuição para o bem-estar social” (IBERMUSEUS, 2022, p. 03).

Nesse cenário de enfrentamento da pandemia, Mário Chagas, Renata Gonçalves e Simone Vassallo registram a atuação dos museus sociais que se mantiveram abertos, trabalhando e atendendo às demandas das comunidades locais, como o Museu da Maré, o Museu Casa

³ Por meio da campanha #ShareOurHeritage, o Setor de Cultura está trabalhando no acompanhamento da situação dos sítios de Patrimônio Mundial no Brasil, compartilhando informações com o Centro do Patrimônio Mundial sobre os sítios fechados, abertos ou semiabertos, para compor um mapa mundial atualizado semanalmente. O Setor de Cultura também está trabalhando pela articulação, com gestores de cidades brasileira que integram a Lista do Patrimônio Mundial, para a produção de vídeos e materiais de divulgação sobre o enfrentamento à pandemia (UNESCO, 2020).

Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó, o Museu Vivo de São Bento, o Museu das Remoções e o Museu de Favela. Observa-se também a participação do Museu da República.

1) Museu da Maré – Por conta da pandemia, o museu foi parcialmente fechado à visitação pública, mas foi mantido aberto para múltiplas outras atividades. Dentre elas, destaca-se a iniciativa criada por moradores e denominada Frente de Mobilização da Maré contra a Covid-19, que, entre abril de 2020 e setembro de 2021, realizou mais de 80 lives e distribuiu mais de 35.500 cestas básicas. Em tempos de pandemia, o museu transformou-se em exemplo de solidariedade, resistência e luta.

2) Museu Casa Bumba Meu Boi Raízes do Gericinó 16 – Durante a pandemia, teve fortíssima atuação. Entre abril de 2020 e setembro de 2021, distribuiu pelo menos 6 mil ovos de Páscoa e 11 mil cestas básicas, envolvendo 11 instituições, 40 lideranças comunitárias e impactando pelo menos 55 mil pessoas. A equipe do museu, que participou de mais de 20 lives e funcionou como ponto de orientação e informação, está convencida de que contribuiu para a redução da transmissão do coronavírus. A rigor, o museu não fechou.

O próprio Museu da República, seguindo as pistas dos museus sociais e comunitários, distribuiu cestas básicas (em escala bem menor) para os guias de turismo, em parceria com a Liga Independente dos Guias de Turismo/RJ (Liguia). Somando os anos de 2020 e 2021, foram distribuídas 2 mil cestas básicas, com a parceria de empresas da área do turismo. O Museu da República ainda contribuiu com a organização de tours colaborativos, propiciando especialmente apoio para o desenvolvimento de outras visões de mundo (CHAGAS; GONÇALVES; VASSALLO, 2022, p. 27).

Ressalta-se que as expressões culturais têm um papel relevante para a sociedade e o fechamento dos equipamentos culturais impacta, por um lado, o acesso da população à cultura e, por outro lado, as formas de sobrevivência de artistas, profissionais de cultura e indústrias criativas. Além disso, é importante salientar a vulnerabilidade de comunidades tradicionais, devido ao risco à saúde de seus guardiões e aos prejuízos à salvaguarda de suas tradições, saberes e manifestações culturais (UNESCO, 2020). Salienta-se ainda que a cultura é parte essencial da vida social e que, por meio dela, pode-se construir o respeito e a convivência entre as pessoas e os povos, catalisar transformações, encurtar os caminhos para a redução das desigualdades sociais e enfrentar os diversos conflitos e desafios da sociedade contemporânea, sendo considerada um eixo do desenvolvimento social e um vetor da ativação de relações sustentáveis na sociedade (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2020).

Dessa forma, reconhece-se o papel das instituições museais na proteção, preservação e transmissão do patrimônio histórico e da preservação da memória cultural de uma sociedade. Paradoxalmente, há acentuada desvalorização, descaso e negligência com os equipamentos culturais, o que se expressa por meio da restrição orçamentária crônica e grave à gestão de museus de arte em todo o mundo, em especial no Brasil.

De acordo com a especialista na aplicação prática das legislações tributária e contábil Lusia Angelete Ferreira (2009, p. 19), vem se acentuando, desde a década de 1990, a

dependência das organizações culturais dos recursos das leis de incentivos fiscais à cultura em que o “Estado renuncia parte de sua receita tributária, mediante concessão de incentivos fiscais a patrocinadores privados que transferem esses recursos aos produtores culturais”. Segundo essa autora, no Brasil, não há qualquer política que estimule a sustentação das atividades culturais. Predominantemente, os projetos são patrocinados por grandes empresas privadas ou de economia mista, sendo pouco expressivo ou inexistente o patrocínio de médias e pequenas empresas e por pessoas físicas. Nesse contexto, o setor cultural desenvolve-se na dependência dos subsídios governamentais (empresas patrocinadoras) e de interesses privados. Assim, a progressiva redução ou cancelamento de incentivos fiscais comprometem significativamente o apoio à cultura.

As instituições culturais – independente do seu porte – possuem um alto custo para cumprir seus objetivos. É de responsabilidade do órgão administrativo assegurar que existem recursos suficientes para manter e desenvolver as atividades museológicas, além de garantir instalações e meio ambiente adequados para que o museu desempenhe as funções básicas definidas na sua missão. Importante salientar que o museu e o seu acervo devem estar disponíveis a todos, a horas e em períodos razoáveis. Assim, deve existir uma política definida de prática aceitável para todas as fontes de rendimento, seja do setor público, de fontes privadas ou gerados pelas próprias atividades museológicas.

As instituições culturais possuem consensual reconhecimento por parte do público com relação a sua relevância e importância, entretanto, parece que ainda existem problemas quando se trata de financiamento para sua própria manutenção, o que tem culminado em tragédias, que contribuem para sua própria destruição. Em meio a tantas prioridades macroeconômicas, a cultura, considerada pela Constituição de 1988a um bem e um direito de todo cidadão, vinha sendo, de acordo com o técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Frederico A. Barbosa da Silva (2005), relegada a segundo plano pelo setor público, sobretudo pela esfera federal. Esse diagnóstico, realizado com dados de 2002, é especialmente interessante se considerado o fato de que a cultura nacional em seus vários aspectos é reconhecida mundialmente como caldeirão de criatividade em plena efervescência (FERREIRA, 2009).

No contexto brasileiro de crise financeira dos estados e de austeridade e graves consequências para a área da cultural pela restrição orçamentária, destaca-se a importância de se assegurar a sustentabilidade integrada dos museus. Entretanto, a sustentabilidade integrada de um museu ainda é um tema recente e tem sido pouco explorado no Brasil.

Diante do atual cenário, este projeto busca contribuir com um maior conhecimento sobre a dimensão econômica e as diversas formas de sustentabilidade integrada de um museu. É possível inferir que a sustentabilidade do patrimônio cultural é uma necessidade urgente e possível, principalmente num contexto de grave crise econômica. Para tal, neste trabalho apresentou-se como questões de investigação: quais são as principais políticas públicas de proteção cultural? Quais são as principais formas de sustentabilidade dos patrimônios culturais no Brasil? Como são analisadas as principais formas de sustentabilidade de um patrimônio cultural? Em que medida os sítios de Patrimônio Mundial Cultural podem alcançar sua sustentabilidade, especialmente em contextos de crises que acabam por negligenciar a cultura?

Para responder a essas questões de pesquisa, faz-se necessário refletir sobre as formas de sustentabilidade do patrimônio cultural no Brasil, entendendo que as políticas do desenvolvimento sustentável devem privilegiar esse patrimônio, e, por sua vez, as bases das políticas de proteção desses bens devem contemplar medidas para o desenvolvimento sustentável. Destaca-se, assim, a importância de aprofundamento temático sobre patrimônio cultural e sua relação com a cidadania cultural e as políticas públicas de proteção do patrimônio cultural e sobre desenvolvimento sustentável, considerando os mecanismos essenciais para preservação e manutenção da memória e da qualidade de vida da sociedade brasileira. É nesse contexto de crise que esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as formas de sustentabilidade integrada de um patrimônio cultural mundial no Brasil, e apresenta, ainda, como objetivos específicos: compreender a importância do patrimônio cultural e de sua função na preservação da memória cultural; realizar um levantamento bibliográfico sobre as principais políticas de proteção cultural no Brasil; e identificar as principais formas de sustentabilidade do patrimônio cultural.

CAPÍTULO 1
PATRIMÔNIO CULTURAL E
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

1 PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Neste primeiro capítulo, propõe-se abordar a diferença entre museu e patrimônio cultural, aprofundando a reflexão conceitual sobre patrimônio cultural e sua relação com os museus e o desenvolvimento comunitário.

A concepção e a definição de patrimônio cultural encontram-se imbricadas na construção da relação entre patrimônio e museu e, de acordo com Douglas Brandão de Melo e Rita de Cássia Moura Carvalho (2016), estão estreitamente ligadas a reivindicações conjunturais e históricas de determinado tempo e lugar, em que os conceitos vão sendo construídos e aprimorados, assumindo novas funções de acordo com as demandas. A reflexão desses autores nos remete à consciência de que o patrimônio está o tempo todo se relacionando com o meio e que a ideia contemporânea de museu está inserida numa perspectiva voltada para o desenvolvimento socioeconômico, concentrando suas atenções mais sobre as pessoas do que sobre os objetos, as coleções, os edifícios e as atividades, em função dos desafios do mundo globalizado, que acentuou a fragilidade social existente em muitas comunidades.

Para compreender o significado de patrimônio cultural a partir da relação entre patrimônio, museu e desenvolvimento, faz-se necessário uma reflexão conceitual de museu, que vem sendo historicamente ampliado e passou, segundo Cássia Rodrigues da Silva (2016), a abarcar diferentes práticas, integrando a sociedade e o patrimônio, considerando o paradigma do museu a serviço da humanidade ao invés do museu a serviço das coleções.

Portanto, trata-se do museu envolvido com o indivíduo e buscando diálogo; de coleções compreendidas nas referências patrimoniais e no patrimônio integrado; e no espaço da instituição ultrapassando o edifício e alcançando o território. Nessa nova acepção, o museu passa a ter uma importante função social: o potencial poder de reflexão sobre o que levar do passado e o que se pretende deixar para o futuro (SILVA, 2016, p. 09).

Assim, num mundo em transformação, o museu atual é compreendido como um processo ou uma prática social a serviço de uma vida concreta, que envolve e está envolvida com a sustentabilidade planetária, ou seja, o museu é entendido como espaço de relação com indivíduos e coletivos, sendo comprometido com processos que envolvem territórios e práticas solidárias, educacionais e de autogestão. Nesse contexto, Cassia Rodrigues da Silva, Lúcia Capanema Álvares e Mario Chagas (2021) destacam a potência dos museus em termos de ludicidade, de divulgação e inovação científica, de força educacional e

cultural e de capacidade de produzir transformações sociais e contribuir para políticas públicas de cultura.

Nesse processo de redefinição de museu, segundo Maria Lucia de Niemeyer Matheus Loureiro (2004), destaca-se a incorporação de diversas outras instituições em uma assembleia geral do International Council of Museums (ICOM) em 2001, passando a incluir também “centros culturais e outras entidades voltadas à preservação, manutenção e gestão de bens patrimoniais tangíveis e intangíveis” (LOUREIRO, 2004, p. 97). Com relação à diferenciação de museu e centro cultural, Lígia Dabul (2008) afirma que possuir ou não possuir acervo deixou de ser um critério para estabelecer essas categorias.

Um conjunto grande de itens que caracterizavam e distinguiam os centros culturais dos museus de arte, como a diversidade de atividades oferecidas, foram também, com o tempo, incorporados por eles. De outro lado, os atributos que tradicionalmente singularizavam os museus de arte frente a outros espaços e instituições que promovem exposições de objetos artísticos, como muitos pesquisadores vêm demonstrando, hoje não os diferenciam mais (DABUL, 2008, p. 257).

O surgimento do museu como se conhece hoje é resultado de um longo processo histórico iniciado na Europa, cujo efeito, segundo Andréa Fernandes Considera (2015), decorre a partir de uma dupla vontade: por um lado, preservar objetos e coleções representativos de alguma memória; por outro lado, comunicar e tornar pública essa memória, o que por sua vez garantiria o discurso desejado. Mario Chagas e Inês Gouveia (2014), citando Hugues de Varine, destacam a etapa histórica colonialista do desenvolvimento dos museus na maioria das nações onde os países europeus impuseram seu método de análise de fenômeno e de patrimônio culturais, caracterizando-se como uma descolonização política e não cultural.

Por muito tempo, os museus foram considerados locais conservadores, restritos e elitizados, sendo mantidos por pessoas com alto poder aquisitivo. Segundo Mario Chagas (2015), a tendência para celebrar a memória do poder é que seria a responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas, etnocêntricas, monológicas e tratadas como se fossem a expressão da totalidade das coisas ou a reprodução museológica do universal. Isso aponta para a existência de íntimas relações entre o Estado, os museus e as classes privilegiadas no Brasil, favorecendo o desenvolvimento de museus distantes da sociedade e de suas funções sociais. Para esse autor, essa relação justificaria o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada às estruturas de poder. Destaca-se que, com a chegada da família real portuguesa e o surgimento das instituições museais brasileiras, há uma espécie de materialização de fragmentos de sonho no exílio, de uma celebração ideológica, com a

reprodução do modelo museológico vigente no mundo europeu, do culto aos acervos valiosos e gloriosos, tendendo a constituir-se “em espaços pouco democráticos, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos” (CHAGAS, 2015, p. 32).

Quando se compreende as instituições museais como lugares de memória e de poder, pode-se afirmar, de acordo com Andréa Fernandes Considera (2015), a importância do museu como uma instituição privilegiada para a guarda e disseminação da memória; para garantir o compromisso ético e moral de recuperar a memória dos negligenciados; para transformar a memória em história, ou seja, assegurar e eternizar a memória para as futuras gerações; e para influenciar a consciência política e ideológica de uma coletividade, orientando seu futuro.

No Brasil, de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, consideram-se museus “as instituições sem fins lucrativos, que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento” (BRASIL, 2009). O termo museu é também definido como uma “instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exibe o patrimônio material e imaterial da humanidade e de seu ambiente para os propósitos de educação, estudo e entretenimento” (UNESCO, 2017, p. 3). A partir desses entendimentos e de suas características, destaca-se a importância dos museus como instituições que buscam representar a diversidade cultural e natural da humanidade, assumindo um papel essencial na proteção, na preservação e na transmissão do seu patrimônio e da preservação da memória cultural de uma sociedade.

O termo museu, de acordo com Letícia Julião (2006), teve sua origem na Grécia antiga a partir das palavras gregas ‘Musa’ e ‘Mouseion’, esta nomeando o templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências e filhas de Zeus e Mnemosine, divindade da memória, sendo locais sagrados e reservados à contemplação e aos estudos científicos. A partir dessa origem vinculada à Mnemosine e à Zeus, Mario Chagas (2015) afirma que os museus são considerados lugares de memória e de poder, servindo tanto para a dominação quanto para a libertação dos homens, em que “a constituição dos museus celebrativos da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos, e representa os interesses de determinados segmentos sociais. Por isso mesmo, eles trazem, de modo explícito ou não, um indelével ‘sinal de sangue’” (CHAGAS, 2015, p. 31).

No âmbito museológico, os objetos trazem vestígios da memória de um grupo em um determinado tempo e espaço, sendo capazes de comunicar as experiências dos grupos sociais. Assim, reconhece-se o valor de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por objetos, monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Entretanto, a herança cultural de um povo se constitui para além de aspectos físicos, na porção imaterial, incluindo as tradições, o folclore, os saberes, as línguas, as festas e diversos outros aspectos e manifestações transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo (UNESCO, 2020).

No processo de seleção dos bens representantes da memória nacional em que se instaurou a proteção do patrimônio cultural, José Reginaldo Santos Gonçalves (2002) destaca historicamente os modernistas como os principais responsáveis pela definição de “identidades” e memórias para a “nação” no Brasil, segundo determinados códigos socioculturais, com “propósitos pragmáticos e políticos”, evidenciando a construção política e simbólica de atribuição de valor e legitimação dessa representatividade patrimonial. Assim, utilizando-se dessas “estratégias de objetificação cultural”, os intelectuais responsáveis pela criação do patrimônio cultural identificaram a representação da nação brasileira. Nesse contexto, o Brasil é objetificado segundo determinados propósitos por esses “guardiães desse patrimônio” e essa apropriação é utilizada para constituir a imagem da cultura nacional e para “autenticar a existência do Brasil”. A partir da análise desse processo, afirma-se que as políticas oficiais de preservação evidenciam o papel da apropriação enquanto estratégia concebida para se contrapor à dispersão e destruição da cultura nacional, ou seja, esses discursos se estruturavam tendo em vista as perdas dos bens de valor cultural, que ameaçam a estabilidade da identidade da nação, assinalando a denominada retórica da perda (GONÇALVES, 2002).

Os museus são instituições comprometidas com a preservação da memória e a comunicação dos bens culturais considerados patrimônio. Preservar a memória é um compromisso dos museus com as suas responsabilidades social e histórica e não implica apenas assegurar a preservação dos vestígios do passado, mas também compreender as diferenças e reconhecer os limites de cada período, por meio da obtenção de referenciais consistentes para interpretar o presente e construir o futuro. Com relação ao direito à memória, os museus atuam em duas direções:

Primeiro, a iniciativa de se eleger um tema e reunir um acervo “representativo” de uma memória a ser preservada, garante a um grupo o direito a ela. Mas por outro lado, o próprio processo de escolha resulta em exclusão de outras memórias, contidas nos objetos não selecionados (não “representativos”). A segunda direção está na ponta do processo de musealização, que é a exposição dos objetos (geralmente em número menor do que o todo da coleção de um museu, selecionados dentre todos

os objetos considerados representativos, para compor a memória a ser transmitida pelo museu) com suas interpretações, histórias e discursos, que mais uma vez legitimam memórias escolhidas (CONSIDERA, 2015, p. 148).

Sobre a importância da formação de coleções museológicas, O'Hanlon, citado por Mariane Aparecida do Nascimento Vieira (2019), afirma que as condições de colecionamento se dão a partir de três pontos principais: o “antes”, que seria bagagem intelectual e institucional do colecionador; a “cena da coleta”, ressaltando tanto a agência do colecionador quanto a dos nativos; e o “depois” da coleta, a vida do artefato em instituições museológicas. Por meio desses “rituais de instituição”, Bourdieu, citado por Mariane Aparecida do Nascimento Vieira (2019), destaca a eficácia simbólica que as escolhas e representações possuem enquanto linguagens construtoras da realidade, capazes de exprimir como característico da própria sociedade ou do “outro”.

Com relação ao objeto museológico, deve-se levar em conta a informação que ele carrega consigo antes e depois de ser adquirido pelo museu, considerando também que todas as práticas desenvolvidas na instituição necessitam ser registradas para que a circulação da informação e a segurança do acervo sejam concretizadas. Para que essa memória seja preservada, será preciso conservar fotos, documentos e organizar os registros dos fatos e, quem sabe, até conservar objetos. Entretanto, Maria Cecília Londres Fonseca (2009) chama a atenção para o fato de que é problemático reduzir a função de patrimônio à proteção física, bem como reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais, representando um ônus social.

Essa mudança do pensamento “de museu para processo de musealização”, segundo Manuelina Maria Duarte Cândido (2014), transforma os papéis dos museus e da sociedade. Nos novos processos de musealização, destaca-se a integração do patrimônio com seu contexto social, caracterizado pela museodiversidade⁴, ou seja, pela proliferação de uma grande variedade de tipos de museus (como os museus comunitários, museus indígenas e museus de favela, dentre outros) e pela constituição de um debate inovador sobre o papel social da Museologia e do museu como meio de comunicação (CHAGAS, 2009).

Tal movimento anuncia um processo de renovação museológica, que considera o museu como instituição a serviço da sociedade, participando da formação da consciência das comunidades. Nesse sentido, diferente do museu clássico, o museu comunitário passa a

⁴ A proliferação de museus, iniciada na década de 1930, e, sobretudo, após a década de 1990, não se traduz apenas em termos de quantidade; ela implica em uma nova forma de compreensão dos museus, em que há uma valorização da dimensão educacional dos museus, aliada à ampliação da museodiversidade. Essa renovação no campo museu, em suas práticas de mediação e procedimentos museológicos e museográficos, reafirma o museu como instituição de memória social que trabalha com a diversidade cultural contemporânea (CHAGAS, 2009).

ter um conceito mais amplo, que abarca diferentes práticas, integrando a sociedade e o patrimônio, modificando o paradigma do museu a serviço das coleções para o paradigma do museu a serviço da humanidade. Por isso, o indivíduo passivo dá lugar ao indivíduo ativo e comprometido dialogicamente com o museu, as coleções tornam-se mais abrangentes e o espaço da instituição ultrapassa o edifício arquitetônico e chega ao território (CÂNDIDO, 2014).

Nesse contexto, faz-se ainda necessário salientar que o cenário da museologia é marcado por um processo de transição de museus tradicionais para as novas propostas museais. Entretanto, existe ainda a museologia do espetáculo, que é uma manifestação que abarca aspectos da museologia tradicional com ações da museologia social, não se caracterizando somente como um dos movimentos (CHAGAS; GOUVEIA, 2014).

No contexto brasileiro, destaca-se a nova e atual definição de “museu”, aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do ICOM em Praga, resultado de um longo e amplo processo de construção colaborativa que envolveu profissionais de todo o mundo e foi coordenado pelo Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM Brasil):

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022).

Etimologicamente, a palavra patrimônio origina-se do latim *patrimonium*, que significa “herança paterna, bens de família e num sentido mais amplo, bem ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país ou para a comunidade, e que, ao se tornarem protegidos por tombamento, devem ser preservados para usufruto de todos os cidadãos”(COELHO, 1997). Importante ressaltar que, segundo Mario Chagas (2007), a palavra patrimônio tem a capacidade de expressar uma totalidade difusa. Dessa origem tradicional, o termo vem recebendo, historicamente, vários outros significados e adjetivos: digital, genético, biopatrimônio, etnopatrimônio, intangível ou imaterial, industrial, emergente, comunitário de patrimônio da humanidade, dentre outros.

Vale ainda destacar que, segundo Chagas (2007), as noções de museu e patrimônio no mundo moderno estão vinculadas à preservação, que implica as ideias de prevenção, proteção e conservação, ou seja, evitar algum mal, dano ou perigo futuro. Dessa forma, o patrimônio cultural precisaria ser preservado, pelo risco de ser destruído, dando uma ideia

de que o patrimônio necessita ser mantido intacto, como se não existisse a ação do tempo. Entretanto, ainda de acordo com o autor, a preservação somente será deflagrada a partir da identificação de um valor, e, para preservar, é necessário definir o que é digno de se classificar e colecionar. Nesse sentido, Raquel Alvarenga Sena Venera e Wesley Batista Albuquerque (2019) constatam nossa finitude e assumem que o patrimônio apresenta uma relação com a ideia da perda e com a demanda de passados restauradores ou reconciliados, adquirindo contornos políticos para a sua proteção ou salvaguarda.

Ou seja, a constatação de que somos finitos, junto com o mundo e as formas de vidas que construímos, não é algo que aceitamos de pronto. Inventamos estratégias políticas para não resumir nossas produções em uma única geração. Nossa existência é fundada na ideia de passados como experiências e projeções de futuros como expectativas de uma continuidade possível (VENERA; ALBUQUERQUE, 2019, p.85).

Explorando ainda alguns limites da categoria “patrimônio” ou, mais precisamente, o seu potencial analítico para o entendimento da vida social e cultural, José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) afirma que a categoria patrimônio assume diversos significados em suas variações no tempo e no espaço. Referindo-se usualmente ao “patrimônio cultural”, ou seja, às dimensões “culturais” do patrimônio, esse autor destaca que a noção moderna de patrimônio dá ênfase ao seu caráter “construído” ou “inventado”. Assim, “cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória” (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Entretanto, Gonçalves (2005) salienta que existem situações em que determinados bens culturais classificados por uma agência do Estado como patrimônio não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população, ou seja, não encontram “ressonância” junto ao seu público. Ressonância aqui é compreendida como o “poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GREENBLATT apud GONÇALVES, 2005, p.19). Assim, nesse processo de construção do patrimônio, situado entre a memória e a história, opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades e precariedades, colocando-se em risco o seu poder de ressonância. Nesse processo, Guarnieri, citado por Luiz C. Borges e Marcio D’Olne Campos (2012), afirma a imprescindibilidade de que um bem cultural esteja investido de valor e que esse valor não satisfaça apenas a uma pequena parte da sociedade.

Ainda sobre a ressonância, Borges e Campos (2012) chamam a atenção para o fato de que ela se manifesta por meio da evocação que se efetua de modo genérico e não afeta

do mesmo jeito e nem com a mesma intensidade pessoas que possuem diferentes referências culturais. Nesse sentido, a potencialidade de um objeto ou acontecimento pode “afetar um sujeito de modo a provocar efeitos de memória relativos a esse objeto ou acontecimento. Esse efeito sobre a memória e o imaginário é produzido pelo poder de evocar, mediante o qual o objeto traz à presença algo que só pela rememoração se manifesta” (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 118). Além da ressonância, esses autores destacam o conceito de encantamento, que se refere ao “poder de uma obra, objeto ou evento chamar a atenção de alguém, levando-o a interromper seu trajeto para deter-se e admirar, ou o induza à indagação, despertando-lhe o desejo de saber mais sobre a obra, artefato ou ritual” (GREENBLATT apud BORGES; CAMPOS, 2012, p. 118).

Outro ponto importante diz respeito à materialidade do patrimônio. Segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2005, p. 20),

[...] patrimônio sempre foi e é “material”. Tanto é assim que foi necessário, nos discursos contemporâneos, criar a categoria do “imaterial” ou do “intangível” para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc.

O patrimônio cultural, que é visto como parte integrante da identidade cultural de um povo, se subdivide em patrimônio tangível e intangível. Apesar dessa distinção entre bens materiais e imateriais não ser considerada pacífica por Ruben George Oliven (2009), o primeiro se refere aos “bens, móveis ou imóveis, que tenham grande importância para o patrimônio cultural dos povos” (UNESCO, 1954); enquanto o segundo, de presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural, se refere aos

[...] usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais inerentes - que as comunidades, os grupos e em alguns casos, os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua integração com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade e continuidade e promovendo o respeito da diversidade cultural e da criatividade humana (UNESCO, 2003).

Na atualidade, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2015), faz-se necessário destacar que qualquer objeto material, qualquer espaço, qualquer prática social e qualquer tipo de conhecimento podem ser identificados, celebrados ou contestados como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais. Vale ainda lembrar que o risco do esquecimento fez com que os estados nacionais e grupos sociais preservassem seus objetos e lugares de memória com um objetivo de reforço identitário. Mas, somente a partir

da segunda metade do século XX que o conceito de patrimônio foi expandido e passou a compreender também os bens de natureza imaterial ou intangível (VENERA; ALBUQUERQUE, 2019). Assim, patrimônio é considerado uma categoria ambígua, que transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões (GONÇALVES, 2005).

Importante ainda salientar que patrimônio é considerado valor, o que significa que “patrimônio não é o objeto (tangível ou intangível), e a sua materialidade é de ordem histórica, uma vez que se constitui relativamente à sua inserção a um complexo histórico e cultural específico (simbólico e imaginário) de cada sociedade” (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 114). A partir desse entendimento, Borges e Campos (2012, p. 114) assumem quatro premissas.

A primeira premissa estabelece que patrimônio, sendo valor (simbólico), não é a coisa, mas aquilo que a coisa representa (valor-coisa), e que isso permite falar de patrimonialidade. A segunda implica que, enquanto valor, é preciso observar a relação simbólico-afetiva entre uma dada comunidade e os bens culturais. A terceira consiste em, com base na teoria do valor e na conceituação de patrimônio como categoria do pensamento, propor a existência de uma forma-patrimônio, a qual se apresenta em duas modalidades: o patrimônio constitutivo, instituinte ou fluido (patrimônio em-si), concebido como heterogeneidade, tratando-se, portanto, de um elemento constitutivo de qualquer sociedade; e o patrimônio mostrado, instituído ou imaginário (patrimônio para-si), visto como homogeneidade, e que se refere aos objetos/bens culturais possíveis e alienáveis. A quarta consiste em que, para que um bem cultural seja considerado patrimônio, isto é, ser cultural, histórica e afetivamente significativo para alguém ou grupo social, é preciso que o traço ou tradição cultural, candidato a patrimônio, seja mensurado com base em uma matriz analítica composta, no eixo horizontal, pela ressonância, e, no eixo vertical, pela aderência.

Dessa forma, em relação a patrimônio, especialmente ao musealizado, ressalta-se que, por ser valor e categoria de pensamento, é, por excelência, intangível ou simbólico-cultural:

a) nem todo produto cultural, de qualquer espécie, é patrimônio, de forma que não existe o patrimônio em-si; b) que algo se torna patrimônio e que isso só acontece quando é investido de valor (histórico, artístico, científico, tecnológico, gastronômico etc.). Logo, só existe patrimônio para-si. De todo modo, patrimônio se inscreve (duplamente) na ordem simbólica e, por conseguinte, aquilo que, de fato, significa a “patrimonialidade” de um objeto ou bem cultural, pertence à esfera da intangibilidade (GUARNIERI apud BORGES; CAMPOS, 2012, p.114).

Com base na premissa de que patrimônio não se define como coisa, nem como propriedade ou herança (patrimônio instituído ou formalizado), mas como valor, e de que valor significa a relação com uma dada formação histórica e cultural, pode-se afirmar que não basta um ato legal ou uma decisão de um segmento social para que, efetivamente, um

bem cultural seja amplamente reconhecido como patrimônio. Nesse sentido, faz-se necessário verificar o quanto um objeto ou traço cultural é significativo para a comunidade, e isso implica saber o que ele representa para coletivo e o quanto esse objeto evoca. Ou seja, um objeto, um artefato, um evento poderá ser considerado patrimônio somente quando estiver investido de um alto grau de ressonância e de um grau elevado de aderência (BORGES; CAMPOS, 2012).

Nos discursos do patrimônio, algumas categorias aparecem de modo recorrente, mobilizam e dão direção às ações de preservação. Nesse contexto, os patrimônios culturais expressam ou representam a “identidade” de grupos e segmentos sociais, e o sentido fundamental de “patrimônios” consiste em sua natureza total e em sua função eminentemente mediadora (GONÇALVES, 2005).

Os patrimônios podem assim exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos”, resultantes do permanente esforço no sentido do autoaperfeiçoamento individual e coletivo (GONÇALVES, 2005, p. 28).

A partir dessa compreensão sobre patrimônio cultural, pode-se afirmar que ele “é um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe em pauta a ideia de desaparecimento, de ameaça de uma perda” (VENERA; ALBUQUERQUE, 2019, p. 88). Assim, para Raquel Alvarenga Sena Venera e Wesley Batista Albuquerque (2019), patrimônio está associado às ruínas de algo, à destruição e ao luto, acarretando o “imperativo de conservação”, ou seja, o caráter de obrigatoriedade de conservação da herança material e imaterial.

No cenário de uma nova visão sobre os museus e a museologia, a museologia como estudo analisa a relação entre seres humanos e seu ambiente, carregando um profundo significado social que envolve a expressão, a valorização e a afirmação de identidade social. Considerando a plenitude dos problemas da sociedade, destacam-se as políticas de proteção ao patrimônio cultural musealizado no sentido de garantir o cumprimento da sua função social a serviço da sociedade, participando da formação da consciência das comunidades e assegurando a cidadania cultural com base na democracia.

A partir do apresentado neste capítulo, afirma-se o valor do patrimônio cultural em promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo, por objetos, monumentos, sítios históricos e paisagens culturais. Ao analisar esse processo, evidenciam-se as políticas oficiais de preservação e o papel da apropriação enquanto estratégia concebida para se contrapor a dispersão e destruição da cultura nacional, destacando-se que a preservação da memória é um compromisso dos museus

com as suas responsabilidades social e histórica, dando ênfase aos paradigmas da democratização da cultura e a democracia cultural, que serão discutidos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2
CIDADANIA CULTURAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

2 CIDADANIA CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste segundo capítulo, enfatiza-se o contexto da política cultural brasileira com o objetivo de proteção ao patrimônio cultural, destacando-se os paradigmas da democratização da cultura e a democracia cultural.

Existe uma estreita relação entre democracia, cidadania e democratização. Falar de democracia, segundo Sérgio Ricardo Retroz (2021), implica em ampliar seu entendimento para além de um regime político identificado por uma forma de governo: a democracia deve ser vista como “uma forma de governo, marcada pela soberania popular, mas também é conjunto de instituições que ditam as regras do jogo democrático e, ainda, é a somatória de fins e valores, como igualdade jurídica, social e econômica, mesmo que parcial” (BOBBIO apud RETROZ, 2021, p. 18). Nesse contexto, a cidadania seria a condição necessária para o funcionamento da democracia, uma vez que a democracia só existe na garantia de direitos, seja por meio do exercício de direitos ou pela garantia dos meios para aquisição de novos direitos (CHAUÍ apud RETROZ, 2021)

Já a cidadania cultural, baseada na democracia cultural, é considerada, por Rodrigo Melgaço Furtado de Mendonça (2013), como uma das bases do Estado democrático. O Estado, por meio da implantação de suas políticas públicas, é a esfera em que a cidadania cultural pode ser tratada em sua totalidade, podendo associar-se a entidades privadas para potencializar e realizar seus objetivos.

A Declaração Universal de Direitos Humanos é um documento marco na história dos direitos culturais, estabelecendo, pela primeira vez, sua proteção como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Em seu art. 27º, afirma que toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade e de fruir as artes, além do direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção literária ou artística da sua autoria (ONU, 1948).

No Brasil, a Constituição de 1988 marca o reinício do Estado democrático de direito, e o texto constitucional trouxe avanços ao conceito de cultura, agora baseado na diversidade e no conceito de patrimônio. Com relação aos direitos culturais, previstos expressamente no art. 215, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, protegendo as manifestações das culturas populares, indígenas e

afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (BRASIL, 1988).

Outro ponto que merece destaque é a definição bastante abrangente dada ao termo “cultura” no art. 216 da Constituição Federal, não o reduzindo às produções artísticas e abarcando tudo aquilo que é identificador e formador da identidade brasileira. Assim, constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No Brasil, o surgimento de uma política de cidadania cultural, a partir da década de 1990, está ligada a um cenário de grandes debates sobre as questões culturais. De acordo com Valmir de Souza (2018), no campo político progressista, foram elaboradas propostas de políticas culturais levando em conta as políticas sociais, como foi o caso da administração da cidade de São Paulo com a Política de Cidadania Cultural, implementada pela filósofa e professora Marilena Chauí na gestão pública municipal da Secretaria de Cultura entre 1989 e 1992, que passou a ser uma das referências no país. Importa destacar, segundo Sergio Ricardo Retroz e Luiz Carlos Borges (2021), que essa experiência, alinhada ao texto constitucional, fazia parte de um programa de governo da prefeita Luíza Erundina, que tinha como lema “São Paulo para todos”, e que a política cultural instituída pelo governo federal não se encontrava em consonância com as conquistas e inovações presentes na nova constituição.

No contexto da política cultural brasileira, destacam-se dois paradigmas: a democratização da cultura, voltada para a difusão da cultura de elite, e a democracia cultural, que enfatiza o reconhecimento da produção autônoma. No paradigma da democratização da cultura, propõe-se ampliar o direito ao acesso da população à cultura e à vida artística, buscando diminuir as desigualdades no acesso aos bens culturais, bem como ao patrimônio histórico. Ressalta-se que, nessa concepção, há a centralidade no Estado, que atua na difusão cultural como patrocinador das artes e da cultura, definindo os investimentos públicos a partir de incentivos diretos e interferindo em maior ou menor grau no processo de escolha do que seria financiado. Por outro lado, o paradigma da democracia cultural teria a função de proporcionar, a indivíduos, grupos e comunidades, instrumentos necessários para desenvolverem suas potencialidades culturais, desenvolverem suas próprias práticas e participarem ativamente da vida social. O foco dessa concepção relaciona-se com a cultura

local e autônoma realizada por todos, na qual a política busca valorizar as produções e ações culturais independentes, sem que o Estado interfira nas escolhas e nos fazeres de grupos e comunidades (SOUZA, 2018).

Partindo da cidadania cultural como uma diretriz, na qual a cultura é tratada como um direito do cidadão e, numa perspectiva democrática, inclui culturalmente aqueles excluídos do acesso e criação de cultura, a gestão de Marilena Chaui na Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo buscou conciliar o fomento à cidadania com a política cultural por meio de uma política cultural de preservação da diversidade cultural. Nesse cenário, de acordo com Marilena Chauí (2006), era preciso entender o significado de cidadania cultural no sentido da importância que esse direito fundamental representa.

Importante destacar que a construção da cidadania cultural equivale ao apoderamento da cultura brasileira pelos indivíduos. Esse processo de internalizar os elementos culturais brasileiros incute, nos cidadãos, o sentimento de pertencimento, ou seja, o indivíduo que se considera membro da sociedade reconhece-se a partir de sua identificação cultural, sendo impulsionado no sentido da mudança. Além disso, essa nova aquisição de consciência desperta seus impulsos políticos e alimenta seu desejo de transformar o meio em que vive (CHAUI, 2006).

De acordo com Marilena Chaui (2006), a cidadania cultural está alicerçada no acesso e na preservação do nosso patrimônio cultural, na informação, na formação e na criação. A partir dessa concepção, a cultura deve ser vista como uma diretriz global de governo. Assim, um programa de governo pautado nesse tipo de cidadania administra a cultura de forma integrada, permeando todas as ações desse governo e articulando todas as suas áreas, ou seja, unindo o direito à saúde, ao transporte, à moradia, ao trabalho, à educação etc. Por meio de políticas públicas voltadas para essa finalidade, o poder público deve viabilizar a intensificação das manifestações culturais. Por fim, ressalta-se que a importância do fomento estatal para preservação e desenvolvimento da cultura brasileira reside no fato de que deixar que o mercado regule a produção cultural é equivalente a esterilizá-la, uma vez que inviabiliza a liberdade que essas manifestações requerem (CHAUI, 2006).

O debate a respeito do grau de participação do Estado na área da cultura e do seu papel como regulador das forças do mercado trata-se, segundo Regina Abreu (2010), de um debate antigo no mundo capitalista. Entretanto, de acordo com essa autora, sem desconsiderar um período embrionário (1934-1972) e um período inicial de fortalecimento das instituições estatais (1972-1985), a temática das políticas culturais e da sustentabilidade econômica no Brasil é dinamizada a partir dos anos 1980.

Após a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória) e a Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC), Aloísio Magalhães (1984) destaca que, em 1981, deu-se a criação da Secretaria de Cultura sob a direção de Aloísio Magalhães, figura de destaque no reordenamento das instituições federais da cultura em um contexto identificado como de perda de identidade cultural, ou seja, de redução dos valores próprios da cultura nacional, decorrente do acelerado processo de integração universal determinado pelo avanço tecnológico. Segundo Falcão (1985, p. 13), “quem se ocupa, ou se preocupa, com política cultural, dificilmente poderá ignorar o pensamento e a ação de Aloísio Magalhães”, que expressava a necessidade de uma ampla política nacional de museus e do desenvolvimento de uma infraestrutura museológica em nível nacional. Nesse contexto, de acordo com Marcio Rangel e José do Nascimento Júnior (2015), os museus assumiram um novo significado, tornando-se espaços de preservação, integração, inclusão, reflexão e debate. Nesse período, destaca-se também a realização, em 1983, do Fórum dos Secretários de Cultura, que organizou, posteriormente, em 1984, o 1º Encontro Nacional de Política Cultural.

Um importante marco do processo de institucionalização das políticas culturais, de acordo com Lia Calabre (2007), ocorreu em 1985, durante o governo do presidente José Sarney, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), que foi cercada de muita polêmica: “Alguns técnicos da área consideraram na ocasião que, por ter sido prematura, a criação desse Ministério serviria mais para fragilizar a área do que para impulsioná-la” (ABREU, 2010, p. 176). Ressalta-se que a criação do MinC foi marcada por falta de pessoal, de recursos financeiros e de espaço físico para a acomodação da nova estrutura, além de um processo de sucessivas substituições na chefia da pasta: José Aparecido de Oliveira substituído por Aluísio Pimenta, que por sua vez passou o cargo para Celso Furtado (CALABRE, 2007).

Ao ser nomeado em fevereiro de 1986, Celso Furtado afirmou, em seu discurso de posse, o entendimento da cultura como a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem e que ela está impregnada em todos os momentos da vida. A partir dessa visão, a essência da democracia seria criar condições para que a criatividade fosse exercida em sua plenitude, sendo essa uma responsabilidade do Estado. Assim, o novo ministro definiu sua própria visão política cultural em uma sociedade democrática com base no reconhecimento de que as funções do Estado no campo da cultura são de natureza supletiva, estimulando o desenvolvimento das forças criativas do povo e ativando na sociedade a consciência de que o efetivo controle do uso dos recursos que se aplicam na cultura e transitam pelo Estado é tarefa que corresponde às comunidades que deles se beneficiam (FURTADO, 2012).

Nesse contexto, com o objetivo de criar novas fontes de recursos para a impulsionar o campo de produção artístico-cultural, foi promulgada a Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, chamada de Lei Sarney. Reconhecida como a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, seu objetivo era o de buscar superar as dificuldades financeiras que o campo da administração pública federal da cultura sempre enfrentou (CALABRE, 2007).

Outro importante movimento ocorrido na gestão de Celso Furtado foi a criação da Lei nº 7.624, de 05 de novembro de 1987, que autorizava a instituição de fundações como a Fundação Nacional Pró-Leitura, a Fundação Nacional Pró-Memória, a Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN) e a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB). De acordo com Magalhães (1984), essas propostas de criação resultaram das novas coordenadas federais para a elaboração de projetos de longo alcance na área da cultura, acentuando a interdependência e a interdisciplinaridade características do processo criativo, a fim de atender à grande diversidade dos fenômenos culturais.

Maria Cecília Londres Fonseca (1997) salienta que a criação do MinC no governo de Sarney não foi uma reivindicação da sociedade ou mesmo de setores ligados à cultura. A sucessão de ministros – José Aparecido de Oliveira (15 de março a 29 de maio de 1985) substituído por Aluísio Pimenta (30 maio de 1985 a 13 de fevereiro de 1986), que por sua vez passou o cargo para Celso Furtado (14 de fevereiro de 1986 a 28 de julho de 1988), Hugo Napoleão do Rego Neto (28 de julho a 19 de setembro de 1988) e novamente José Aparecido de Oliveira (19 de setembro de 1988 a 14 de março de 1990) – “não chegou a alterar a posição secundária, para não dizer a indiferença da classe política e da sociedade frente a esse ministério durante a Nova República” (FONSECA, 1997, p. 155).

Nesse contexto, na década de 1990, novas questões se colocam para o campo da produção cultural. Tornam-se mais comuns os estudos e as discussões sobre as relações entre economia e cultura (CALABRE, 2007). As manifestações culturais, de acordo com José Osvaldo Guimarães Lasmar (1988, p. 11), “seja pelos resultados econômicos que produzem, pela sua natureza social, ou, ainda, por estarem associadas a bases técnicas e materiais específicas, podem e devem ser examinadas também na sua dimensão econômica”.

De acordo com Celso Furtado (1988), nos primeiros estudos sobre economia da cultura, com relação ao sistema de valores, a cultura é da esfera dos fins, e a lógica dos fins escapa ao cálculo econômico em sua versão tradicional. Entretanto, não se pode ignorar que, nos processos sociais, as relações entre fins e meios geralmente são unívocas, podendo prevalecer uns sobre os outros. Nesse sentido, para pensar a cultura como processo

produtivo é necessário penetrar em um campo conceitual pouco explorado e, em razão da referida interação entre fins e meios, particularmente elusivo.

Na visão econômica dos processos produtivos, Celso Furtado (1988) afirma que, apesar de o trabalho ser considerado simplesmente um meio, no mundo das artes – como num espetáculo vivo de canto, ou de dança, ou teatral –, o trabalho é um fim em si mesmo, o que dificulta a introdução do conceito de produtividade. Além disso, esse autor ressalta que as atividades culturais se incluem entre aquelas cuja demanda apresenta uma elevada elasticidade de renda, sendo ao mesmo tempo fontes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas.

No contexto da política nacional, no processo de redemocratização do país, Regina Abreu (2010) afirma que a criação do MinC coincidiu com o desgaste do projeto nacional desenvolvimentista, com um crescente influxo neoliberal no país, a partir da eleição de Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente após o golpe militar de 1964. Em 1990, durante a gestão dos seus Secretários de Cultura – Ipojuca Pontes (14 de março de 1990 a 10 de março de 1991) e Sérgio Paulo Rouanet (10 de março de 1991 a 02 de outubro de 1992) –, o governo de Collor fechou as principais instituições do então recém-criado Ministério da Cultura, entre elas:

[...] a Funarte, a Embrafilme, a Fundacen, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Fundação Nacional Pró-Memória. O que restou dessas antigas instituições foi reunido em novas estruturas administrativas. O Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - Ibac - passou a abrigar as antigas Funarte, Fundacen, o Instituto Nacional do Folclore, a Fundação do Cinema Brasileiro, entre outras. O Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC - passou a abrigar a antiga Fundação Pró-Memória que, por sua vez, era responsável por importantes museus como o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o Museu Histórico Nacional, o Museu da República, entre outros, e ainda, o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan. Outras instituições foram simplesmente abolidas, tendo seus escritórios fechados e seu corpo de funcionários demitido ou transferido para outros setores (ABREU, 2010, p. 177).

Importante ressaltar que, desde a sua criação, o MinC passou por uma série de crises e processos de descontinuidade, trazendo muitas dificuldades operacionais. Entretanto, em 1991, ainda no período do governo Collor, foi implantado o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), por meio da Lei nº 8.313/1991, popularmente conhecida como “Lei Rouanet” por ter sido promulgada durante a gestão do embaixador Sérgio Paulo Rouanet na pasta da Cultura. A Lei Rouanet, além de instituir o Pronac, restabelecendo os mecanismos de incentivos fiscais para financiamento à cultura que vigoram até hoje, também prevê a organização nacional sistêmica da área da cultura (art. 31), em alusão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC). Nesse cenário, de acordo com Lia Calabre (2007), a

criação da Lei Rouanet significou a tentativa de alguns intelectuais de fomentar a cultura, que se encontrava muito fragilizada devido a severos cortes orçamentários e ao fechamento de importantes instituições federais, além de expressar a tendência do governo federal de redirecionamento da cultura brasileira para a lógica de mercado.

Posteriormente, os presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso procuraram reparar esses efeitos negativos da atuação do governo Collor. Segundo Lia Calabre (2007), sob o governo de Itamar Franco, o MinC foi recriado, tendo como ministros Antônio Houaiss (02 de outubro de 1992 a 01 de setembro de 1993), Jerônimo Moscardo (01 de setembro de 1993 a 09 de dezembro de 1993) e Luiz Roberto Nascimento Silva (15 de dezembro de 1993 a 31 de dezembro de 1994), e, a partir daí, algumas de suas instituições foram restauradas, como a Fundação Nacional de Artes (Funarte). Já em 1993, foi criada uma lei de incentivo específica para a área do audiovisual, com foco especial no cinema, ampliando os percentuais de renúncia a serem aplicados. De acordo com Calabre (2007), nesse período foi deflagrada uma nova política mais voltada para as leis de mercado, na qual o MinC tinha cada vez menos poder de interferência.

Apesar da continuidade por oito anos, a gestão do ministro da Cultura Francisco Weffort (01 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002), no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi acompanhada por uma política de Estado mínimo, com redução do aporte de recursos financeiros e comprometimento do orçamento com a administração do Ministério e de seus órgãos vinculados. Isso fez com que, ao final desse mandato, o MinC tivesse como principal atividade a aprovação dos processos que seriam financiados utilizando a Lei de Incentivo à Cultura (CALABRE, 2007). Assim, para Calabre (2007), esse foi o momento da consagração desse novo modelo que transferiu para a iniciativa privada, por meio da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Nesse período, a Lei Rouanet tornou-se um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras, subvertendo o projeto inicial de conseguir a parceria da iniciativa privada para investimentos na área da cultura.

As alterações ampliaram um mecanismo de exceção, o do abatimento de 100% do capital investido pelo patrocinador. Em síntese isso significa que o capital investido pela empresa, que gera um retorno de marketing, é todo constituído por dinheiro público, aquele que seria pago de impostos. O resultado final é o da aplicação de recursos que eram públicos a partir de uma lógica do investidor do setor privado. Esta passou a ser a política cultural do Ministério na gestão Weffort (CALABRE, 2007, p. 08).

Ainda segundo Lia Calabre (2007), esse movimento resultou numa enorme concentração na aplicação dos recursos, pois um pequeno grupo produtores e artistas renomados são os que mais conseguem obter patrocínio. Além disso, grande parte desse patrocínio se

mantém concentrado nas capitais da região sudeste, criando um processo de investimento desigual entre as diversas áreas artístico-culturais, mesmo nos grandes centros urbanos.

Outro marco importante, no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, a ser destacado diz respeito à criação do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em 2000, dando início ao processo de efetivação de um campo específico de atuação dentro da área de preservação de patrimônio (CALABRE, 2007).

Vale mencionar que os museus brasileiros vêm convivendo com significativos debates a respeito das relações da memória e dos museus com a economia, com o turismo e com o entretenimento, acrescidos das discussões a respeito do papel do Estado, dos mercados e das comunidades como instâncias mobilizadoras de recursos e definidoras de estratégias políticas gerais para os museus. Os limites políticos e econômicos movem-se e ganham diferentes configurações em consonância com o quadro político e ideológico (IBRAM, 2014).

Assim, a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal em 2003, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, trouxe a cidadania cultural como uma “promessa-desafio”, ou seja, a perspectiva em relação à construção de um projeto de Estado com base na cultura como direito, envolvendo tanto a política cultural de sustentabilidade econômica quanto a busca pela garantia dos direitos sociais e superação das desigualdades. Nesse sentido, Marcio Rangel e José do Nascimento Júnior (2015) afirmam que a criação de políticas culturais se relacionaria a uma tendência de consolidação do papel do Estado como gestor e articulador de diversas ações, dando um caráter perene às atividades de governo.

Em relação às políticas culturais, a expectativa era de que finalmente o conceito de cidadania cultural, elaborado por Marilena Chauí com base no fato de que a cultura é um direito fundamental de todo cidadão (CHAUI, 2006; RETROZ; BORGES, 2021), junto com a democratização cultural e a defesa da diversidade de públicos – vistas como elementos fundamentais para a continuação da existência das próprias sociedades – fossem concretizadas pelos governos de esquerda. Para isso, o Estado deveria buscar conciliar o fomento à cidadania com a política cultural, objetivando a promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, procurando incentivar a participação popular no processo de criação cultural, promovendo modos de autogestão das iniciativas culturais, permitindo a expressão da diversidade cultural e contribuindo para a superação de desigualdades (CALABRE, 2007).

A chegada de um governo de esquerda ao poder, no âmbito da cultura brasileira, supõe a proposta de políticas públicas alinhadas à garantia de direitos existentes, à criação de

novos direitos e ao desmonte de privilégios. A gestão pública precisou se reinventar e ir de encontro com a conjuntura herdada pela falta de uma tradição de política cultural que valorizasse a cidadania. Em termos gerais, afirma-se que a construção real de um Ministério da Cultura deu-se no início do governo Lula, em 2003, com a gestão de Gilberto Gil (01 de janeiro de 2003 a 30 de julho de 2008), uma vez que a criação do Minc, em 1985, caracterizou-se por uma série de crises e processos de descontinuidade e por uma política de Estado mínimo, o que ocasionava enormes dificuldades operacionais (CALABRE, 2007).

No primeiro ano da gestão do Ministro Gilberto Gil, a principal atividade do MinC era aprovar os processos que seriam financiados por meio da Lei de Incentivo à Cultura. Nesse contexto, havia a necessidade de se reformular toda a estrutura do Ministério, além de promover importantes alterações na Lei, orientadas pelo paradigma da democratização da cultura estabelecendo um diálogo com diversos segmentos da área artística e da sociedade civil (CALABRE, 2007). Nesse contexto, destaca-se que a Emenda Constitucional nº 42, de dezembro de 2003, insere o § 6º no art. 216, facultando aos estados e ao Distrito Federal a destinação de até 0,05% de sua receita tributária líquida ao fundo estadual de fomento à cultura.

Importante destacar a ideia de direito à cultura como um dos pilares do programa de governo do PT e da elaboração de novos projetos, ações e de políticas culturais. Para isso, internamente foi planejada uma nova estrutura administrativa, buscando uma racionalização do trabalho que levasse a uma definição do papel do próprio Ministério dentro do sistema de governo, sendo criadas as secretarias de Políticas Culturais, de Articulação Institucional, da Identidade e da Diversidade Cultural, de Programas e Projetos Culturais e a de Fomento à Cultura (CALABRE, 2007).

Uma política cultural atualizada deve produzir informações que contribuam para tornar mais visíveis suas ações. Com esse objetivo, em 2003, realizou-se vários seminários nas diferentes regiões do país – o “Cultura para Todos” –, sendo criada a Secretaria de Articulação Institucional (SAI), responsável pela posterior institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Já em 2004, o MinC firmou um acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o objetivo de desenvolver uma base de informações relacionada ao setor cultural, tendo como principais objetivos fomentar estudos, fornecer, aos órgãos governamentais e privados, subsídios para elaboração de planos, ações e políticas e contribuir para a delimitação do que é produto cultural e serviço cultural (CALABRE, 2007).

Com relação à diversidade cultural, ressalta-se que, em 2005, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) propôs a adoção da Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, conhecida por Convenção da Diversidade, que dá ênfase às relações entre cultura e desenvolvimento numa perspectiva de cooperação internacional. Essa convenção entrou em vigor em março de 2007, e, nela, os países membros da Unesco afirmam sua soberania para elaborar suas políticas culturais, tendo em vista a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (CALABRE, 2007).

Outro importante marco em 2005 foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), precedida por conferências regionais, estaduais e municipais, definindo o SNC como uma das prioridades. Ressalta-se ainda o Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005, que cria o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) (SNC, 2021). Nesse contexto, uma política cultural atualizada deveria reconhecer a existência da diversidade de públicos, com visões e interesses diferenciados. Assim, conceber a cultura como direito e valorizando a diversidade constituiu-se na nova tarefa do ministro Gilberto Gil, a partir do seu papel de indutor cultural. Nesse sentido, as novas políticas culturais evidenciaram um avanço significativo nos direitos culturais, promovendo a democratização dos bens artísticos e buscando romper com as práticas conceituais vigentes.

É nessa conjuntura de direito democrático à cultura que é lançada, em março de 2003, a Política Nacional de Museus (PNM), com o objetivo de promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003).

Os princípios adotados na orientação da PNM consistem no estabelecimento e consolidação de políticas públicas para os campos do patrimônio cultural, da memória social e dos museus; na valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus; no desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; no reconhecimento e garantia dos direitos das comunidades; no estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural; no incentivo a programas e ações que viabilizem a conservação, a preservação e a sustentabilidade do patrimônio cultural submetido a processo de musealização; e no respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescentes, de acordo com suas especificidades e

diversidades (BRASIL, 2006). Após o estabelecimento do objetivo e dos princípios norteadores da PNM, com base em seu relatório de gestão, Marcio Rangel e José do Nascimento Júnior (2015) identificam eixos programáticos com capacidade para aglutinar, orientar e estimular a realização de projetos e ações museológicas. Outro desdobramento da PNM, destacado por esses autores, foi a elaboração do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), considerado um marco na história do desenvolvimento do campo museológico brasileiro.

Ressalta-se que a instituição da PNM, ainda no ano de 2003, possibilitou novas formas de fomento para o setor, bem como a criação do Sistema Brasileiro de Museus⁵ (SBM) em 2004, do Cadastro Nacional de Museus⁶ (CNM) em 2006 e do Estatuto de Museus (EM) e do próprio Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), ambos de 2009, culminando com a elaboração do Plano Setorial (RANGEL; NASCIMENTO JÚNIOR, 2015). Importante salientar que a criação do CNM objetivou manter um sistema capaz de processar regularmente informações sobre a diversidade museal brasileira, contribuindo para a construção de conhecimento e seu compartilhamento público de informações referentes aos museus com a sociedade (IBRAM, 2011).

Gilberto Gil afirmava que uma política cultural deve ser vista como parte de um projeto de formação de uma nação democrática e plural (BRASIL, 2003). Tratava-se de, portanto, uma política ousada do governo Lula. De acordo com Marcio Rangel e José do Nascimento Júnior (2015), a partir desse momento, iniciou-se a construção de vários instrumentos para apoiar o Estado em uma ação mais efetiva na regulamentação e consolidação de políticas públicas culturais, entre eles o Estatuto de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

No Brasil, de acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, os museus são conceituados como instituições sem fins lucrativos, voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território (BRASIL, 2009). Nesse sentido, a proteção e a promoção da diversidade cultural e natural são desafios centrais da atualidade, e os museus e coleções constituem meios primários pelos quais testemunhos

⁵ O Sistema Brasileiro de Museus (SBM) foi criado pela Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.

Com a publicação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, o SBM passa a ser definido como uma rede organizada, constituída por meio da adesão voluntária das instituições. O SBM objetiva, em síntese, promover a coordenação, articulação, mediação, qualificação e cooperação entre os museus brasileiros. Dentre as finalidades previstas, está a colaboração com o desenvolvimento, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Cultura, de que trata a Lei nº 12.343, de 2010, e do Plano Nacional Setorial de Museus. (IBRAM, 2022).

⁶ Em 2006, no âmbito da Política Nacional de Museus (PNM), foi criado um instrumento visando conhecer e mapear os museus brasileiros, denominado Cadastro Nacional de Museus (CNM), que se tornou uma importante fonte de informações sobre os museus brasileiros e vem trabalhando no aprimoramento da coleta e divulgação de dados, consciente da necessidade de informações de qualidade para a formulação e o monitoramento de políticas públicas para o campo museal (IBRAM, 2021).

tangíveis e intangíveis da natureza e da cultura humanas são salvaguardados. Mas, para assumir esse papel essencial na proteção, na preservação e na transmissão do patrimônio, é necessário reconhecer que os museus podem ser atores econômicos na sociedade e contribuir para atividades geradoras de renda, além de participarem da economia do turismo e de projetos produtivos que contribuem para a qualidade de vida das comunidades e das regiões onde se localizam, podendo também ampliar a inclusão social de populações vulneráveis. Para isso, os museus devem assegurar sua sustentabilidade econômica, o que demanda diversificar suas fontes de renda, buscar atividades geradoras de renda e conferir prioridade elevada à geração de receita em detrimento das funções primárias dos museus, apesar de reconhecer que suas funções primárias, por serem de extrema importância para a sociedade, não podem ser expressas somente em termos financeiros (UNESCO, 2017).

O Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), instituído pela Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, na gestão de Juca Ferreira (30 de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2010) como ministro da Cultura, surgiu com a missão de construir conhecimento, além de ser um agente catalisador dos processos museológicos em andamento desde 2003. Reunindo recursos para transformar progressivamente o panorama museal brasileiro, o Ibram é considerado um dos protagonistas do setor na Ibero-américa e no mundo, já que o Brasil foi a sede do encontro do Conselho Internacional de Museus (Icom) em 2013. Importante salientar que o fortalecimento do setor museal no Brasil não foi apenas conceitual e legislativo, sendo considerável também os investimentos financeiros (BRASIL, 2010).

O desafio do Ibram, nesse período cultural brasileiro de mudança de conceitos, práticas e perspectivas e de incentivo e fortalecimento da memória, passou pelo enraizamento social da Política Nacional de Museus e pela afirmação de uma concepção de museu como instituição-chave das mudanças contemporâneas promotoras de transformação social. Assim, a criação do Ibram reflete a concepção de política cultural enraizada e interessada na vida social, política e econômica da sociedade, além de expressar a preocupação com a valorização do que é público, com a gestão e a política pública que trata a cultura como um direito fundamental para o desenvolvimento social (BRASIL, 2010).

Destaca-se ainda a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, que instituiu o Plano Nacional de Cultura – PNC 2010-2020, em conformidade com o § 3º do art. 216 da Constituição Federal, como outro marco importante na gestão de Juca Ferreira, que também promoveu a 2ª Conferência Nacional de Cultura (SNC, 2021).

Assim, desde 2003, novos marcos conceituais e práticos foram estabelecidos para a gestão da cultura brasileira, tirando-a das margens das políticas governamentais. Em oito

anos de governo Lula, o campo museal brasileiro fortaleceu-se de forma histórica e inédita com a ampliação conceitual do fazer museológico e a consolidação de uma legislação própria. Partindo da Política Nacional de Museus (PNM) e suas premissas, bases teóricas e práticas foram criadas, possibilitando a construção do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus, e culminando na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), que simboliza, não um marco final, mas o início de uma nova era para a cultura brasileira (BRASIL, 2010).

Desde a criação da Política Nacional de Museus e com impulso ainda maior após a entrada em cena do Ibram, em 2009, já no governo petista da presidenta Dilma Rousseff, com a gestão de Ana de Hollanda (01 de janeiro de 2011 a 13 de setembro de 2012), o MinC empreendeu esforços no sentido de fortalecer o setor museal brasileiro (IBRAM, 2011). Por meio da Emenda Constitucional nº 71, de 29 de dezembro de 2012, a Constituição Federal teve o acréscimo do art. 216-A, que institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC), cuja finalidade é organizar a gestão pública de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, para o desenvolvimento de “políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade” (BRASIL, 1988).

Nesse período, destacou-se o “Museu em Números”, uma compilação de dados estatísticos e de análise de dados levantados pelo Cadastro Nacional de Museus. Esse movimento objetivou o aprimoramento da gestão das políticas culturais do Brasil como tarefa essencial para que o MinC continuasse a avançar em sua missão frente ao desenvolvimento cultural brasileiro. Para isso, realizou-se um diagnóstico aprofundado sobre o cenário cultural do país, em suas potencialidades e limitações, para compreender as particularidades do campo museológico brasileiro, a fim de respaldar o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das políticas voltadas para museus, apontando novos rumos possíveis à ação dos gestores públicos e privados, além de estímulo ao envolvimento da sociedade civil, que poderá avaliar as políticas e ações voltadas aos nossos museus e propor novos rumos. Os resultados analisados, nesse diagnóstico aprofundado sobre o cenário cultural do país, sugerem efeitos positivos de dois vetores: a intencionalidade da ação pública e a participação da sociedade civil, que, em conjunto, fortalecem os museus brasileiros (IBRAM, 2011).

Ainda nesse processo de consolidação do arcabouço legal do campo museológico brasileiro, no governo de Dilma Rousseff, e tendo Marta Suplicy (13 de setembro de 2012 a 11 de novembro de 2014), a interina Ana Cristina Wanzeler (13 de novembro de 2014 a 31 de dezembro de 2014) e Juca Ferreira (01 de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016) a frente do MinC, Valmor Rhoden, Elisa Lübeck Terra e Erick de Melo Maciel (2015)

destacam o Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamentou o Estatuto de Museus e do Ibram (BRASIL, 2013). Nesse período, a criação do vale-cultura pelo governo federal, por meio do MinC, buscou democratizar o acesso aos bens culturais entre a população, incluindo o consumo cultural na cesta básica do trabalhador brasileiro, contribuindo para a cidadania (RHODEN; TERRA; MACIEL, 2015).

Com relação aos eventos importantes, no ano de 2013, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Cultura – com o tema central “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura” – e, em junho de 2015, foi realizado o Seminário Internacional de Sistemas de Cultura: Política e Gestão Cultural Descentralizada e Participativa.

Outro marco histórico do governo Dilma Rousseff na evolução das políticas culturais foi a Lei 13.018, de 22 de julho de 2014, a Lei da Cultura Viva, que se tornou a primeira política nacional criada após a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura (2012) e do Plano Nacional de Cultura (2010) , visando simplificar e desburocratizar os processos de prestação de contas e repasse de recursos para as organizações da sociedade civil (CULTURA VIVA, 2021).

Destaca-se ainda o Projeto de Lei nº 6.722/2010, de autoria do Poder Executivo, que visa instituir o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (ProCultura), criado para substituir a Lei Rouanet, e que prevê que o Fundo Nacional de Cultura (FNC) seja o principal instrumento de financiamento federal à Cultura, o que acarretará mudanças substanciais nos mecanismos de incentivo cultural por meio da desoneração tributária. Pela proposta, o FNC poderia receber recursos provenientes de doações e patrocínios e o ProCultura também poderá estabelecer mecanismos de regionalização que serão destinados a fundos estaduais e municipais, com o objetivo de financiar políticas públicas dos entes federados (PNC, 2021). Segundo Regina Abreu (2010), um dos destaques desse projeto de lei consiste no “estímulo para que segmentos da sociedade civil, em particular as elites econômicas, políticas e sociais, venham a construir uma mentalidade de mecenato para a cultura no país” (ABREU, 2010, p. 164).

A partir de 2019, com o início do governo de Jair Bolsonaro, merece destaque as políticas fiscais contracionistas adotadas no que diz respeito aos repasses de recursos financeiros à cultura. Ainda que as dificuldades que o setor enfrenta existam há muito tempo, é nítida a percepção que a situação se agravou devido ao posicionamento do então governo. Vale destacar que, desde que ainda era candidato, em agenda eleitoral no Rio de Janeiro, no dia seguinte ao incêndio que destruiu o Museu Nacional, Bolsonaro já defendia a ideia de

retirar o *status* de Ministério da pasta da Cultura⁷ (MinC), substituindo o MinC por uma secretaria, e que a Lei Rouanet passaria por uma série de mudanças (BOREKI, 2018; G1, 2018).

Salienta-se que, mesmo com o grande crescimento nos números relacionados a cultura, que resultam no fortalecimento da economia criativa no Brasil, esse governo constantemente desvalorizou e hostilizou a Cultura. Dessa forma, o MinC foi extinto pelo governo Bolsonaro em janeiro de 2019 e incorporado ao Ministério do Turismo, sob protestos da classe artística e de cinco ex-ministros da cultura (O GLOBO, 2019a). Essa mudança já havia sido tentada no início do governo de Michel Temer em 2016, porém, o então presidente voltou atrás em razão das duras críticas de representantes do setor cultural à transferência da pasta para o guarda-chuva do MEC (G1, 2018).

A Lei Rouanet, atualmente conhecida como Lei de Incentivo à Cultura, criada em 1991, é considerada o principal mecanismo de incentivo financeiro às atividades culturais no país, e tem como objetivo, dentre outros, promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira. Porém, apesar desta lei ter gerado um impacto de R\$ 2 bilhões na economia em 2018 – terceiro maior valor nos últimos 27 anos da legislação –. o que resultou num importante aumento na geração de renda e empregos (BERGAMO, 2019), ainda é notória a falta de investimento nos repasses de verbas para os museus públicos do Brasil, o que traz grandes prejuízos à cultura.

Apesar de anunciar, em fevereiro de 2019, a redução de verbas para projetos de R\$ 60 milhões para R\$ 10 milhões (MEIA HORA, 2019), em abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o limite captado anualmente por projeto da Lei Rouanet cairia de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão (O GLOBO, 2019b). Além disso, a fim de justificar a não contratação e o corte do patrocínio de projetos culturais por empresas estatais, com o intuito de desestabilizar a classe artística e cultural, o governo também divulgou diversas informações equivocadas, tentando criar um sistema de censura prévia a projetos realizados em espaços culturais mantidos e patrocinados por empresas estatais (NIKLAS, 2019; FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Após a censura e o cancelamento de espetáculos, seminários e festivais de cinema em equipamentos federais, como unidades da Caixa Cultural e do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), o presidente Jair Bolsonaro afirmou ainda que faria mudanças na Fundação Nacional de Artes (Funarte) e na Agência Nacional do Cinema (Ancine) (O GLOBO, 2019c).

⁷ Para mais informações sobre a trajetória do Ministério da Cultura (MinC), ver: CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019, 218 p. Disponível em: https://www.gov.br/casarui Barbosa/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pdfs/escritos-sobre-politicas-culturais_miolo2.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

Segundo Danielle Brant e Gustavo Uribe (2019), a mudança se concretizou quando, em mais uma ofensiva contra a cultura, cortou da Ancine quase 43% do orçamento do Fundo Setorial do Audiovisual, um setor que gera empregos e que é considerado um grande impulsionador da nova economia (BRANT; URIBE, 2019). Já a Funarte teve diversas nomeações e mudanças em sua diretoria – inclusive de pessoas sem formações específicas e que não possuíam experiências para o cargo – trazendo prejuízos reais à gestão e ao fomento da atividade produtiva artística brasileira, possibilitando que diretrizes técnicas fossem distorcidas e os serviços desempenhados pela fundação fossem desenvolvidos com mais lentidão e interrupções (G1, 2020b).

Outro caso relevante sobre mudanças na área cultural ocorreu no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Criado em 1937 e vinculado ao Ministério do Turismo, o Iphan responde pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, que objetiva proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, e é responsável pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, (IPHAN, 2020). Apesar dessa importância, segundo Juca Ferreira (2019), o desmonte do Iphan, uma das mais antigas instituições dedicadas à defesa de nosso patrimônio histórico, que lida com um ativo raro e não renovável – os bens culturais, os monumentos, os sítios arqueológicos e as paisagens – causou estarrecimento e deixou o país atônito pelas nomeações sem qualificação de seus superintendentes. Segundo Guilherme Amado (2020), desconsiderando a importância dessa instituição para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a revolta da classe artística e urbanística, foram indicados e nomeados, pelo então Ministro do Turismo, servidores sem qualificação técnica para ocupar a diretoria do Iphan, um dos cargos mais importantes da cultura brasileira, necessitando que o conselho internacional de museus pedisse ajuda a líderes políticos em caráter de urgência (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

A nomeação de profissionais considerados não qualificados para o Iphan deu-se, de acordo com Mônica Bergamo (2020a), em meio a diversos questionamentos, cobranças e pedidos ao governo. Posteriormente, houve uma decisão da Justiça Federal do Rio, que suspendeu os efeitos da nomeação desses profissionais não qualificados. Entretanto, alegando a não comprovação de incompatibilidade de perfil profissional com o cargo e atendendo ao pedido do governo federal, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região derrubou essa decisão estadual (CBN, 2020). Além disso, de acordo com Jan Niklas (2020), foi apresentado um projeto de lei que tira poderes do Iphan em relação ao

tombamento e a preservação, prevendo a dispensa de multas e dificuldades no processo de tombamento.

Ainda relacionado ao desmonte das instituições culturais no Brasil, destaca-se o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa⁸, originada em 1928 e que vem, desde 1966, trabalhando no desenvolvimento da cultura, da pesquisa e do ensino, criando um Centro de Pesquisa e um Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2020). De acordo com Mônica Bergamo (2020b), o debate em torno da transformação da Casa de Rui Barbosa em um museu foi de grande polêmica, pois a fundação é responsável por uma das maiores e mais significativa produção de conhecimento sobre políticas culturais do Brasil e, com a mudança, passaria a integrar a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Essa transformação impactaria não só na mudança da gestão, mas no encerramento da pesquisa, fechamento de acervos, bibliotecas e pós-graduação e eliminação do quadro de servidores. No entanto, segundo João Perassolo (2020), por meio de um comunicado recente feito pelo Ibram, foi divulgado que esta proposta será arquivada.

As constantes mudanças nas administrações públicas não se deram somente nas instituições e fundações geridas pelo governo Jair Bolsonaro, mas também na própria Secretaria Especial de Cultura, que foi transferido da Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. Segundo Jussara Soares (2019), após sucessivas trocas na gestão da Secretaria de Cultura, nomeou-se como secretário especial da Cultura o dramaturgo Roberto Alvim, associado a ideias conservadoras e ações reconhecidas como de guerra contra a cultura. De acordo com Gabriel Shinohara (2020), uma onda crescente de indignação entre políticos, autoridades e representantes da sociedade civil, especialmente após um pronunciamento deste secretário plagiando o discurso nazista de Joseph Goebbels, culminou com o pedido de seu afastamento. Apesar de justificar seu discurso como uma “coincidência retórica” (G1, 2020c), após um posicionamento da cúpula militar do governo, Luiz Calcagno (2020) afirmou que o então presidente da República decidiu exonerar este secretário de Cultura.

O descaso com a área cultural também ficou evidente em outras situações. A segunda pessoa a ocupar o cargo na direção da Secretaria Especial de Cultura foi a atriz Regina Duarte, que, segundo Gabriel Mascarenhas (2020), teve como orientação do presidente a não liberação de verba para projetos ligados à diversidade de gênero. Com receio de

⁸ Para maiores informações sobre o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa, ver: RANGEL, Aparecida Marina de Souza. **Museu Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado**. 2015. 254f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

desagradar o governo, a então secretária ignorou a classe artística e os interesses da pasta da Cultura. Um dos pontos marcantes de sua gestão foi sua entrevista ao vivo para a CNN Brasil, na qual a artista cantarolou uma música associada ao período em que os militares mandavam no país e minimizou as pessoas que morreram durante o regime da ditadura (CASTRO, 2020). Assim, com pouco mais de dois meses no cargo, Regina Duarte também deixou o comando da secretaria de Cultura (MAZUI; KRÜGER, 2020).

Em sua quinta escolha para a Cultura, numa nova tentativa de acertar o comando da Secretaria Especial de Cultura, o então presidente anunciou a escolha do ator Mário Frias (FERNANDES; FIORATTI, 2020), sendo esperado pelos assessores presidenciais que fosse aumentado o rigor na concessão de benefícios ao setor audiovisual e implementadas mudanças na Lei Rouanet. O ator foi substituído por Hélio Ferraz de Oliveira, até então secretário nacional do audiovisual e nº 2 da pasta, para que Frias pudesse se dedicar a sua candidatura à deputado federal por São Paulo.

Em 2022, ainda em campanha para eleição à presidência da república, sob o discurso de que o respeito à cultura é o respeito à democracia, Lula, o candidato da esquerda, prometeu restabelecer o MinC (FOLHA DE SÃO PAULO, 2022). Após a eleição de Lula, segundo Ana Mendonça (2022) e Paulo Cappelli (2023), a sua equipe de transição de governo, por meio de abertura de crédito extraordinário ou suplementar, buscou prorrogar a Lei Paulo Gustavo, criada para auxiliar o setor cultural por conta da pandemia.

De acordo com Bárbara Blum (2022), a escolha do nome de Margareth Menezes, uma cantora negra baiana, para ser Ministra da Cultura, faz alusão ao mandato bem-sucedido de Gilberto Gil no primeiro governo de Lula. A experiência de mais de 35 anos de carreira de Margareth Menezes e sua nomeação em 2021 como embaixadora da cultura popular do Brasil pela Unesco trouxeram maior representatividade para a área da Cultura (O GLOBO, 2022). No início do governo, segundo Bárbara Blum e Carolina Moraes (2022), o MinC anunciou orçamento recorde de R\$ 10 bilhões para 2023, além de uma parceria inédita com o Banco do Brasil e de um pacote de medidas que inclui novas autorizações para a utilização da Lei Rouanet e, de acordo com Danilo Moliterno e Tiago Tortella (2023), a liberação de quase R\$ 1 bilhão de recursos bloqueados pela gestão anterior (PLANALTO, 2023).

Como vimos neste capítulo, é de grande relevância a importância da construção da cidadania cultural, que equivale ao apoderamento da cultura brasileira pelos indivíduos, que passam a se considerar membro da sociedade, impulsionando-os no sentido da mudança. Além disso, essa nova aquisição de consciência tem a potência de despertar seus impulsos políticos e alimentar seu desejo por transformar o meio em que vive. Este

capítulo traz ainda um importante debate a respeito do grau de participação do Estado na área da cultura e do seu papel como regulador das forças do mercado, enfatizando a temática das políticas culturais e da sustentabilidade econômica, que, no Brasil, é dinamizada a partir dos anos 1980. O conceito e a importância da sustentabilidade do patrimônio cultural são abordados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3
A SUSTENTABILIDADE INTEGRADA DO
PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

3 A SUSTENTABILIDADE INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

Com este terceiro capítulo, propõe-se abordar os museus como bens culturais que produzem impactos econômicos e sociais diretos e indiretos na a sociedade, sendo importantes coadjuvantes no processo de formação e educação da sociedade e contribuindo para o aumento da coesão social e da afirmação da cidadania e das identidades sociais.

Definir o conceito de sustentabilidade tem sido um desafio enfrentado por várias e distintas abordagens (ambiental, social, econômica, institucional, cultural). A sustentabilidade está pautada na preocupação com a garantia de necessidades futuras, o que faz com que os museus estejam intrinsecamente ligados a essas questões, já que se trata de instituições de caráter público com função e compromisso preservacionistas. Até que a sociedade consiga estabelecer novos parâmetros para o que é considerado progresso, os museus têm como missão garantir o uso mais equilibrado de seus recursos (AURELIANO; COAN; ROMEIRO FILHO, 2016).

De modo geral, o conceito de sustentabilidade ainda é impreciso, apesar de, segundo Enrique Leff (2008), o discurso dominante de sustentabilidade ser o econômico, atravessado por diferentes interesses sociais e políticos. Destaca-se que, segundo Luciana Guizan Aureliano, Samanta Coan e Eduardo Romeiro Filho (2016), a dimensão econômica é aqui entendida como o equilíbrio do uso dos recursos econômicos necessários à adequada manutenção das instituições e conseqüente garantia do cumprimento de sua missão na sociedade.

Ao abordar a temática sustentabilidade econômica e mecanismos de financiamento de museus, deve-se primeiramente questionar se podemos considerar o museu um agente econômico ou uma instituição sem fins lucrativos. A reflexão atual sobre os museus aponta para significativas mudanças de sentido no seu papel cultural, social e econômico, sendo reconhecida a importância dos museus nas sociedades complexas como recursos para alavancar processos de revitalização de áreas urbanas, consolidar roteiros turísticos e inserir cidades no circuito internacional, promover megaexposições ou grandes mostras capazes de atrair investimentos do mercado, mediar relações entre grupos, provocar politicamente, construir narrativas engajadas e favorecer o desenvolvimento de culturas e comunidades. Esse reconhecimento provoca um deslocamento da compreensão dos

museus para além das atividades de preservação e representação de valores e práticas, produção de conhecimentos, documentação, criação de narrativas, conformação de significados e os recontextualizam nas relações de poder e memória (IBRAM, 2014).

Sobre a contribuição econômica do setor cultural para o desenvolvimento global de um país, afirma-se que a importância do reconhecimento da economia da cultura não está somente na dimensão do impacto econômico que ela gera, mas sobretudo, em ratificar sua importância para o desenvolvimento da localidade, região e país. Nesse sentido, Paul Tolila (2007) destaca que pensar a economia do setor cultural é comparada a uma estratégia de que o setor cultural deve se utilizar para melhorar sua própria visão das coisas, defender suas escolhas e sua existência e participar de maneira ativa do seu desenvolvimento futuro. Nesse contexto, os museus são progressivamente reconhecidos como tendo um papel-chave na sociedade e como fator de promoção da integração e da coesão social, podendo ajudar as comunidades a enfrentarem mudanças profundas na sociedade, incluindo aquelas que levam ao crescimento da desigualdade e à quebra de laços sociais. Considera-se, assim, os museus como espaços públicos vitais que devem abordar o conjunto da sociedade e podem desempenhar um importante papel no desenvolvimento de laços sociais e de coesão social, na construção da cidadania e na reflexão sobre identidades coletivas (UNESCO, 2017).

É inegável a importância dos museus no desenvolvimento de uma sociedade, não sendo incomum encontrar casos em que eles são acionados como recurso para alavancar processos de revitalização de áreas urbanas, consolidar roteiros turísticos e inserir cidades no circuito internacional, promover megaexposições ou grandes mostras capazes de atrair investimentos do mercado, mediar relações entre grupos, provocar politicamente, construir narrativas engajadas, favorecer o desenvolvimento de culturas e comunidades (IBRAM, 2014).

Embora os museus sejam considerados instituições públicas, para os quais não se aplica a lógica da busca pelo lucro, essas instituições, quando implantadas em determinadas regiões provocam diversos impactos econômicos diretos e externalidades positivas. Os impactos econômicos diretos dizem respeito ao quanto geram em termos de emprego e renda e de quanto produzem de valor adicional em outros setores. Dentre esses impactos, destacam-se o fluxo financeiro direto – salário, emprego, manutenção do equipamento cultural – e o fluxo financeiro indireto – renda, turismo, reabilitação urbana, restaurantes, programação cultural intensificada. Esse conjunto de impactos diretos e indiretos promove a requalificação urbana do entorno do museu, que, além de trazer um fluxo financeiro direto

também contribui para um processo de valorização das áreas adjacentes e dinamização de diversos setores da economia do local onde essa atividade foi instalada (IBRAM, 2014).

Com relação às externalidades positivas, estas podem ser definidas como o impacto gerado pela interação entre dois agentes econômicos e que afeta um terceiro que não toma parte diretamente nessa interação, podendo ser citado o turismo cultural, tendo o museu como opção de lazer e espaço social, projeção para a cidade e patrimônio cultural. As externalidades positivas advindas dos museus estão ligadas a cinco valores socialmente atribuídos a essas instituições culturais, que são expressos como um ciclo de valores: a) valor de escolha; b) valor de existência; c) valor de legado; d) valor de prestígio; e) valor de educação (IBRAM, 2014). Nesse contexto, pode-se afirmar que a viabilização das funções de preservação, pesquisa e comunicação, ligadas à atuação de museus, implica custos significativos, que, por sua vez, demandam investimentos públicos e privados bastante expressivos; contudo, tais gastos, mesmo diante de uma importante crise sanitária e econômica, são considerados baixos dentro da perspectiva dos impactos sociais gerados pelas instituições (IBRAM, 2014).

Faz-se necessário ainda afirmar que a dimensão econômica da sustentabilidade estabelece o desenvolvimento de meios e processos de funcionamento e de modelos de gestão sustentáveis para os museus, buscando os recursos financeiros (fluxos de investimentos públicos ou privados) necessários ao cumprimento de sua missão e contribuindo para o desenvolvimento da economia local e equilíbrio econômico-financeiro. Saliencia-se que a manutenção dessa estrutura institucional, que tem uma função social, deve ainda ser pautada no Plano Nacional de Museus, por meio da definição de formas de investimento ligadas ao marketing cultural, cobrança de ingressos, uso do espaço para eventos de terceiros e aluguéis para cafés e lojas de *souvenirs*. Importante destacar que a estrutura proposta na legislação, ainda que na forma de recomendação, destaca a possibilidade e adequação de diferentes realidades (IBRAM, 2016).

No Brasil, é dever de todo museu a elaboração de um Plano Museológico, que deve ordenar e priorizar as ações a serem desenvolvidas para o cumprimento da sua função social, além de ter a finalidade de orientar a gestão do museu e estimular a articulação entre os diversos setores de funcionamento, tanto no aprimoramento das instituições museológicas já existentes quanto na criação de novos museus. Ressalta-se que o Plano Museológico traz elementos de planejamento relativo ao nível gerencial da organização de acordo com a realidade de cada museu, abrangendo grandes áreas e os projetos que os compõem, sendo eles: Institucional; Gestão de Pessoas; Acervos; Exposições; Educativo e Cultural; Pesquisa; Arquitetônico-Urbanístico; Financiamento e Fomento; Comunicação; Socioambiental; e Acessibilidade Universal. Nesse contexto, destaca-se a importância do

programa de Financiamento e Fomento, que abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos dentro do museu, tendo como objetivo identificar estratégias de captação de recursos para implementação das ações apontadas nos demais programas do Plano Museológico, que podem ser provenientes de diversas fontes, tais como orçamento próprio, patrocínio, convênio, parceria e leis de incentivo (IBRAM, 2016).

Sergio Ricardo Retroz e Luiz Carlos Borges (2021, p. 05) ressaltam que a trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil evidencia a existência de distintas configurações ao longo do tempo (cultura como identidade, cultura como ideologia, cultura como estratégia e cultura como mercado), e que “a consolidação da orientação mercadológica no campo foi em grande parte promovida pela própria ação ou inércia do Estado no campo”. A partir dessa compreensão, segundo esses autores, o fortalecimento do mercado deu-se a partir da criação de leis de incentivo e do desinteresse estratégico do Estado nas questões culturais, em conjunto com as dificuldades financeiras crônicas.

Ainda com relação ao desafio econômico que as instituições museológicas enfrentam quanto ao fomento, salienta-se que as instituições vinculadas à Administração Pública (municipal, estadual ou federal), apesar de possuírem dotação financeira determinada por legislação específica, muitas vezes não conseguem manter sustentavelmente todas as atividades, já que o recurso recebido é insuficiente para atender aos gastos necessários, necessitando ter acesso ampliado a outros tipos de recursos financeiros para assegurar sua sustentabilidade (IBRAM, 2016).

Assim, não há dúvida de que manter a sustentabilidade econômica e promover ações conforme suas missões e objetivos na realidade que estão inseridos é um dos grandes desafios dos museus. De modo geral, os museus são instituições que, em sua essência, não visam ao lucro, toda a contribuição recebida é investida na manutenção (arquitetônica e acervo), em projetos (exposições, educativo, aquisição de acervos) e nas diversas equipes envolvidas (AURELIANO; COAN; ROMEIRO FILHO, 2016).

A análise das atividades econômicas das instituições museais, denominada ‘economia de museus’, consolida-se dentro da agenda da economia da cultura e, conseqüentemente, da economia criativa, que inclui a valoração dos impactos sociais daquelas atividades econômicas, as externalidades e o papel social dos bens públicos (IBRAM, 2014). Assim, no âmbito da economia dos museus, reforça-se que essas instituições devem ser consideradas não apenas por estar integrada ao espaço público de lazer no ambiente urbano, mas também como uma forma de concretizar o direito à educação, promovendo a formação cultural, “no que alude à formação do indivíduo e dos instrumentos garantidores

da preservação do legado patrimonial, material e imaterial, de uma determinada comunidade ou povo, ao atuarem como repositórios de valor cultural” (IBRAM, 2014, p.22).

No contexto da economia da cultura, em especial no âmbito da sustentabilidade econômica em museus, Lia Calabre (2007) destaca a importância da compreensão do campo das políticas culturais e a complexa relação entre o Estado e a cultura, sendo o grande desafio transformar as ações em políticas que possam ter alguma garantia de continuidade nas próximas décadas.

A partir desse entendimento, faz-se necessário destacar que somente o enfoque econômico não é suficiente para a resolução de questões de maior complexidade relacionadas à sustentabilidade do patrimônio cultural diante das mudanças e degradações ambientais, consideradas efeito do desenvolvimento econômico despreocupado com os limites dos recursos naturais e ambientais e do estilo de vida enfatizado pela globalização e pelo processo de modernização. Tal problemática ambiental passa a questionar a racionalidade e os paradigmas que impulsionaram o crescimento econômico e negaram o meio ambiente (LEFF, 2008). Esse discurso sobre a sustentabilidade, que ainda privilegia a dimensão econômica, culpabiliza as circunstâncias ambientais atuais de poluição, danos e destruição crescente à condição de pobreza e de descontrole do crescimento populacional, minimizando a responsabilidade de um crescimento econômico desgovernado (LEFT, 2008).

Apesar da abordagem conjunta dos temas museus e desenvolvimento econômico ainda ser algo novo no Brasil, destaca-se a importância de observar esse aspecto para a sustentabilidade futura dos museus. Nesse contexto, Nestor Garcia Canclini (2006) destaca que o conceito de desenvolvimento é plural e diverso, de acordo com culturas, localidades e tempos distintos, sendo considerado como geração de impacto social, cultural e econômico.

A insatisfação com o modelo do capitalismo industrial culmina no surgimento de um novo ambientalismo, deflagrando importantes reflexões acerca do futuro e da participação do ser humano no planeta. De acordo com Cassia Rodrigues da Silva (2016), o conceito de sustentabilidade surge a partir dos estudos da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as mudanças climáticas no início da década de 1970, sendo ampliado no contexto mundial a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, denominada Conferência de Estocolmo, em 1972, diante de um cenário de crise ambiental, “como um termo que questiona as bases de produção e reconhece a função de suporte, condição e potencial da natureza para os processos de trabalho” (SILVA, 2016, p. 17),

provocando, segundo Mario Chagas, Denise Studart e Claudia Storino (2014), significativas mudanças comportamentais e de mentalidade.

Com a constatação dos riscos de esgotamento dos recursos naturais e a possibilidade de extinção da vida humana, segundo Daniel Bertoli Gonçalves (2005), há uma fusão conceitual entre desenvolvimento e meio ambiente dando origem ao conceito de ecodesenvolvimento, que no início dos anos 1980 foi substituído pelo conceito de desenvolvimento sustentável.

A ideia de um novo modelo de desenvolvimento para o século XXI, compatibilizando as dimensões econômica, social e ambiental, surgiu para resolver, como ponto de partida no plano conceitual, o velho dilema entre crescimento econômico e redução da miséria, de um lado, e preservação ambiental de outro (GONÇALVES, 2005, p. 02).

O discurso da sustentabilidade surge então, na década de 1960, como alternativa para ordenar a economia, assegurando a condição básica para a existência humana e para um desenvolvimento permanente. Nos anos de 1970, essa consciência ambiental se expandiu, evidenciando a relação entre a racionalidade econômica e a degradação ambiental (LEFF, 2008). Nesse cenário, destaca-se a criação de novos museus e a renovação de conceitos e paradigma dos museus na sociedade.

Nessas mesmas décadas, observa-se um surto de criação de novos museus e ao mesmo tempo se torna perceptível um maior reflexo objetivo das mudanças políticas e econômicas na administração dessas instituições. A renovação de conceitos e, em certa medida, do paradigma dos museus na sociedade, também a organização e a gestão, no quadro museal, tiveram de adaptar-se e mudar, a par da compreensão de que cada museu tem de se singularizar e de comunicar de maneira clara com os seus públicos, não deixando de valorizar os seus acervos, mas encontrando uma maneira de atualizar os temas e os problemas que o museu trata nessa sua comunicação (SILVA, 2016, p. 17).

A origem do conceito de desenvolvimento sustentável, de acordo com Maria de Assunção Ribeiro Franco (2001), encontra-se no documento intitulado “Estratégia de Conservação Mundial” publicado em 1980 pela União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais. Entretanto, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), sua concepção somente foi definida em 1987, com a publicação do documento denominado “Nosso Futuro Comum”, conhecido como Relatório Brundtland, que estabeleceu três princípios fundamentais – o de desenvolvimento econômico, o de proteção ambiental e o de equidade social – e definiu conceitualmente o termo desenvolvimento sustentável como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (GONÇALVES, 2005, p. 02).

Em 1992, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro, foi elaborada a Agenda 21, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, e a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, definindo os direitos e deveres dos estados sobre os princípios básicos do meio ambiente e do desenvolvimento (GONÇALVES, 2005).

Ainda dentro desse contexto histórico, destaca-se também o Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-americanos⁹ (MCC), que representa o conjunto de termos e conceitos articulados em relação ao tema da sustentabilidade, estimulando a multiplicação de tecnologias sociais que contribuam para o desenvolvimento local sustentável. O MCC vem concretizar um dos primeiros projetos da Linha de Ação Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-americanos, criada pelo Conselho Intergovernamental do Programa IBERMUSEUS em 2014 (IBERMUSEUS, 2019).

Faz-se necessário salientar que o discurso sobre a sustentabilidade não é homogêneo e nem isento de conflitos de interesses dos vários atores sociais e políticos (LEFT, 2008). A partir desse entendimento, a sustentabilidade insere-se em um ciclo virtuoso das relações ambientais de um território, e, para alcançá-la, “é necessária a consideração das relações em bases locais de gestão, que irá ensejar o fluxo positivo desejado, atingindo todas as dimensões (econômica, social, cultural e ambiental)” (SILVA, 2016, p. 21). Com base em vários autores, são conceituadas as dimensões da sustentabilidade:

Sustentabilidade Social: a busca pela melhoria da qualidade de vida da população, equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, através da participação e organização popular, da promoção da capacidade de ação crítica e continuada para a inclusão coletiva nos processos de planejamento e de produção econômica e cultural, respeitando os valores sociais locais [...] e o tecido social.

Sustentabilidade Econômica: a procura pela viabilidade das atividades econômicas e empresariais, satisfação da demanda social por bens de “ampliação” [...], crescimento concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços [...] e produção e distribuição de riquezas sem comprometimento dos insumos [...].

Sustentabilidade Cultural: o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais, a manutenção da paisagem, da personalidade local e da cultura material e imaterial e o equilíbrio do campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial, com foco no habitante local [...].

Sustentabilidade Ambiental: desenvolvimento ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais [...]; a preservação da biodiversidade; a utilização racional dos recursos naturais e a

⁹ Para maiores informações sobre o Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-americanos, ver: IBERMUSEUS. **Marco conceitual comum em sustentabilidade das Instituições e processos museais Ibero-americanos**. 2019. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/06/mccs-web-08-06-20.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

conservação dos recursos a partir de uma perspectiva de longo prazo [...]; uso de tecnologias limpas e de maior eficiência, com regras para uma adequada proteção ambiental; equilíbrio de ecossistemas; e erradicação da pobreza e da exclusão, visando também a nossa geração e não somente a próxima [...] (SILVA, 2016, p.27).

Com relação à noção de sustentabilidade, é necessário ainda enfatizar que, apesar do conceito de sustentabilidade ter sido construído a partir de um tripé – ambiental, econômico e social –, há um foco privilegiado nos dois primeiros eixos, o que tem se mostrado insuficiente para abordar a complexidade das questões relacionadas ao patrimônio cultural, fazendo com que se negligencie um dos aspectos considerados mais importante da sustentabilidade em relação ao patrimônio cultural: a sua relevância social. Segundo Cassia Rodrigues da Silva, Lúcia Capanema Álvares e Mario Chagas (2021), a integração das dimensões de sustentabilidade, sem a exclusão de nenhuma delas, concebe a sustentabilidade integrada como um conceito transdisciplinar fundamental aos museus, sendo entendido como “a promoção da compaixão e da alteridade, do bem-estar coletivo, da vida, das etnias e das culturas, por meio da produção e distribuição de riquezas, fundada no modelo sociocultural, e na preservação dos ecossistemas e do meio ambiente” (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021, p. 40).

A nova visão sobre os museus e a museologia e a ampliação do conceito de patrimônio cultural vem favorecendo a reformulação dos conceitos de conservação, manutenção e sustentabilidade desse bem cultural. Apesar de os termos “conservação” e “sustentabilidade” serem tratados algumas vezes como sinônimos, exprimem situações diferentes, e por isso é necessário conceituá-los, identificá-los e diferenciá-los. É importante destacar a relação da sustentabilidade com a qualidade ambiental e o crescimento econômico; por sua vez, a conservação se preocupava com a memória, com a identidade e com os valores, por meio da gestão da mudança e da manutenção da qualidade do ambiente. Sem deixar de valorizar seus acervos, a renovação de conceitos e do paradigma dos museus na sociedade e da organização e gestão no quadro museal provocaram mudanças e adaptações na atualização de temas e problemas relacionados aos museus e na compreensão da singularização e comunicação do museu com os seus públicos (SILVA, 2016).

Os museus são caracterizados como bens culturais que produzem impactos econômicos e sociais diretos e indiretos para a sociedade, integrando o sistema de produção e difusão cultural de uma determinada região e sendo importantes coadjuvantes no processo de formação e educação da sociedade, contribuindo para o aumento da coesão social e da afirmação da cidadania e das identidades sociais, compreendidos a partir de alguns elementos específicos, fornecidos pelo instrumental analítico da economia da cultura.

Tendo como funções a preservação da memória, a exposição e divulgação de aspectos culturais, os museus, conscientes de sua missão, ampliam seu lugar privilegiado no futuro da sociedade (IBRAM, 2014). Para isso, até que a sociedade consiga estabelecer novos parâmetros para o que é considerado progresso, os museus têm como missão garantir o uso mais equilibrado de seus recursos, sejam eles cultural, ambiental, social ou econômico (AURELIANO; COAN; ROMEIRO FILHO, 2016).

Nesse contexto, Ignacy Sachs (2000) destaca que a visão de cultura deve ser entendida como mediadora entre sociedade e natureza, sendo o ambiental considerado a base e o econômico, o meio. Assim, o único objetivo da sustentabilidade seria o sociocultural. O ecodesenvolvimento seria, então, considerado como uma das mais importantes estratégias para a proteção de áreas ecologicamente valiosas (áreas protegidas) diante de pressões insustentáveis, ou inaceitáveis, resultantes das necessidades e atividades das pessoas que vivem nesses locais ou no seu entorno.

Ainda de acordo com Sachs (2000), o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo histórico e universal sobre os direitos humanos, individuais e coletivos, negativos e positivos. A conservação e proteção da biodiversidade e o aproveitamento racional da natureza são de suma importância como garantia dos direitos das futuras gerações, e tais ações podem afetar locais distantes de onde as mesmas acontecem, em muitos casos implicando todo o planeta ou até mesmo a biosfera (SACHS, 2000).

Ressalta-se que a sustentabilidade está pautada na preocupação com a garantia de necessidades futuras, o que faz com que os museus estejam intrinsecamente ligados a essas questões, já que se trata de instituições de caráter público com função e compromisso preservacionistas. Nesse cenário, salienta-se que alguns museus são considerados progressistas, por serem ao mesmo tempo potência e ato de cidadania, assumindo posição emblemática na sociedade, de maneira a colaborar para um futuro melhor para todos (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021).

[...] os museus podem e devem assumir uma posição emblemática e sempre inovadora na sociedade, uma vez que suas atividades sociais, educativas e culturais, quando inseridas na cidade e dialogando com os cidadãos, são responsáveis por disseminar esperança, cuidado, reflexões e ações [...].

Por desempenharem uma missão ora científica, ora artística, que pode ao mesmo tempo ser educativa e social, convém pensar até que ponto os museus praticam a sustentabilidade, assumindo de forma integral seu compromisso com a sociedade. [...] A importância do papel dos museus se assenta também na sua inerente vocação a favor das relações entre pessoas, na sua constante interação, construção e integração em redes, envolvendo diversas organizações e instituições locais, nacionais e internacionais (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021, p. 17).

Nesse processo, de modo geral, os museus são promotores e catalizadores de uma sustentabilidade integrada com base no desenvolvimento social, cultural e econômico, bem como na preservação ambiental, por meio da aproximação do ciclo virtuoso da sustentabilidade.

Para que se aproximem do ciclo virtuoso da sustentabilidade, os museus e quaisquer instituições culturais necessitam se moldar a um sistema que engloba as quatro dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica, social e cultural), sua organização estrutural (gestão) e suas relações externas. Esse sistema deverá funcionar de modo a integrar as dimensões, não permitindo a exclusão de nenhuma delas, e será ativado principalmente com a participação social, por meio de uma postura e um discurso que privilegiem a gestão de baixo para cima (bottom-up) e visem um novo paradigma inclusivo e democrático. As atividades desenvolvidas devem servir de exemplo, favorecendo e representando as culturas locais através da educação humanista e estimulando sempre o espírito crítico. Por isso, é fundamental o seu envolvimento em questões atuais, que proporcionem transformações e mudanças de atitudes para a conscientização; logo, o comprometimento com movimentos sociais e o engajamento social, político, econômico, cultural e ambiental são fundamentais.

Os museus e instituições culturais precisam também estar inseridos na rede urbana e integrados à malha urbana, para a diminuição do impacto ambiental de suas atividades e a promoção da economia solidária em todo seu ciclo, incentivando o diálogo com a cidade e seus problemas, de maneira a possibilitarem sua sustentabilidade integrada (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021, p. 181).

A complexidade envolvida na abordagem da sustentabilidade integrada exige um denso e detalhado modelo de análise de sustentabilidade integrada museal. Tal modelo composto a partir da literatura por um quadro com 44 variáveis sintetizadas, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização, foi construído e aplicado em um estudo na região metropolitana do Rio de Janeiro. A aplicação desse modelo enfatiza a importância da relação dos museus com a sociedade como promotores da sustentabilidade integrada. Por meio do estudo das atividades museológicas, identificam-se quais dimensões (social, econômica, cultural e ambiental) estão presentes nas práticas institucionais (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021).

[...] o modelo preconizado propõe a realização de atividades fim (exposições, ações e oficinas, cursos etc.) que apresentem e discutam os problemas e as contradições da sociedade, assim como as contribuições culturais, econômicas e sociais das minorias; e de atividades meio (administrativas) que se baseiem num planejamento incluyente, participativo e redistributivo pautado pelos movimentos de baixo para cima (bottom-up). O museu deve posicionar-se como mediador e agente difusor de conhecimento, da cidadania e das preocupações ambientais, sociais e econômicas, abordando o tema da sustentabilidade integrada não somente em exposições, e sim considerando-a como comportamento. É indispensável que a gestão e o trabalho do museu se fundamentem na comunidade/população, no engajamento e na atuação em todas as dimensões e que considere a acessibilidade dos edifícios, o uso de

materiais sustentáveis e energia alternativa, a utilização racional dos recursos, a gestão de resíduos, o resgate da cultura e da autoestima da comunidade em que está inserido, a valorização da diversidade, a capacitação, a promoção da qualidade de vida, o estímulo à economia alternativa e à sua inclusão nos circuitos superiores de circulação de bens e mercadorias (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021, p. 184).

A abordagem da sustentabilidade deve privilegiar uma visão local e global, de forma conjunta, articulada e democrática; defender uma economia baseada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e crítica ao Estado centralizado; abrir-se ao debate acerca do cooperativismo como prática econômica, da economia solidária, de formas de economias alternativas; e repensar as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade (SILVA, 2016). Segundo Silva (2016); deve-se ainda contextualizar a cidade na rede urbana de pertencimento, submeter a ocupação de espaços a critérios como isolamento de atividades poluidoras, preservação de áreas verdes e tráfego, e, por fim, valorizar o planejamento das atividades para a organização e resolução de problemas e reforçar a necessidade de elaboração de novas propostas para que sujeitos sociais excluídos do modelo vigente possam ser incluídos. Para essa abordagem, segundo Carlos Frederico Loureiro (2014), deve-se buscar soluções na arena pública, participar da prática de elaboração de políticas públicas, para que haja democracia, cidadania e valorização da diversidade cultural e justiça social.

Como apresentado neste capítulo, a análise da sustentabilidade integrada das instituições museais reforçam que essas instituições devem assumir de forma integral seu compromisso com a sociedade e serem consideradas como uma forma de concretizar o direito a um futuro melhor para todos.

CAPÍTULO 4
FOCO NO SÍTIO ROBERTO
BURLE MARX

4 FOCO NO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX

Este capítulo se estrutura em três grandes partes. A primeira – O Estudo de Caso como trilha metodológica – apresenta o caminho metodológico traçado nesta pesquisa, incluindo o delineamento do estudo, a metodologia utilizada no estudo de caso e as etapas da pesquisa, com destaque para o desenvolvimento da teoria e a seleção do caso do Sítio Burle Marx, com a definição das técnicas de coleta de dados (análise documental e entrevistas) e a análise e interpretação de dados. Na segunda parte – Focando no processo e na construção de resultados em movimento –, são descritos os resultados das entrevistas, realizadas a partir do modelo de sustentabilidade integrada museal, composto por um quadro com 44 variáveis sintetizadas, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização. Por fim, na terceira parte – Conversas, diálogos, debates e reflexões que abrem novas perspectivas –, é feita a discussão dos resultados a partir das análises das variáveis de sustentabilidade integrada.

4.1 O ESTUDO DE CASO COMO TRILHA METODOLÓGICA

Segundo Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi (2003), a ciência foi criada dentro do contexto humano da necessidade de entender o porquê dos acontecimentos por meio de técnicas e métodos para analisar o mundo. Assim, de acordo com Amado Luiz Cervo e Pedro Alcino Bervian (2002), a pesquisa científica pode proporcionar uma compreensão e análise do mundo, e pode-se até dizer que a metodologia é um “caminho de estudo” que precisa ser percorrido para alcançar o conhecimento. Por definição, Marilda Corrêa Ciribelli (2003) destaca que a pesquisa científica é o processo de estudo, análise em diversas etapas para encontrar a solução para um determinado problema ou uma resposta para suportar ou não sua teoria inicial. Para Mauro José Fontelles e colaboradoras (2009), essas etapas incluem desde a escolha inicial do tema a ser estudado, o planejamento da investigação, o desenvolvimento do método a ser escolhido, a coleta e a tabulação dos dados, a análise dos resultados, a conclusão até divulgação dos resultados obtidos.

A escolha do tipo de estudo influi de forma determinante na investigação científica. O método deve ser alinhado face às necessidades de pesquisa, que, neste caso, propõe-se analisar a sustentabilidade integrada de um sítio de Patrimônio Mundial Cultural no Brasil. Nesse sentido, formularam-se como questões iniciais: quais são as principais políticas

públicas de proteção cultural? Quais são as principais formas de sustentabilidade dos patrimônios culturais no Brasil? Como são analisadas as principais formas de sustentabilidade de um patrimônio cultural? Em que medida os sítios de Patrimônio Mundial Cultural podem alcançar sua sustentabilidade, especialmente em contextos de crises que acabam por negligenciar a cultura?

4.1.1 Delineamento do Estudo

Para atingir os objetivos propostos e responder às questões de pesquisa, levando em conta os diferentes tipos de classificação de pesquisa científica, este trabalho apresenta-se:

- Quanto à natureza, como uma Pesquisa Científica Aplicada, que teve como objetivo gerar conhecimentos para a aplicação prática que direcionou para a solução de problemas específicos;
- Quanto à abordagem do problema, propondo-se levar em conta uma abordagem qualitativa, pois esta pesquisa procurou encontrar soluções subjetivas, provindas da interpretação;
- Quanto ao objetivo, como um estudo exploratório, por ser uma pesquisa que buscou aprofundar o conhecimento sobre um tema já conhecido, utilizando a forma de coleta mais usual para esse tipo de pesquisa, que é a entrevista;
- Quanto aos procedimentos, por meio da realização de um estudo de caso, que teve por objetivo um estudo aprofundado de um objetivo definido de maneira que obteve um amplo e detalhado conhecimento. Além disso, foram utilizados alguns elementos da pesquisa bibliográfica (por se embasar em materiais já publicados como: artigos científicos, monografias, dissertações, teses, entre outros) e documental (pesquisa que se baseou em materiais que não receberam um tratamento analítico, por exemplo, jornais e revistas).

4.1.2 Metodologia de Estudo de Caso

Para o desenvolvimento desta pesquisa, selecionou-se a metodologia de Estudo de Caso, que se constitui uma das muitas modalidades de delineamento de pesquisa e é considerado particularmente adequado quando as investigações pretendem responder a questões relacionadas com a forma (como?) ou com a razão (por quê?) dos fenômenos

sociais terem acontecido e quando é necessário realizar um conhecimento aprofundado da realidade.

Enquanto método de pesquisa, de acordo com Antonio Carlos Gil (2009), o estudo de caso surge da necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos e envolve procedimentos de planejamento, coleta, análise e interpretação de dados. Dessa forma, Robert K. Yin (2010) destaca que o estudo de caso possibilita uma análise sistematizada dos fenômenos, capaz de contribuir para o desenvolvimento científico, ajudando a construir, ilustrar e validar a teoria.

4.1.3 Etapas da Pesquisa

Com base nos referenciais teóricos de Robert K. Yin (2010) e Antonio Carlos Gil (2010), a utilização da metodologia de Estudo de Caso compreende as seguintes etapas: (1) o desenvolvimento da teoria; (2) a seleção do caso e a definição das técnicas de coleta de dados; e (3) a análise e interpretação de Dados. O percurso dessas etapas nesta pesquisa será apresentada a seguir.

Na primeira etapa da pesquisa, foi realizado o desenvolvimento da teoria. A forma prática de estabelecer o arcabouço teórico é a revisão de literatura, que consiste na identificação, localização e análise de publicações que contêm informação relacionada ao tema da investigação (YIN, 2010) e que fornecem importantes elementos para a reflexão, possibilitando a construção de um modelo de análise. Para responder às questões de pesquisa, o desenvolvimento da teoria tomou como base a literatura científica sobre as principais formas de sustentabilidade integrada, em especial a identificação de um modelo de sustentabilidade integrada museal.

Realizou-se revisão bibliográfica pela qual foi analisada a literatura científica, sendo identificado e selecionado um modelo de sustentabilidade integrada museal (Anexo 1), composto por um quadro com 44 variáveis sintetizadas, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização, que cobrem os principais pontos abordados pela revisão bibliográfica e documental (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021).

São as variáveis: promoção da sustentabilidade integrada; objetivo de criação do museu (missão) e sua utilidade prioritária e política; postura/discurso do museu; atividades desenvolvidas; participação e organização da comunidade; trabalho focado na comunidade; exemplo; representação da sociedade e da cultura; promoção do espírito crítico; promoção de um novo paradigma inclusivo e democrático que inclua a cultura popular; engajamento em movimentos sociais; envolvimento em

questões atuais; transformações e mudanças de atitudes e ética – conscientização; engajamento social; engajamento político; engajamento econômico; engajamento cultural; engajamento ambiental; desenvolvimento local; preservação ambiental; promoção da generosidade e da solidariedade; promoção da educação humanista; planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo; inserção na rede urbana (exportação e importação de insumos, resíduos e de cultura); impacto das atividades; plano museológico; programas socioambientais; não comprometimento dos recursos; utilização de tecnologias limpas e de maior eficiência; ocupação/implantação do museu; área de atuação do museu; enfrentamento de contradições; possibilidades de criar e de inovar; contextualização; conservação estratégica; integração dos bens culturais à malha urbana; respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais; redução das injustiças; redução das desigualdades sociais; combate ao preconceito; melhora da qualidade de vida coletiva; resgate da autoestima da comunidade; valorização do patrimônio natural e cultural; e atuação transetorial (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021, p. 68).

Assim, foi possível identificar um modelo de análise de sustentabilidade integrada museal com base no movimento da museologia social, o qual foi testado no município do Rio de Janeiro a partir da sua aplicação no Museu da Maré e no Museu de Arte do Rio (MAR), e no município de Duque de Caxias, no Museu Vivo do São Bento e no Museu Ciência e Vida (SILVA, 2016). Este arcabouço teórico em sua forma final foi constituído por um modelo completo, organizado e sumarizado em um quadro síntese (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021) para desenvolver a coleta de dados e análise neste estudo.

A segunda etapa da pesquisa realizada foi a seleção do caso e a definição das técnicas de coleta de dados. Sabendo que a determinação da amostra deve se dar de forma cuidadosa para que haja extração de toda a potencialidade dos dados, a seleção da amostragem, fundamentada na teoria e selecionada por critérios, focalizou o Sítio Roberto Burle Marx, último inscrito na Lista de Patrimônio Mundial Cultural no Brasil, como cenário do estudo.

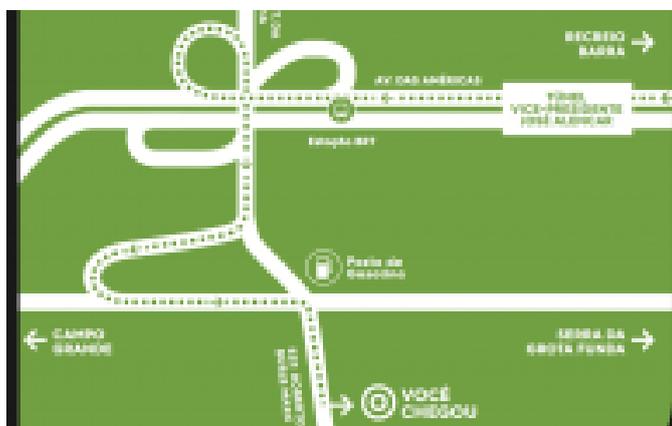
O Sítio Roberto Burle Marx (SRBM), localizado em Barra de Guaratiba, no Rio de Janeiro, tem uma área de mais de 400 mil m², onde está reunida uma das mais importantes coleções botânica-paisagística, artística, arquitetônica e biblioteconômica do mundo. Barra de Guaratiba é uma região entre a Restinga da Marambaia, manguezais e a Mata Atlântica, na zona oeste do Rio de Janeiro (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023). (Figuras 1 e 2)

Figura 1. Localização do Sítio Burle Marx, Barra de Guaratiba/RJ



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁰
Foto de Wesley Cunha

Figura 2. Estrada Roberto Burle Marx, Barra de Guaratiba/RJ



Fonte: Google Maps. Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹¹

A região de Barra de Guaratiba é habitada há mais de 3.000 anos. Seus primeiros moradores viviam da pesca, da coleta de moluscos e da caça, sucedidos por grupos da etnia tupi, que lhe deram o nome. Na linguagem dos índios que habitavam o local, Guaratiba significa “ajuntamento de guarás”, ave de cor vermelho-vivo e bico fino e longo, considerada uma das mais belas do planeta. O trabalho de Burle Marx e a presença do Sítio foram marcantes para o território e a comunidade do entorno. O próprio nome da estrada onde se situa o Sítio recebeu o nome de Estrada Roberto Burle Marx.

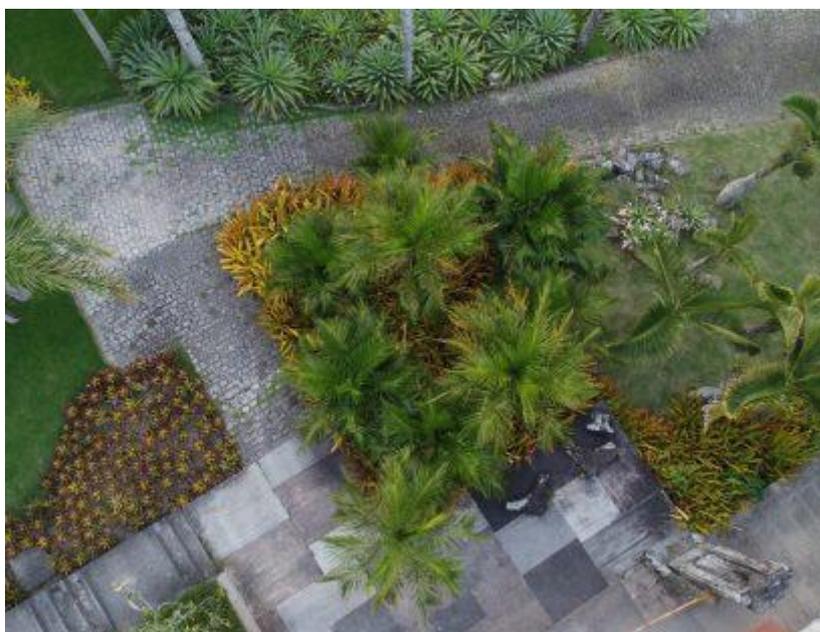
O Sítio Roberto Burle Marx é uma unidade especial, vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), cumprindo o papel de preservar, pesquisar e divulgar a vida e a obra de Roberto Burle Marx e reunindo um dos mais importantes acervos de

¹⁰ Confira em: <https://sitioburlemarx.org/barra-de-guaratiba-e-regiao/>

¹¹ Confira em: <https://sitioburlemarx.org/barra-de-guaratiba-e-regiao/>

plantas vivas do mundo num ambiente que sintetiza a vida e o espírito criativo do grande artista e paisagista. É reconhecido como patrimônio cultural brasileiro desde 1985, quando Burle Marx doou o Sítio ao governo federal, oficializado por meio de escritura de doação do Sítio Burle Marx (Anexo 2), porém seu tombamento integral ocorreu somente em 2000 (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2020; IPHAN, 2019). (Figura 3)

Figura 3. Foto aérea, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹²
Foto: Marlon da Costa Souza

Roberto Burle Marx (1909-1994) é um dos principais paisagistas do século XX, sendo reconhecido nacional e internacionalmente (Figura 4). Seguindo uma concepção inovadora de paisagismo, foi o criador do jardim tropical moderno, propondo diálogo entre a botânica tropical e a modernidade urbana, numa relação de continuidade entre os sistemas naturais e estéticos.

¹² Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/fotos-aereas/>

Figura 4. Artista e Paisagista, Roberto Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx/IPHAN¹³

De modo sucinto, o resgate histórico do Sítio mostra suas origens até tornar-se Patrimônio Mundial (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

O atual Sítio Roberto Burle Marx chamava-se, originalmente, Fazenda ou Engenho da Bica, pois as fontes de água existentes na parte mais alta do terreno eram canalizadas e serviam a população local por meio de uma bica próxima à estrada. A partir de 1681, com a construção da capela dedicada a Santo Antônio, passou a ser conhecido como Engenho Santo Antônio da Bica e, posteriormente, Sítio Santo Antônio da Bica.

Em 1949, Roberto e seu irmão Guilherme Siegfried Burle Marx compraram o primeiro terreno que hoje integra o Sítio Roberto Burle Marx, após uma longa busca por espaços que unissem boa diversidade de solos adequados, com rochas expostas, água abundante, e cujo entorno ficasse a salvo da especulação imobiliária. O local chama a atenção por sua vegetação nativa, formada especialmente por Mata Atlântica, preservada pelo Parque Estadual da Pedra Branca.

Em 1952 e 1960 os irmãos compraram e anexaram à propriedade inicial sucessivos terrenos vizinhos. Ao mesmo tempo, foram realizando as intervenções necessárias para transformá-la no laboratório pretendido por Roberto, com a instalação de infraestrutura, edificações, viveiros de plantas e áreas ajardinadas.

Em 1985, Burle Marx doou o Sítio ao governo federal, com o objetivo de assegurar a continuidade das pesquisas, a disseminação do conhecimento adquirido e o compartilhamento daquele espaço singular com a sociedade.

Com a morte de Roberto Burle Marx em 1994, o Sítio passou a ser gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O imóvel foi tombado pelos órgãos do patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro (1988) e da União (2000) e, desde julho de 2021, é Patrimônio Mundial, na categoria paisagem cultural, chancelado pela Organização

¹³ Confira: <https://sitioburlemarx.org/artista-e-paisagista/>

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023). (Figura 5)

Figura 5. Origem, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁴
Foto: Marcel Gautherot

A missão do Sítio Roberto Burle Marx é preservar, pesquisar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx com base neste patrimônio cultural, reconhecido como centro de memória e de estudos, construtor e difusor de conhecimentos nos campos do paisagismo, da paisagem, da preservação ambiental e das artes. Sua visão consiste em consolidar-se como centro de pesquisa e de referência da obra de Burle Marx, alinhado à visão e à missão institucional e ao Planejamento Estratégico do Iphan e em consonância com a Política Nacional de Patrimônio Cultural. São considerados valores do Sítio Roberto Burle Marx, a sustentabilidade, a cultura e a comunidade (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Destaca-se que a propriedade em que Burle Marx morou e produziu em seus últimos 20 anos de vida constitui-se em um grande laboratório de experimentações. Mais de 3.500 espécies de plantas tropicais e subtropicais, com ênfase em plantas nativas do Brasil, organizadas em viveiros e jardins, convivem em harmonia com a vegetação nativa numa área de 405 mil metros quadrados, que inclui várias edificações, lagos, jardins, coleções de arte e uma vasta biblioteca (Figura 6). São no total sete lagos: três situados junto do

¹⁴ Confira em: <https://sitioburle marx.org/historia/>

portão de acesso principal da propriedade, um em frente à Casa de Roberto (o primeiro a ser construído), os dois espelhos d'água da Cozinha de Pedra (um sobre a cobertura e outro sob a pérgola de flor de jade) e o outro entre a Cozinha de Pedra e o Ateliê. Esses lagos foram criados com a finalidade principal de receber as espécies aquáticas da coleção e, assim como os demais elementos dos jardins, pensados como parte integrante da paisagem, reunindo grupos de plantas diferentes em composições de impacto visual e harmonia estética. Os lagos atuam também como superfícies poéticas refletoras da luz, do céu e da vegetação. (Figura 7 e 8)

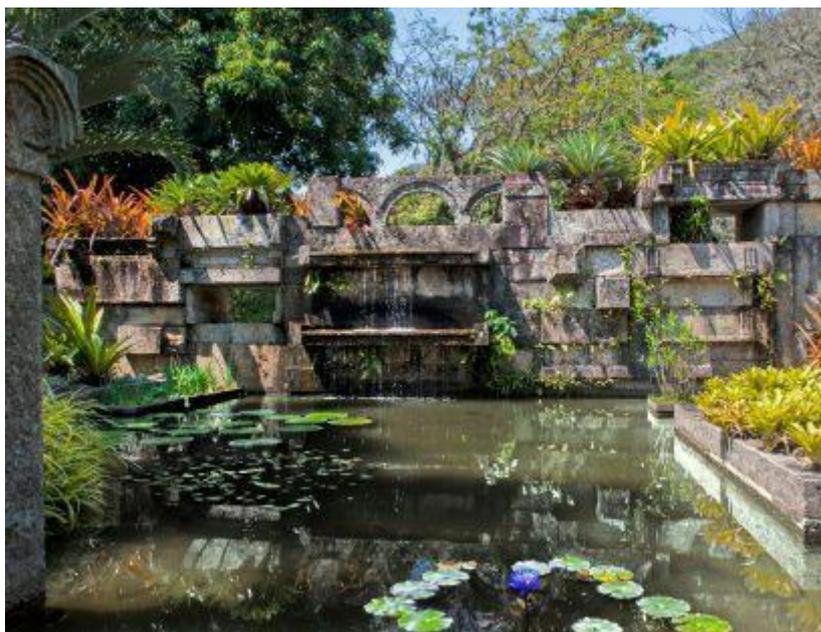
Figura 6. Jardins, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁵
Foto: José Tabacow

¹⁵ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/jardins/>

Figura 7. Lagos, Sítio Burle Marx



Fonte da imagem: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁶

Foto: Oscar Liberal

Figura 8. Lago em Frente à Casa de Roberto, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁷

Foto: Oscar Liberal

¹⁶ Confira: <https://sitioburle marx.org/espaco/atelier/>

¹⁷ Confira: <https://sitioburle marx.org/espaco/lagos/>

Nos sombrais, viveiros que se destinam à aclimação, ao cultivo e à propagação das plantas coletadas por Burle Marx, encontra-se uma imensa diversidade de exemplares: espécies das famílias Acanthaceae, Araceae, Cactaceae, Davalliaceae, Melastomataceae, Begoniaceae, Costaceae, Heliconiaceae e Marantaceae, Bromeliaceae e Orchidaceae, além de uma parte destinada à produção e germinação de sementes para replantio nos jardins, doação ou troca com instituições (Figura 9). Importante ressaltar o conjunto de viveiros que abriga parte da coleção de Araceae chamado sombral Graziela Barroso (Figura 10). Conhecida como uma grande taxonomista de plantas nativas e primeira mulher a fazer o concurso para ser naturalista do Jardim Botânico, em 1946, Graziela Barroso formou-se em biologia pela Universidade do Estado da Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e lecionou por mais de 50 anos, formando muitos botânicos brasileiros. O nome do sombral é uma homenagem à amizade entre Burle Marx e Graziela Barroso, que ajudou na identificação da coleção de Araceae, pela qual Burle Marx tinha um grande apreço. Além das espécies coletadas por Roberto Burle Marx, o próprio terreno do Sítio está inserido em uma área de Mata Atlântica, preservada pelo Parque Estadual da Pedra Branca (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Figura 9. Sombrial Margaret Mee, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁸
Fotos: Oscar Liberal

¹⁸ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/583/>

Figura 10. Sombral Graziela Barroso, Sítio Burle Marx



Fonte: :Acervo Sítio Roberto Burle Marx¹⁹

Foto: Oscar Liberal

Destacam-se o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa e registro da coleção botânica, uma das mais extensas e raras do tipo e que foi formada ao longo de quase 50 anos (Figuras 11, 12 e 13), que envolvem atividades como coleta de sementes e preparação de mudas, intercâmbio de espécies, preparação e armazenamento de exsicatas, análises laboratoriais pertinentes à identificação de pragas, reprodução de espécies, composição dos solos, dentre outros. O Sítio ainda vem desenvolvendo um amplo projeto de inventário botânico, georreferenciado, que visa recuperar as iniciativas originais, sistematizar e disponibilizar seu acervo botânico ao público e aos pesquisadores. Além disso, possui a organização de um herbário referencial de sua coleção, hoje encaminhado a instituições parceiras de pesquisa, com o plano de compor um herbário local (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

¹⁹ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/sombral/>

Figura 11. Coleções Botânicas, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²⁰
Foto: Oscar Liberal

Figura 12. Coleções Botânicas, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²¹
Foto: Mariana Murakami

²⁰ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/colecoes-botanicas/>

²¹ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/colecoes-botanicas/>

Figura 13. Coleções Botânicas, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²²
Foto: Mariana Murakami

Além do acervo botânico-paisagístico, o Sítio apresenta importantes acervos museológico, arquitetônico e bibliográfico-documental. O acervo museológico do Sítio Roberto Burle Marx é composto por mais de 3 mil itens, constituindo o maior e mais importante registro de memória da vida e obra desse grande artista e paisagista. Além da produção do próprio Burle Marx – entre pinturas, desenhos, tapeçarias, vidros decorativos, murais em azulejos e tecidos –, há obras diversas de outros artistas, objetos pessoais, mobiliário, utensílios cotidianos, coleções de arte sacra, cerâmica pré-colombiana, conchas, objetos de design e arte popular e um conjunto de prêmios e comendas recebidas por Roberto Burle Marx (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

O acervo arquitetônico, por sua vez, é formado por oito edificações, resultado das múltiplas intervenções de construção, restauro ou ambientação empreendidas por Roberto Burle Marx ao longo de seus anos de trabalho e vivência no Sítio. Esse patrimônio arquitetônico não está isolado do acervo botânico-paisagístico. Ao contrário. Essas edificações, que abrigam móveis, objetos pessoais, biblioteca e coleções de obras de arte, incluindo vários trabalhos do próprio Burle Marx, convivem em simbiose profunda com os jardins e lagos projetados pelo paisagista. Os ambientes são completamente integrados e compreendem a Capela de Santo Antônio da Bica (Figura 14), a Loggia (Figura 15), a Casa de Roberto (Figuras 16 e 17), a Cozinha de Pedra (Figura 18), a Casa de Pedra (Figura 19), o Prédio

²² Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/colecoes-botanicas/>

da Administração (Figura 20) e o Ateliê (Figura 21) (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Figura 14. Capela Santo Antônio da Bica, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²³
Foto: Oscar Liberal

Figura 15. Loggia, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²⁴
Fotos: Oscar Liberal

²³ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/espaco-desvinculado/>

²⁴ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/580/>

Figura 16. Casa de Roberto(externa), Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²⁵

Foto; Oscar Liberal

Figura 17. Casa de Roberto (interna), Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx/IPHAN²⁶

²⁵ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/atelier/>

²⁶ Confira: <https://sitioburlemarx.org/>

Figura 18. Cozinha de Pedra, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²⁷
Foto: Oscar Liberal

Figura 19. Casa de Pedra, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²⁸
Foto: Oscar Liberal

²⁷ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/cozinha-de-pedra/>

²⁸ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/casa-de-pedra/>

Figura 20. Prédio da Administração, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx²⁹
Foto: Oscar Liberal

Figura 21. Ateliê, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx³⁰
Foto: Oscar Liberal

²⁹ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/587/>

³⁰ Confira: <https://sitioburlemarx.org/espaco/atelie/>

Com relação ao tema da acessibilidade, os espaços abertos para visitação possuem recursos de acessibilidade para auxiliar pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos. Os percursos das visitas são montados de acordo com as necessidades de cada grupo de visitantes, com o objetivo de melhor atendimento. Na recepção do Sítio, existem informações detalhadas sobre os recursos de acessibilidade disponíveis, além de carrinhos elétricos disponíveis para os visitantes com mobilidade reduzida.

O Sítio Roberto Burle Marx dispõe de carrinhos elétricos para deslocamento de visitantes com mobilidade reduzida e pessoas em cadeira de rodas e vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. A recepção do Sítio conta com bebedouro, bancos para descanso e sanitários, sendo um acessível (com entrada separada, permitindo o uso por pessoas com acompanhantes de sexo oposto, e trocador de bebê). Lá podem ser solicitadas informações detalhadas sobre os recursos de acessibilidade disponíveis no Sítio e descritos abaixo (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Ainda no que diz respeito ao tema da acessibilidade, no espaço da recepção e em alguns espaços abertos para visitação existem recursos táteis e olfativos que facilitam o acesso às pessoas com deficiência visual. Além disso, o visitante pode contar com as orientações do educador e de um mediador intérprete para visitas em libras, mediante agendamento prévio.

Mapas táteis: no espaço de recepção existe um mapa tátil de localização geral do Sítio Roberto Burle Marx, com letras em alto-relevo e braille em inglês e português. Na Casa de Roberto também há um mapa tátil de localização dos espaços da casa. Solicite a um educador esses recursos. Réplicas táteis: na recepção e na Casa de Roberto existem algumas réplicas táteis em alto-relevo de obras de Roberto Burle Marx desenvolvidas para pessoas com deficiência visual e baixa visão. Esculturas disponibilizadas para o tato: ao longo do percurso de visitação, algumas obras originais podem ser disponibilizadas ao tato, como esculturas e painéis de azulejos. Solicite orientações a um educador. Experiências sensoriais: com a intenção de promover experiências além da visão, o grupo de educadores do Sítio Roberto Burle Marx poderá estimular a experiência olfativa e tátil das espécies encontradas ao longo do percurso de visitação. Audioguia: com recursos de audiodescrição e vídeo em Libras. Visita em Libras: consulte os horários com disponibilidade de mediador intérprete no momento do pré-agendamento (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Quanto à acessibilidade física, os espaços abertos para visitação do Sítio são pavimentados com piso de paralelepípedos, e alguns lugares apresentam rampas de acesso e piso nivelado para assegurar a acessibilidade de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos. Entretanto, o acesso à maioria dos locais de visitação pública no Sítio ainda é feito por degraus, em espaço com desnível e sem rampas, como observa-se na detalhada descrição abaixo, limitando a acessibilidade e inclusão cultural.

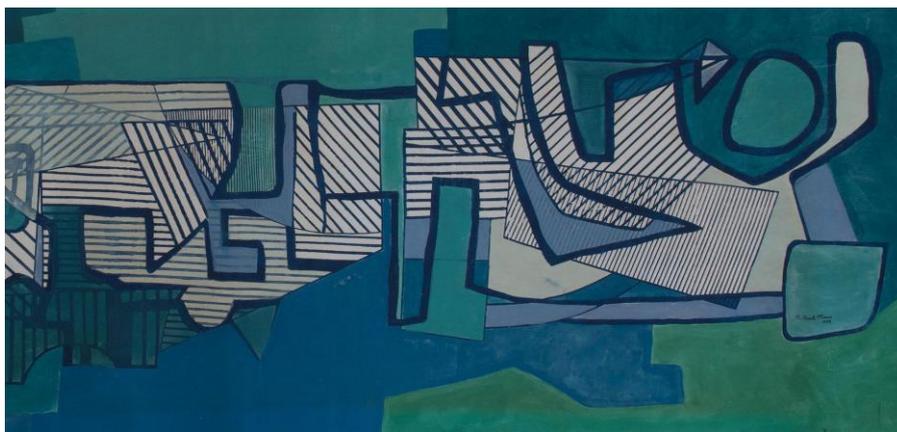
As vias que levam aos diferentes espaços do Sítio são pavimentadas com paralelepípedos. As áreas de desembarque do carrinho elétrico também são em piso de paralelepípedos. Rampas de acesso e piso nivelado possibilitam a circulação de pessoas em cadeira de rodas, idosos e pessoas com mobilidade reduzida em seus diversos ambientes, com diferentes níveis de acessibilidade: Recepção: espaço nivelado e acessado por uma pequena rampa. Escadaria da Capela: acesso por escadas com degraus largos sem corrimão. Capela: um degrau de acesso na porta principal. Bancos na área interna que podem ser usados para descanso. Loggia: acesso frontal por paralelepípedos com desnível inferior a um degrau. Existe acesso em nível e com rampas pela parte de trás com carrinho elétrico. Jardim Casa de Roberto: acesso pela escadaria da Capela. Trecho em grama. Há degraus e desníveis. Não possui acesso por rampas. Casa de Roberto: acesso frontal pela escadaria da Capela. Trecho em grama e em terra batida. Há degraus de acesso para a varanda frontal. Existe a possibilidade de chegar a esse espaço com carrinho elétrico, fazendo desembarque e embarque em nível e áreas com rampas para acesso à casa pela varanda traseira. O interior da casa possui piso de madeira nivelado, com exceção da Sala de Cerâmicas, que pode ser visualizada de dentro da casa ou acessada por escadas. Varanda da casa possui bancos para descanso. Cozinha de Pedra: acesso frontal pela escadaria da Capela, acesso lateral por alguns degraus ou acesso em nível e com rampas pela parte de trás com carrinho elétrico. Área coberta possui bancos para descanso. Local com água potável disponível. Trilha Ateliê e Lagos: escadaria com degraus suspensos e espaçados, sem corrimão e apoio. Ateliê: acesso frontal por escadas com corrimão ou por percurso sinuoso rampeado, com paralelepípedos. Acesso por rampa mais curta e mais íngreme com piso de paralelepípedo pela parte de trás onde o carrinho elétrico faz o desembarque. Rampas internas para vencer desníveis de até um degrau. Auditório: localizado no segundo andar, com acesso por escadarias. Foi desenvolvido um projeto para a modificação da localização desse espaço, com o intuito permitir o acesso de pessoas em cadeira de rodas, que será implementado futuramente. Lagos: trecho com diferentes pisos, grama, paralelepípedos, áreas em desnível, circulações com diferentes larguras. Permite a visita de pessoas em cadeira de rodas em alguns trechos, de acordo com a mobilidade e o comprometimento (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Vale ressaltar aqui que a acessibilidade é um ato de cidadania cultural, em que a cultura é tratada como um direito do cidadão, e, numa perspectiva de democratização da cultura, propõe-se ampliar o direito ao acesso da população à cultura, buscando diminuir as desigualdades no acesso aos bens culturais, bem como ao patrimônio histórico. Nesse sentido, destaca-se a importância de as instituições culturais serem universalmente acessíveis, disponibilizando a todos os visitantes acesso integral aos seus espaços e conteúdos culturais.

Por fim, fazem parte do acervo museológico de autoria de Burle Marx, pinturas, desenhos, esculturas, tapeçarias e gravuras, assim como bens integrados, tais como: painéis de cerâmica, de azulejos e de vidrotel (Figura 22). Nos temas, além dos abstratos e das cenas do cotidiano, paisagens e retratos, há estudos para painéis, joias, cenários e figurinos para teatro. Além disso, Burle Marx foi um colecionador de obras de arte dos mais diversos estilos, épocas e procedências. Pinturas a óleo, esculturas, gravuras, objetos de design,

aquarelas de artistas com quem conviveu – como Georges Braque, Le Corbusier, Alvar Aalto, Anita Wechsler, Zélia Salgado –, telas da escola cusquenha com motivos religiosos, imagens de arte sacra católica em madeira policromada, cerâmicas pré-colombianas, carrancas, esculturas em cerâmica de artistas do Vale do Jequitinhonha e outras obras de arte popular constituem um universo variado de itens de artistas e artesãos dispostos e preservados nos vários espaços do Sítio (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023) (Figura 23). Entre os itens de mobiliário pode-se destacar as peças modernas de Maurício Azeredo que ambientam a grande sala do Ateliê. A arquitetura de interiores foi feita por Janete Costa, que também assina os sofás. Já o ambiente da sala de visitas, na Casa de Roberto, reúne poltronas e canapés em jacarandá e palhinha, tipo de mobiliário valorizado especialmente pelo modernismo brasileiro (Figura 24). Roupas, óculos, documentos, livros com dedicatórias, fotografias e outros objetos pessoais, que falam da sua vida intensamente vivida e de suas relações pessoais e profissionais, também integram o acervo, que inclui ainda uma interessante coleção de conchas (exposta na casa, em vitrine especialmente projetada por Burle Marx) e outra de cristais e vidros decorativos (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Figura 22. Obra de autoria de Roberto Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx³¹
Foto: Oscar Liberal

³¹ Confira: <https://sitioburlemarx.org/obras-de-autoria-de-roberto-burle-marx/>

Figura 23. Obras de outros artistas, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx³²
Foto: Oscar Liberal

Figura 24. Mobiliário, Sítio Burle Marx



Fonte: Acervo Sítio Roberto Burle Marx³³
Foto: Oscar Liberal

Por fim, o acervo bibliográfico e documental está reunido numa biblioteca especializada, com mais de 4 mil títulos dos temas de botânica, arquitetura, paisagismo e outros assuntos, no Prédio da Administração do Sítio. Desses títulos, 1.256 compõem a biblioteca pessoal

³² Confira: <https://sitioburlemarx.org/obras-de-outros-artistas/>

³³ Confira: <https://sitioburlemarx.org/mobiliario-e-objetos-pessoais/>

de Roberto Burle Marx, tombada juntamente com o Sítio Roberto Burle Marx como patrimônio cultural nacional (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Com relação ao tema da educação, o Sítio apresenta uma importância didática fundamental por ser caracterizado institucionalmente como um centro de estudos relacionados com o paisagismo, a botânica e, em termos mais amplos, com a educação ambiental, atuando como repositório de conhecimento em sua área, com um acervo disponível aos pesquisadores e estudantes (desde a iniciação científica até o pós-doutorado) e ao público em geral. Destaca-se o programa de visitação do Sítio, entendido como uma atuação fundamental para o cumprimento de seu papel educativo, que propicia ao público o conhecimento direto e a experiência est tica da flora nativa brasileira e tropical (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

Além disso, são realizados cursos, encontros, ciclos de palestras, workshops e outros eventos. No âmbito cultural, o Sítio oferece uma programação continuada de concertos musicais e outros eventos culturais, como palestras e sessões de pintura. Além disso, ao longo do ano, a comunidade da Ilha e Barra de Guaratiba desfruta do Sítio e de sua capela do século XVIII, onde se realizam missas, casamentos, batizados e outras cerim nias religiosas, mantendo vivas tradições centenárias (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2023).

O Sítio Roberto Burle Marx   exemplo em todo o mundo de um espaço em que o estudo e a experiência paisagística da flora tropical serviram de base para um amplo intercâmbio de valores humanos que modificou radicalmente a construção de paisagens no Brasil, influenciando a visão de paisagismo no país e no mundo. O Sítio, sua configuração de laboratório paisagístico e artístico, foi se formando a partir do diálogo produtivo com diferentes de prática e pensamento da modernidade brasileira, latino-americana e internacional, revelando-se o resultado único da convergência dessas variadas visões (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2020; IPHAN, 2019). Importante ressaltar que as instituições culturais, de maneira geral, são espaços de expressão e geração de conhecimento, de forma que é preciso consolidar as relações entre eles e o público. Nesse sentido, o Sítio Roberto Burle Marx expressa a intenção de ouvir e transformar essas relações (SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, 2020).

Ainda na segunda etapa da pesquisa (a seleção do caso e a definição das técnicas de coleta de dados), ressalta-se que, para minimizar a vulnerabilidade do projeto de caso único, necessita-se uma investigação cuidadosa do caso. A profundidade necessária ao Estudo de Caso e a inserção do caso em seu contexto exigem a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados, tornando-se necessário identificar, descrever e analisar o(s)

local(is) em que ocorre o fenômeno, os entrevistados, os eventos e os processos, o que, por sua vez, demanda a utilização de diferentes estratégias de pesquisa (GIL, 2009).

Importante destacar que, de acordo com Yin (2010), os dados dos estudos de caso podem ser gerados a partir de vários recursos tais como documentos, registros em arquivos e entrevistas. Do conjunto destas três fontes de evidências, nesta pesquisa realizada com o Sítio Roberto Burle Marx, optou-se por fazer uso da análise documental, bem como da realização de entrevistas, a fim de melhor conhecer a realidade e compreender os fenômenos a ela associados.

A consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer Estudo de Caso, fornecendo informações específicas, a fim de corroborar e aumentar a evidência dos resultados obtidos por meio de outros procedimentos, promovendo maior estabilidade e confiança para a pesquisa (YIN, 2010; GIL, 2009). De forma geral, nesta pesquisa, a análise documental foi realizada numa grande variedade de documentos públicos e/ou disponibilizados pela instituição. A obtenção desses documentos e suas informações auxiliaram na elaboração de pautas para entrevistas e dos planos de observação.

A entrevista é uma técnica eficiente para obtenção de dados em profundidade, sendo considerada a técnica mais utilizada nos Estudos de Caso. Dentre as diferentes modalidades de entrevistas, para o Estudo de Caso, destaca-se a entrevista por pautas, que se orienta por uma relação de pontos de interesse, associados às questões de pesquisa (GIL, 2009). Dessa forma, para a realização das entrevistas, utilizou-se o modelo de análise da sustentabilidade integrada, aplicada na região metropolitana do Rio de Janeiro (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021), que consistiu na aplicação empírica desse modelo de pesquisa, por meio da operacionalização das 44 variáveis, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização, testadas, destacando a importância das instituições museais como promotoras da sustentabilidade integrada (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021) (Anexo 1).

Na preparação das entrevistas nos Estudos de Caso, é importante ressaltar que o critério das entrevistas é sempre teórico e nunca estatístico, ou seja, elas não visam à obtenção de dados quantitativos. Dessa forma, as entrevistas não precisam ser numerosas, sendo que o número de entrevistados irá variar de acordo com os objetivos da pesquisa e da natureza do caso. Para isso, deve-se selecionar pessoas articuladas ao caso, nesta pesquisa, ao Sítio Roberto Burle Marx, consideradas informantes-chaves, que são capazes de proporcionar respostas às questões e objetivos da pesquisa (GIL, 2009). Partiu-se do entendimento de que esses informantes-chaves são atores estratégicos envolvidos com as

informações. Destaca-se que, nesta pesquisa, dentre os vários profissionais, privilegiou-se os profissionais envolvidos com a gestão da instituição.

Dessa maneira, os atores estratégicos foram selecionados utilizando a técnica de amostragem “bola de neve”, descrita por Nelma Baldin e Elzira M. Bagatin Munhoz (2011) como uma forma de amostra não probabilística que utiliza cadeias de referência. O participante inicial do estudo indica novos participantes que também podem indicar novos participantes e, assim, sucessivamente, até ser atingido o ponto de saturação, que acontece quando os novos entrevistados repetem os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, de maneira a não mais acrescentar novas informações relevantes ao estudo (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Detalhadamente, a técnica da amostragem em bola de neve se desenvolve a partir da busca de documentos e/ou informantes-chaves, como se fossem sementes, havendo um ponto de partida para localizar uma ou algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa. Essa semente inicia a entrevista e auxilia o pesquisador a iniciar os contatos e a investigar o grupo pesquisado, até atingir o interesse do pesquisador de acordo com o seu objetivo. Eventualmente, segundo Juliana Vinuto (2014), a amostragem irá saturar, ou seja, novos nomes não serão oferecidos ou os nomes encontrados não trarão informações novas ao quadro de análise.

Assim, As entrevistas foram programadas para serem realizadas de forma individualizada e presencialmente com a equipe da diretoria e da coordenação técnica do Sítio, com a utilização do recurso de um gravador. Os primeiros contatos com a diretora do Sítio Roberto Burle Marx, Claudia Maria Pinheiro Storino, para realização deste trabalho, iniciaram-se em junho de 2022, no sentido de assegurar a viabilidade para a realização da pesquisa. Posteriormente, foi agendada uma visita presencial ao Sítio e uma conversa de apresentação da pesquisa em março de 2023.

Foram realizadas duas entrevistas com a diretora do Sítio Roberto Burle Marx, Claudia Maria Pinheiro Storino, sendo uma no próprio Sítio e outra no Museu da República. Também foi realizada uma entrevista com a profissional da área de educação, Suzana Silva Bezerra, e da área administrativo-financeira, Letícia Dias Lavor, no período de março a abril de 2023, no Sítio. As entrevistas assumiram um caráter semiestruturado, pois esta modalidade confere maior flexibilidade na coleta de dados. As profissionais foram convidadas a participar do estudo, e essa participação foi condicionada ao recolhimento da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo 3) e do Termo de autorização para utilização de imagem, nome e som da voz para fins de pesquisa

(Anexo 4), nos quais todas as participantes declararam estar cientes dos procedimentos e instrumentos utilizados na pesquisa.

A terceira etapa da pesquisa, a análise e interpretação de dados, foi realizada, no presente trabalho, a partir de todos os documentos definidos previamente e das entrevistas. Após a realização da coleta de dados, foi feita a transcrição das entrevistas pelo pesquisador, a organização de todo o material levantado e a constituição de uma síntese analítica sobre a sustentabilidade integrada de patrimônios culturais no Brasil, sendo, posteriormente, descritos os resultados. Na sequência, a partir do desenvolvimento da teoria e da análise documental, refletiu-se sobre todos os dados coletados e a informação foi sistematizada em categorias analíticas, com base no modelo de análise da sustentabilidade integrada museal que serviu de base este estudo (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021). A interpretação dos dados baseou-se nas seguintes categorias: a) com relação ao posicionamento nas atividades-fim; b) com relação ao posicionamento na comunidade; c) com relação às opções administrativas; e d) com relação aos aspectos físico-territoriais.

Destaca-se que, em uma perspectiva de pesquisa qualitativa, segundo Romeu Gomes (2013), a análise e a interpretação de um texto não apresentam como objetivo descrever opiniões ou pessoas. De acordo com o autor, o objetivo é, essencialmente, explorar o conjunto de opiniões e representações sobre o tema investigado. Ademais, analisar e interpretar as informações que são geradas na pesquisa qualitativa são momentos finalísticos do trabalho, articulando-se todo o material coletado aos propósitos da pesquisa e à teoria escolhida). Essa é considerada a etapa final da investigação, apesar da necessária lembrança, segundo Romeu Gomes (2013), de que se realizam análises sobre o que está sendo coletado durante todo o processo de pesquisa.

4.2 FOCANDO NO PROCESSO E NA CONSTRUÇÃO DE RESULTADOS EM MOVIMENTO

Os resultados desta pesquisa são descritos com base nas entrevistas, realizadas a partir do modelo de sustentabilidade integrada museal, composto por um quadro com 44 variáveis sintetizadas, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021).

A entrevista iniciou com o questionamento sobre o que é o Sítio Roberto Burle Marx? A resposta dá ênfase à singularidade de um patrimônio mundial:

O Sítio é o Sítio, o Sítio é uma unidade. É isso, ele é diferente de tudo. Ele poderia perfeitamente ser um museu, ele poderia sim, ser o Museu Roberto Burle Marx. Não tem nenhum museu porque dentro da conceituação de um museu ele cabe, cabe em jardins botânico, cabe em parque, mas por ele, ele não é um museu. Ele não foi constituído como um museu, não tem um documento de criação do museu. E ele é diferente de tudo (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Figura 25. Visita ao Sítio Burle Marx (1)



Fonte: Captação realizada pelo autor, 2023

Figura 26. Visita ao Sítio Burle Marx (2)



Fonte: Captação realizada pelo autor, 2023

Com relação à variável promoção da sustentabilidade integrada, observa-se que esse engajamento é considerado muito importante para o Sítio, especialmente pelo fato de ser uma instituição que fala sobre o Roberto Burle Marx, um pioneiro na defesa da preservação da natureza. Um homem que desenvolve toda uma economia local, com base na criação dos hortos de plantas ornamentais, que não existia, mas passou a existir com a atuação dele. Falar de Burle Marx, é falar veementemente da preservação do meio ambiente. No contexto de reconhecimento da importância dessa temática diante de um patrimônio da humanidade, destaca-se as histórias de lutas e impossibilidades decorrentes da restrição e falta de recursos para manter e preservar a estrutura atual do Sítio.

Dentro do que, uma instituição que fale sobre o Roberto Burle Marx, que foi a pessoa que começou a gritar em favor da preservação da natureza, e bota isso como um objetivo quando ele doa a parte dele do Sítio, mas existe um documento que é a escritura de doação – ele doa a parte dele e o irmão que também é proprietário vendeu – e ele fixa ali que o Sítio deve ser usado como uma instituição de pesquisa, de ensino voltada para botânica, paisagismo e conservação da natureza. Ele faz cartas e cartas, ele foi comitê de cultura nacional no senado federal, e ele fez uma carta quando saiu da comissão. Enfim, o Burle Marx foi super atuante nessa área, e antes da Eco 92 ele já gritava aos quatro ventos o que devia fazer, porque ele já fazia as excursões dele, ele percorria as estradas e os caminhos que estavam sendo abertos, ele vai pra Rio/Santos, ele vai pra Amazônia, e ele vai vendo e ficando horrorizado com a destruição. Enfim, se a gente fala de Burle Marx a gente precisaria falar muito veementemente da preservação do meio ambiente. A gente precisaria fazer isso, ou seja, é uma causa que nos é cara, mas, que a gente não faz nada, no momento a gente não faz nada sobre isso. A gente não tem um programa, uma coisa, porque na verdade a gente não tem perna para isso por enquanto. [...] achamos importante, mas o máximo que a gente faz eventualmente é divulgar alguma coisa nas redes sociais, é bem pouco (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Em tempos de importantes debates sobre os impactos ambientais decorrentes da destruição das vegetações, em especial, da Floresta Amazônica, destaca-se a fundação do Sítio, que expressa o compromisso de Roberto Burle Marx na defesa do meio ambiente. Nesse processo, é relevante ressaltar a criação dos hortos de plantas ornamentais como fator importante da economia local.

Burle Marx doou o Sítio preocupado com a preservação do que ele reuniu aqui, principalmente a coleção botânica – que é uma coleção importantíssima que é produto da vida dele toda, que ele colecionou plantas desde a infância. E cada vez mais, quando ele começa e quando ele se depara com a flora tropical – e isso foi na Alemanha, a família passou um ano e pouco na Alemanha – que ele se depara e ele compreende que aquilo ali tem um potencial estético, ele decide ali que ele vai trabalhar a favor dessa preservação e da divulgação dessa flora, porque ele tem aquele insight de como isso é importante, “o que eu vou

fazer, eu vou fazer jardins”. E ele vem, chega aqui e “tá bom, vou fazer jardins com a flora tropical, onde é que eu compro as mudas?”, “Não compro porque não existe, não tem produção, não tem horto”, não tinha. Então, o que hoje é um fator importante da economia local, que são os hortos de plantas ornamentais, isso não existia, passou a existir com a atuação dele. E ele sai recolhendo isso pelas estradas, ele faz várias, muitas excursões. Aí ele ia para o Vale do Pancas – se isso te interessar, se tiver a ver com o seu trabalho, tem lá os roteiros das expedições que ele faz – e ele vai recolhendo, ele comprou o Sítio para isso. Aí o Sítio cuida da coleção que ele constituiu - ele constituiu uma coleção gigantesca, são mais 3500 espécies, que nós ainda estamos tentando catalogar e que a gente ainda não conseguiu acabar, na verdade a gente ainda está começando (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

É importante ainda salientar a criação de hortos florestais, que são ambientes públicos que têm como objetivo o cultivo, manejo e estudo da flora nativa, e cuja função é importante na preservação da biodiversidade. Destaca-se a expansão dos hortos, a partir de famílias ligadas à Roberto Burle Marx.

Nós estamos num lugar em que por si só ele é um lugar preservado, nós estamos inseridos numa reserva e no parque da pedra branca, nós estamos numa região em que o dono do Sítio trouxe um desenvolvimento para a região, voltado para a parte botânica – hoje o que você tem aqui de horto, das famílias mais tradicionais e mais antigas de Guaratiba, são família que trabalharam com ele ou se beneficiaram dessa transição do Burle Marx. A partir de 2012, a gente desenvolve um planejamento estratégico, e isso é muito importante, porque é por meio desse planejamento estratégico que a gente consegue trazer a missão do sítio, que foi dada pelo próprio Burle Marx, para que a gente levasse adiante o legado dele e que a gente tivesse como foco a escola de paisagismo, a preservação da coleção botânica, a formação de uma escola de arte, e também esse discurso pela preservação. Pensando em sustentabilidade de uma forma ampla, [destaca-se] a questão de “acho que temos um patrimônio cultural aqui”, e isso foi tudo junto. Então o “acho que temos um patrimônio mundial aqui”, “acho que temos algo que não existe no resto do mundo e que tem um valor por si só”, que é o laboratório do Burle Marx, do paisagismo tropical moderno (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à variável promoção da sustentabilidade integrada, o foco do Sítio tem sido na melhor conservação e divulgação possível do que se tem e na tentativa de reduzir riscos. Destaca-se a responsabilidade da equipe gestora com o público e o acervo.

[...] A gente não tem como abrir como o Jardim Botânico, abre o arboreto, que você passeia livremente, mas eles têm vigilantes por todas as partes, porque as pessoas levam pedaços das plantas sim. A gente precisa defender o acervo. Porque aqui é exuberante, é essa coisa toda, mas aqui tem indivíduos que a gente só tem um. Determinada palmeira, aí você olha e tem um milhão de palmeiras, eu nem sei quantas que tem, mas eu sei que tem uma lá, em frente a cozinha de pedra, que só tem aquela. Então, daquela palmeira eu só tenho aquela. Aí tem isso, isso é do mundo da botânica, dos detalhes. Então não dá para você deixar seguir por aí e correr o risco de alguém danificar uma planta que só tem uma. Por outro

lado, aqui tem cobra, aqui tem vespa, que morde – recentemente as pessoas foram hospitalizadas, um foi para o posto de saúde e o outro foi hospitalizado por causa de uma vespa que tem, que pica. Então, não dá, aí você tem de ser acompanhado. [...] e tendo perigo, você tendo que lidar com todo o tipo de público, tem gente que sobre em cima das pedras. Olha o desespero. Não dá, as pessoas se arriscam. Então tem uma responsabilidade nossa com o público e também com o nosso acervo (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Importante salientar as lutas, as responsabilidades e os esforços pessoais na defesa do acervo do Sítio e, mais uma vez, as impossibilidades decorrentes da restrição e falta de diversos tipos de recursos para manter e preservar a sua estrutura física atual, para, posteriormente, avançar na direção da pesquisa e educação. A conservação do patrimônio é cara e não para.

É isso, e a conservação do patrimônio não para, é o tempo todo conservar as edificações, conservar os jardins. E eu acho que vai ser legal fazer essas perguntas para uma parte da equipe, equipe da técnica e do educativo. Eu acho que seria legal discutir isso, porque a gente engatinha nisso. Tinha uma servidora aqui que falou “a gente podia fazer um trabalho com lixo”, e eu falei “pode, faz, super”, ela fez o contato, mas ela ficou doente, afastada. Então fica tudo muito no individual, porque eu não tenho como fazer. Depois você pode até olhar o que a gente está fazendo no nosso planejamento, tem um monte de opções, um monte de coisas, e aí eu vou passar isso para quem? A equipe é pequena, apesar de ser uma equipe que tem bastante gente, a gente tem um grande quantitativo de jardineiro (terceirizados, a maioria), mas é pouca gente que faz muita coisa (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O valor universal do Sítio como Patrimônio Cultural, diante da qualidade da obra do paisagista Roberto Burle Marx, de grande visibilidade e reconhecimento no Brasil e no mundo traz inúmeros desafios na manutenção, em especial a parte relacionada à botânica e paisagismo.

Na maioria dos museus quando se fala na parte técnica, a gente está falando de uma reserva técnica, de onde fica os museólogos ou de onde se trabalha a restauração, e no Sítio não. A gente tem que ter essa parte e, além disso tem que ter a parte relacionada a botânica e paisagismo. Então é um prédio que vai integrar um herbário novo, um auditório para que a gente consiga ter cursos e palestras para um público maior, um espaço também mais adequado, e também com essa parte da reserva técnica e museológica (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Destaca-se a utilização atual da capela para cerimônias religiosas de pessoas da comunidade local, sendo realizadas missas semanais e outros ritos católicos.

Sempre funcionou normalmente, atende a comunidade desde que Burle Marx restaurou. Atualmente a missa é sábado, antes funcionava no

domingo, e para eventos relacionados a cerimônias que são realizadas pela própria capela, além das missas, casamentos e batizados, que são marcadas diretamente com a secretaria da matriz. A secretaria da matriz é como se fosse uma secretaria da igreja, a matriz da região é que coordena e faz o agendamento de quando essas cerimônias e eventos serão realizados. Não é interno, você marca com uma secretária que trabalha com a paróquia e o casamento é realizado aqui – daí o padre vem para celebrar e cerimônia (LETÍCIA DIAS LAVOR COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação ao foco do Sítio na melhor conservação e divulgação possível do que se tem, destacam-se as ações de preservação da capela e as parcerias com a comunidade. Nesse contexto, observa-se a virada do cultural para o cultural, o que reforça a existência da estreita ligação entre religião e cultura.

Nós aqui cuidamos da capela, preservamos, mantemos limpa e administramos a edificação. E nós temos um acordo que a comunidade pode utilizar a capela, desde que a gente seja previamente avisada. Tem alguns horários que eles sabem, que não interferem nada na nossa rotina, então a missa após às 16h não tem nenhum problema, domingo sem problemas também, festa do padroeiro sem problemas nenhum. Eles têm isso já no esquema há anos, desde a época do Burle Marx, e isso não é um problema. E daí eles mandam um ofício dizendo que agendou um casamento domingo, às 10h da manhã, com uma lista de presença, a gente tem uma capacidade máxima por questões de segurança. Deixamos a lista de convidados na porta, nossa equipe de segurança abre, eles usam, acabam de usar, fecham e vão embora. É conosco [a responsabilidade das festas]. Aí tem todo um esquema burocrático para a festa, um “burocrático” no sentido bom da palavra, não no sentido ruim. Estamos num patrimônio tombado (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

As atividades do Sítio foram atravessadas pela pandemia de covid-19. Foi nesse período que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) confirmou a avaliação final do Sítio Roberto Burle Marx como Patrimônio Mundial.

Estávamos numa pandemia, e no meio da pandemia fomos declarados patrimônio mundial, com um ano de atraso, mas fomos declarados. Não tinha nem como fazer festa, como comemorar em plena pandemia, parecia sarcasmo com o que estava acontecendo. Imagina você fazer uma festa com as pessoas morrendo. Nós tivemos aqui, como nós não pudemos fechar, porque senão o acervo morre, nós tivemos ciclo de Covid-19 aqui dentro, porque eles viam trabalhar, todos nós. E fizemos espaços separados, pomos uma mesa para alimentação de um lado, põem o banheiro de tal forma, põem álcool em gel, mas não em jeito, nós somos seres humanos. Você tem que, por exemplo, mover uma árvore, um só não consegue é preciso trabalhar juntos, com máscara e tudo mais, mas tivemos sim alguns ciclos – um pessoal que havia trabalhado numa terça-feira, todo mundo acabava pegando junto, a turma toda, incluindo quem estivesse da administração. Então nós tivemos esse momento, que foi um momento que não tinha como darmos andamento no ritmo que nós estávamos. Então foi preciso repensar o que temos, solidificar o que temos e fazer o planejamento para quando a onda passasse, e foi isso que nós

fizemos (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda nesse período da pandemia de covid-19, sobre a garantia do recurso básico necessário para a manutenção do acervo botânico do Sítio:

A gente não tem como dizer que a gente teve problema de verba, na medida em que durante a pandemia, ter dinheiro para pagamos todos os contratos e mantê-los, isso foi garantido. [...] Então em termos financeiros realmente eu não posso dizer que não houve a manutenção, o que eu posso te dizer é que não era o momento da gente apresentar novos pedidos, porque a execução não iria ser bem feita. Exatamente isso [o básico para manutenção do acervo botânico foi garantido]. E isso era o projeto, o nosso projeto estratégico era esse, conseguir sair da pandemia com isso estruturado para esperar o próximo passo (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com a garantia do recurso financeiro necessário para a manutenção via Iphan, o próximo passo foi incorporar a sustentabilidade na estratégia, na tomada de decisão, de forma que os profissionais do Sítio naturalizem a cultura da sustentabilidade. A partir desse movimento, reconhece-se a necessidade de compartilhar esse conjunto de práticas e atitudes sustentáveis com a comunidade.

[...] essa manutenção o Iphan está garantindo, [...] e, agora nós precisamos que a comunidade do entorno entenda o que nós funcionários entendemos nesses 10 anos, que nós temos aqui algo muito bom aqui e que é para todos. Por exemplo, esse ano nós estávamos conversando [...] sobre como nós fomos fazer os caminhos para chegar nessa sustentabilidade e chegar a conclusão, por exemplo, em 2019 nós entramos em contato com a Comlurb para entender como seria uma ação sustentável, um Eco Ponto. Eu lembro que nós vimos uma reportagem no jornal, em que uma comunidade eles tinham colocado uma balança em baixo, onde você trazia o reciclável, pesava e tinha uma empresa que transformava aquilo em centavos num cartão, e que esse cartão poderia ser gasto com comida no local da comunidade. Isso era possível? A gente podia fazer isso já que temos tantos restaurantes na região? Imagina a quantidade de garrafa Pet, a quantidade de óleo etc. É isso, exatamente isso. Em 2019 nós tivemos uma conversa e agora que a Comlurb cutucou de novo: “e aquela história do Eco ponto?”, então as coisas estão sendo retomadas. Na área de meio ambiente, na área da cultura as coisas estão sendo retomadas, e você percebe que as pessoas querem fazer – mas a gente precisa da comunidade, não adianta a gente fazer isso só com a Comlurb, a gente precisa fazer com a comunidade. E aí a gente entende esse papel, entendemos que está na hora. A gente ainda não sabe como, mas a gente está pensando. Esse é o nosso maior problema, não é dinheiro (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Nesse ponto, faz-se necessário destacar que o acesso aos recursos básicos de manutenção possibilitou novas informações e maior liberdade de expressão e desenvolvimento de novas ideias e pensamentos, com foco no tripé da sustentabilidade

(ambiental, social e econômico) e tendo como base o conhecimento local sobre a gestão do ecossistema, a extração de recursos naturais e de materiais locais.

E essa dificuldade, eu acho importante, por exemplo, quando a gente fala de falta de perna, no domingo eu estava no Recreio Shopping, e ali tem uma loja da Federação de Artesãos do Rio de Janeiro (FAERJ), e nós temos um projeto de biojoias, com a comunidade, que começou com o levantamento do entorno, feito pelo pessoal do Intermuseus, com o apoio do BNDES. Eles fizeram primeiramente um mapeamento e nós fizemos uma primeira reunião aqui com 25 interessados. Veio a pandemia e isso parou. Então vamos fazer, temos muito material orgânico que pode ser reaproveitado. Vamos ver como nós iremos trabalhar nisso. Então no domingo, nós estávamos conversando com a presidente da Federação de Artesãos no shopping, porque durante a semana nós não iremos conseguir. E eles estão com esse projeto, eles vão abrir quatro lojas em shopping, em parceria. Então, no Recreio Shopping eles fazem os produtos, levam para lá, vendem e deixam 10% para o shopping. E está aqui do lado, oito minutos de carro. Então, como trazer esses artesãos aqui para dentro, para que eles entreguem para essa comunidade ações de geração de renda? Está claro para nossa cabeça? Está claro. Está claro para comunidade? Não. Aí eu peguei num domingo e por acaso a presidente da Federação estava lá, e a gente conversou e estabeleceu que eu vou mandar um e-mail para ela. Mas, o ideal é que fosse feito de uma outra forma e aqui dentro, que ela tivesse sido convidada para vir, que as pessoas da outra oficina estivessem aqui, e nós vamos chegar lá, nós sabemos que iremos chegar lá. No momento tem um projeto com o Sebrae e os restaurantes, hortos e hotéis da região. E visando a sustentabilidade de todos esses atores (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O processo do Sítio na direção da sustentabilidade integrada evidencia os desafios de uma interligação direta entre aquilo que são os diferentes valores e perspectivas culturais e o relacionamento, entre a comunidade e com o ambiente.

Não é só uma questão de educativo, não basta ter só mais educadores, o impacto é geral. Precisamos de pernas para poder fazer. Barra de Guaratiba é um bairro muito pequeno, só tem uma estrada, só tem uma entrada e uma saída, só que é uma estrada muito longa e que seus vizinhos na maioria das vezes ficam muito distante. É um lugar que ainda não tem muito o que oferecer, de transporte principalmente, você tem um ponto turístico que está se desenvolvendo muito por agora, agora que eles estão descobrindo Barra de Guaratiba como um grande ponto turístico, por conta de praias, por conta do parque da pedra branca, que você pode fazer as trilhas, mas o relacionamento com a comunidade ele é distante. Eu não sei bem explicar, mas é um lugar só de passagem, a gente acaba sendo um lugar só de passagem. É muito difícil da gente conseguir trazer, já foram algumas tentativas e é bem complicado esse relacionamento. E nós fizemos o contato há seis meses [com a FAERJ, por conta de uma loja no Recreio Shopping, para comercializar as biojoias]. Já tentei e-mail, já tentei telefone, já tentei WhatsApp, já fui lá. São seis meses que eu tento contato com a FAERJ e eu não tenho respostas. Na verdade, é um pacote de roteiro turístico que está sendo desenvolvido para este lado da Zona Oeste. Já tem um projeto mais montado, e agora está se fazendo a roteirização da Barra de Guaratiba e Ilha, que daí está trabalhando com os empresários da região que tem pacotes para oferecer, pacotes de hospedagem, de experiências gastronômicas, experiências de passeios,

e a gente entra nessa roteirização também como principal ponto de reconhecimento da região (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Nesse contexto profissional, faz-se necessário destacar o trabalho dos jardineiros, indispensáveis na manutenção do Sítio. Vive-se um momento de crise em decorrência da escassez crônica e acentuada desses profissionais, cujo cargo foi extinto no serviço público, sendo considerado um sério problema para o Sítio, conforme descrição detalhada de sua diretora e coordenadora administrativo-financeira:

Muita gente já aposentou, a maioria. Então, sim, abriu [concurso], mas não deu certo. Em 2018 – o Iphan ficou um longuíssimo tempo sem concurso nenhum, tipo 20 anos ou mais – conseguiram fazer um concurso em 2018 e, colocaram o Iphan, por ter entendido o Sítio, que antes não entendia o Sítio (o Sítio antes era um ET), o Iphan não conhecia, o Sítio era bastante fechado – isso seria até melhor depois você saber dos outros, por que eu não estava aqui – mas era assim bastante fechado, a visitação era bem mais limitada, era difícil. Mas como o Iphan tinha passado a entender e falar “nossa, o Sítio é uma coisa incrível, é importantíssimo”, e aí o concurso de 2018, por iniciativa do Iphan, nem foi a gente que pediu, eles como já sabiam, eles botaram 10 vagas de jardineiro. Aí foi um problema gigantesco, pois no serviço público, a equipe tinha uma comissão para montar o concurso, aí foram para o ministério do planejamento, primeira reunião sobre o concurso. Primeira coisa que eles falaram, pegaram a caneta e cortaram “jardineiro não pode”. Porque o cargo de jardineiro foi extinto, um monte de profissões foi extinto no serviço público, tipo motorista, ascensorista, tudo passou para ser terceirizado. O que eu achei ruim, mas o serviço público, eles estudaram e chegaram nessa conclusão de que era melhor. Então não existe. Daí eles conseguiram adaptar e explicar e dizer para não cortar, e daí colocaram como Auxiliar de alguma coisa. [...] E o que que a gente recebeu? 10 pessoas, todas de nível superior e uns com mestrados, e chegaram aqui e não tinham entendido para o que era a vaga. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX)

Com relação à variável objetivo de criação do museu (missão) e sua utilidade prioritária e política, houve discordância quanto à hipótese de que o objetivo real do museu deve ser debatido (principalmente com a comunidade) para justificar sua criação, manutenção e desenvolvimento, com base nas especificidades históricas e da identidade do Sítio.

A outra coisa é assim, talvez a comunidade concordasse e talvez a comunidade não concordasse, mas no caso aqui foi uma coisa muito específica, foi uma doação, uma pessoa que doou todo que tinha, inclusive sua casa e seus pertences. Ele doou tudo para o Governo Federal, com uma preocupação fundamental de preservar tudo aquilo que aqui existia. Então a preocupação fundamental era essa. Então não houve um debate. O objetivo principal foi preservar a coleção botânica e preservar o Sítio todo, tudo que aqui existe. Então esse foi o objetivo (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

No que diz respeito à hipótese de que a utilidade real prioritária e política e a missão do museu devem ser focados nos anseios da comunidade, observa-se que não houve discussão inicial com a comunidade e que esse processo vem se desenvolvendo gradativamente, destacando-se o empenho da instituição. Destaca-se a missão e visão institucionais que fazem parte do Plano Estratégico do Sítio Roberto Burle Marx 2022-2026 (Anexo 5).

[...] O objetivo principal foi preservar a coleção botânica e preservar o Sítio todo, tudo que aqui existe. Então esse foi o objetivo. Nós trabalhamos na missão e na visão que está ali na parede. Então a gente tem sim, missão e visão. Missão: preservar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx com base no patrimônio cultural Sítio Burle Marx, constituído como centro de memória e estudos, construtor e difusor de conhecimentos nos campos do paisagismo, patrimônio cultural, da preservação ambiental e das artes. Isso é a missão e isso foi sim discutido internamente, a gente não discutiu isso com o que que a comunidade achava disso. E não é desrespeitando a comunidade, é porque a relação com a comunidade a gente está tentando construir há muito tempo, e caminha a passinho mínimo de cada vez. [A utilidade real prioritária e política e a missão do museu devem ser focados nos anseios da comunidade] não são focadas nos anseios da comunidade, eles são focados nos anseios da instituição Iphan, de preservar o que está aqui dentro – aquilo que a gente acabou de ler – e nossos, porque quem definiu a missão na verdade foi a equipe do Sítio, não foi o Iphan. O Iphan aceita e ratifica, bota lá no regimento interno. E a Visão: é se consolidar como centro de referência da obra de Roberto Burle Marx com foco em pesquisa, inovação, educação, atuação nos campos do paisagismo, da paisagem cultural, da preservação ambiental, do patrimônio cultural e das artes. Alinhada a missão institucional, a visão do Iphan e em consonância com a política nacional de patrimônio cultural. Não temos a missão/objetivo, mas temos sim objetivos de difusão desse patrimônio, de produzir conhecimento, sim com certeza. E o objetivo de estreitar as relações com a comunidade, melhorar o enraizamento social, sim com certeza temos. Até porque não tem um documento de criação do Sítio, não existe. O documento que a gente tem é a escritura de doação para o Iphan. [A missão/objetivo] está assumida pelo Iphan dentro do regimento interno. Sim, até porque o Sítio não tem um regimento interno do Sítio, ele está dentro do regimento do Iphan. Eu fiz essa pergunta, porque quando eu cheguei eu perguntei “a gente não tem um regimento interno?”, e eu soube que o Sítio tentou várias vezes encaminhar um regimento interno e a resposta da procuradoria foi que não, que como é uma unidade do Iphan, era dentro do regimento interno do Iphan. Então temos lá a missão e a visão, o regimento interno eu nem sei se está a missão e a visão. Porque as unidades não têm isso lá. Compete ao Sítio Burle Marx isso, isso, isso. É assim o regimento. O nosso plano estratégico que é que a gente fixa missão e visão. Os objetivos, o que a gente pode considerar que sejam, acho que são as políticas do plano estratégico. Que sim, a gente tem uma política do plano estratégico, onde tem a política de preservação, de pesquisa, educação. Então é isso, a gente está dentro, no âmbito do instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. Estamos tentando e estamos empenhados em construir uma relação com a comunidade (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Na perspectiva da integração com a comunidade local, existe um movimento do Sítio no sentido de conhecer melhor a sociedade local, buscando novas formas de desenvolvimento dentro das comunidades.

[...] o Sítio fez algumas tentativas, a gente lançou uma carteirinha, oferecemos eventos e convidamos sempre a comunidade, mas a comunidade pelo menos aqui do entorno não é organizada. Até existiu uma associação de amigos – que me foi dito, mas eu não sei se é verdade ou não. Então, é um pouco difícil, a gente tem tentado fazer. Tem um programa educativo destinado a geração de renda, um trabalho com materiais do Sítio, sementes, produzir, fazer umas oficinas, de ensinar, fazer uma produção. Isso está assim, caminhando a passos lentos. Nos últimos quatro anos foi tudo mais difícil, porque isso não era bem-visto na verdade, essa é a sensação que a gente tem. Eu não tenho nada por escrito proibindo, mas o incentivo para esse tipo de trabalho ficou bem mais escasso, a gente não conseguiu aprovar. Nos últimos quatro anos nós tivemos o mínimo necessário de recurso para fazer as coisas. Então é isso, a gente tem o projeto, tem ideias de trabalhos com as escolas – que vai aparecer mais adiante – mas ainda não caminhou. Tem uma pesquisa, nesse trabalho grande que o BNDES patrocinou, tem uma pesquisa que foi uma demanda do Sítio: conhecer a sociedade local, conhecer, buscar os caminhos, buscar mais maneiras da gente ter mais aderência. Então foi feita essa pesquisa, tem o relatório deles, mas isso até agora não surtiu, não produziu frutos significativos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável postura/discurso do museu, houve críticas com relação às três categorias de museus apresentadas (museu-espetáculo, museu-coleção e museu-comunitário) para a classificação do Sítio, que não se enquadra isoladamente em nenhuma dessas, devendo ser considerado muito mais do que isso.

Então, eu acho que não são só esses tipos de museus que existem, para começar. Porque não é um museu-espetáculo, não é exclusivamente um museu-coleção e não é um museu comunitário. Ele é muito um museu memória, mas não é só isso. Museu-coleção destina-se a públicos mais ou menos especializados, isso também não é verdade porque aqui o Sítio tem uma frequência do público especializado, tem uma demanda das pessoas ligadas ao paisagismo, a botânica principalmente. Mas também tem o público em geral, também tem a visita, como você viu, das escolas. Então é como está dito na missão, trabalhar com a obra do Roberto Burle Marx, com a memória dele, com a obra. Aquilo que ele deixa fixado na escritura de doação, que é para ser um centro de produção de conhecimento com relação a botânica, paisagismo, conservação da natureza. E a gente acrescenta ao patrimônio cultural e as artes porque não tem como não trabalhar com as artes, o Burle Marx também era artista. Então, eu acho que se eu tiver que escolher um dos três, ele não é um museu comunitário, ele tem desejos de trabalhar com a comunidade, mas ele não é um museu comunitário. Não é museu-espetáculo, embora ele tenha uma vertente que possa ser o espetáculo, ele é toda uma inspiração para a criatividade. Então ele está uma coisa e outra, museu-espetáculo, museu-coleção. E eu acho que aqui deveria ter alguma mais categoria, porque é um pouco difícil de enquadrar. [Tipo qual?] Agora eu não sei. Talvez museu-memória? Museu-patrimônio. Porque é isso, a gente conversa, preserva, estamos começando a trabalhar com a

pesquisa. Mas não é destinado ao público mais ou menos especializado. O que o Sítio quer fazer é divulgar e conhecer a obra do Roberto Burle Marx. Se tiver que escolher um dos três, talvez seja o museu-coleção (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Figura 27. Visita ao Sítio Burle Marx (3)



Fonte: Capitação realizada pelo autor, 2023

Além da crítica com relação às categorias de museus apresentadas para a classificação do Sítio, teceu-se críticas à concepção de um modo padronizado de o museu alcançar a sustentabilidade integrada, além do distanciamento desse modelo com as várias necessidades e dificuldades da vida prática, descritas pela diretora do Sítio.

Eu acho bacana existir [sustentabilidade integrada], mas é um tanto quanto utópico de se alcançar, pelas necessidades da vida prática. Por exemplo, com relação as ações, algumas ações que estão marcadas como aprovadas para esse ano, nem todas foram apresentadas. “Aquisição de material de consumo”, essas coisas dão trabalho para fazer. Dentro do sistema público cada coisa dessa é um processo, que tem que colocar um monte de documentos, é uma burocracia enorme. Então, comprar material de consumo, contratar uma empresa para produzir material gráfico de promoção e divulgação (folder, calendário, etc), fazer publicação online do plano de conservação programada (isso está para contratar esse ano), a gente está desenvolvendo esse plano. Comprar água mineral. Aqui está tudo misturado, não está separado por ação finalística e de manutenção (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

A manutenção foi outro importante aspecto citado pela diretora. Existem recomendações do Iphan no que se refere à adoção de abordagem preventiva nas políticas do Sítio. Salienta-se que abordagens eficientes de gestão de manutenção são essenciais para conservar, proteger e evitar danos ao patrimônio cultural.

Aí tem várias coisas de manutenção de internet, banco de dados, acervo museológico. Contratação de empresa para fazer gestão do site. Implantação do sistema digital de agendamento da visita, são coisas que a gente tem que pagar anualmente. Manutenção do sistema de base do inventário georreferenciado, que são os *softwares*. Catalogação do acervo museológico, a segunda etapa que a gente nunca conseguiu fazer, porque é fora do projeto do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], que não rolou até hoje. Porque o projeto do BNDES só catalogou as obras de autoria do Burle Marx, o resto do acervo inventariado, todo o resto ainda não conseguimos colocar no banco de dados, para ter tudo lá online em nosso site. Contratação de consultor, para fazer a nossa portaria de entorno, que é uma norma do Iphan, que vai servir para o Iphan e para o Patrimônio Mundial. Contratar uma empresa que vai realizar a agenda de eventos. Recuperar a estrutura do sombral Graziela Barroso. Projetos de instalação de apoio para jardinagem. É tudo obra, projeto, reforma de viveiro, recuperação dos pilares, recuperação da cobertura do ateliê, fornecimento de serviço de internet sem fio, contratação de empresa para acesso de internet, contratação de organização do acervo da biblioteca, contratação de empresa para manutenção preventiva do sistema CFTV [Circuito Fechado de TV]. Isso tudo estava para ser feito esse ano, já foi feita parte esse ano e vai ser repetido no ano que vem. Esse é o desse ano, que a gente vai atualizar para o ano que vem. Tem muita coisa que é manutenção. Manutenção dos recursos tecnológicos da cenografia, instalação de sinalização, manutenção da caixa de ventilação da reserva técnica. É muito grande a demanda da conservação. Recuperação dos telhados, que a gente não fez esse ano. Inauguração do jardim que está sendo feito. Treinamento de professores e material de apoio as aulas, que é um trabalho com a rede escolar. Restauração do acervo museológico, contratação de uma empresa para fazer a manutenção predial, revisar expedições para estudos e coletas de espécies – todo ano acaba não sendo feito, acaba que a gente não tem perna (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Além das demandas já identificadas, são apontadas outras necessidades. A superação dos desafios burocráticos inspira reflexões sobre formas alternativas de pensar estratégias específicas em torno de interesses comuns. Ressalta-se a relação direta entre o orçamento público e as políticas públicas. Por meio da análise orçamentária ao longo das diferentes gestões presidenciais, é possível observar as decisões políticas e suas prioridades, expressas pelas ações do Estado. De modo geral, a disponibilidade do recurso público é reflexo de embates políticos e relações de poder.

A gente consegue bastante [orçamento]. Nos últimos anos foi mais difícil, a gente conseguiu pouca coisa. A gente conseguiu não ser desmontado, que basicamente foi a luta da última gestão da última presidência. Mas a gente consegue. Esse ano, eu acho que a gente vai ter bastante ação aprovada [...]. Aí manutenção de poço cartesiano, pagar taxa de uso dos

poços cartesianos, serviço de telefonia, fornecimento de uniformes e EPIs, construir uma cobertura na nossa represa, reformar o barracão do trabalho de jardim. É muita coisa de obra e manutenção, é muito trabalho. E para dar conta disso tudo e de cada coisa dessas, é um processo administrativo cheio de documentos, que a AGU (Advocacia Geral da União) se dedica a isso. Eles têm lá umas normas que a gente tem que seguir, que tem que ter tais e tais documentos. Antigamente, quando eu entrei no Iphan – sempre teve documentos – mas a gente fazia um projeto básico onde a gente descrevia o que a gente estava propondo fazer, justificativa, orçamento etc. Aí o superintendente aprovava ou não aprovava, e aquilo seguia e ia para procuradoria jurídica. Eram poucos documentos e a gente resolvia tudo, tinha que ter o projeto direitinho: fazia, contratava e prestava conta. Agora você tem que montar um processo, e a AGU bota assim: tem que ter uma equipe de formatação da demanda, aí tem o documento de formatação da demanda (IN5), aí tem a formalização da demanda. Aí você vai ter outra equipe que vai fazer o estudo de risco/mapa de risco, aí tem outra equipe para outra demanda, aí tem o projeto básico. É tanto documento. E a gente fica rindo, pois a nossas equipes são as mesmas pessoas. Eu não tenho 150 pessoas aqui para cada um fazer uma coisa. Nessa lista daqui ainda está faltando coisa, mas é só para você ter noção assim do universo das coisas que a gente contrata (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável atividades desenvolvidas, quanto à hipótese de desenvolver atividades, projetos e ações baseados na sustentabilidade sistêmica (tripé da sustentabilidade: ambiental, sociocultural e econômica), existe uma série de projetos voltados ao Sítio Patrimônio Mundial. São ações de preservação, conservação e restauração de acervo museológico, acervo botânico e dos trabalhos do Patrimônio Mundial.

Nós temos uma série de projetos voltados ao patrimônio mundial, pois o trabalho não acaba quando você inscreve na lista, muito pelo contrário. A gente tem que reunir uma série de coisas. A gente tem que instaurar um comitê gestor do patrimônio do Sítio-patrimônio mundial, a gente tem que produzir um plano gestão do Sítio-patrimônio mundial – tudo bem que a gente tem o nosso plano estratégico que ajuda, mas ele envolve outros aspectos. A gente tem que produzir trabalhos que estão em cursos sobre os jardins, pesquisa dos jardins. Eu posso até puxar isso, uma lista de coisas que a gente está fazendo, são várias ações. Muitas ações ligadas a preservação, a gente tem ação de refazer o muro externo ali do sombral Graziela Barroso, ação de substituir os pilares, são muitas coisas (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades, projetos e ações baseados na sustentabilidade sistêmica, existe também uma série de ações de educação e trabalhos de pesquisa no Sítio.

Mas, aí tem algumas ações de educação, tem um programa educativo, que eu mencionei este projeto educativo de fazer bioarte, trabalho com as escolas. Especificamente destinado a sustentabilidade eu não sei, eu não estou vendo assim. Pode ser até ser que depois eu pense em algum negócio, mas nesse momento eu vejo muito assim: a gente tem muitas

ações de preservação, conservação, restauração de acervo museológico, tem um monte de coisas que é do acervo botânico, tem esses trabalhos do patrimônio mundial. Tem uma série de trabalhos de pesquisa também. Acho que é o que a gente tem perna para fazer. Mas a gente não tem um programa, um projeto do “o que a gente vai fazer para”. A gente conversa bastante sobre isso, mas efetivamente fazer, colocar um programa assim, não tem. A gente tem até dentro do programa de fortalecimento institucional, tem a parte de sustentabilidade ambiental. E a parte de acessibilidade que a gente conseguiu fazer para o circuito de visitação, a gente melhorou bastante, ainda não está 100%, mas melhorou, conseguimos. Mas ele está lá, posto como uma ação, que a gente considerou dentro do fortalecimento institucional, trabalhar com a sustentabilidade ambiental. Tem um programa econômico, existem uns programas. [...], mas ele só tem o título, ele não está inscrito com os objetivos. Não foi desenvolvido. Não está inscrito, descrito com metas ou indicadores. Não está nessa etapa, são só itens dentro de uma parte que a gente chama de fortalecimento institucional. Talvez a gente devesse ter uma política de sustentabilidade, invés de ser dentro do programa de fortalecimento institucional, mas é isso, como é uma coisa que a gente não tem quem encaminhe, a gente não tem para quem passar, quem leve isso adiante, quem desenvolva. Então por enquanto ele está ali, está cotado, mas não está existente. Mas isso está no radar, desde o primeiro, que a gente fez no final de 2012 já estava ali, mas é isso (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à variável participação e organização da comunidade, ressalta-se a não participação ativa da população nas atividades, nas ações, na gestão e no cotidiano do museu com foco em recuperar a autoestima e promover a inclusão social. Existe um livro que o público pode escrever o que quiser e diferentes mídias/redes sociais que o Sítio procura manter e estar atento e responder, mas com pouca participação da comunidade. Por outro lado, existe o incentivo à participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição.

A gente por exemplo está no meio do trabalho aqui, onde a gente compactua o plano estratégico, que vai pautar a atuação do Sítio ao longo dos próximos anos como o anterior tem feito até agora. Ele é feito participativamente, a gente tem feito reuniões por setor, para poder realmente discutir as coisas. Quando existe algum assunto novo a gente reúne, participa para todo mundo, todo mundo pode perguntar ou opinar. Os nossos planos de ação anuais, eles são resolvidos também, a gente senta com as equipes, discute o que iremos encaminhar, colocar no sistema e no final do ano a gente coloca no sistema as demandas que serão as ações do nosso ano seguinte. Aí no final do ano a gente discute isso tudo e a gente acorda o que iremos precisar agora. O plano estratégico ele já tem apontado o que a gente sabe agora, mas surgem outras necessidades e elas vão entrando. Mas quando a gente vai colocar no sistema, a gente reúne, discute, prioriza o que é mais importante primeiro, segundo e terceiro. Então isso é feito, isso existe (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à hipótese de que o museu deve estar inserido no cotidiano da comunidade, participando de maneira ativa de suas vidas e dos seus anseios, há vários relatos de acolhimento de demandas da comunidade local. Entretanto, há o entendimento de que tais

movimentos não significam necessariamente estimular, promover e garantir a participação e a organização popular. Merece destaque a participação regular do espaço da capela pela comunidade.

Ele tem uma preocupação com o entorno, mas o que seria isso? Seria um momento das pessoas da comunidade? A gente tentou, fez uma carteirinha com o pessoal da comunidade, que funcionou muito pouco. A gente já fez várias tentativas de oferecer o Sítio como um espaço para diversas coisas, mas não teve aderência. A única coisa que acontece aqui e que a comunidade participa é a capela (a missa). A capela funciona, a gente mantém, a gente restaurou recentemente e está lá. Então a gente tem as missas, tem casamentos, mas os casamentos não são tanto da comunidade, batizados. Essas coisas mais ligadas a igreja católica, as missas, o grupo de oração – que depois que a gente restaurou a capela chegou até a ter mais frequência. Tem a festa de Santo Antônio todo ano. Fora isso, o que a gente até agora tentou, não resultou. De oferecer mesmo o museu para o que quisessem, para ser um espaço para vir e sentar e discutir alguma coisa (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Destaca-se a aproximação do Sítio com a Associação Rural Guaratiba, que compreende cerca de 300 hortos produtores de plantas ornamentais.

A gente abre o espaço para certos cursos que os hortos – tem um horto especificamente, que ele faz os cursos, cursos sobre paisagismo, sobre palmeiras. E aí eles fazem aqui, mas é uma cessão de uso de espaço a verdade, não é uma coisa que a gente demanda. Raramente, de vez em quando, quando tem alguma coisa especial, que solicita utilizar o nosso espaço, a gente acolhe, mas é bem raro. Uma vez, tem uma associação dos hortos produtores de plantas ornamentais, ela chama Associação Rural Guaratiba – que segundo a cifra que se repete aí, são em torno de 300 hortos produtores. E essa associação reúne alguns desses, mas não sei qual a parcela exatamente. E eles fazem algumas coisas, teve uma ocasião antes da pandemia que veio um secretário (não lembro de onde), veio um político, e daí eles vieram perguntar se podiam fazer aqui a reunião e nós deixamos. A gente atende prontamente, da melhor forma possível, sempre. Teve recentemente uma reunião de mulheres paisagistas, pedi para elas voltarem, fazer mais reuniões, fazer disso uma prática, elas gostaram. Mas é isso, é para poucos grupos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto a estimular, promover e garantir a participação e a organização popular, por meio de estruturações de movimentos e redes, ações, projetos, informações, formações, reflexões críticas, dentre outras, destacam-se os projetos educativos e a organização de missa e de uma procissão anual com a comunidade.

A programação, projetos, educativos, estão dentro do projeto, mas a política de preservação do patrimônio cultural ela tem dois programas: de conservação e de gestão. E isso é o grande consumidor de tempo, de trabalho e de recurso. E isso consome muito, porque para você conservar e gerir – que aí dentro estão os bancos de dados, a catalogação, tudo isso [...]. É, isso da procissão é uma vez por ano, mas as pessoas vêm sempre a missa. As outras coisas que eu estou mencionando são de um

determinado grupo. São coisas pontuais. Mas, na verdade é assim, não promove a organização popular. Isso não é promover a organização popular. Na verdade, isso seria se o museu tivesse uma atividade de reunir as demandas da comunidade. Saber o que a comunidade quer. O que é importante para comunidade. Saber qual bandeira que eles vão levantar (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Importante salientar que a política de preservação do patrimônio cultural, que compreende os programas de conservação e de gestão, é a grande consumidora de tempo, de trabalho e de recurso, o que impede a atuação do Sítio, com relação à participação e organização da comunidade, na variável buscar e atuar na solução das necessidades das comunidades locais e promover e garantir a inclusão coletiva nos processos de planejamento e de produção econômica e cultural.

[Se o museu estimula, promove e garante a participação e a organização popular, através de estruturações de movimentos e redes, ações, projetos, informações, formações, reflexões críticas] Não, não fazemos isso. O que acontece é que algumas pessoas da comunidade trabalham aqui no museu. Não é que a gente seja contra, mas a gente não faz. [...] A programação, projetos, educativos, estão dentro do projeto, mas a política de preservação do patrimônio cultural ela tem dois programas: de conservação e de gestão. E isso é o grande consumidor de tempo, de trabalho e de recurso. E isso consome muito, porque para você conservar e gerir – que aí dentro estão os bancos de dados, a catalogação, tudo isso [...]. Também não [promovemos a inclusão coletiva nos processos de produção econômica e cultural], a gente tem um projeto, que a gente está há anos tentando emplacar, que é oferecer um curso de formação de monitores culturais ou guias culturais, para formar jovens da comunidade, para conhecer Guaratiba, para mostrar e que possam vir visitar aqui. E que eles possam ter uma renda. Nós estamos tentando isso há anos, mas não conseguimos chegar lá, não está abandonado. É uma ideia legal (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O paisagismo foi outra importante demanda da comunidade local para o Sítio. Destaca-se mais uma vez o movimento de aproximação da comunidade para a consolidação de uma relação de parceria com o Sítio.

A prefeitura está teoricamente fazendo um mercado aqui do lado do BRT, que é uma demanda de longa data dos produtores rurais, do pessoal de plantas ornamentais. E isso é uma ideia que vem desde a gestão anterior do Eduardo Paes, mas esse projeto ainda não saiu. Agora que o Paes voltou, o mercado voltou, aí eles começaram a mexer no terreno, fizeram a aquaplanagem e pediram para gente fazer o paisagismo. Aí nós pedimos um espaço, um quiosque, para desenvolver esse projeto (dos guias). Só que o mercado está lá. A gente também já tentou fazer com o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), mas ainda não rolou. A gente nunca fez isso [café da manhã com a comunidade]. É uma ideia boa. Teria que colocar na nossa programação, agendar e ver quem que iria fazer e estar ali. A gente já pensou em implementar rodas de conversas – até interna mesmo – mas esbarra em quem vai fazer essa mediação da roda de conversa? Mas eu acho que se fizer o café da manhã uma vez por mês,

acho legal, é uma coisa factível. A gente precisa conseguir implantar isso num dia, e de ter o pessoal, de pegar as pessoas para estarem lá nesse dia. Provavelmente vai começar com poucas pessoas, mas depois isso vai aumentando, pode ser que funcione (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à variável trabalho focado na comunidade, há controvérsias quanto à hipótese de que o trabalho do museu deve ser focado nos anseios dos habitantes locais, e não em interesses externos à comunidade, uma vez que se trata de um Patrimônio Cultural Mundial com um excesso de demandas e necessidades que precisam ser atendidas no trabalho cotidiano.

Os nossos interesses não são externos a comunidade, eles são internos ao Sítio. O que a gente mais faz é trabalhar para conservar o que tem aqui. O que a gente faz abrindo o Sítio para sociedade são os eventos, que estão funcionando bem. Embora eu não saiba medir, porque eu acho que não tem esse acompanhamento de “quem veio de onde” nos eventos. A gente sabe que tem gente daqui, mas também vem gente de fora. Aí tem alguns temas que tem mais sucesso com quem vem vai de longe e vice-versa. Então tem a jornada de pintura que é um grande sucesso, e a gente faz até duas por ano – a gente abre uma lista, que a pessoa se inscreve, para passar o dia aqui pintar e desenhar. E aí tem uma demanda, as pessoas ficam ligando para saber se vai ter. Era uma vez por ano, mas agora são duas, que a gente faz a Jornadinha que é para criança também, e isso pegou, ficou legal, as pessoas curtem. Vem gente da equipe que traz os filhos, mas não acho que para essa jornada venha muita gente de perto, vem mais gente de mais longe. Essa é uma sensação que eu tenho, as pessoas ficam muito nas suas casas. A gente tem os eventos, tem a visitação, que a gente dá desconto e isenção para moradores – isso depois vale a pena conversar com a administração porque eles vão saber melhor. Mas não é que o museu tenha algum tipo de levantamento, eu tenho até a sensação que não tem uma demanda, um sentido de comunidade no entorno, eu acho que aqui tem grupos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à hipótese de que o trabalho do museu deve ser focado nos anseios dos habitantes locais, por tratar-se de um patrimônio cultural mundial, o Sítio tem valorizado a diversidade cultural local, ofertando, acolhendo e organizando demandas da comunidade. A ausência de resposta da comunidade local às ofertas do Sítio necessita de investigações futuras para esclarecer a visão do contexto local.

Então, tem as pessoas, tem os evangélicos, que estão em torno de cada igreja, daí tem os hortos, tem os restaurantes, que são o polo gastronômico. Mesmo os restaurantes, que são um polo gastronômico, eu tentei fazer um trabalho com eles – vamos fazer um almoço por mês aqui, e aí cada mês será um restaurante, e aí gera uma renda para eles, gera movimento para o Sítio – estou esperando até hoje eles se organizarem minimamente, aí não rolou. Aí algumas vezes vem gente de fora, vem alguém grande da televisão, vai fazer um almoço no Sítio e vender o ingresso caríssimo e vai bombar. Mas com o pessoal local é um pouco difícil essa organização. Tem um livro que tem as receitas dele [Burle Marx]. Ele era famoso pelos jantares e almoços, ainda hoje tem gente que

vem até aqui e lembra disso. Então dá para fazer um evento. Teve uma pessoa que fez um evento aqui, foi um teste, porque nunca se tinha feito isso, e deu certo. Foi no dia 02 de fevereiro, dia de Iemanjá, ela fez o aniversário dela, alugando o espaço e fez o lançamento de uma fundação que ela criou, é uma parente do Burle Marx, que fez uma fundação Burle Marx na Inglaterra. E ela fez um jantar, que deu certo, e coube 80 pessoas – a gente já tinha feito um cálculo – couberam 10 mesas de oito pessoas e ficou bem legal. Foi bom para gente porque nós cobramos uma contrapartida em serviços. No caso, ela pagou para gente a licença de uso da água, porque tinha prazo. Não era isso o que a gente ia fazer, mas foi o que fizemos, porque a gente ainda não está com o orçamento aprovado (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

É necessário destacar que o processo de acolher e organizar as solicitações da comunidade é vital para assegurar um dinamismo cultural. Entretanto, atender essa diversidade de demandas exige superar muitos desafios burocráticos, que é uma realidade presente no país.

A gente tem todo um processo organizado para alugar, tem que passar pela procuradoria, a gente assina um termo, a gente tem que cobrar a contrapartida. Mas nós não temos tido solicitação. Até recentemente teve uma noiva que veio aqui, para ver algo sobre o casamento. Mas é uma cessão de uso, uma autorização de uso o que a gente assina. É uma outra forma de conseguir recursos e de acontecerem coisas diferentes e as pessoas terem outro tipo de vivência. Já veio um pessoal da prefeitura uma vez aqui, para fazerem uma reunião sobre esse tal mercado, daí conversa vai, conversa vem, um deles tem um filho ou sobrinho, que é um chef renomado e disse que lá podiam ter esses tipos de almoços. Eu concordei com isso, mas eu não sei encaminhar, eu não tenho tempo de sair procurando. Daí o assunto eu acho que morreu. Aqui dá para fazer coisas que a gente gostaria de fazer com a comunidade local, para passarem a usar mais o Sítio, mas tem coisas elegantes que dá para fazer também, na cozinha de pedra – ali foi feito para isso, é um lugar de recepções, um salão de festas. Agora a ideia do café é algo a se tentar. A gente tem feito coisas bem pontuais, começando pequeno para ver se dá certo. Já teve uma reunião com um grupo de mulheres sobre esse projeto da bioarte, tinha um interesse, mas por enquanto. É que é isso, são as mesmas pessoas que fazem um monte de coisas. O pessoal do educativo estão o dia inteiro para cima e para baixo, quando eles não estão atendendo eles estão estudando ou fazendo outras coisas. É muita demanda. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à avaliação da variável exemplo, sobre a mensuração de servir de inspiração e exemplo por meio de boas práticas, como no consumo de energias limpas e renováveis (energia fotovoltaica, eólica etc.), relata-se a existência de diversos movimentos e tentativas de encaminhamento de ações relacionadas à sustentabilidade, como tratamento de lixo, utilizar energia fotovoltaica, dentre outros, mas sem sucesso.

Por esta ótica não, apesar da gente achar importante, e a gente já ter tentado encaminhar isso várias vezes, por isso mesmo, porque o Sítio deveria dar o exemplo de ter o tratamento do lixo, de ter um monte de

coisas. Temos uma servidora que começou um trabalho com a Comlurb [Companhia Municipal de Limpeza Urbana], mas não deu para levar o trabalho adiante por motivos de saúde, e daí não tinha uma outra pessoa para levar isso adiante. A gente já tentou, duas tentativas de colocar energia fotovoltaica, mas a gente não conseguiu ainda. Então a gente não tem ainda uma coisa que eu acho que devia ser básica para gente, por ser um exemplo. Parar de usar copo plástico, a gente tentou, a gente não usa mais tanto copo descartável. Mas, por outro lado, o Sítio é um discurso a favor da preservação e conservação da natureza. Ele (o Burle Marx) é um discurso forma, ele está constituído aí falando isso: “olha como é importante”. Então, não tanto pelo direcionamento da atividade do Sítio, mas pela própria constituição dele como a obra de Burle Marx: a coleção, jardins, tudo junto. Serve de exemplo no consumo de energias limpas e renováveis? Não, deveria servir, mas não serve. Não faz coleta seletiva, não tem na região. Mas a gente poderia ter, a gente tentou começar através do trabalho com o lixo, mas enfim (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Outro aspecto importante trazido pela educadora do Sítio diz respeito ao fato de que vê-lo como um exemplo para o desenvolvimento sustentável é reforçar sua relação de interdependência entre a preservação da natureza e a educação ambiental.

Quando a gente fala da questão, principalmente relacionado a visita mediada como a gente trabalha, discussões sobre as questões ambientais elas estão presentes na visitação, assim como questões de preservação da natureza, educação ambiental, atividades relacionadas a educação ambiental, a importância do plantio e de reflorestamento, dependendo do caso e da conversa os assuntos são abordados durante a visitação. A importância dos espaços públicos bem arborizados e trabalhados de forma paisagística, a gente entende que em áreas urbanas isso é o primeiro contato do indivíduo urbano com a natureza, e o impacto que esses ambientes trabalhados com o paisagismo, como a redução da temperatura, redução da poluição sonora. Então esses assuntos podem ser abordados durante a visitação como forma de conversa, do trabalho ou de educação, relacionados a questões ambientais (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

A variável representação da sociedade e da cultura parte das hipóteses de que o museu deve representar a sociedade e as relações socioambientais (cultura), com ações, atividades e projetos, e promover o entendimento da relação homem/natureza, por meio de atividades, ações e mutirões, para que haja a conscientização e o respeito. Nesse aspecto, há críticas a essas premissas e reafirma-se o foco do Sítio na vida e obra de Burle Marx. Por sua vez, a localização do Sítio também não favorece essa representatividade.

Eu acho que não, eu acho que a gente é muito focada na obra do Burle Marx. O Sítio não é um museu local, ele não é um museu regional, ele é um museu focado em um assunto, ele é em torno da obra do Burle Marx. Pois é, eu acho que a gente fez essa tentativa de conhecer a comunidade/sociedade, mas é diferente, porque o Museu da República, a comunidade frequenta o museu, o parque é aberto, as pessoas vão lá para fazer piquenique. O Mario deu uma dinâmica, deu um gás enorme, permitiu o público a sentar na grama. O Museu da República está num centro onde tem muita demanda. Aqui, a gente mal tem frequência quando

a gente tem um evento, só mesmo na capela que as pessoas têm o hábito de vir. A gente está numa região, que eu acho que as pessoas têm uns hábitos muito rurais. E não estou colocando a culpa nas pessoas, tipo “são as pessoas que não vem” (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à hipótese de que o museu deve representar a sociedade e as relações socioambientais (cultura), em termos históricos, é recente o movimento de abertura do Sítio ao ambiente externo. Há, aqui, uma crítica ao questionário utilizado, considerado muito exigente, entretanto, essa reflexão permitiu repensar o papel do Sítio no contexto da sustentabilidade integrada, com foco na variável representação da sociedade e da cultura.

O que acontece, o Sítio sempre foi muito fechado, a gente agora, recentemente, de poucos anos para cá, que a gente tentou abrir mais, chamar mais, tentar mais abrir o Sítio para fora. Porque antes ele era muito fechado, pelo retorno que eu tenho, pelas informações que eu tenho das pessoas da equipe que estavam aqui antes, que a preocupação era o acervo botânico. Até as próprias edificações era algo bem em segundo plano, o acervo museológico também era uma coisa bem secundária. Era para abrir só para especialistas. Essa é a informação que eu tenho, é bom você perguntar depois para quem estava aqui antes, para saber melhor. A gente que solicitou isso, a gente recebeu a pesquisa, a gente conversou, analisou e parou ali. Não teve o “vamos pegar essa pesquisa aqui e vamos ver o que iremos fazer”. A gente já estava com uma série de sugestões de atividades, mas não tivemos como até o momento tocar adiante. Ou seja, a rigor eu não acho que a gente representa a sociedade/comunidade. Não tem. Eu acho que se promove aqui de uma outra maneira, porque o museu, não é um museu que mobiliza a comunidade. Ele não é um museu que propõem “vamos fazer um grupo para limpar a praia da barra de Guaratiba, vamos visitar o mangue”, não. O Sítio não faz isso de dizer “gente, vamos propor tal ação”, que é legal porque isso que forma uma relação entre as pessoas e o meio ambiente. [...] Eu acho que as pessoas aqui, não é bem um bairro dormitório, mas é um pouco isso. Eu acho que as mulheres ficam dentro de casa, os homens vão trabalhar em algum lugar, os jovens vão estudar em algum lugar, porque aqui só tem a escola do primeiro grau. E também é isso, o Sítio não abre aos domingos. [...] o Sítio abre só no sábado, a gente não conseguiu se organizar para abrir no 3º domingo, e isso é um fator que dificulta bastante, porque é quando as pessoas teriam tempo para vir e fazer alguma coisa, porque durante a semana cada um está cuidando da sua vida, trabalhando, estudando. [...] Eu acho que toda a contribuição é bem-vinda, porque a gente tem desejo de fazer isso, de chegar lá. Não sei se chegar a tanto, porque esse questionário é muito exigente, mas eu acho que se a gente conseguir em uma certa medida atender a isso, isso é um anseio do Sítio conseguir chegar lá (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável promoção do espírito crítico, no modelo de sustentabilidade integrada, espera-se que o museu possua a visão crítica da realidade e do que é exposto e a capacidade de ação crítica e continuada. A visão crítica foi associada às atividades de pesquisa existentes, que foram consideradas ainda incipientes.

Estão começando [os trabalhos de pesquisa], porque a gente recebeu uma pessoa agora que está começando com a nossa política de pesquisa, e está incipiente mesmo. Na equipe tem dois doutores e algumas pessoas com mestrado. É muito esporádico. Tem coisas que são feitas aqui que não é mostrado para ninguém, o tratamento das plantas, o tratamento do filtro sanitário, é uma coisa que foi desenvolvida aqui. A gente costuma fazer o tratamento natural, botar a joaninha. A gente evita ao máximo usar produtos químicos – usa também, entre usar e perder uma planta a gente usa – mas tem todo um tratamento que foi desenvolvido aqui, que não existe, pelo menos no Brasil não existe, eu não sei se existe fora, é pra ornamentais, porque as coisas são muito destinadas a plantação de soja, café etc. Daí o uso para as ornamentais foi sendo testado e desenvolvido aqui. Então tem todo o trabalho com esse tipo de acervo que foi desenvolvido aqui. A gente mostra onde? Não mostra. Raramente tem uma coisa ou outra, já teve um congresso ou outro que a gente mostrou este trabalho do inventário. Agora o pessoal está lá nesse congresso de jardim botânico (Inhotim), só que a gente foi chamada em cima da hora, não dá para escrever. Até falei para escrevermos o trabalho dos jardins, o trabalho do filtro sanitário, mas não dá o tempo. Eles estão indo para assistir. A gente faz eventualmente uns cursos, a gente fez um curso para professores sobre os ecossistemas daqui – isso foi iniciativa do Sítio, tem algumas iniciativas pontuais, e deu certo. Mas é incipiente, não vou dizer que é inexistente, mas é incipiente. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

No que diz respeito à variável promoção de um novo paradigma inclusivo e democrático que inclua a cultura popular, a promoção do associativismo como teoria social, por meio de uma economia baseada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e crítica ao Estado centralizado, existe dependência de quem está no Governo Federal, porque o Sítio é uma instituição federal. Faz-se ainda necessário fortalecer o cooperativismo como prática econômica, atuar nas reivindicações sociais e na capacidade de organização popular, possuir ações, projetos e atividades que resgatem os sentimentos de coletividade e de contextualização com o meio e com suas relações de pertencimento aos grupos.

O Sítio não tem como propósito promover o associativismo, promover o cooperativismo, não tem esse propósito. Apesar da gente ter assim, uma coisinha pontual que nós estamos a começar – num nível bem incipiente – é um pequeno trabalho de bioarte, de estimular o uso de alguns materiais aqui do Sítio, coisas que seriam jogadas fora, como semente, pedaços de madeiras, folhas, para produção de objetos para poder vender e para que as pessoas tenham algum retorno com isso, mas isso não chega a ser uma promoção de cooperativismo. A proposta não é a gente organizar uma cooperativa das mulheres locais para fazer tal coisa. Não, porque assim, aqui acho que não acontece reivindicações sociais, não existe as pessoas irem para rua demandar nada, isso não existe aqui no entorno. É isso que eu acho importante da gente conhecer um pouco as próprias pessoas, a própria equipe como funciona, não é como se fosse uma comunidade popular onde as pessoas já têm isso mais aguerrido, que luta. Tem sim a equipe de pessoas mais engajadas, mais interessadas em fazer acontecer e tal, de chamar e apresentar certos tipos de programação e trazer para cá pessoas dos museus sociais, das mulheres de pedra, tem e a gente procura atuar sim nesse sentido, naquilo que a gente abre para

fora que são os eventos. Mas, assim especificamente promover o associativismo, promover o cooperativismo, atuar nas reivindicações sociais, nada. A gente fez uma singela manifestação na internet, mas é muito pontual, muito pouco, não estamos trabalhando com isso fortemente (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Considerando a promoção do associativismo como teoria social, atenta-se para a criação dos hortos florestais, destinados à preservação dos ecossistemas existentes na região, ao estudo e multiplicação de plantas nativas, à pesquisa e à educação ambiental.

[...] os próprios hortos, só uma parte deles que se organizam nessa associação de Guaratiba, uma parte pequena desses hortos. A gente tem uma relação cordial com eles, eles fazem cursos aqui, oferecem o curso de paisagismo e de algumas outras coisas. Na verdade, o que teve de interessante foi o que eu mencionei, da reunião das mulheres paisagistas, elas fizeram a reunião aqui e foi bacana, e se elas decidirem que querem continuar fazendo as reuniões aqui eu vou achar muito bacana. Não [expõe sobre/discute com a comunidade teorias sociais e políticas]. Não, até porque curso de formação política, isso está até bem fora da nossa missão. Porque se você olhar depois as nossas ações, é tanto que a gente já tem que fazer só de conseguir manter o que está aqui. Se a gente conseguiu sistematizar esse acervo botânico botar a disposição da sociedade e da comunidade científica como objeto de pesquisa, é uma contribuição para a sociedade. Então, a gente não tem nem gente para fazer isso, embora seja importante, embora eu reconheça que isso seja importante e boa parte da equipe também reconheça que isso seja importante, a gente não tem nem na nossa missão e nem temos pernas para fazer, com as outras coisas que a gente precisa ficar fazendo. Pois é, [as atividades fim] não [promovem a coletividade e a sensação de interdependência entre indivíduos e entre grupos]. Até por isso, que a gente não faz exposições. Tem coisas que a gente gostaria de fazer, mas o lugar que a gente tem que a gente pode fazer exposição temporária ele é onde a gente faz os eventos, então tem que ser uma coisa curta, tem essa questão do público que acaba que é só quem vai visitar o Sítio e aí acaba que vê a exposição. Talvez mais proveitoso seria se a gente fizesse uma exposição itinerante, produzisse uma exposição para ficar um tempinho aqui e circular, que é isso que a gente tem pedido (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à promoção de um novo paradigma inclusivo e democrático que inclua a cultura popular, é destacado, de modo detalhado, um espetacular projeto sobre as expedições de Burle Marx, denominado Memorial Botânico.

Tem um material que está sendo composto, que é espetacular. O Burle Marx fazia essas expedições, muitas inclusive fora do país. Foi a todas as regiões geográficas do país, coletou plantas, e tinha um grupo de pessoas que o acompanhavam sempre. E nesse grupo, muitas pessoas jovens, jovens botânicos, jovens paisagistas, que acompanharam Burle Marx pela vida a fora. Depois alguns viraram sócios dele, parceiros de trabalho. Então, um tempo atrás, dois desses colaboradores dele, José Tabacow e Oscar Bressane, os dois são paisagistas e o Bressane mora em São Paulo e o José Tabacow é Carioca, mas está morando na Bahia. E daí eles inventaram esse projeto, que é uma coisa maravilhosa, que eles estão chamando de "Memorial Botânico", onde eles querem refazer uma

excursão, passando por um percurso, passando pelos lugares que eles passaram – eles não vão refazer as excursões todas e também não estão se propondo a ir pra Amazônia, nem nada disso – mas eles estão se propondo a passar por vários lugares, sair de carro, filmar, fotografar, coletar plantas. Tem vários pedaços, um deles é fazer a excursão, o outro pedaço é compor aqui no Sítio um memorial botânico e completar todas as plantas que o Roberto Burle Marx descobriu e que leva o nome dele, tem mais de 50 plantas que eram desconhecidas da ciência. Plantas que ele descobriu, algumas tem nomes de outras pessoas, outras tem nome dele, então fazer esse memorial botânico. E daí a gente teria que estudar aqui como fazer isso, porque não dá para botar tudo no mesmo lugar, eu acho que tinha que ser um percurso aqui dentro. E tem um outro pedaço que eles já estão fazendo, que é reunir as pessoas que ainda estão vivas, que foram nessas excursões, e reunir todas as fotografias dessas pessoas. E aí o Oscar que é fotógrafo do Iphan está digitalizando tudo isso e eles estão doando para o Sítio. O José Tabacow já doou todos os slides, ele foi diretor, por um tempinho, aqui do Sítio também. Ele doou todos os slides dele e disse que só quer as imagens digitalizadas, o físico ele doou para gente, são tipo uns 3000 slides, uma coisa assim. Ele já tinha doado os filmes Super 8, que foram mudados de mídia e serviram de base para um documentário que foi feito e passou em quatro capítulos na TV Brasil, sobre as expedições do Burle Marx. Também teve um longa-metragem que foi feito pelo mesmo cineasta que fez essa série. Então tem esses Super 8, mas eles também doando, a maior parte eu acho que é slide, mas também tem foto, tem papel, tem negativos. E eles se reúnem online uma vez por mês, e o que ficou combinado (nas duas últimas eu não consegui ir) deles pegarem os slides de determinada viagem e eles irem olhando os slides e irem comentando. Gente, isso é importantíssimo, isso é lindo, porque eles têm as memórias desses lugares, tanto as memórias engraçadas quanto outras histórias. Mas, o material fotográfico também é incrível. E eles já tem um monte de coisas feitas, e a ideia era fazer um projeto, colocar na lei Rouanet, pegar um patrocínio, isso dá exposição, dá livro, dá coisas incríveis. Eles querem reunir o material, reunir as informações – as informações fui eu quem falei – disse o Tabacow que ele gravou as últimas reuniões. Esse projeto é lindo, só que eles não têm ideia de como fazer isso, pegar patrocínio e botar na lei (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à variável engajamento em movimentos sociais, o Sítio tem pouca participação junto à comunidade, por meio dos movimentos sociais. Entretanto, destaca-se o fato de o Sítio ser uma importante referência para todos os hortos da região, além do seu relacionamento com outras instituições, por exemplo o projeto Entre Museus, do Museu do Amanhã, e o Coral Uma Só Voz, formado por pessoas em situação de rua. Um dos pontos principais, em relação a essa variável, apontados pela coordenadora administrativo-financeira do Sítio, é o destaque e a valorização da flora brasileira no uso dos projetos paisagísticos.

A gente tem relacionamento com outras instituições, um deles a gente participa do projeto do Entre Museus, que é um projeto do Museu do Amanhã, onde eles atendem escolas da região portuária do centro do Rio de Janeiro, e aí as turmas fazem a visita no Museu do Amanhã e em outro museu. Nesse projeto a gente recebe quatro turmas da região portuária do Rio de Janeiro, em quatro visitas diferentes, eles vêm com um historiador contando todo o histórico cidade do Rio de Janeiro por onde

eles passam, então eles passam por projetos do Burle Marx como a praia de Copacabana e o aterro do Flamengo, e essas discussões vem junto dentro do ônibus e chegam aqui para poder fazer a visita, coisa que por conta distância eles não teriam como chegar no Sítio. Então, além desse projeto do Entre Museus a gente recebe também com o Coral Uma Só Voz, que é o coral formado por moradores em situação de rua, que fazem apresentações em diversas instituições culturais, e uma vez por ano a gente traz o Coral Uma Só Voz para fazer uma apresentação e dar destaque, dar visibilidade desses moradores de rua como artistas, onde a gente promove isso lá no Sítio. Tem como entendimento então a mudança de cultivo na região, o trabalho com plantas ornamentais na região, isso já foi mencionado e conversado, e aí o que acontece é que em diversos momentos das práticas que nós temos aqui no sítio como encontros de colecionadores, como cursos de paisagismo, como workshops e como oficinas, esse é um lugar de encontro de volta desses produtores aonde tudo começou. Então em vários momentos nós temos produtores que são mais relacionados a isso, como o Ermínio, o Sr. Waldir, o Valdecir, que voltam ao Sítio para poderem conversar sobre a questão da produção e conhecer novos paisagistas também, para poder fornecer essas mudas produzidas na região de Guaratiba. E um desses destaques voltados a questão do paisagismo, é a conversa sobre a questão de plantas nativas, o destaque e a valorização da flora brasileira no uso dos projetos paisagísticos, e isso é um assunto que a gente trabalha bastante nos encontros de paisagismo, nos encontros de jardinagem e até mesmo nas visitas (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à variável envolvimento em questões atuais, faz-se necessário ainda destacar que o Sítio faz parte do Conselho Consultivo da Reserva Biológica de Guaratiba e participa de algumas questões públicas, e durante as visitas pelas escolas.

[...] a gente participa na verdade, o Sítio faz parte do Conselho Consultivo da Reserva Biológica de Guaratiba, a gente está no conselho. A reserva é muito antiga, tem grupos de trabalhos, tem vários grupos temáticos e a gente está no conselho. E isso significa o que? Significa que eu sou titular e o Caetano que é botânico é o meu suplente (ou vice-versa), e na prática ele vai a algumas reuniões de conselho. Tem um grupo de WhatsApp que eles propõem diversas coisas, mas a gente não consegue, nós temos que fazer o processo tal, a inscrição tal, a gente não consegue, não chega lá. Eu não consigo fazer nada fora daqui. Nem consigo ir as reuniões, o Caetano que tem ido as reuniões. E eles são muito ativos, discutem as coisas, pelo menos no grupo de WhatsApp eles discutem, que eles postam muitas coisas de seminários que acontecem, então eu acho que eles divulgam muitas coisas que estão acontecendo e eles são muito engajados na questão do meio ambiente. É muito legal, porque é um parceiro bem importante para gente. Não trabalha [com a poluição, a pobreza, os estilos de vida e as tecnologias], a gente não tem uma proposta de exposição. A gente não tem uma pessoa de comunicação, a pessoa que nós temos de comunicação é de comunicação social, assessora de imprensa, que não está vindo pois está em tratamento de saúde, ela está trabalhando remoto. E no mais a gente não tem um setor da equipe, a gente não tem nenhum museólogo, uma pessoa na equipe que pudesse pensar as exposições. Tem muita coisa que a gente não tem pessoas mesmo. Nós não somos muito, nós somos uma equipe que está bem reduzida na administração dos servidores mesmo. Tem uma chefe da administração, tem quatro pessoas – e essas cinco pessoas cuidam de toda a parte administrativa, de patrimônio, material, RH, cuidam da loja,

de coordenar a equipe de educação. E aqui na técnica a gente tem dois botânicos, um engenheiro agrônomo, dois arquitetas do concurso, uma técnica de edificações, uma outra pessoa que trabalha na parte de jardim, são sete pessoas. É isso. Tem um rapaz que está cuidando do Instagram e das redes sociais, que é esse que está saindo. É isso, com muita demanda, porque a demanda do acervo vivo demanda um trabalho constante de manutenção direto, as pessoas ficam muito tempo lá fora. A gente está trabalhando no herbário, a gente recriou o herbário que é tipo uma catalogação do acervo botânico por outra forma, eles fazem as exsiccatas. Eles têm que colher as amostras das plantas quando as plantas estão em flor, quando floria aí colhe a mostra da folha, da flor, de determinadas partes, aí põem num cartão e coloca na estufa para secar, aí seca aquilo prensado, tem toda uma técnica, monta aquilo, fotografa e aquilo é arquivado, essas amostras de cada planta. Então o Caetano que é o botânico está trabalhando nisso, mas ele não fica direto nisso. Ele é a pessoa que identifica as espécies também, da coleção que o Felipe está trabalhando no georreferenciamento, ele vai, localiza, e é o Caetano que vai lá identificar. Cada um tem muita coisa para fazer, a gente não tem ainda conseguido fazer outras coisas que a gente acha importante (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Além disso, destacam-se as exposições permanentes, a coleção botânica paisagística e a coleção museológica, que expressam esse íntimo envolvimento do Sítio com a questão ambiental.

A gente tem uma exposição permanente, que é muito trabalhada a questão da coleção botânica paisagística e também temos a coleção museológica, esse acervo museológico do Sítio. Os assuntos que são debatidos já foram mencionados antes, então tem uma questão ambiental que é muito trabalhada por conta do acervo. É uma pegada mais forte que a gente tem, a questão ambiental, paisagística (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

No que diz respeito à variável transformações e mudanças de atitudes e ética – conscientização, que o Sítio utiliza a memória do Roberto Burle Marx como iniciadora de transformações e de mudanças individuais e sociais.

O Sítio, eu acho que ele tem um papel além de ser uma instituição de memória, de trabalhar com a obra do Roberto Burle Marx e trabalha com a botânica e essas coisas todas. O Sítio visto como uma obra, ele fala por si, ele fala da preservação do ambiente, ele fala da flora tropical, mesmo que não seja dito explicitamente na visita. Acontece de pessoas que vão ao Sítio tratar de algum assunto, visitam e comentam sobre verem a importância da preservação do meio ambiente e da natureza. Já aconteceu de várias pessoas que trabalham com arte dizerem que o Sítio é muito inspirador, que tem que ir para lá, para criar no campo da arte. Então ele tem esse discurso, ele trabalha com isso, não é especificamente com a memória, porque ele é a memória do Roberto e da sua atuação ali. Mas acho que o principal ponto seria esse (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda no que concerne à variável transformações e mudanças de atitudes e ética – conscientização, salienta-se a responsabilidade do Sítio em valorizar a identidade e fomentar o desenvolvimento da comunidade local.

Nós atendemos o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), atendemos o Circulando, e outros projetos sociais, muitos deles vinculados a Prefeitura, para menores aprendidos e infratores, para pessoas que estão em acompanhamento psiquiátrico pela Prefeitura. O público é muito geral, mas a tentativa do relacionamento com a comunidade vai muito além de uma divulgação que a gente faz para o público em geral, muitas vezes eu mesma vou ao comércio da região para falar que temos uma atividade de Yoga, pergunto se eles não querem participar, se não querem divulgar para os clientes, para os moradores de Guaratiba isso é gratuito. Então essa tentativa de relacionamento ela não funciona na distância, foi o que eu falei, nós somos isolados geograficamente dos pontos de maior concentração, então muitas vezes esse relacionamento tem que ser pessoal, nós vamos até o comércio, alguns funcionários como os moradores da região eles conversam, divulgam e pedem para trazer seus amigos aqui no Sítio, então chega a ser bem trabalho de formiguinha. É eu chamando, vem por favor, estou fazendo um evento muito legal, que pode ser inclusive de música clássica, pode ser uma apresentação do Coral Uma Só Voz, pode ser uma atividade de pintura, qualquer tipo de trabalho que está sendo desenvolvido no Sítio, esse convite é prioritariamente divulgado para a comunidade (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda quanto à variável transformações e mudanças de atitudes, faz-se necessário destacar que, apesar de o Sítio ser visto como elitista, é um lugar que promove acessibilidade, comunicando e fortalecendo valores éticos para o público.

Eu acho uma coisa muito importante que a gente tenta fazer, que é a seguinte, quando nós resolvemos fazer uma programação diferente para oferecer para comunidade, que não só os concertos, nós somos vistos ainda como algo muito elitista, então a nossa preocupação ética era de trazer coisas diferentes para cá. Sim, este é um lugar onde o Coral Uma Só Voz pode e deve se apresentar. Este é um lugar onde sim, nós vamos ter o pessoal do Caipirando e nós vamos ter alguém na plateia tocando espontaneamente o berrante, não é um lugar só de música clássica. Isso daqui é um lugar que tem acessibilidade sim, o cego vem, o cadeirante vem, e eles são prioridade quando eles entram. Sim, e ele é ético e ele é voltado para a cidadania. Vai atender os menores infratores, o grupo normal de visitantes estará aqui, eles vão subir e sim eles serão respeitados, e sim nós temos reclamações de que “como assim aquele bando está aqui?”. Então é isso, tem uma questão nossa de defesa de acesso aos públicos (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação a buscar e promover a transformação das atitudes e da ética com atividades que fomentem a crítica e apresentem novas possibilidades, faz-se necessário a realização de estudos. Entretanto, o Sítio promove mudanças de comportamento individual e amplia a conscientização da população para uma mudança civilizatória, por meio de exposições,

curiosos, palestras, debates, atividades e ações que proporcionam reflexão crítica sobre a realidade.

Isso teria que ter um estudo para saber [buscar e promover a transformação das atitudes e da ética], porque senão fica meio que um achismo, e também eu seria suspeita porque eu iria achar que sim. Mas, eu acho que a visita fala disso intencionalmente, mostra e fala de arte, arquitetura e meio ambiente, então estimula sim uma conscientização – não gosto muito de conscientização porque parece que as pessoas são inconscientes – mas, estimula isso, um conhecimento maior, sim estimula. É isso, eu acho que todo mundo tem uma consciência, mas eu acho que amplia, tem um papel de ampliar o conhecimento, de fazer a difusão tanto do patrimônio do Sítio como daquilo que ele diz por si da preservação do meio ambiente, da arte e da interligação com essas coisas. Eu acho que sim, porque o museu trabalha muito com a rede escolar, eu acho que as visitas de grupo – tem visitas de outros grupos também – e que possivelmente vão ter esse efeito de algum modo. E tem um trabalho que é regular, tem dias que são dedicados as escolas, temos muito trabalho com a rede escolar, com as crianças e a adolescência. Então sim, porque isso é uma coisa que fica, a pessoa vai, tem a experiência, trabalha isso, o setor educativo trabalhar vários assuntos através de diferentes atividades. Então eu acho que sim, trabalhar desde o início que é o mais importante. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda dentro da variável transformações e mudanças de atitudes e ética – conscientização, com relação à hipótese estimular as mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir e consumir, há críticas a esse instrumento de mensuração, que focaliza em um museu de comunidade, não sendo o mais adequado a um Patrimônio Cultural Mundial.

Pode ser [que o Sítio estimule transformações e mudanças]. Eu fiquei pensando quando nós fizemos a primeira parte e as perguntas elas te induzem como se fosse para um museu de comunidade, o livro ele é bem focado nisso. E a gente não é muito sobre a comunidade do entorno, embora exista um trabalho que a gente tem feito ao longo do tempo, de fazer um entrosamento maior com a comunidade do entorno. Mas, o Sítio não é sobre a comunidade do entorno, ele não é um museu de comunidade. Ele é uma instituição que trabalha com a sociedade geral e com o mundo, porque são muitos visitantes estrangeiros. A gente recebe demanda de gente que agenda a visita com seis meses de antecedência porque vem ao Brasil. Tem gente que vem ao Brasil, que nem viria ao Rio, mas vem só para ir lá. E acontece com uma certa frequência. Eu acho que contribui. Não é a nossa missão, a missão do Sítio não é mudar o comportamento das pessoas, eu acho que nenhum museu é muito isso. Mas eu acho que contribui, sempre, enriquece o conhecimento. Eu acho que contribui para isso. Eu acho que nenhum museu muda (a maneira de pensar, viver, produzir e consumir), nenhum, nem o melhor do mundo muda a atitude da pessoa por si, só o museu. Mas eu acho que sim, contribui por isso – vivencia aquilo, percebe a flora tropical de um modo muito bem articulado, porque é uma produção artística com plantas vivas. E as visitas, que tem vários temas, tem o preparo para falar de vários assuntos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto a discutir e planejar o que produzir, para que e para quem, pensando sempre na população local e na preservação do meio ambiente e da cultura, existe uma preocupação do Sítio com a melhor integração com a comunidade local, apesar de sua abrangência como patrimônio cultural mundial.

Existe uma preocupação em fazer uma integração melhor, de fazer uma interação também melhor com a comunidade local. E por uma série de dificuldades que são específicas – que daí precisa entender o porquê de como é aquela comunidade e tudo, isso não acontece muito. Mas também não é o foco do Sítio Roberto Burle Marx, trabalhar com a comunidade de Barra de Guaratiba e para a comunidade de Barra de Guaratiba exclusivamente. Claro que existe um interesse de contribuir e melhorar no que for possível. O que o Sítio produz basicamente são as visitas guiada/monitoradas/mediadas – nossa visita passou a ser mediada a partir de um certo momento com o treinamento da equipe (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O Plano de Ação anual do Sítio Roberto Burle Marx (Anexo 6) é participativo com relação à equipe profissional, entretanto não há participação da comunidade do entorno. Destaca-se, aqui, que, em conformidade com as diretrizes operacionais para a implementação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, a Unesco possui normas rígidas e claras com relação as cobranças e responsabilidades institucionais, a fim de preservar e salvaguardar seus valores, sob risco de modificar o *status* do Sítio do Patrimônio Mundial.

O nosso plano de ação anual é discutido com a equipe, é participativo. O nosso pensamento sobre a atividade do Sítio é participativa, ele é feito com a equipe. Ele não é feito com a comunidade do entorno porque nem tem sentido de ser, não teria como. E o Sítio precisa atender uma gama muito grande de visitantes, de demandas. Sim, nós temos um pensamento de publicações, mas nós queremos tratar de um determinado assunto, e daí varia muito para qual é a finalidade da publicação. Tem coisas que coisas que nós estamos trabalhando para atender a Unesco. Mas vai ficar uma publicação disponível para a sociedade, a sociedade em geral, mundial. A gente tem feito as coisas bilíngues – é uma exigência nossa – porque nós temos muitos visitantes estrangeiros, e muitas perguntas que pesquisadores que vem, pessoas que publicam e falam de Burle Marx, então nós fizemos em inglês também. A nossa bilheteria também é bilíngue, tem um *tablet* com audioguia/ videoguia e também tem essa preocupação. A resposta vai depender do que é feito porque o Sítio não tem, ele não dispõe de um setor de difusão, comunicação, museologia, ele não tem. Até o momento nós não temos nem museólogo. Teve uma museóloga que saiu há muitos anos, e desde então não tivemos nenhum outro profissional. Estamos pedindo, não temos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à variável transformações e mudanças de atitudes e ética – conscientização, apesar de o Sítio não produzir exposições, ele oferece cursos sobre biomas locais.

O Sítio não produz exposições, a própria equipe de educação que acaba fazendo tudo isso. Nós pretendemos trabalhar numa exposição pequena e itinerante, para falar de coisas gerais. A gente tem sido chamada para congresso, para seminário para ter ali um banner sobre o Sítio. O Sítio não produz exposição, desde que eu estou lá, que tem 10 anos e vai fazer 11, nós fizemos duas ou três exposições só. Porque o lugar que a gente tem para fazer exposição temporária, é o lugar que a gente usa para evento, para atender escolar, para tudo. É um grande salão do ateliê. Não dá para montar uma exposição para ficar ali um tempo x. A questão das exposições ela é um pouco complexa. A gente empresta muito acervo para exposições por demanda. Os cursos e seminários eles são muito por demanda, é muito pontual o que a gente faz. Nós oferecemos um curso, que fez sucesso para os professores locais, sobre os biomas das regiões. Foi feito um curso para eles, um seminário bacana, nós ficamos com vontade de repetir, mas a gente não teve foi perna para repetir. Não existe alguém pensando uma programação de modo global (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Destaca-se que não há possibilidade de empréstimo do acervo botânico. Entretanto, só é possível trabalhar com o acervo botânico dentro do Sítio.

Não, porque acervo botânico é muito difícil de emprestar. A gente faz intercâmbio, cede, troca, isso tudo sim. Ele tem que ir lá. Como eu vou emprestar a planta? Só se a planta estiver no vaso, e mesmo assim tem questões técnicas. Lá no Sítio não entra vegetação de fora, até os casamentos não entram, a gente só pode fazer o buquê e a ornamentação com material do Sítio, o Sítio faz os buquês. Quando entram, ficam em quarentena, até quando a engenheira agrônoma e o botânico decidem que pode entrar. Então fazer uma publicação sobre os arranjos que os jardineiros aprenderam a fazer com o Burle Marx é uma vontade – aqueles candelabros e as invenções dele. E não é porque é uma reserva de mercado, é que não pode entrar porque pode vir com contaminação. À rigor patrimônio também é difícil de precificar, as obras do Burle Marx têm e valor no mercado porque elas circulam, coisas que ele fez. Daí a gente tem uma parceria com a Bolsa de Arte que avalia para gente, mas é um valor hipotético, na verdade essas coisas têm um valor venal, mas se perder e danificar, no máximo vai pegar o valor e restaurar. E tem outras coisas que se perderam. Então isso é meio que subjetivo. Planta eu não sei, mas talvez tenha alguma coisa assim, pois tem plantas caríssimas. A gente não empresta plantas, pelo motivo que eu já expliquei, mas eu acho que existe, mas é mais para compra. Tem colecionadores de plantas, de bromélias etc. Se tiver uma bromélia no vaso, aí nós poderíamos colocar a bromélia para a pessoa trabalhar lá dentro do Sítio. Complexo essa história de circular acervo, o museológico a gente empresta normalmente como qualquer museu (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

A promoção de reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade é realizada de forma subjetiva pelo Sítio. A maneira como o Sítio enfatiza e pensa a geração atual é recebendo crianças e jovens para visitas guiadas. Nesse contexto, ressurgem a crítica a esse instrumento de mensuração, que não alcança um Patrimônio Cultural Mundial com o Sítio Burle Marx.

Eu acho que de forma subjetiva – eu mudei o meu modo de responder, porque no início, nas primeiras perguntas, como o questionário é montado focado para um setor específico, a minha sensação era que nada se encaixava, era não. Se eu for responder de uma forma objetiva, que me parece que é assim, pois o questionário é muito extenso, ele é sim e não. E sim e não funciona para o Sítio. Pode ser que subjetivamente circulando, tendo essa experiência ali de um universo que é o do Burle Marx, de um período modernista. Isso pode ser que suscite reflexões. Nós não temos uma linha objetiva de trabalhar, mudar a sociedade, falar de algum assunto. Eventualmente temos a vontade de falar sobre algum assunto que tenha haver com a preservação ambiental. E isso tem a ver sim com os modelos de desenvolvimento. Mas, a gente não tem, o Sítio não tem um trabalho focado e específico nesses assuntos. [Como o Sítio pensa e conscientiza a geração atual]. É recebendo a juventude, as turmas de escolas, grupos de crianças, jovens e adolescente de todas as idades, que vão fazer a visita guiada, que será ajustada de acordo com o grupo. O Sítio está inserido nas redes sociais, tem uma comunicação via Instagram e Facebook e Twitter – Twitter a gente não usa muito, é mais Instagram e Facebook, que tem um modo de comunicação de se expressar coloquial, mais jovem. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável engajamento social, o Sítio estimula o acesso justo ao que é socialmente produzido. Com relação à hipótese de que a instituição deve conscientizar e promover a reflexão da população sobre como lidar com as razões sociais, econômicas e políticas, observa-se que isso não se encaixa com a missão do Sítio.

Sim, existe uma preocupação de ser acessível da melhor forma possível, a gente tem redes sociais, site, visita, procuramos sempre atender todos os grupos e interesses. A gente tem inclusive um trabalho que foi feito entre 2018 e 2020 foi a visita acessível. Então a visita é acessível no plano da casa e para chegar aos outros lugares o Sítio tem dois caminhos adaptados para cadeira de rodas. Acho que tem uma acessibilidade bem razoável. Tem lugares por exemplo que, dar a volta no lago, não tem como a gente fazer um trajeto acessível sem a gente causar uma grande interferência no que já existe. Dentro dos sombrais eu também acho que não é viável, pelo menos percorrer os sombrais com cadeira de roda, ali não. Mas o circuito da casa ele foi todo pensado para dar acessibilidade a vários tipos de pessoas com deficiência. Então sim, eu acho que tem isso. Isso não está na nossa missão [conscientizar e promover a reflexão da população sobre como lidar com as razões sociais, econômicas e políticas], o Sítio não é uma instituição voltada para lidar com essas questões, embora todos nós como indivíduos tenhamos uma preocupação com isso. [...] não, isso nem está no nosso âmbito de atuação, isso a gente não faz (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável engajamento social, o Sítio assegura o acesso democrático do público em geral.

Acho que é o recebimento do público geral de forma igualitária, não existe distinção de público, todos são recebidos da mesma forma, pelos mesmos educadores, não há diferenciação no tratamento, e a oportunidade que eles possam divulgar as atividades dentro do Sítio é para todos do mesmo jeito. Do mesmo jeito que eu ofereço uma atividade de pintura para uma

escola pública particular ou para uma escola pública da região, eu faço esse trabalho com as pessoas que estão passando pelo atendimento psiquiátrico no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), então são os mesmos materiais e acho que vai além disso também, a conversa, o recebimento etc. No dia a dia acontecem muitas coisas, a realidade do que a gente passa é muito diversa, todo o dia tem uma novidade, não existe uma regularidade no trabalho do sítio. É lidar com o público, é muito difícil amarrar numa resposta desse tipo. Pro dia a dia ela é bem difícil (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Em relação a propostas de minimizar a desigualdade social, por meio de atividades, engajamento e ações participativas que atuem na economia, na cultura, na política e no meio ambiente, ressalta-se a existência de um projeto piloto visando atrair a população e oferecer uma alternativa de renda adicional.

O Sítio fez dentro desse projeto que eu mencionei, teve uma pesquisa de engajamento social, uma pesquisa de entorno para gente conhecer a região do entorno, a população do entorno, teve também o desenvolvimento de uma proposta junto as mulheres locais, daí foi feito um contato com um grupo de mães das escolas, para produzir objetos com restos vegetais que são descartados pelo Sítio, que é muita coisa, é muito material. Então, esse projeto contratou uma designer que fez uma série de objetos. Só que isso para gente conseguir fazer, a gente precisar ter o recurso – talvez a gente tenha isso esse ano, a gente teve um recurso aprovado. No governo Bolsonaro, a gente não tinha dinheiro para fazer nada, muito menos qualquer coisa social, artística ou cultural. Então a gente ficou bem mal nesse último governo, embora melhor do que a maioria, porque o Sítio pelo menos se manteve. Mas não tinha abertura para fazer essas coisas. Então esse projeto aí é um piloto, mas a raiz desse projeto é muito mais a vontade de puxar a população para dentro e é um modo de tentar oferecer uma alternativa de renda adicional, que pode ser que funcione. Está feito o projeto, mas ainda não está começado. Até teve o interesse das mulheres, mas ainda não rolou até agora (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto a comprometer-se com a equidade na distribuição de renda e com a diminuição das diferenças sociais, observa-se que o Sítio não tem esse objetivo.

Muito pouco, isso também não está na missão do Sítio. Estou dizendo trabalhar sério, não é fazer uma coisinha ou outra – O Sítio não tem esse objetivo de buscar a equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais. Isso daqui é uma missão de um ministério. Isso é uma política, isso para ser sério, isso tem que ser uma política pública, ou uma série de políticas públicas, nas quais os museus podem contribuir. O Sítio não, não tem como atividade. Temos pessoas que trabalham no Sítio, a gente contrata jardineiros locais, mas a gente não tem muita gerência em quem vai entrar como servidores, é concurso. É isso, só esse projeto bem incipiente que eu mencionei. A gente tem um trabalho, por exemplo, que estamos retomando, com um setor da prefeitura que trabalha com menores infratores. Aí o Sítio recebe visitas que são para grupos de menores infratores. Então existe essa atividade que o Sítio acolheu, o Sítio não estimulou, não inventou, nem procurou, mas acolheu com muita boa vontade e isso tem sido feito há anos já. Tem grupos de asilo, algumas

ações sociais da prefeitura é visitar museus e espaços culturais, e o Sítio recebe grupos como visitantes. A gente também entrou num programa da Justiça de apenados – nós tivemos duas pessoas que estavam cumprindo pena alternativa, já acabaram – e o Sítio recebe também, para trabalhar, uma pena alternativa é essa (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Não há uma ação definida pelo Sítio que vise estimular a participação e a inclusão social, a superação da exclusão e da segregação social, a erradicação da pobreza.

A nossa equipe de educadores, não foi uma coisa que a gente disse “vai ter uma vaga para isso, uma vaga para aquilo”. Porque eram quatro pessoas para contratar, duas dessas já trabalhavam lá, que são biólogos. Então foram contratadas duas meninas, mas foi mais pelo perfil profissional, uma pedagoga e outra de história. A gente procura lidar quando esse assunto surge, porque também tem uma questão racial, uma das mediadoras é negra e tem que lidar com o público, porque o público é todo mundo [...]. Então, existem algumas situações e a gente procura lidar com isso e apoiar os nossos mediadores para lidar com esses assuntos, para não receber uma ofensa e não ficar sem nenhuma atitude, mas também ao mesmo tempo ter que lidar com o visitante. Basicamente é por aí. Não tem uma possibilidade de ter uma cota, o que a gente procura internamente é ter o mínimo de preconceito possível (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

No âmbito da superação dos preconceitos, apesar de o Sítio ainda não ter ações definidas, destacam-se a consciência, o exame crítico e a atitude assumidos no sentido de corrigir as desigualdades e promover a igualdade de oportunidades.

Que eu acho também que isso é consciência, saber que a gente também tem preconceitos. Não temos falas, mediações ou cursos para minorias. Nós tivemos uma questão recentemente, com essa moça que eu falei, a gente conversou sobre isso e conversamos sobre fazer algumas conversas internas por conta do preconceito interno. Porque é aquilo tem machismo e outros tipos de preconceitos. E a gente lida com pessoas, muitas vezes com pouca instrução, então de fato tem que fazer algum ajuste. Não acontece muita coisa, que eu saiba, porque eu procuro saber, não é muito frequente não. Até preconceito entre servidor e terceirizados existe. O servidor age como o terceirizado fosse um contratado de segunda classe. Ontem me fizeram essa pergunta “se a gente tinha uma avaliação com relação aos acervos, de maior ou menor importância, e quais coisas seriam tratadas por terceirizados”. Eu falei “o terceirizado não é contratado para um acervo de menor valia”. Mas tem isso tudo, inclusive entre eles. Política pública também [para erradicação da pobreza e exclusão]. O museu teria que se alinhar as políticas públicas desses temas. Mas não, não temos uma ação definida. Eu gostaria muito, se tiver uma orientação de como fazer isso, eu acho que seria legal contribuir, mas no momento não (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Existe uma preocupação do Sítio com a exclusão social e com a segregação territorial, havendo a realização e promoção de ações e atividades includentes por meio de parceria com a Secretaria de Ação Social da Prefeitura.

No nosso caso, o nosso museu não foi implantado, que era a casa do Burle Marx e quando ele foi morar lá a preocupação dele não era essa. O próprio edifício, a gente já mencionou que nós estamos tentando uma integração com a comunidade local. Quando é possível fazer alguma contratação, que exista pessoas na redondeza, a gente procura. Temos um trabalho de acessibilidade sim, basicamente é isso. A gente trabalha com a secretaria de ação social da prefeitura, a gente recebe grupos de apenados, menores infratores, de asilos (idosos). A gente faz todo o ano com um grupo de coral, - Coral uma só voz – que é de pessoas de situação de rua, que sempre vai ao Sítio. Existem essas ações, que são pontuais, mas existem (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto a ter ações e atividades para o reconhecimento social do direito dos excluídos, destacam-se as questões relacionadas à acessibilidade do Sítio, oferecendo, a todos os visitantes, pleno acesso aos seus espaços e conteúdo, independentemente das condições sociais, sensoriais, cognitivas ou físicas dessas pessoas.

Questões de acessibilidade também foram muito importantes, de tornar o sítio mais acessível nas diversas formas, tanto a acessibilidade para cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção, quanto para deficientes visuais. Nisso para gente foi muito importante trabalhar com o áudio guia, a áudio descrição, o vídeo libras – a gente consegue atualmente trabalhar com esse público –, as réplicas táteis, tanto de obras quanto as placas táteis para trabalhar questões ambientais. Então polinizadores, árvores, tudo isso a gente conseguiu produzir um material para poder trabalhar com um público, que antes a gente não tinha, antes do projeto de requalificação. Então para acessibilidade, e a questão de treinamento e recebimento de público, o projeto de requalificação foi um divisor de águas para gente começar a trabalhar de uma melhor forma (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

A democracia participativa é promovida internamente no Sítio por meio de algumas atividades, como o projeto “Uma só voz”. Importante salientar que o trabalho com a natureza, o meio ambiente, a flora tropical, a arte e a cultura é entendido como um movimento de cidadania. Entretanto, não há participação ativa da comunidade no dia a dia do museu.

A gente sempre tem um espaço para quem quiser colocar qualquer coisa ou falar – é uma participativa interna. Da comunidade não (participação ativa), apesar de que de demandas e críticas, nós temos sempre o registro da visita, a gente sempre atende a solicitação da comunidade se houver. A gente tem essa necessidade de atender para poder construir essa relação. Mas é que não acontece. Quando acontece, quando tem algum contato nós fazemos questão de responder. O que as pessoas colocam no livro de visita sempre é lido e trabalhado. No projeto “Uma só voz”, a gente recebe, a gente procura trabalhar a agenda de eventos culturais, procuramos trabalhar ali com os museus e instituições comunitárias que existem, e procuramos fazer eventos. É isso, de uma forma muito tangencial, por todos os motivos que mencionei, a gente não faz exposições e tal. No museu da república teve uma exposição que ficou aqui um tempo, acho que era do ministério público, e eu queria levar para

o Sítio, que fala sobre esse assunto aqui. Sim, poderia, mas não está dentro do cerne das nossas preocupações no dia a dia. Sim, claro que sim. Porque é uma instituição pública, federal, que oferece visitas a um custo baixo, nós frequentemente recebemos críticas de que o ingresso é muito barato (10 reais inteira/ 5 reais a meia) e tem muitas gratuidades. Já fizemos carteirinhas para o pessoal do entorno, tem várias iniciativas, tem muita gratuidade para professor, guia de turismo, muita meia e muita gratuidade, o nosso foco não é cobrar ingresso. E sim, acho que Sítio trabalha com muitos assuntos de interessa da humanidade. Se a gente trabalha com a natureza, o meio ambiente, a flora tropical, a arte e a cultura, é claro que estamos a favor da cidadania. Nesse sentido, sim. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável engajamento político, considera-se o Sítio um ator social e político, mas não há promoção de participação ou engajamento social no sentido de apresentar e discutir questões políticas e éticas.

[...] O Sítio se considera um ator social e político, ele não é novo, ele está lá desde 1949. Isso é um pano de fundo no Sítio, todo mundo se preocupa com essas questões, mas a finalidade do Sítio não é uma atuação política como a ação de museus sociais e de comunidade, que a finalidade deles é essa e se constituem assim. [Há] um programa que a gente já pensou, há muito tempo, que por vários motivos ainda não decolou, que é de fazer um programa de treinamento de jovens monitores do patrimônio cultural de Guaratiba, que pode eles levar os grupos. É um projeto que a gente quer levar adiante e que inicialmente foi combinado com o INEA (Instituto Estadual do Ambiente), que é nosso vizinho, que estamos no meio de duas reservas ambientais. Aí por vários motivos não foi adiante. Recentemente a prefeitura reativou um projeto de fazer um mercado junto do BRT [Bus Rapid Transit ou Ônibus de Trânsito Rápido], é um mercado voltado para produtores de plantas ornamentais, e pediram para o Sítio fazer o jardim. Topamos para ser parceiros, mas pedimos para colocarmos ali esse programa, que foi o combinado, mas já parou novamente. Daí ficamos dependendo disso. O Sítio busca contribuir para essas coisas, mas todas as atividades é trazer uma contribuição. Mas não tem como uma instituição como a nossa pretender colocar como meta transformar a estrutura, a ética e a moral da sociedade (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à variável engajamento político, no contexto mundial, o Sítio articula as políticas preservacionistas com as políticas públicas mais amplas, com a preocupação de sempre promover e contribuir com a ideia da preservação.

As políticas preservacionistas do Sítio teriam que estar articuladas com políticas públicas mais amplas. Talvez estejam, não sei. Se a gente estiver pensando no anseio da comunidade mundial, de preservar o meio ambiente, por exemplo, de conhecer a obra do Burle Marx, tudo bem. Porque a vida do Burle Marx fala de preservação, ele foi assim. É uma coisa muito constante e a gente assume isso como missão do Sítio, de trabalhar com a melhor forma que a gente puder, em favor da preservação. Quando ele doou o Sítio, ele colocou que fosse utilizado o espaço para produção de conhecimento, de cursos, que falem de botânica, paisagismo e conservação da natureza, isso estava inscrito no documento de doação, e era uma preocupação central na vida dele. Tudo o que ele foi vendo na

vida. E a atuação no Sítio se articula com diversas políticas públicas. Vou responder de modo bem geral, porque sim, diversas políticas públicas o Sítio procura se articular com elas, com a preocupação de sempre promover e contribuir com a ideia da preservação (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Apesar de não haver promoção efetiva de participação ou engajamento social no sentido de apresentar e discutir questões políticas e éticas, o Sítio participa de vários conselhos de outras instituições na região e está disponível para atender às demandas que surgem na comunidade.

O Sítio participa de vários conselhos de outras instituições na região. A gente participa do conselho da reserva biológica, do conselho do INEA (Instituto Estadual do Ambiente), estamos juntos a Prefeitura. A gente tem a necessidade de estar juntos com os projetos da comunidade, mas a gente entende que esse movimento comunitário precisa ser espontâneo, a gente não pode iniciar um movimento político, mas a gente pode acolher a demanda. Então, o que a gente faz em termos de participação da comunidade é que toda vez que o sítio é chamado para participar de alguma coisa que envolva várias instâncias a gente está junto. Por exemplo, aqui depois do túnel tem um projeto para construção de um mercado popular para região, nós estamos neste projeto juntos com eles também. Faremos lá a formação dos guias para atuarem neste mercado, vamos abrir o sítio para que eles possam trazer gente. Então é dessa forma que a gente hoje consegue participar junto à comunidade. Mas nós não temos, por exemplo, uma participação na associação de moradores, para entender a demanda deles, porque eles não têm uma associação de moradores estruturada (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Considerando, ainda, a dimensão ética, atenta-se para a ideia de trabalhar com os materiais orgânicos e produzir as biojoias, enquanto agente ativo no empoderamento feminino.

A ideia do projeto é trabalhar com esses materiais orgânicos do Sítio, é uma produção enorme de materiais enorme de materiais orgânicos e produzir não só biojoias mas bioarte em geral, artesanato que possam ser vendidos e elas possam receber dinheiro por conta disso (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Eu acho que a gente não chegou lá ainda. Veja bem, quando a gente pensa em fazer uma ação de empoderamento feminino, de biojoias, a gente está pensando em chegar lá, numa atuação política, mas a gente ainda não chegou. Uma vez nós pensamos em fazer seminários de gestão estratégica e financeira para as mulheres da região. Por que pra mulheres? Porque normalmente os maridos saem para trabalhar em Guaratiba e as mulheres ficam em casa com as crianças. Então nós pensamos, mas ainda não executamos (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à variável engajamento econômico, ressalta-se que a atuação do Burle Marx em Guaratiba foi o que criou todo o novo perfil econômico da região, contribuindo de modo significativo para o desenvolvimento local, sendo considerado um catalizador do desenvolvimento econômico.

Na verdade, isso a gente tem certeza de que a gente é [catalizador do desenvolvimento econômico]. Essa região aqui, antes do Burle Marx, ela não tinha a vocação do horto, não existia essa economia aqui. Então esse espaço aqui muda economicamente toda a região e cria uma rede de serviços que altera inclusive a forma de vida das pessoas aqui – que antigamente trabalhavam muito na pesca e em obras, porque tinha a construção da Rio/Santos quando ele veio para cá. E, hoje, nós temos uma mudança total. Então sim, somos catalizadores deste desenvolvimento econômico e estamos atentos a isso. Participamos todas as vezes que o polo de plantas se reúne nós somos chamados, e sempre colocando à disposição o que nós temos à comunidade (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à variável engajamento econômico, o Sítio é um valioso ativo econômico, cultural, educacional e turístico, acessível gratuitamente à comunidade local.

A lógica orçamentária e discussão da economia, a gente não discute com eles [a população]. Eu acho que é porque não há essa formação, essa informação dessas necessidades. Sim. É engraçado que a gente não fomenta, mas toda vez que temos um parâmetro de preço, de custo, de problema, de praga, de coisas que afetam a economia, ou toda vez que nós temos (pensando em plantas e restaurantes) um grande evento aqui, que a gente avisa aos restaurantes de como a gente faz – nós já tivemos eventos aqui onde nós pautamos os restaurantes com preço, fazendo com o que eles tivesse uma formulação e um cardápio diferenciado para atender e para ganhar clientes com isso, então acho que nesse sentido a gente faz. Sim, vamos pensar no visitante que não tem dinheiro para vir até aqui. Por exemplo, nós não vivemos de ingresso, esse não é o nosso foco. Nós não vivemos do dinheiro dos cursos, então o que nós queremos é que estes cursos, que osicineiros entreguem vaga para a comunidade e essas vagas são gratuitas. Os guias turísticos têm isenção, as escolas públicas têm isenção, terceira idade paga metade. Se você tiver qualquer pessoa na portaria que chegar e disser que não tem dinheiro, vai entrar. Nós temos carteirinha da comunidade, quem quiser vir ao Sítio e for da comunidade faz uma carteirinha – ele pode, desde que nos dias de visita e nos horários de visita, vir usufruir do bem. Para fazer a carteirinha, nós temos as campanhas, uma ou duas vezes por ano a gente faz o chamamento, normalmente em grandes eventos a gente comunica, mas na semana dos museus, que é agora em maio, sempre que as escolas da região vêm, nós fazemos as carteirinhas das crianças. Eu acho que todo o trabalho que estamos fazendo esse ano é nesse sentido, economia criativa, as oficinas, a yoga, a conversa com os outros parceiros dos restaurantes, para que a gente possa ter uma rede com o Sebrae. Isso sim, acho que fazemos (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

A produção de material biológico e orgânico pelo Sítio são beneficiados e utilizados de modo a promover o crescimento local, o aumento do turismo e a dinamização das cadeias produtivas e atividades econômicas, geradoras de renda para a população local.

A produção de material biológico e a produção de material orgânico é enorme e diversificada, como folhas, galhos, cachos de palmeiras, sementes, frutos, flores secas, todo o material de um jardim que será descartado – e ele atualmente é descartado – então dentro até dessa parte do projeto do BNDES, foi feita uma amostragem desses materiais que são descartados e pensar como se beneficiar desse material para que depois ele possa ser utilizado como produção de artesanato. Então a ideia é de trabalhar com grupo de mulheres de Guaratiba na produção desse material, produção de bioarte e biojoia, com o material orgânico produzido pelo Sítio, que esses materiais possam ser vendidos depois, à princípio na própria loja do sítio Burle Marx, com o selo do sítio, produzido a partir de materiais de reutilização e de reciclagem. E aí a ideia é de que essas mulheres então recebam o valor pela venda desse material, e que isso seja feito num contraturno do horário escolar do filho, onde a gente teria o “Caminhando Junto”, que é um projeto de educação continuada, que enquanto as mães estão fazendo a produção do material essas crianças estão recebendo essa assistência e oficinas com as questões que são trabalhadas no Sítio, como atividades de pintura, de plantio, entre outras – são encontros que são pensados como uma atividade complementar a o que muitas vezes é o que é trabalhado nas escolas. Então seriam esses dois projetos que caminhariam juntos, este da economia criativa utilizando a matéria orgânica também a busca pelo apoio do Sebrae de como isso poderia ser melhor trabalhado na questão da comercialização e da oficialização desse trabalho que elas estariam realizando aqui dentro do sítio. Então nós temos esse da economia criativa e o outro que é o de monitores do patrimônio de Guaratiba, que é uma formação para alunos do ensino médio da rede pública de Guaratiba, em que eles teriam um curso, uma formação, aprendendo sobre a questão ecológica, biológica e ambiental de Guaratiba, pensando na questão do Eco Turismo, dos patrimônios da região – então nós temos além do sítio Roberto Burle Marx, nós temos Sambaquis, tem outras igrejas históricas tombadas, tem a questão do polo de plantas e do polo gastronômico, que a ideia é que eles possam receber pessoas interessadas em conhecer a região e de que isso possa ser um serviço ofertado por eles, para que eles tenham uma geração de renda e possam mostrar o que Guaratiba tem pra poder oferecer (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Um importante aspecto discutido pela diretora do Sítio, diz respeito ao desenvolvimento econômico gerado pela atuação de Burle Marx, criando os hortos de plantas ornamentais, que movimenta o comércio, gera empregos, intercâmbios, interação social, troca de conhecimentos, melhorias na infraestrutura da região, bem como conservação e valorização da cultura de sustentabilidade.

A atuação do Burle Marx em Guaratiba foi o que criou todo o novo perfil econômico da região. Porque apareceram os hortos de plantas ornamentais. O Sítio é uma enorme vitrine do potencial da flora tropical e ali na região um ativo econômico muito forte, uma atividade importante, são os hortos de plantas ornamentais. Então sim, contribui para isso, o desenvolvimento econômico nesse sentido. A gente tem sempre parcerias

com os hortos, eles fazem cursos e reuniões conosco. Então a gente tem um diálogo com os hortos de plantas ornamentais. Tem uma associação que reúne parte desses hortos, se chama Rural Guaratiba, não representa os 300 hortos que existem, mas uma parte deles. Ainda assim, a gente tem uma interação bastante extensa com a Rural Guaratiba. Nesse sentido acho que sim. Tanto a atividade do Burle Marx que capitalizou todo esse novo viés econômico, mudou mesmo o perfil econômico da região, que era uma região rural que produzia frutas e legumes, e aí virou outra coisa. E o Sítio é o núcleo de onde surgiu e a gente fala disso sempre. [...] a gente não tem uma feirinha de produtores locais, e nem temos uma organização de produtores locais por lá. Se a gente conseguir que funcione um projeto de economia criativa, de fazer objetos, a gente poderia colocar na loja do Sítio. As propostas alternativas de desenvolvimento é você discutir se o desenvolvimento econômico deve ser baseado e continuar no modelo capitalista ou se a gente fala do bem viver e de outros desenvolvimentos mais importante para a humanidade, e que são reprimidos. [...] É um assunto importantíssimo para alguém falar, mas até o momento nós não entramos nisso (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Nesse contexto, é ainda importante destacar que há o desejo de ampliar a participação e atuação do Sítio em economias alternativas (criativa, solidária) baseadas nos setores populares, mas não há exposição e comercialização de produtos da economia alternativa, nem oferta de cursos e exposições com foco na profissionalização pessoal da economia alternativa.

Os nossos produtos da loja, não sei se a gente se encaixa exatamente nisso. Como nós temos o nosso produto aqui: nós temos uma pequena loja e qualquer pessoa pode trazer seus produtos para serem avaliados aqui e podem deixar em consignação. Normalmente nós trabalhamos com artesãos, ceramistas. Nós temos uma linha, uma logo e uma intenção, mas é comum a gente ter um artista plástico que veio visitar o sítio e deixa a obra dele em consignação. A Suzana uma vez estava querendo fazer uma feira dos artesãos da região aqui no sítio e a gente não conseguiu viabilizar isso ainda, justamente pelas especificidades do acervo. Porque nós não podemos ter visita que não seja monitorada. Então tem uma certa dificuldade nesse sentido. Por exemplo, nós pensamos em abrir restaurante aqui, e nós pensamos em fazer de uma forma que todo mundo que tivesse uma comida de qualidade da região, pudesse disponibilizar isso daqui. Como que a gente faz isso se o Sítio na verdade fica aberto de 09h30 às 11h (que é a visita) e depois de 13h30 a 16h. Quando nós fizemos as contas nós daríamos prejuízo para as pessoas. Então, a gente tem uma dificuldade de pensar uma forma efetiva. Agora, os produtos que nós estamos pensando em fazer (as biojoias), esses sim, nós vamos escoar. A loja não é terceirizada, ela é nossa, porque nós fizemos um estudo e ela não seria vantajosa ainda. O percentual de consignação é de 50% cada. A ideia é que – nós estamos falando no futuro, mas para nós é um futuro muito presente porque como o orçamento chegou, para gente é hoje, literalmente hoje – sim, eu entendo que os cursos de formação e capacitação vão trazer isso, a minha expectativa é que traga exatamente isso (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Vale observar que a economia criativa e sustentável apoia-se em uma rede colaborativa, com foco na participação coletiva para impulsionar as potencialidades da comunidade local.

Porque quando a gente pensa em economia criativa, eu penso mais em rede, em pessoas se juntando e criando essa rede. Eu acho que esse projeto do Sebrae, que vai criar isso, mas do que o que estamos imaginando. Eu acho que os atores aqui dessa região ainda não entenderam a potência que é criar um circuito fora de Copacabana, que as pessoas venham e se hospedem aqui, usufruam do patrimônio aqui, é lógico que é um outro perfil de visita, mas eu acho que essa rede ela é colaborativa e ela é criativa, ela está criando produtos novos para a região. E eu acho que isso vai trazer resultado e para o Sítio também, porque a gente vai ter que mudar um pouco a visita, porque teremos que atender a demanda. Se nós estamos criando um produto novo e um hotel nos dizer que está com 50 pessoas ali, do projeto, e 9h30 da manhã eles estarão aqui no Sítio, eu preciso atender essa demanda porque eu estou na rede e eles estão criando produtos (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

[Com relação ao estímulo a economias alternativas que se baseiam nos setores populares, o Sítio] tem o desejo de criar possibilidades de economia criativa, trabalhar com isso e ofertar capacitação, mas isso está incipiente. [...] a gente não tem uma feirinha de produtores locais, e nem temos uma organização de produtores locais por lá. Se a gente conseguir que funcione um projeto de economia criativa, de fazer objetos, a gente poderia colocar na loja do Sítio (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à hipótese de o Sítio utilizar insumos do mercado informal, destaca-se o fato do Sítio ser cliente de algum estabelecimento, mas sem participar da organização financeira solidária (cooperativas, bancos...) ou de outras iniciativas includentes e promotoras da inserção das comunidades no circuito formal.

As nossas compras são governamentais. A gente até tem uma loja, onde a gente compra coisas, loja de material de construção, que é ali próxima. A gente sempre compra ali por um motivo de praticidade, porque são parceiros do Sítio há muito tempo. Como a gente trabalha com contrapartidas, a gente sempre deixa o recurso de contrapartidas ali porque precisa de comprar alguma coisa correndo, porque estourou um cano ou algo do tipo, e vai ali na loja. É só isso, mas isso não é uma produção local, é uma loja. Produção local seria se nós comprássemos alimentos, mas não, a gente não compra alimento. Tudo o que a gente compra é via compras governamentais. Não tem isso. A gente já pensou em fazer feira, mas essas coisas até hoje não funcionaram. Já pensamos num projeto, logo que eu cheguei, fui visitar os restaurantes – pois tem tudo a ver com o Burle Marx que era bem ligado na área gourmet, fazia vários almoços. Tem um livro sobre as receitas deles – e eu fui lá. Eles estão organizados no polo gastronômico. Fui, conversei, falei para fazermos um projeto de uma vez por mês um dos restaurantes oferece um almoço lá. Mas eles não tiveram organização. Acharam legal, mas não aconteceu. O museu é cliente do Governo. Quer dizer, é cliente de Bando normal, não é solidário. Tem que operar com o Banco do Brasil, por ser

uma questão governamental (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

No Sítio, a sustentabilidade está na base de estratégias voltadas para o desenvolvimento local, focadas na economia criativa.

Eu acho que a jornada de pintura tem uma coisa com as crianças, de trazer as crianças, elas produzem e a gente faz exposição delas e faz o calendário com as obras delas. Então tem a Jornadinha, para crianças da escola da região e a Jornada. Toda vez que a gente tem trabalhos durante a visita, das produções das crianças – eu penso em escola por que a gente tem visita, quarta quinta e sexta da escola, é um público grande – toda vez que eles estão produzindo no ateliê, a gente reproduz isso, vai para as mídias, tenta dar visibilidade para produção deles. Mas eu não acho que seja algo ainda com foco na gestão, acho que ainda é algo intuitivo. Sim. O Sítio absorve mão de obra da comunidade local, as pessoas que trabalham aqui no Sítio, são todos moradores próximos. É inviável você trabalhar longe do Sítio, até porque o nosso horário é das 07h às 16h, trabalhamos com acervo vivo. Então, sim, trazemos pessoas, inclusive sem experiência, que são capacitados pelos mais experientes. Sim, toda vez que fazemos uma parceria de cursos, nós temos as vagas para a comunidade – temos estabelecido que são cinco, porque não temos uma demanda maior, algumas vezes até sobra. Mas, em todos os cursos nós temos vagas para comunidade (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

As ações de sustentabilidade buscam inserir a comunidade local, de modo formal, entretanto, isso implica na reponsabilidade de compreender o que de fato o Sítio representa e de trazer maior transparência aos processos burocráticos e sociais.

A gente não pode usar por conta de licitação e de compras. Então a gente normalmente, é via de regras, eu tenho que comprar dessa forma – tem que ter registro, nota fiscal etc. Mas eu até me pergunto se “será que a pessoa para qual eu peço uma doação em troca de fazer uma sessão de fotos aqui, será que ela está por exemplo usando a rede informal pra fazer algum fornecimento pra mim?”. Daí eu não sei te dizer, mas eu diretamente não posso. Eu não posso chegar e comprar uma bota na esquina se ele não tiver nota fiscal e se ele não me diz que aquele EPI (Equipamento de Proteção Individual) obedece a todas as regras. Quando a gente faz compras na licitação, às vezes, dependendo do nosso objeto, nós compramos de cooperativas. Por exemplo, nós fizemos aqui um trabalho na biblioteca de requalificação. E a gente entendia que seria muito bom que a gente abrisse isso para a cooperativa – existe uma cooperativa de bibliotecários – e que se eles ganhassem, eles teriam o melhor preço e os melhores profissionais. E foi efetivamente o que aconteceu, nós abrimos para a cooperativa e entraram dois profissionais com o preço melhor e com capacitação para isso. Agora nós estamos querendo fazer a oficina, nós entramos em contato com a Federação dos Artesãos, mais uma vez a gente entende que eles irão entregar o que eles têm de melhor, porque se eles congregam os melhores artesãos do Rio de Janeiro, eles vão querer ter uma projeção. Ainda assim a gente tem que pesquisar preço (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável engajamento cultural, por ser um Patrimônio Mundial, há importante valorização do papel do Sítio como catalizador do desenvolvimento cultural, por meio de atividades, projetos e ações que utilizem a cultura como elemento de inclusão social. Quanto à inclusão social, ressalta-se que, apesar de haver uma preocupação de receber todo o tipo de público, o Sítio não é um museu comunidade.

Sim, claro [o Sítio como catalizador do desenvolvimento cultural]. Inclusive é patrimônio mundial – é o terceiro patrimônio mundial do Rio de Janeiro, o que é uma coisa rara uma cidade ter três patrimônios mundiais. Então ele promove, divulga e está aberto à visita, eu acho que sim, que ele contribui bastante para o desenvolvimento cultural. Agora, como elemento de inclusão social, não é o caso, é uma outra ótica. Eu acho que sim [utiliza a cultura como elemento de inclusão social], porque ele se preocupa em receber todo o tipo de público, nesse sentido talvez. O que acontece é que a cultural, o patrimônio que está ali, ele não é um discurso a favor da inclusão social, ele é uma outra coisa. Mas, no sentido de o que é que o Sítio diz para fora, mas no sentido da atividade de receber todo o tipo de público, a gente procura atender sim. A gente não é um museu de comunidade. O Sítio não é para isso. Ali nem se aplica isso, eu acho que não se aplica. Eu acho que tem palestras, tem cursos, coisas que já mencionei, que são muitas coisas falando de paisagismo, de botânica. Nesse sentido, tem pessoas e instituições ali locais também, mas é nesse sentido só (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

As ações de sustentabilidade constam do planejamento estratégico do Sítio, entretanto, as atividades, produtos ou serviços desenvolvidos a partir do conhecimento e criatividade dos profissionais estão em processo de desenvolvimento na direção da geração de trabalho e renda.

Então, acho que está no escopo do nosso trabalho, está no nosso planejamento estratégico a ideia é de iniciar o trabalho esse ano ainda, mas além disso, aí a gente volta um pouco para a questão do paisagismo, esses encontros com os produtores da região [...]. Tem os dois projetos, o de monitores do patrimônio de Guaratiba, tem o projeto de economia criativa, e tem essa conversa que acontece com os produtores e essa divulgação do trabalho deles, e isso é muito importante porque quando se pergunta após uma visita se pode se comprar plantas no Sítio, a gente conversa e convence alguns visitantes de que ele possa adquirir essas mudas que foram vistas aqui no Sítio com alguns produtores da região. Então, eu acho que dá um destaque e dá um direcionamento para o trabalho que é realizado por eles (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Como ações de sustentabilidade que buscam inserir a comunidade local, o Sítio provoca a criação de uma rede, orientada para a comunidade, com foco na educação e formação. Ressalta-se a importância da oferta de diferentes cursos pelo Sítio, no sentido de aumentar as práticas sustentáveis e reduzir os danos ambientais. A educação para o desenvolvimento sustentável contribui para alcançarmos um futuro sustentável.

A questão dos cursos, sim, nós oferecemos de uma forma muito facilitada o espaço, para quem queira dar cursos aqui, priorizando o pessoal da região. A gente pode fazer oficinas, se for solicitado, por exemplo, a Comlurb vai trazer três garis para serem capacitados aqui. Nós fizemos a parceria com o pessoal do Bangu Shopping e fizemos a capacitação aqui. O pessoal do SENAC Jardinagem faz a capacitação aqui com os nossos técnicos. E tem o outro lado, o Sítio Raízes, que é um parceiro da região, vem e oferece o curso de jardinagem, aí nós temos cinco vagas que a gente abre para comunidade. Essa é uma grande vantagem da administração pública, a gente não precisa ter lucro, o nosso lucro é a satisfação da comunidade, é entregar. Então, na medida que a gente tem um curso de Yoga, a gente recebe um número de vagas para a comunidade. E ele só é aceito porque a gente entende que ele está ligado a algo que tem na missão do Sítio. Sim, a gente por exemplo faz cursos, mas sempre que a gente recebe curso de paisagismo aqui, tem sempre uma parte prática para capacitação das pessoas, que acaba sendo dado pela gente, pelo sítio (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Faz ainda necessário salientar que o Sítio promove, divulga e celebra a tradição e o legado cultural de Burle Marx da comunidade, promovendo também a valorização da diversidade cultural. Nesse cenário, destaca-se a preservação cultural de um acervo muito importante para a humanidade, descrita detalhadamente pela diretora do Sítio:

É a tradição e o legado cultural do Burle Marx como integrante da comunidade, por que ele residiu lá, a partir de 1973, e o resto da vida. É um lugar que ele fazia as festas juninas, ele participava muito ali. Então, basicamente é isso, a capela continua sendo usada pela comunidade. A gente atende a muitas demandas, depois que a gente restaurou a capela eles estão querendo participar mais. Tem muitas atividades, a missa passou para sábado, mas tem várias atividades da paróquia. Eles estão usando bastante depois que a gente restaurou. Tem grupo de oração nos sábados, tem a missa, aí tem a festa se Santo Antônio todos os anos. E eles têm demandado mais. Eles podem entrar direto para ir para capela, não é mediado. A gente também os deixa usarem a cozinha de pedra e a loja. Outro dia eles queriam fazer alguma coisa que teria um café. Então tem esse uso ali. O dia que teve um concerto de cravo, foi um evento que fizeram, um evento de uma fundação que também era um aniversário, ia ter um jantar. E daí na véspera ia ter um concerto de cravo, e a pessoa queria que o padre local fizesse uma oração, uma missa. Uma confusão. A pessoa acabou arrasando a parte dela, e daí chegaram as senhoras da comunidade para arrumar a capela para missa – daí viram o instrumento na capela, no altar, arrumaram uma confusão, mas no fim deu tudo certo. Então, eles se apropriam muito da capela, o que eu acho ótimo. E que é um patrimônio deles, porque é uma capela de um engenho que existiu lá no século 16 ou 17. Sim, eu acho que promove a valorização da diversidade cultural, nossa agenda de eventos procura contemplar eventos de vários tipos, não são eventos locais porque a gente não. Por exemplo, as mulheres de pedras, que são de pedra de Guaratiba, que são mais adiante. A gente faz evento com elas, a gente faz uma variedade de eventos. Eu acho que sim. Tem um grupo de caipira de viola, que é da zona oeste. Tem concertos de música erudita. Tem uma variedade grandes. Acho que nesse sentido sim. Mas no sentido da explicação, sim a gente faz a preservação e divulgação da cultura, e a população tem vindo mais que inicialmente. Preservação cultural, claro, porque é o que a

gente faz, a gente preserva um acervo muito importante (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

A manutenção da personalidade local também é um aspecto desenvolvido pelo Sítio, apesar de o seu foco ser mais amplo, para além da comunidade do entorno. Quanto a promover os diversos estilos de vida cultural, faz-se necessário destacar que a ênfase do Sítio é dada no universo modernista de Burle Marx.

Acho que sim [o Sítio promove a manutenção da personalidade local], pensando na manutenção, de certa forma, porque o Sítio é representativo daquele local. A zona oeste é muito pobre de instituições culturais, tem muito pouca intensidade de manifestações culturais. A população local, até onde eu sei, não tem uma folia do divino, ou algo que acontece. O que acontece é a festa de Santo Antônio, que foi o que eu percebi até hoje. No mais, é muito 'cada um na sua casa'. Mas, o que tem de uso da capela, sim. O museu fala de um estilo de vida específico, do modernismo, do universo do Burle Marx e por meio da visita diversas pessoas com diferentes estilos de vida tem contato com isso. As coleções do Sítio têm muito a ver com a cultura popular, a coleção de arte popular é imensa, uma das coisas que o Burle Marx colecionou foi isso. Então tem muita coisa de diversas procedências, tem muita coisa do Vale de Jequitinhonha (MG). Então, nesse sentido sim, fala disso, tem uma coleção de arte pré-colombiana. Acho que a relação é essa, que apresenta e também empresta obras pra exposições e tudo mais (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável engajamento ambiental, o Sítio é todo sobre a biodiversidade e a preservação do meio ambiente, possuindo algumas ações de preservação ambiental, mas, segundo a diretora, a responsabilidade de recuperação de ecossistemas é do país.

O Sítio é todo sobre a biodiversidade, a preservação do meio ambiente, o Sítio é todo sobre isso. E ele em si, sem fazer nada, ele já é um grande discurso a esse favor. E a gente trabalha isso sim, estamos desenvolvendo uma área de educação ambiental, que ela já existe, mas estamos dando mais um gás nela. O Sítio opera em conjunto em algumas ações com as unidades de conservação, que são o Parque Estadual da Pedra Branca e a Reserva da Pedra de Guaratiba. Nós fazemos parte do conselho da reserva, e a reserva faz muitas atividades e ações e sim o Sítio se engana nessas atividades, nesse sentido, quando tem alguma feira. O Sítio não tem uma linha de ação específica com relação a isso, mas a gente tem sempre buscando uma interlocução, buscando apoiar e reforçar o que existe. O Sítio está situado entre duas grandes áreas de preservação ambiental, então o INEIA (Instituto Estadual do Ambiente) faz isso. A reserva biológica, principalmente, eles têm uma atividade muito focada e bastante intensa nesse sentido, além deles fazerem a fiscalização da reserva eles têm muitas atividades. O Sítio mais participa das atividades da reserva mesmo do que estipula regras – nenhum museu tem que estipular regras, isso é com o Ministério do Meio Ambiente, as instituições de ambiente que tem que estipular as regras, a menos que sejam regras internas. Eu não consigo imaginar um museu cobrando que a população faça isso ou faça aquilo, gaste menos água. O museu pode sugerir e mesmo assim ele vai buscar regras que vem de outras instituições que trabalham com isso. Sim, incentiva a preservação e recuperação, sim. Preserva e recupera ecossistemas é um pouco

ambicioso demais. O Sítio preserva uma área do Sítio, que é uma área nativa e que está dentro do parque. Nesse sentido sim, dois terços do Sítio está dentro do parque Estadual, isso é respeitado e temos todo um diálogo nesse sentido com Instituto Estadual do Ambiente. Quem recupera ecossistemas é o País (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda no que diz respeito ao engajamento ambiental, o Sítio possui um relacionamento bem produtivo com a Reserva Biológica de Guaratiba. As ações desenvolvidas asseguram a proteção e conservação por meio de atitudes de vida.

A Reserva Biológica nós também temos um relacionamento bem produtivo com a Reserva Biológica de Guaratiba, que é gerenciada pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente). O Sítio já participou de atividades de reflorestamento de mangue, de produção de mudas, atividades relacionadas ao aniversário da Reserva Biológica de Guaratiba, nós já fomos para fazer uma oficina de arranjos, com os nossos jardineiros que aprenderam a fazer esses arranjos com o próprio Burle Marx, isso junto com as escolas públicas da região, o Parque da Pedra Branca também, a parte da formação do curso de monitores tem um trabalho com o educativo do Sítio também, a gente dá esse auxílio. Encontro de paisagistas, como eu mencionei, nós tivemos um esse ano que foi “Conversando sobre o paisagismo”, mas numa pegada voltada para o histórico de mulheres, foi no dia 8 de março, no dia da mulher, então o histórico da mulher, da sua carreira no paisagismo e as dificuldades que elas muitas vezes encontram, tendo uma mulher nessa posição, apesar do paisagismo ser considerada uma questão mais associada a jardinagem, o trabalho delas e as dificuldades que elas tiveram no caminho. Então além de dar o suporte, nós participamos também dessas mesas, das palestras e das conversas. Então INEA, a Reserva Biológica de Guaratiba, na verdade esse convênio, essa conversa muito fácil que a gente tem com Plantação Local é uma entidade que faz a divulgação desses produtores mais antigos de Guaratiba, então faz a revenda dessas mudas, dão destaque para o que eles estão com grande produção. Acho que uma coisa que é legal também, e quando a gente recebe as escolas, a gente faz plantio de sementes com as crianças, mas o destaque é sempre voltado para mudas nativas, então a produção de mudas nativas, o educativo solicita a divisão técnica do Sítio a produção de mudas nativas, para que após a visita essa escola possa levar essa muda para que possa ser plantada no terreno da escola, e aí como doação, como parte da visita, como lembrança do que eles levam do Sítio Roberto Burle Marx (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à hipótese de que o Sítio minimiza a degradação ambiental, destaca-se o programa educativo, que inclui educação ambiental, e algumas atividades e ações participativas em eventos.

[...] falar de preservar e abordar essas questões – os nossos educadores abordam ao longo da visita. Mas não é uma visita que vai focar só em falar isso. Mas por outro lado o Sítio está mostrando a diversidade biológica que existe, a diversidade botânica. Sim, eu acho que sim, que sou um agente importante para isso. Sim, o programa educativo inclui educação ambiental. O Sítio participa de eventos e de ações – recentemente o Primeiro Congresso de Jardins Botânicos, do Inhotim. Estamos presentes

em uma série de atividades, estamos presentes numa ação que está sendo desenvolvida pelo Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], que é para buscar impulsionar as atividades econômica e isso está dentro do nosso foco de meio ambiente. E educação ambiental propriamente dito. Quando o Sítio recebe as visitas das escolas, fala-se de outros assuntos, mas fala principalmente do ambiente, da natureza e da flora. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável desenvolvimento local, o Sítio promove e atua no desenvolvimento local por meio da educação, sendo instrumento e recurso para esse desenvolvimento.

Sim, eu acho que sim, que existe uma atividade educativa, uma atividade de estímulo, também de criatividade. Até os eventos – como a jornada de pintura, as pessoas vão lá para pintar e desenvolver. A atuação do Burle Marx ali foi muito importante. O Sítio trabalha com as escolas locais, divulga os restaurantes, faz a movimentação do polo gastronômico. O desenvolvimento local neste sentido, que as pessoas vêm para vir ao Sítio e vão visitar os restaurantes – basicamente o que tem em Guaratiba são os restaurantes. Tem umas outras coisas que acontecem em Guaratiba, alguns clubes, *standup paddle*, coisas assim que as pessoas acabam circulando por ali também (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável desenvolvimento local, destaca-se, mais uma vez, o papel relevante do Sítio no desenvolvimento local, precisamente como uma oportunidade de crescimento para a comunidade.

Eu acho que a gente é agente de desenvolvimento local, acho que quando Burle Marx doou esse patrimônio para o governo e disse que ele doava tudo, desde que o governo contratasse, torna-se os jardineiros deles servidores públicos, ele de imediato potencializou 40 profissionais e garantiu a sobrevivência de 40 famílias. E isso fez uma mudança radical, eu tenho certeza, na vida de todos eles. E a gente tem aqui no entrono um desdobramento da realidade dele, então também vejo isso claramente. Acho que a gente atua nas escolas, estamos dentro tentando dizer “olha, atenção, vocês têm uma coisa muito preciosa aqui”. Acho que temos essa questão do desenvolvimento local. Acho que temos a questão com os restaurantes, por exemplo, temos uma parceria com o restaurante Due, que é de um chef italiano que se estabeleceu aqui, e ele é pequeno, mas tem uma comida maravilhosa. Nós recebíamos muitos visitantes aqui que se queixavam da falta de café da manhã na região, e nós descobrimos que ele estava com um projeto de café da manhã, então nós fizemos uma indicação (fomos lá, experimentamos a comida, vimos como que era e começamos a informar ao público desta possibilidade), e hoje ele tem um fluxo no café da manhã. Então sim, nós promovemos o desenvolvimento local. Por exemplo, o CIEP [Centros Integrados de Educação Pública] Roberto Burle Marx (antigo Brizolão – Centro Integrado de Educação), recebeu o nome do Burle Marx e fez um jardim lá. Lá parece um filhote nosso, porque volta e meia o jardim está ruim e nós vamos lá para fazer uma ação de promoção, inclusive da atividade de jardinagem. É junto com as crianças que nós fazemos e deixamos lá para ele. Os nossos estagiários de nível médio, nós buscamos na região. E isso é ótimo, porque os estagiários de ensino médio que passam por aqui, também é um divisor de água na vida deles, porque eles têm uma bolsa de estágio

que faz uma diferença para eles, levando em conta a realidade da região, e todos fazem faculdade depois. Esse é um diferencial. E muitos voltam, tivemos uma aqui que passou em biologia e voltou para estagiar. Então isso é potência de desenvolvimento (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável preservação ambiental, o Sítio estimula o desenvolvimento, respeita e relaciona-se harmonicamente e equilibradamente com os biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais, celebrando-os, cultuando-os e os protegendo.

Acho que de um modo bem amplo lato senso, como fala da preservação, do meio ambiente, como tem uma educação ambiental, de certo modo, pode ser, mas, não tem uma ação que é focada no desenvolvimento. Falamos de biomas e ecossistemas, eventualmente tem algum curso sobre isso. A relação com os biomas e ecossistemas locais, claro, até porque isso influi na própria coleção botânica e jardins. Também sim porque a gente fala disso, eventualmente a gente faz cursos, participa de eventos que vão falar dos biomas e ecossistemas. Sim, nos relacionamos harmonicamente, acho que o Sítio não está ali poluindo e nem desequilibrando nada. Agora sobre as configurações territoriais e diversidade de saberes, a partir daí não. Mas se quiser considerar que é um saber local a produção de plantas, esse tipo de coisas, acho que pode ser. Dentro do Sítio tem diversidade de saberes, como o que foi desenvolvido a partir da existência dos hortos, de haver pessoas na região que sabem cuidar de plantas, de haver um trato com os jardins, isso tem a ver com a existência do Sítio ali. Mas o Sítio não tem um programa específico para essas coisas (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ver o Sítio como um pilar para o desenvolvimento sustentável é reforçar a relação de interdependência entre ele e a ação governamental de preservação da mata nativa.

Então, dos 40 hectares que o sítio tem, 40% dessa área é agenciada, então ela é uma coleção botânica/paisagística, com plantas nativas e plantas exóticas, os outros 60% de mata nativa, fica acima da cota 100 e fazem parte do Parque Estadual da Pedra Branca, e essa área ela não é mexida, ela é mata nativa e intocada. Com relação a atividades fora do Sítio é o que já foi mencionado antes, a gente participa de atividades com outras instituições, como o replantio do manguezal, que acontece com a Reserva Biológica de Guaratiba, e em alguns casos o plantio e a distribuição de mudas, e isso relacionado a atividade com as escolas que vem fazer a visita no Sítio (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto a promover e cuidar do equilíbrio de ecossistemas, o Sítio conserva os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo, com ações permanentes e atividades emergenciais. Não é seu foco informar a população sobre como lidar com os processos naturais.

Eu acho que essa é uma contribuição de demonstrar a importância. Não acho que nenhum museu faz isso. Nenhum museu consegue cuidar do equilíbrio do ecossistema, mas pode ter ações de cuidar do lixo, de tentar interferir menos. A gente não informa a população sobre chuvas e processos naturais, a gente lida com eles porque estamos sujeitos a eles. Principalmente chuvas fortes e ventos, isso derruba árvore, a gente teve uma tempestade em 2016 que perdemos 20 árvores. Caíram 20 árvores em cima do jardim, virou um caos, e tivemos que lidar com isso, recompor. Toda a parte do Sítio – que é maior parte do Sítio – em céu aberto, que são os jardins e os viveiros (sombrais), eles estão sujeitos a esse tipo de coisa, vento, chuva. Lá não tem muito frio e nem enchente, mas isso afeta a conservação e preservação do acervo vivo e da parte também de mata nativa. Mas, em termos de ensinar a população do que fazer com isso, não. A gente conserva o que existe dentro do Sítio, em longo prazo? Sim. Temos ações permanente e previsão de longo prazo e foco na preservação do acervo, da coleção botânica, das áreas abertas dentro do Sítio. Informa, se manifesta, fala a favor disso. Eventualmente, em termos de termos cursos, palestras e também de visitar o Sítio, de saber a importância. Eu acho que não faz a preservação, mas contribui. Acho que nenhum museu faz também, não se aplica a museu nenhum, mas contribui sim (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável promoção da generosidade e da solidariedade, não é foco do Sítio promover a inclusão da comunidade (principalmente informando seus direitos e garantindo a cidadania) em todas atividades e na gestão.

Acho que o Sítio é uma instituição inclusiva sim, dentro dos limites que existem, como eu já mencionei, internamente nós temos a preocupação de sermos inclusivos, a gente busca contato com a comunidade. Generosidade e solidariedade? O Sítio não tem o foco de informar os direitos e garantir a cidadania? Eventualmente alguma ação pontual, que fale de assuntos pontuais, mas está um pouco fora do nosso foco (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável promoção da educação humanista, não se considera o Sítio uma instituição de educação pública, mas reconhece-se ser um espaço de educação não formal que possui o compromisso com a formação crítica dos indivíduos e com o caráter ativo da aprendizagem, promovendo o reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social, por meio de jardinagem e de alguns eventos.

Não, não somos uma instituição de educação pública. Somos uma instituição de educação, sim, mas de educação não formal. Pode se se dizer que assumimos o compromisso com a formação crítica dos indivíduos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Nós somos um espaço de educação não formal, nós estamos aqui, nós conversamos e falamos sobre o legado do Bule Marx, sobre a importância do paisagismo, sobre a importância da preservação ambiental e tem uma relação com a questão das artes. De atividades e eventos nós já mencionamos, nós trabalhamos e fazemos a realização de eventos de

música, apresentação tanto de música clássica como corais. Acho que não se aplica a saberes populares, mas a questão do paisagismo e a manutenção do legado do Burle Marx na região, no trabalho relacionado com os produtores, eu acho que esse é o que mais se aproxima na questão dos saberes populares. Eu acho que está nas visitas, eu acho que como é uma instituição em que as visitas são todas mediadas, não se caminha livremente pelo Sítio, todos os visitantes que a gente recebe ao longo dos anos, eles passam pela questão de aprendizagem do patrimônio o tombamento do Sítio, a importância dele como patrimônio mundial, como um registro histórico na questão da produção do paisagismo e com a valorização da biodiversidade brasileira – vale ressaltar isso – eu acho que a questão do jardim tropical moderno ele passa por essa questão ambiental, por conta dessa valorização da biodiversidade (SUZANA SILVA BEZERRA - EDUCADORA DO SÍTIO BURLE MARX).

A educação humanista faz parte das práticas do Sítio, tendo como compromisso a formação crítica, com foco na preservação ambiental e no aprimoramento do desenvolvimento, bem-estar e dignidade.

Eu acho que faz parte das nossas práticas de rotina [praticar a educação humanista]. Como já foram mencionadas, as visitas mediadas, as atividades que estão propostas no planejamento estratégico. Sim (o Sítio possui o compromisso de contribuir com a formação crítica dos cidadãos), mais voltado para uma questão ambiental. A gente trabalha bastante a questão de preservação ambiental, da relação do indivíduo com a natureza, da importância da paisagem na vida do indivíduo urbano, na questão da apresentação das diversas artes que acontecem dentro do Sítio, de como a gente pode valorizar principalmente essas artes brasileiras, que a gente tem bastante peças na nossa exposição, e que a gente conversa muito sobre isso com o visitante. Então, eu acho que nesse caminho, dos diversos assuntos que são tratados durante a visita, a gente consegue caminhar por isso (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

No que diz respeito à variável planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo, é inegável que o Sítio planeja para o presente, cuidando do futuro. Entretanto, não há promoção nem garantia de inclusão coletiva nos processos de planejamento, nas ações, na gestão e no cotidiano do museu. O incentivo à participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição é feito internamente.

Sim [promove o planejamento do futuro], porque existe o planejamento estratégico que é plurianual – que dá uma estrutura macro, que é dividida em programas, em ações e políticas, e isso é um grande norte para as ações. Não [assegura a inclusão coletiva], porque é uma instituição pública Federal. Existe um desejo de escuta da comunidade. E que as pesquisas que já fizemos não trouxeram um grande resultado. Nesse nosso funcionamento ele vai muito internamente mesmo. Sim, está tudo online [o planejamento das atividades do Sítio]. Existe um planejamento da área fim da área meio, um plano estratégico. Nós temos o plano estratégico que é revisto de 4 em 4 ou 5 em 5 anos. Ele está sendo revisto agora, por conta da pandemia, e demorou um pouco mais do que esperado. E, anualmente, temos o planejamento das ações, do que será

realizado. Todo ano é planejado o ano seguinte. E isso é planejado e monitorado pelo próprio Sítio, pelo Iphan, pelo Governo Federal. Tudo é inserido em sistemas. Sim, realiza internamente [o planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo]. Ele é necessariamente multidisciplinar, a equipe é multidisciplinar, temos vários profissionais. Ouve-se no planejamento toda equipe e não só a divisão técnica e administrativa. A gente faz uma participação de todos mesmo, dos jardineiros. Tudo que é realizado periodicamente é apresentado para todos, terceirizado, equipe de limpeza, etc. É multidisciplinar, é inclusivo e participativo internamente. Não é com a comunidade do entorno (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à variável planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo, destaca-se a participação de todos os funcionários do Sítio, juntamente com profissionais do Iphan, no planejamento estratégico. Membros da sociedade civil estão sendo convidados, por meio da criação de um comitê gestor, a participar da definição das linhas estratégicas do Sítio.

O Sítio tem um planejamento estratégico de longo prazo, que é participativo. Não é fácil fazer planejamento estratégico participativo, mas a gente faz. A parede que está atrás de você (que as pessoas não estão vendo), isso era um exercício de grupo, onde estávamos montando um planejamento de longo prazo, até 2026. E é participativo – muitas vezes um perde e outro ganha, mas dá certo. E a gente minimiza os ruídos de comunicação com eles. E sim, é para o futuro, mas com execução hoje. Isso aí ainda está em construção. O que seria isso em termos de patrimônio mundial, o patrimônio mundial exige isso, se você for ler a legislação, eles exigem que se tenha que eles tenham instância de decisão ligadas a sociedade civil. Então, existe uma questão do comitê gestor que está sendo criado agora – era para ter sido criado, mas teve a pandemia, então está sendo criado esse ano – onde a gente convida membros da sociedade civil podem e devem interferir, fazer parte, opinar e definir linhas estratégicas. Hoje o nosso planejamento estratégico ainda é Iphan, Sítio e todos os funcionários, todos, jardineiros e terceirizados (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

O maior envolvimento da sociedade faz parte do planejamento estratégico do Sítio, a fim de contribuir de maneira significativa para avanços na formulação, execução e acompanhamento das ações e projetos. A organização e participação da comunidade são detalhadas pela coordenadora administrativo-financeira:

Mas, ainda não tem essa instância da comunidade. Quando a gente fez esses projetos, isso foi decorrente do projeto do BNDES onde houve uma escuta da comunidade, mas eu não sei te dizer se isso ainda vai dar certo, nós vamos executar. O que eu acho necessário é uma instância como uma associação de amigos, que nós não temos, mas precisamos criar, porque aí sim teremos a sociedade ali de uma forma muito fácil, inclusive colocando os projetos para avaliação, nós não temos, e o comitê gestor. Isso nós estamos trabalhando, mas ainda não temos. Então, o que nós fazemos é chamar a comunidade, fazer um projeto, ouvir a comunidade e trazer uma demanda. A carteirinha foi uma demanda. Não foi uma cópia

simplesmente, de algum outro lugar que tenha. Foi assim, “mas a gente mora aqui, acha que é uma propriedade privada – porque é muito fechado – e além disso a gente tem que pagar”? Não, você não tem que pagar. E foi na mesma época do Cariquinha, que é um projeto de gratuidade de museus, onde o carioca paga metade e em alguns lugares é gratuito. E foi onde nós entendemos que nós abrimos e tínhamos que trazer a comunidade. Então nós fizemos um projeto, na época tinha a associação de moradores, eles pararam um ônibus numa praçinha, enchia o ônibus e trazia para cá, mas não tinha uma proposta, era só para eles conhecerem. Isso tem, inclusive isso dá trabalho. Isso é uma política da Claudia, ela foi criada fazendo política pública de voto participativo, então ela trouxe isso para cá, e a gente batalha nisso (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

A avaliação anual das ações de planejamento é valorizada, com foco na criação de um processo contínuo de aprendizado, somada a uma responsabilização social da gestão com a satisfação da população.

Nossa avaliação, nossos planejamentos são anuais, nós temos alguns indicadores. Temos planejamento, é anual, fecha o ciclo em outubro/novembro, a gente tem que lançar as ações para o ano seguinte nessa época. Todas as visitas são avaliadas, nós temos formulários de avaliação dos nossos serviços, à disposição dos visitantes, inclusive pedindo sugestões de melhoria, e temos feedback. Então, na medida em que o meu planejamento é feito para cumprir 100% da execução orçamentária, o que eu quero é entregar 100% da execução. Mais ou menos em agosto, nós temos uma reunião onde nós fazemos uma avaliação do que foi feito até ali e como iremos chegar até o final. Cada setor tem uma lógica, no educativo é mensal – então as visitas do mês vão avaliando e no final do mês a gente consolida e abre um relatório que está à disposição da direção, dizendo a quantidade de cliente satisfeitos, insatisfeitos e principais problemas. Nós temos ordens de serviços também, na área da manutenção a gente entra com ordem de serviços a daí conseguimos entender o que foi cumprido ou não. Aqui é uma fazenda, todo dia tem muito trabalho, é tipo uma fazenda, então tem coisas que realmente, se a gente não tomar cuidado a gente tropeça. Mas, aí essa data de agosto para mim é muito forte, porque é onde eu vejo para que lado eu vou, onde que eu estou e onde que eu vou, para chegar onde eu quero. Mais uma vez eu vou olhar para dentro e depois eu vou pensar se eu tenho para fora (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à participação democrática, há o foco do Sítio na particularidade de cada ser humano, na complexidade e singularidade de cada pessoa, na valorização de seus motivos e interesses.

Aqui a gente tem a lógica que as pessoas mais importantes daqui são os jardineiros, eu poderia não existir e a singularidade do Sítio estaria na mão deles, e isso já é uma inversão de lógica no sentido normal da burocracia. Agora eles (os jardineiros) fizeram, por exemplo, uns arranjos aqui. Os arranjos do Sítio eles são vendidos dependendo do evento, há um preço de tabela aprovado para isso. E eles têm uma área de trabalho conjunta, que é desde a época do Burle Marx, que é chamado Barracão, é deles. Lá eles se reúnem, tomam um café, fazem os trabalhos, fazem os arranjos.

Todo o dinheiro desses arranjos foi revertido para aquilo que era para melhorar o trabalho deles. Então, eles foram colocados nessa sala, e aqui nós colocamos quanto que nós havíamos arrecadado pelos arranjos e a pergunta foi: O que vocês querem de melhoria no trabalho e no setor de vocês? Então, eu acho que isso é participativo, é inclusivo e isso faz com que realmente a administração sirva à. Aqui ela não é servida. E eles têm tanto poder, ou mais, no bom sentido da palavra, eles se sentem empoderados. Se eu chegar agora e falar que eu vou entrar no sombral, o jardineiro responsável vai falar “não vai, choveu hoje, está com limo, você não vai entrar”, e eu sou a gerente, e eu não vou entrar. Não é uma briga, é porque ele vai ser respeitado na opinião dele, no mesmo jeito das demandas, ele é o especialista. Do mesmo jeito que eu vou te falar que eu não vou comprar o café A, porque ele é ruim e vou comprar o C, e todos vão dizer “ok, Letícia, compra o café aí porque isso você sabe fazer”. Mas, eu acho que nesse sentido, temos (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação ao planejamento, salienta-se que a principal fonte orçamentária do Sítio é federal, descrita detalhadamente pela diretora:

A fonte principal é o orçamento federal, o governo anualmente aprova o orçamento, a LOA, que é a Lei Orçamentária Anual, dali vai para os ministérios, dos ministérios vai para as vinculadas. O Iphan é uma autarquia vinculada ao ministério da cultural. A diretoria do Iphan analisa os planos de ação de todas as unidades do Brasil, todas as 29 superintendências – tem uma em cada Estado. Tem várias unidades que são das especiais e superintendência e escritórios técnicos. Daí a diretoria analisa aquilo tudo e aprova o orçamento. Esse orçamento é aplicado de acordo com os planos de ação que nós colocamos, e isso vai num sistema informatizado para aprovação. A partir daí, caso seja aprovado, executa-se as ações definidas pela GU. Para executar cada uma delas, é necessário abrir um processo, onde precisa constar toda uma documentação determinada pela GU, daí tem análises de riscos, demandas e o projeto básico que será contratado. Então é feita a contratação por meio de licitação de acordo com o determinado pelos processos de contratação do Governo Federal. A partir da contratação se acompanha, se fiscaliza e se presta contas. Todo um ciclo completo – isso para o orçamento da União, que é dinheiro público. Quando nós trabalhamos com Lei Rouanet, que também é dinheiro público, também existe toda uma prestação de contas. E eventualmente o Sítio participa de editais, como um projeto que estamos fazendo que é de segurança contra incêndios. Que é um edital do BNDES, onde nós fomos contemplados e está em fase de execução. Essa questão de proponente muda, eu não sei como está hoje essa questão. Já pode ser numas outras ocasiões, hoje eu não sei se pode ou se não pode (o Sítio ser o proponente). Mas na prática eu acho mais confortável existir a figura do proponente que se encarrega de fazer toda a gestão do recurso prestação de contas etc. E isso já está o pacote do projeto. Porque para nós é uma garantia muito maior do que o próprio Sítio receber o recurso, que é mais um trabalho, para uma equipe que já tem muito trabalho – a equipe administrativa do Sítio tem muito trabalho. Nós fizemos um programa enorme com o BNDES, de uns 5 milhões e meio, mais ou menos, e foi trabalhado assim, sempre com a exigência de ser participativo. Não dá para a gente juntar todo mundo do Sítio, mas nós vamos informando e a equipe técnica vai acompanhando, os engenheiros agrônomos, arquiteto etc. A associação de amigos, depois de várias tentativas, não sei se a gente vai chegar a

isso, mas a gente espera (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O Sítio possui um Regimento Interno, que foi elaborado pelo Iphan. Sua prática de gestão inclui refazer e replanejar as contas constantemente. Importante ressaltar que, por ser uma unidade especial de uma autarquia, tem o orçamento básico garantido para a manutenção e administração.

O Sítio tem regimento interno, [...] elaborado pelo Iphan, mas ele não vem pronto, ele vem rascunhado e a direção do Sítio discute e muda e faz uma contraproposta, e manda para lá e manda para cá, então nós temos esse regimento. E ali sim, estão as normas e o que nós podemos e não podemos fazer. Tem muita coisa que, somos uma unidade centralizada, temos poder para várias coisas, e, para outras, nós temos que pedir licença a autarquia. Sim, temos prática de gestão. Hoje, até por conta da tecnologia, cada vez mais você tem os processos de gestão desenhados. E por conta da tecnologia, está mudando muita coisa na área da gestão, como toda a parte de capacitação, ou por exemplo, nós temos grupos de *WhatsApp* dos gestores do Iphan inteiro, então se você tem uma dúvida sobre gestão alguém te diz “consulte o processo tal”. A briga tem sido para que a gente tenha um fluxo de trabalho contínuo, fácil e processual. Somos uma unidade especial de uma autarquia e temos o nosso básico garantido, então manutenção e administrativo é garantido (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Outro importante aspecto diz respeito aos contratos de cessão de uso de espaço, apesar de ser muito pequeno o impacto do ingresso no recurso do Sítio. Os recursos decorrentes desses contratos são trocados por produtos ou serviços para a área finalística do Sítio.

Temos os contratos de cessão de uso de espaço, com uma tabela padrão – então se é pessoa física, pessoa jurídica, empresa pequena, média ou de grande porte. Isso é algo que a gente fez pensando em que todos possam usufruir. Então se uma menina quer fazer as fotos de 15 anos aqui, ela vai pagar um preço razoável para ela tirar as fotos, do mesmo jeito que a H. Stern vai fazer e vai pagar o preço justo para o catálogo deles. Isso traz recursos e não é pouco, na medida em que isso é cambiado, é trocado por produtos ou serviços para a área finalística do Sítio. Então, você vê que a área de administração está mantida, a área finalística recebe recurso também, esse ano recebeu está sendo um divisor de águas depois de cinco anos. Não, isso que é o legal do termo de uso. O termo de uso tem uma cláusula jurídica dizendo o seguinte: que desde que seja para a aplicação na área finalística, aquele dinheiro pode ser convertido em bens e serviços. Então a gente não perde esse dinheiro, não vai para o erário, não vai pra GRU (Guia de Recolhimento da União). A gente que diz, passou a locação e foi de 16 mil, então nós queremos tantas tábuas de madeira para refazer os armários do barracão, uma mesa para alimentação. Isso vem e não é pouco. E com isso a gente estimula que aqui seja reconhecido que aqui seja um lugar seguro e tranquilo para pessoa fazer o catálogo dela, para fazer a festa dela. É muito pequeno [o impacto do ingresso no recurso do Sítio]. Nós temos uma manutenção na ordem de 3 milhões, para manter isso daqui aberto, sem área finalística, para manter funcionando e o pessoal terceirizados, contrato de segurança e tal. É o valor que o Iphan repassa, fora os salários dos servidores. E o

ingresso, se eu pegar 15 mil pagantes por ano, eu vou ter 150 mil reais, se todo mundo pagar a inteira. Então isso é muito pouco. Nós estamos em abril, e cessão de uso nós já recebemos esse ano 60 e poucos mil. Então o ingresso é pouco (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Importante destacar as possibilidades de apoio financeiro para o Sítio, com suas facilidades e desafios, descritos de modo detalhado pela coordenadora administrativo-financeira do Sítio:

O problema é: a gente pode fazer essa licitação? Pode. A gente pode botar a logo da Ford no carrinho elétrico? Pode. Pode estilizar? Pode. Como é que a gente faz isso? Quem tem perna para administrar isso? Quem vai começar com a Ford? Como é que a gente vai botar um banner interferindo na paisagem como o Jardim Botânico põem na porta, como eles colocam de cada patrocinador? Como a gente faz isso sem interferir no paisagismo do Burle Marx, quando você faz a curva ali? O que eles vão querer em troca, no sentido de abertura do espaço? Mas é possível. Isso seria um contrato porque tem recurso financeiro, então se tem recurso financeiro envolvido pode ser um Termo de Execução Descentralizado (TED), mas pode ser um termo de cooperação, onde há dinheiro envolvido. Isso é possível, a gente pode utilizar qualquer instrumento legal. Isso precisaria passar pelo jurídico da Ford e pelo jurídico do Iphan, a gente precisa ter certeza que não estamos colocando em risco o patrimônio, não teria problema nenhum. O que a gente faz, como a perna é curta, a gente trabalha por exemplo com o BNDES, órgão público com órgão público, IFRJ, Rural, etc. Por quê? Porque a gente não sabe ainda como fazer diferente. Por exemplo, aqui você tem Michelin, é óbvio que a Michelin produtora de pneu, como alguém que polui o ambiente, tem uma linha de incentivo e que adoraria estar ligado a gente. O Inhotim tem isso, o Inhotim tem uma linha de empresas que precisam limpar carbono – como que as empresas vão contribuir com a questão da emissão de carbono – eles falaram durante o congresso sobre um tipo de reembolso que se tem por isso, tipo plantar árvores e a empresa dá dinheiro para fazer ações. Então, por ser da região, pode ser que a Michelin tenha interesse. Mas eu não sei, a gente não sabe, a gente não consegue ainda sair e chegar. Se você pensar da onde a gente está vindo, se você pensar em um monitor trabalhando, um grupo de três pessoas, se você pensar em todas as obras, a gente não tem mãos. Nós chegamos a fazer um concurso [...] para algumas vagas, e a gente tinha uma expectativa, mas a realidade se fez diferente. Então agora nós também reformulando, já que pelo concurso não veio, nós precisamos aproveitar o que veio da melhor forma possível, mas como a gente consegue aquela pessoa que a gente quer? Agora está saindo um termo para contratação de um historiador, para fazer o projeto de disseminação de conhecimento para a comunidade. Mas, o ideal seria que nesse concurso a gente tivesse ganho isso internamente, porque daí nós faríamos num outro patamar. Na semana passada, a Suzana (responsável pela área Educativa) terminou um curso de produção cultural, estava tentando se capacitar, mas ela não tem tempo para isso e daí a gente acaba fazendo mais do mesmo. Você vai vir entrevistar a gente no ano que vem e a gente vai repetir isso daqui. E eu falo isso para ela, que nós estamos exatamente nesse ponto. Nós já atingimos esse determinado ponto e agora ou vai para fora e traz a comunidade ou faremos mais do mesmo, melhoraremos a visita, o que não é ruim se for isso o que a gente consegue fazer bem, mas é um desperdício (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável inserção na rede urbana, destacam-se ações relacionadas ao fornecimento de insumos de locais próximos e um projeto de coleta seletiva com a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb).

Os insumos vêm de fornecedores diversos, apesar de nós termos uma nascente nós compramos garrafão água, café etc., é o mais simples, é o que o Governo faz. A gente compra material de consumo e eventualmente material permanente, e isso tudo é no sistema governamental. E a gente faz o descarte, através de um processo estabelecido para fazer isso. A gente procura doar o que der para ser reutilizado e dê para fazer o proveito. Os resíduos, o lixo, já tentamos umas três vezes um programa de sustentabilidade ambiental do Sítio, mas não foi para frente. A primeira pessoa que pegou para fazer, não teve condições de fazer, não fez. Só atendeu uma demanda que veio de Brasília, de consumo de energia. Tinha toda uma tabela, mas a pessoa só preencheu a tabela e nem seguiu com o processo e nem atualização. Enfim, já passou por umas 4 ou 6 pessoas que por diversos motivos não levaram adiante. Guaratiba não tem coleta seletiva. Já houve um trabalho, essa última pessoa que pegou para fazer, fez um contato com a Comlurb, tinha um projeto para instalar um informativo que falasse sobre o lixo, em parceria com a Comlurb [Companhia Municipal de Limpeza Urbana]. Mas essa pessoa ficou doente, ainda está, e não conseguimos ninguém que assumisse. Então o nosso lixo é todo descartado com a Comlurb, de escritório, de almoço (embalagem de quentinhas). Não tem um tratamento e uma separação de lixo. Mesmo que separe a Comlurb vai acabar juntando tudo. Já os restos vegetais, eles são utilizados para fazer compostagem, saem caminhões de galhos, folhas, vegetais, todos os dias. O caminhão do Sítio transporta para um terreno em frente e deposita por lá. Não é uma compostagem altamente sofisticada, deposita os insumos lá e depois vai um trator para dar uma mexida, para ir transformando em adubo. Nós também temos um triturador que moí este material, e a gente faz uma compostagem menor (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Exposições, temos exposições no exterior, normalmente cedemos obras para exposições sobre o Burle Marx, na fora, são obras do acervo museológico e não do acervo botânico, e normalmente as embalagens que vem nós ficamos, nós reaproveitamos para armazenamos melhor os nossos produtos. Então quando tem algum tipo de resíduo nesse sentido, a gente tem uma coleta seletiva aqui na comunidade e é levado pra Comlurb. As exposições normalmente funcionam assim, nós não fazemos exposições aqui, não temos curadoria de exposição ainda, então os resíduos de exposição vão ficar lá fora. O resíduo do nosso dia a dia eu já te falei, grande parte vai ser reaproveitado. Nós temos os nossos berçários, mas as vezes nós precisamos de sementes, e essa questão da troca de sementes hoje é u problema, tem toda uma legislação em torno disso. Normalmente nós precisamos, por conta de pragas na região, precisamos ter reproduções de nossas espécies em lugares seguros, mas não é sempre que isso acontece. Por exemplo, teve uma vez que nós tivemos uma praga nas palmeiras, todas as palmeiras da região ficaram doentes, então nós precisamos tomar cuidado com algumas coisas. Antigamente, Burle Marx levava e trazia semente normalmente, hoje não pode mais. Então, o que a gente faz é tentar ter os nossos berçários mesmo. Os fornecedores, nós temos muitos fornecedores de materiais, aí

são decorrentes de pregão, então é Brasil, quem ganhar o melhor preço e condição a gente fecha. Então daí você tem os insumos para parte agrícola, para o escritório e para parte de TI, e isso é licitação (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ainda com relação à inserção na rede urbana, com relação aos trabalhadores do Sítio, a maioria é terceirizada e mora próximo ao Sítio. A diretora e a coordenadora administrativo-financeira do Sítio descrevem com detalhes as questões relacionadas aos funcionários da instituição:

Uma boa parcela [dos trabalhadores], a maior parte é terceirizada. Eu fiz essa resposta pra Unesco, é bom conhecer o questionário da Unesco. Perguntam quem mora onde, quantas mulheres, quantos homens. A maior parte mora perto, mora na Barra de Guaratiba/Ilha de Guaratiba. E a outra parte mora em Campo Grande, que não é tão perto. Várias pessoas vão de carro ou de ônibus. O público vem de toda a parte, a maioria do público vem da Zona Sul. O pessoal do educativo tem essa tabela sobre o público (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Nós somos 88 funcionários aqui dentro, [...] somos 34 servidores, são 46 terceirizados. A parte de segurança você conta posto e para cada posto você tem duas pessoas, então são 20 postos de segurança, 13 jardineiros, cinco de limpeza, seis apoios, dois engenheiros agrônomos. São todos do entorno, todos recebem de acordo com seus sindicatos, os contratos são continuados, temos uma preocupação efetiva de reaproveitar, a gente não pode mandar nas empresas – 05 anos depois, quando a gente troca o contrato, a gente tem que receber profissionais novos, mas 1) nós estamos numa região difícil de mão de obra, 2) tratar desse jardim não é qualquer um, 3) Burle Marx fez isso muito bem, ele deixou claro que jardineiro é especialista aqui dentro. Então, quando troca de empresa nós pedimos que a experiência que a gente quer é que saiba tratar de plantas ornamentais, e na verdade aqui é uma escola deles. Não é que não te troca, as vezes tem, as pessoas saem, são contratadas, vão fazer jardins na região e vai ganhar mais, isso acontece, mas a gente tem realmente aqui um polo desenvolvedor profissional nessa área. A limpeza, todos moram na região. Segurança, você tem um raio e você tem gente até Bangu. Mas nem é a gente que escolhe, para essas empresas isso é necessário. Então acaba que todos são daqui, eu mesma não morava aqui, mas quando eu vim trabalhar aqui eu vi que tinha que morar perto. Então as pessoas acabam morando do Recreio para cá. Quem morava na Barra já está querendo ir para o Recreio, porque está ficando distante. E isso é uma realidade, a gente não está no centro da cidade (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Sobre a origem do público, a maior parte é da zona sul do Rio de Janeiro. Mas também há o interesse de turistas, em função da fama mundial de Burle Marx e do Sítio, em especial, no exterior do país.

[De onde vem o público?] Lá fora todo mundo conhece Burle Marx e o Sítio. Então, no exterior nós somos famosos, e aqui nós não éramos

famosos, não tínhamos visibilidade. Nós tínhamos o Instagram com 600 pessoas e com o advento do patrimônio mundial, o nosso Instagram bateu mais de um milhão de pessoas. E aí nós começamos a ter vários problemas, inclusive de marcação, nós tivemos que fazer um agendamento eletrônico, preparar para que as reclamações parassem, porque antes era por telefone, as pessoas ligavam, a gente atendia e marcava a visita. Então houve uma mudança muito grande, hoje você tem um público aqui no Brasil, em todos os Estados. Você percebe famílias passeando, pessoas daqui do Rio, virou um ponto turístico. No ano passado nós ganhamos um prêmio do TripAdvisor, como um dos 10 melhores lugares do mundo para ser visitado, e isso também foi um divisor de águas, em função daquela avaliação que eles vão fazendo. Então, hoje a gente acredita, a gente tem um site também, nós estamos monitorando o site agora, antes nós só contávamos as redes sociais, o Instagram e o Facebook, agora nós monitoramos o site também. Então a gente acha que estamos com uma visibilidade maior, nós estamos no Brasil, mas precisamos melhorar muitos. Nós criamos o Instagram e na época do BNDES tinha muita gente que mexia nesse Instagram, hoje é uma pessoa que cuida para manter, mas a gente entende que é necessário você ter uma interface, e que várias pessoas vão usufruir do patrimônio sem estarem aqui, vão fazer tudo virtualmente. Há quatro anos atrás, a visibilidade era bem pequena, mas hoje, por conta do Patrimônio Mundial, a visibilidade é grande. [Quanto à visita eletrônica] existe um áudio guia, mas não tem saída, porque como tem que ser mediado é muito mais legal você ir conversando. As pessoas não utilizam o áudio guia. Tem uma visita virtual no site, mas a própria Claudia (diretora do sítio) diz que o Sítio fala por si. Quando a pessoa entra aqui ela quer ir sozinha, ela quer caminhar, ela quer andar e ela quer ver, o celular vira somente para tirar foto e ela vai usufruindo (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável impacto das atividades, considera-se irrelevante o impacto causado pelo Sítio quanto à poluição sonora, do ar e visual. Não é feita reciclagem de lixo nem tratamento de esgoto.

Acho que é irrelevante [poluição sonora, do ar e visual]. Tem algum barulho, temos uma marcenaria que de vez em quando liga uma máquina. Mas dentro do todo, não se faz tanto barulho. A gente não tem caçamba de lixo, não é tanto lixo assim. Tem um lugar que se coloca o lixo, que a Comlurb passa, que é do outro lado da rua, mas não chega a ser uma caçamba. Não fazemos reciclagem de lixo. Não repassamos para o mercado informal. Não [faz tratamento de esgoto]. Inclusive, em Guaratiba não tem rede de esgoto. O que temos ali é fossa e sumidouro. [Em relação ao impacto no trânsito e calçada] pode causar um transtorno pontual, mas não causa engarrafamento. Quando chega um ônibus, por exemplo, tem que fazer uma manobra. Mas não chega a ser engarrafamento. Não tem calçada para fazer fila. É uma estrada só (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O impacto do trânsito e do transporte no meio ambiente e na qualidade de vida da população local é considerado pequeno pela coordenadora administrativo-financeira. Devido ao número limitado de vagas no estacionamento, faz-se necessário organizar as atividades do Sítio, que possui um bicicletário, utilizado por funcionários da comunidade local.

A gente não causa engarrafamento, até porque não costuma ser uma via tão movimentada, exceto os dias de praia, que aí o pessoal indo para praia é que aumenta a questão do movimento de veículos aqui na estrada, mas não tem engarrafamento, é uma via única e não temos calçada. Talvez em dias de grandes eventos, onde a gente tem uma média de 150 pessoas agendadas por horário, talvez um pouco mais de carros na entrada do sítio, mas nada que cause um impacto para comunidade. Poluição sonora não existe, é um terreno grande, e a gente não tem atividades com o som muito alto, por exemplo. O Sítio tem uma média de 50 vagas para estacionamento e todas as nossas atividades são pensadas e calculadas em cima dessas vagas de estacionamento. Eu não posso fazer dois eventos no Sítio, um de música no ateliê, em que eu tenha capacidade para 150 pessoas, e de repente um curso no auditório para 60 pessoas, que é a nossa capacidade máxima, porque eu não tenho estacionamento para poder atender, e como a rua não tem calçada e não tem nenhuma outra rua próxima do Sítio, eu não tenho nem onde pedir para que os visitantes coloquem o carro estacionados do lado de fora. Essa capacidade de parque, além do atendimento que a gente tem com relação aos banheiros e aos bebedouros, ela também é vinculada em questão as vagas que a gente tem. Nós temos bicicletário para funcionários, porque para visitantes, como o Sítio é bem distante da maioria dos lugares a gente não recebe público que venha de bicicleta. Quem vem para a capela ou vem de carro ou vem de ônibus, o único ônibus que passa na estrada, uma única linha de ônibus, o 867. Quem vem de bicicleta são os trabalhadores e os trabalhadores que moram próximo ao Sítio, a maioria deles ex-funcionários do Burle Marx que se tornaram servidores (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

O Sítio possui Plano Museológico, denominado Plano Estratégico, e conhece e adota a Política Nacional de Museus.

Isso é mais com a Claudia Storino (diretora do Sítio), mas sim, nós temos o plano museológico e ele foi revisto. Está escrito, mas não está chancelado ainda, a Claudia está fazendo uma revisão. Acaba que tem um plano, eu conheço o plano, mas eu só dou o subsídio. Eu não sou museóloga e a gente só acompanha. E sim, ela conhece a Política Nacional de Museus e ela escreve sobre isso, ela participa disso. Hoje ela está numa mesa redondo sobre museus casa, discutindo isso. Isso é o que ela gosta, ela tem o contato com o Icom (Conselho Internacional de Museus) (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável não comprometimento dos recursos, o Sítio realiza ações e atividades dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores, conservando os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo, devido à baixa utilização desses recursos.

[...] a gente trabalha na capacidade de carga, porque o impacto do Sítio em termos de ecossistemas é irrisório. A contribuição positiva é muito maior do que o impacto. Não temos luz com sensor ou torneiras automáticas. Inclusive o projeto do prédio novo, eu pedi que fosse um prédio sustentável, mas isso foi ignorado. Temos ideia de instalar energia fotovoltaica, fora isso não tem outras coisas. Por outro lado, tem a nascente, a gente não consome muita água. Nós temos o poço artesianos,

mas não acessamos toda hora para não mexermos no aquífero. O uso dos poços é bem pequeno. Agora, recentemente, nos disseram que temos até direito à isenção da taxa pelo nosso uso ser baixo (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Existe um quantitativo máximo de impactos, que é utilizado no sentido de organizar as atividades de modo a reduzir as modificações no ambiente, a fim de preservá-lo.

Sim, temos um quantitativo máximo para impactos. O impacto de pessoas aqui dentro quando nós falamos de 140 pessoas, perguntam o porquê não 150? Porque não são 150, são 140 cada guia com no máximo 35 pessoas, para ter qualidade e o impacto ser pequeno. Mas, também, depois disso a visita já é ruim. Sim, temos capacidade de carros, são 50 carros aqui dentro. Temos que garantir que as pessoas estejam com os seus veículos aqui dentro, porque no entrono não tem estacionamento. Então eu acho que nós fazemos uma gestão desse espaço em todos os impactos, por exemplo a água, nós pedimos que os visitantes tragam suas garrafas vazias e nós oferecemos a água, porque é menos copo gasto. Se ele trazer a garrafinha dele ele vai enchendo. Nesse sentido, eu acho que a gente tenta olhar para cada espaço e falar: na capela, 50 pessoas, na cozinha de pedra, 80 pessoas, no ateliê, 160 pessoas, para que as gerações futuras possam ao longo do tempo subir na alameda Pau Ferro e ter a mesma sensação que Burle Marx queria que tivesse (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

O Sítio não possui programas socioambientais estabelecidos. Entretanto, há utilização racional de alguns recursos naturais, como a água, a luz e a energia solar. Destaca-se o processo de aprendizagem adquirido a partir de consultas e trocas de experiências.

[Quanto ao uso racional de recursos naturais] O Sítio tem dois poços artesanais que foram perfurados em 2016, pensando exatamente na racionalidade de recursos, nós sabemos que cada vez mais a água será um bem precioso. Nós temos aqui dois poços perfurados, para prover recurso hídrico para irrigar a coleção. Quando nós fizemos a requalificação desse prédio, as luminárias foram todas trocadas. A gente não tem como botar energia solar, os estudos provaram que seria um gasto muito grande por enquanto e, no lugar que a gente imagina que possamos colocar, está tendo um problema com o telhado, então ainda estamos estudando a energia solar. Mas, na verdade, o que a gente fez de imediato foi trocar toda iluminação, então isso já foi uma grande redução nas nossas contas. Nós fizemos um estudo também de capacidade elétrica, nós mudamos juntos a Light (empresa de Energia) o nosso modo de consumo. Tem padrões de consumo, e nós quando assumimos a administração o nosso consumo era de um sítio familiar, então a nossa conta era gigantesca porque era um sítio pagando uma conta altíssima, então nós fizemos todo um estudo com a Light de como fazer isso. Nós temos aqui um gerador, que é justamente para que a gente não tenha perda – cada vez que faltava luz queimava algum computador – então nós colocamos o gerador. Nós não temos mais Nobreak em nenhum aparelho nosso, então aquela quantidade de nobreak que todo ano a gente tinha que trocar e poluía, isso acabou. Eu acho que a gente tenta sim usar da melhor maneira os recursos, inclusive os recursos financeiros, da gente brigar para receber o melhor. Tem uma outra coisa também, nós temos aquele dispositivo de sabonete, e se você tem uma turma de 40 alunos, aquilo acaba entupindo.

Então a gente tem aquilo e também colocamos a garrafinha. Mas acontece também de alguns alunos ficarem brincando com a garrafinha. Então nós temos público e público você tem que pensar que as vezes é melhor usar uma coisa mais rústica para aguentar a brincadeira. Na semana retrasada, por exemplo, uma escola esteve aqui e quando ela foi embora uma privada estava toda quebrada, deve ter sido alguma brincadeira. Mas você se pergunta “como eles conseguiram?”. E daí é uma economia de recurso também, você querer ter uma coisa muito fina não vai funcionar. Mas, eu acho que a iluminação do campo a gente copiou de Inhotim, nós conversamos com eles, para saber se eles haviam feito um estudo das luminárias, porque aqui toda hora queimava uma luminária. Essas são caras, mas são blindadas. Estamos com alguns pontos testando energia solar na iluminação do jardim, mas ainda estamos testando porque não podemos interferir na paisagem. Nós precisamos olhar e enxergar o jardim sem nenhuma interferência (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à variável utilização de tecnologias limpas e de maior eficiência, o Sítio não é considerado um exemplo de inspiração para a população no que diz respeito ao consumo de energias limpas e renováveis.

No momento, não [utiliza tecnologias limpas e de maior eficiência], a gente só tem essa vontade de ter energia fotovoltaica. Em termos de recursos de economia de água etc., no momento nós não temos. Então não somos exemplo nesse caso. Pode ser um exemplo de acessibilidade – um visitante postou no outro dia uma foto do banheiro acessível (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Acho que exemplo não, não chegamos lá. Por exemplo, nós temos aqui um ar-condicionado que nós sabemos que este está funcionando, mas ele não tem o menor consumo. Não, não acredito que sejamos um exemplo ainda não. Mas essas coisas precisam ser estudadas. Na hora que a gente entender como vai ser sem causar um impacto no patrimônio, nós teremos recursos, teremos investimentos. O maior consumo de energia que a gente tem é no prédio da administração e não temos nenhuma outra fonte de energia que não seja da agência que fornece normalmente (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável ocupação/implantação do museu, o Sítio é todo tombado como Patrimônio Mundial, tem um espaço próprio e é propriedade do Iphan.

O Sítio ocupa 405 mil metros quadrados, mais ou menos um terço disso, até a cota 100, é um espaço agenciado – onde estão os edifícios, tudo o que é visitável e um pouquinho mais de onde a visita não chega. É um espaço próprio e é propriedade do Iphan pois o Burle Marx doou para o Governo Federal. O Sítio é todo tombado em todos os níveis e é patrimônio mundial (ele é tombado no nível municipal, estadual, federal e mundial). É área de preservação, mas ela foi delimitada depois que existiu o Sítio. O parque estadual foi criado na década de 70, por aí, e o Sítio ele existe desde 49. Como eu falei, assim da cota 100 ele está dentro do parque, e lá não tem nada e mata nativa. E o restante, ele está numa superposição de zonas de amortecimento, do parque estadual e da reserva – é uma área de preservação ambiental geral. O que não impede ao longo da estrada de existir construções. Considerando a paisagem

geral, o Sítio tem um impacto baixo. Tem uma série de edifícios que são dispersos e tem muita vegetação em volta. Ele foi implantado para outra coisa, ele era a casa de uma pessoa. Mas, no que ele tem de dificuldades de acesso, nós temos trabalhados nisso. Ele possui bicicletário, que muitas pessoas que trabalham e moram próximas vão de bicicletas (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável área de atuação do museu, o Sítio possui atuação global, com um público abrangente e variado.

O público vem literalmente de toda parte possível e do exterior. Tem muita visitação de pessoas que vem ao Rio de Janeiro fazer outras coisas e aproveitam para ver o Sítio. Tem gente que vem especificamente para ver o Sítio, pega o avião, desce, visita o Sítio e volta. Já aconteceu de uma turma de americanos que chegou dos Estados Unidos e vieram direto do aeroporto para visitar o Sítio. É pontual, claro, mas tem bastante público externo. Tem de outros Estados e do Rio de Janeiro. Eu acho que é uma atuação global, por até ser patrimônio mundial e ser reconhecido internacionalmente. Tem visibilidade global. O local tem uma certa contribuição, pois as pessoas vêm aqui, vai ao horto comprar plantas, almoçar etc. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável enfrentamento de contradições, o Sítio dialoga com fenômenos urbanos e naturais, por meio do respeito e do equilíbrio com os biomas, ecossistemas e culturas, impedindo um crescimento desordenado, atuando contra a deterioração urbana e degradação ambiental.

Pontualmente [o Sítio atua para minimizar a deterioração urbana], em algum trabalho junto com a Reserva Biológica, falando sobre os biomas e ecossistemas, pode ser que contribuía sim. Eu acho que sim. A gente não tem o objetivo de investigar esse assunto [como o museu enfrenta as contradições entre inovação e o estabelecido]. O Sítio fala de um período, do modernismo, fala do meio ambiente, do paisagismo e apoia as tradições com a festa de Santo Antônio e o uso da capela. A gente não nega as inovações, temos computador, redes sociais. A nova expografia incorpora uma série de recursos. Existe uma necessidade de se preservar o entorno e o Iphan este ano está contratando a definição da norma de entorno, que vai ser a mesma norma para as zonas de amortecimento do patrimônio mundial. Porque o bem Patrimônio Cultural Brasileiro e o bem Patrimônio Mundial, eles têm uma área de entorno onde existirá uma legislação que irá proteger ali e limitar as interferências e o desenvolvimento urbano desgovernado. Nesse sentido tem uma contribuição. Nós vamos estabelecer em breve o comitê gestor – o bem patrimônio mundial tem que ter o comitê gestor. Do ponto de vista do Iphan e do Governo Federal, é o Iphan que cuida e que normativa. Mas do Ponto de vista de Patrimônio Mundial, ele tem uma exigência de ter um comitê gestor que inclua representantes da comunidade, as instituições, então nosso principal parceiro é a prefeitura, porque regula o crescimento urbano. Nesse sentido eu acho que existe uma possibilidade de que contribuía para um controle do crescimento urbano nessa área de fluência, que é a zona de amortecimento. O Sítio interfere na paisagem desse modo, espera-se que vá preservar e impedir um crescimento

desgovernado. (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à hipótese de promover a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade, observa-se a importância do discurso do Sítio sobre a preservação ambiental, a incorporação de avanços globais, mantendo a cultura local.

Só nesse sentido de como é um bem que precisa ser preservado e tem que ter um controle, existe uma zona de amortecimento que é para preservar o Sítio. [...] O Sítio não tem uma gerência sobre isso, sobre o desenvolvimento da cidade. O máximo que a gente pode fazer e que é uma contribuição é isso, é ser um discurso sobre a preservação, valorizar o meio ambiente, ser inspirador. Mas não tem como promover, pesquisar e saber quais são os anseios da comunidade. Não, [não há predomínio de] interesses econômicos que influenciem o Sítio, não. Existe uma faixa social, um extrato social, que conhece, valoriza e busca, que é mais frequente na visita, que é uma faixa de poder aquisitivo mais alto, isso existe. Mas isso não é igual a interesses econômicos. Não é voltada a nenhuma classe social, a gente trabalha bastante para ser inclusivo. Acho que sim [o museu incorpora avanços culturais globais], a gente está sintonizada com o que está acontecendo em volta, o que está acontecendo no mundo. A gente mantém dentro do que é demandado no Sítio a cultura local. [Quanto ao compartilhamento de tecnologia com os usuários], no máximo a gente tem o *wi-fi* se as pessoas quiserem usar. Mas a gente não trata disso (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à hipótese de o Sítio se apropriar da ciência e da técnica e estimular a apropriação por parte da sociedade, identifica-se o desenvolvimento de tecnologias e a interação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Sim, o Sítio trabalha muito com a parte da ciência botânica, da tecnologia, do sanitarismo, do cuidado com as plantas. Desenvolve certas tecnologias. Nesse sentido, sim. O sítio tem muito a ver com a ciência. O Sítio tem uma interação próxima com a universidade, principalmente com a Rural. E com a técnica da mesma forma, em termos da técnica aplicada, ao estudo da botânica. Temos um herbário, da técnica do herbário. Como também de um modo geral do nosso dia a dia. Pontualmente, por conte de se tivermos um curso de paisagismo, curso de cuidados com bromélias, curso de palmeiras. Nesse sentido isso existe sim, mas é basicamente isso. Não tem uma coisa de falar muito sobre tecnologia (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável possibilidades de criar e de inovar, o Sítio estimula a criação e a inovação direcionadas para o presente para que se tenha um futuro melhor.

Sim, eu acho que sim [o Sítio promove a criação e a inovação]. Primeiro que o Sítio é comprovadamente uma fonte de inspiração. Nós temos ações voltadas para a criação, para a arte – como falei a jornada de pintura – temos um trabalho com as escolas também. O museu estimula sim a criação. E a inovação também, porque nós mesmos vamos inovando em certas coisas. O próprio sistema do inventário georreferenciado, ele foi criado dentro do Sítio especialmente para aquela coleção. Nós estamos

agora trabalhando num outro projeto que é o plano de conservação programável dos jardins. Então, sim, porque existe produção de conhecimento nesse ponto (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável contextualização, reconhece-se que o trabalho do Sítio está direcionado para o passado.

Sim, para o passado também, porque a gente também fala para o passado. Sim, acho que sim, nas ações educativas. Sim, está inserido e faz parte no contexto do lugar. Faz parte da história da Barra de Guaratiba, do que se faz ali, dos hortos etc. [O museu promove a contextualização da consciência do contexto social] promove uma valorização da flora, como estimula e valoriza o meio ambiente, eu acho que sim. Acho que o sítio contribui para a compreensão da realidade, e considerando a comunidade como a comunidade global. Contribui para a compreensão. Não tem um programa específico destinado, não existe um planejamento de exposição, debates, palestras, visitas e mutirões para que a própria comunidade reconheça e sinta a realidade em que vive, para ter uma postura crítica. Eu acho que isso acontece, mas não é sobre a comunidade local, é sobre a humanidade, sobre o meio ambiente, de um modo bem *latu sensu*. Pode se dizer que sim [o museu promove o pensamento crítico de condicionantes históricos, culturais, econômicos e ecológicos], não tem ação específica, palestras, exposições, mas acho que o museu contribui. Só no sentido de se oferecer como um lugar para discussões. O sítio não é contra isso [pensamento crítico das consequências da ordem pública]. Quando existiu uma associação de moradores nós até já servimos como local de encontro, mas foi uma vez ou duas e depois a própria associação acabou. Não tem muito isso não (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável conservação estratégica, existe uma relação harmônica e de respeito com o turismo nacional e internacional. O Sítio faz parte da Instituição Brasileira de Preservação do Patrimônio e pratica a conservação estratégica.

Temos uma relação harmônica e de respeito com o turismo nacional e internacional. Temos uma relação boa com as empresas de turismo. É uma pergunta que nós respondemos no formulário da Unesco também, se é um turismo responsável, ou se é um turismo que vai depredar as coisas, se vai poluir. Acho que temos uma relação boa. Nós somos parte da Instituição Brasileira de Preservação do patrimônio, a gente pratica conservação. Tem um controle da visitação, tem medidas pedagógicas. A gente só não define as políticas urbanas porque não está no nosso escopo de trabalho. Acho que a conservação é bem-feita nesse sentido, tanto do acervo vivo quanto do acervo museológico, temos práticas de conservação. [Com relação a priorizar o habitante local], a gente não tem atividades e ações que priorizem o habitante local, nós não somos voltados para isso, nós incluímos todo mundo, inclusive o habitante local. Esse campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial, não sei (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável integração dos bens culturais à malha urbana, o Sítio encontra-se integrado e não causa transtornos.

Existe sim, está integrado. Não causa transtorno, circula, recebe as pessoas, está integrado (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais, existe respeito e acolhimento às demandas da comunidade. Além dos eventos relacionados aos hortos, não há outras atividades e exposições ligados a cultural local.

Não, não tem o foco nisso [em estimular o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais], tem o respeito, tem o acolhimento a demanda se acontecer. Mas não é o foco do Sítio os valores entre os povos etc. A gente procura, o que se oferece é como evento. Não temos muitos encontros culturais [quanto à promover a diversidade]. O que se faz ali é muito pouco, tem alguns eventos que é legal apresentar coisas diferentes, mas não trabalhamos para isso. Nosso foco não é esse, mas consideramos como algo positivo e interessante. Acho que sim [promove o respeito aos valores sociais locais e ao tecido social]. Não tem eventos e atividades e exposições ligados a cultural local. O máximo que temos são eventos ligados aos hortos, as pessoas da região acabam vindo a alguns eventos. Acho que pode ser considerado que sim (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável redução das injustiças, apesar de reconhecer a importância dessa temática, o Sítio não possui ações e projetos relacionados à promoção de redução das injustiças e na valorização da justiça social.

De todas as atividades eu acho que não. Tem uma preocupação sim, mas como iremos reduzir as injustiças sociais? Somos a favor, mas como fazer? É muito necessário, mas eu me pergunto como. Não temos ações e projetos que a gente levante bandeiras, então não (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável redução das desigualdades sociais, não é o foco do Sítio lutar contra a desigualdade social, realçando e mantendo as diferenças culturais.

Eu vou dizer que não, não é o nosso foco [trabalhar contra a desigualdade social]. Realça e mantém [as diferenças culturais]? Não (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável combate ao preconceito, o Sítio busca e promove a igualdade, o combate aos preconceitos e a liberdade dos indivíduos dentro do que é possível. Entretanto, não há atividades específicas voltadas para essa questão.

Dentro do que é possível, sim (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Não, não temos atividades voltadas a questão do preconceito. Não, não trabalhamos com isso ainda (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável melhora da qualidade de vida coletiva, existe o desejo de trabalhar com a economia criativa nas escolas locais.

[Possui ações para a melhoria da qualidade de vida coletiva] Não. Não muito, bem pontual. Temos vontade de fazer algo de economia criativa e trabalhar com as escolas locais. Fora isso, fazer mutirões, não (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Merece destaque as ações coletivas que são desenvolvidas no Sítio como estratégias eficientes para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, levando-se em conta a realidade local.

Eu acho que o nosso calendário de eventos é um divisor de águas na comunidade. Hoje você tem pelo menos dois eventos gratuitos por mês, para eles. É lógico que a gente ainda tem que fazer essa divulgação, a gente manda, a gente convida, mas como é um bairro dormitório, você encontra todo mundo no sábado às 10h no supermercado comprando uma carne para um churrasco, então quando você faz um evento às 10h da manhã, o pessoal ainda não está aqui, então nós passamos para às 11h. Mas, nós estamos lotando, em todos os eventos nós estamos chegando nos 160 lugares, e são eventos muito bons, onde a gente traz coisas diferentes. Então, eu acho que sim, que esse calendário de eventos que você tem três de música clássica à Uma Só Voz, Jornada de Pintura, quilombo aqui dentro, mulheres de pedra, a gente tenta trazer tudo que tem no entorno, e cada vez mais. Esse mês de abril a Suzana (responsável pelo educativo) conseguiu ocupar todos os sábados e eu até disse “não faça isso”, porque é como eu te disse, nós somos poucos e a gente fica enlouquecido, porque a partir de quinta você precisa começar a organizar sábado. Estou brincando quando digo “não faça isso” eu gostaria que a gente pudesse fazer mais, é um problema bom de resolver. Mas, eu acho que isso está fazendo diferença e a comunidade começando a perceber o Sítio. Tem pessoas que nos pedem para serem inseridas na mala direta, e tem um boca-a-boca nisso. E eu espero, como qualidade de vida, se você trazer a aula de yoga para o Sítio, será um sucesso. Eu queria ser um Museu da República, que tem o jardim aberto, mas não dá para ser desse jeito aqui, então isso é uma limitação, porque as pessoas vêm para cá, e eu queria oferecer, como qualidade de vida, estar num lugar assim. Fazer um piquenique, a gente sonha com isso, mas a gente já entendeu que não dá para ser desse jeito, então ok, então vamos fazer cultura, vamos trazer um espetáculo. Se você sai daqui para assistir uma peça com os seus filhos, você vai gastar no mínimo – se for 10 reais o ingresso de 40 pessoas, você vai gastar uns 150 reais, para você ir e voltar, isso sem comer nada. Então, isso daqui eles têm de graça e a gente ainda põem um bolo e um suco, para justamente saírem daqui com a satisfação que vieram aproveitaram, comeram e foi ótimo (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Quanto à hipótese de assegurar e atuar para que seus parceiros também assegurem a renda básica e o direito de ganhar a vida de seus funcionários, por meio da gestão econômica e do planejamento, destaca-se a redução da jornada de trabalho de seus funcionários, garantindo a qualidade de vida. Além disso, a mensuração relacionada à redução da jornada de trabalho de seus funcionários, garantindo a qualidade de vida

Sim [assegura a renda básica e o direito de ganhar a vida de seus funcionários], todo mundo que trabalha no Sítio ganha o seu salário e sempre procuramos melhorar o máximo possível. Não, reduzida não [jornada reduzida dos funcionários]. É uma jornada de trabalho normal e é justa, inclusive o Sítio funciona até às 16h. As pessoas chegam cedo e saem cedo. Não é uma jornada reduzida, o jardineiro chega às 7h e sai às 16h, são oito de trabalho para todo mundo, normal (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Ressalta-se que os direitos trabalhistas são assegurados. O Sítio dispensa cuidados no que se referem à sua atuação como intermediadora na relação com os funcionários terceirizados.

Sim, todo o contrato tem fiscal de contrato. Todos os direitos trabalhistas são assegurados, não tem ninguém que ganhe menos, a gente não pode pagar mais do que o sindicato manda, mas ninguém ganha menos, e todos os direitos são assegurados. Agora, por exemplo, estamos com uma questão: os funcionários do jardim estão recebendo o auxílio alimentação em dinheiro, eles não querem, eles querem em cartão. Está escrito no acordo coletivo que é um ou outro, se é um ou outro e eles querem o outro, por que não? Isso daí a gente nem discute. A gente faz café todos os dias de manhã, porque a gente sabe que eles acordam 4h ou 5h da manhã para estarem aqui às 7h. Eles não podem começar a trabalhar às 7h sem tomar café, não tem condição. Eles demoram para chegar, mesmo quem vem de Campo Grande de ônibus demora. Sim, todos tem o mesmo café, esse café que você está tomando é o que eles tomam lá no campo, exatamente igual. Essa quentinha que a gente come é a quentinha que cabe no bolso de todos eles, o dinheiro que eles ganham é para comer bem. A gente sabe que está difícil, mas é uma conjuntura do país, mas a gente assegura sim por meio de gestão. Fiquei pensando nisso e sim [na jornada reduzida dos funcionários], acabei descobrindo que sim. Nós não temos trabalho remoto ainda, o Iphan está estudando isso, existe uma proposta de 30% da carga horária à distância. Nós não entendemos como isso vai ser no Sítio, na medida em que nós temos acervo vivo. Então não entendemos muito bem como será isso, mas isso está sendo discutido, mas acho que será um pouco confuso se o campo não tiver e a administração tiver. Talvez a gente precise fazer um jogo melhor sobre isso. A nossa carga são 40h semanais, os terceirizados pelo acordo são 44h, portanto todos deveriam trabalhar sábado até 12h, no entanto eles têm um acordo com a gente que é assim: eles trabalham a carga horária completa porque nós não podemos liberar, mas eles trabalham num sábado a jornada inteira e no outro eles folgam, então eles dividem a turma. Todos eles têm dois sábados por mês, tem dois finais de semana inteiros. Quando a gente tem ponto facultativo a gente divide a turma do mesmo jeito que a gente divide para gente, a gente divide para eles. É uma parceria muito grande, por exemplo, no carnaval, o acervo não pode ficar todos aqueles dias sem regar, e a gente não precisa pedir nada, eles mesmo se organizam, não preciso me preocupar, é impressionante o comprometimento. Eles têm noção da importância do acervo. E é por isso que também, na hora que eles pedem alguma coisa eles acabam tendo (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Nesse contexto, destaca-se o sentimento de pertencimento e valorização da equipe do Sítio, por meio de vínculos de gratidão e fidelidade a Burle Marx.

A Goreth que é a responsável pela casa do Burle Marx, ela é terceirizada, ela é irmã mais nova da cozinheira do Burle Marx. A irmã se aposentou, saiu e foi embora e a Goreth depois se candidatou na vaga. Ela cuida da casa que a irmã cuidou a vida inteira. De vez em quando ela diz “menino, não mexe aí não”. Ela sabe limpar os cristais, ela aprendeu com a irmã dela. A Renata que cuida do ateliê, a Renata é sobrinha do jardineiro do Burle Marx, que também mora aqui em Guaratiba, ela candidatou para vaga. Nós estamos aqui numa grande família, onde tem, no nosso caso, um lado bom. Eu, por exemplo, não tenho parentes aqui, mas, todo o corpo de funcionários que realmente estão ali no dia a dia, na manutenção, você pode cavucar que você vai encontrar uma relação de afeto, de afeto onde o Burle Marx fez diferença na família. Porque, quando o Burle Marx diz que aqueles profissionais vão virar funcionários públicos, ainda que jardineiros, eles passam a ter todos os benefícios do serviço público, inclusive nunca mais perder o emprego, você automaticamente leva a família para um outro patamar. Você faz planos de desenvolvimento, de estudo, de compra de terra, de tudo. Todos são muito gratos ao dono disso daqui. Qual a dificuldade? É que para muitos deles o dono continua sendo o Burle Marx, então nossa dificuldade é que tem uma entidade acima do poder público. E, às vezes, a gente precisar dizer “baixa daí, porque agora nós temos uma autarquia dizendo que não pode mais”. E isso está sendo trabalhado todos os dias, porque é a casa deles. Às vezes, eles dizem: “Burle Marx não fazia assim”. Mas, é isso, você tem que ouvir, porque eles precisam continuar achando, você tem que convencê-los de que existe uma maneira melhor do que aquilo de anos atrás (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável resgate da autoestima da comunidade, há a promoção da sustentabilidade da comunidade local, contribuindo com seu desenvolvimento econômico-social ajuda no resgate da autoestima.

Acho que é a questão da relação com a produção local, principalmente com a produção de plantas ornamentais, principalmente da indicação de compras e de trazer os produtores em alguns eventos para dentro do Sítio. Um ponto turístico forte que acontece na região de Guaratiba também é o polo gastronômico, restaurantes especializados em frutos do mar. Então, a gente recebe uma média, no ano passado foi cerca de 18 mil visitantes, e todas as vezes nós recebemos a pergunta dos visitantes, de uma indicação para poder almoçar, e nós fazemos a indicação de almoçar sempre na região de Guaratiba, contando que a estrada é um polo gastronômico, e dando destaque aos restaurantes mais tradicionais também. Existe uma pequena comunidade, uma pequena quantidade de pessoas que trabalham com coleta de caranguejo na região, e isso quando nos perguntam, nós também indicamos onde é que pode. Então, conhecer um pouco da região e do trabalho que é desenvolvido, da gente dá indicação para essas pessoas que a gente caba recebendo de diversos lugares do mundo (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável valorização do patrimônio natural e cultural, a existência do Sítio está atrelada à valorização do patrimônio natural, em especial do patrimônio botânico, numa perspectiva mundial.

Sim, valorizamos sobre isso [o patrimônio natural]. O Sítio é sobre a valorização do patrimônio natural, especificamente do patrimônio botânico, então isso sim o Sítio faz de modo extraordinário, mas que a maioria. Sim, também [estimula a valorização do patrimônio natural]. Informando no que produz, no que ele é em si, na repercussão mundial. É uma coleção importante a botânica. Sim, também [conserva e preserva o patrimônio do entorno/da comunidade]. O patrimônio material do entorno acho que precisa ser pesquisado para ser definido, mas existe sim a valorização das áreas de preservação ambiental, a valorização das festas religiosas católicas com o uso da capela. Acho que é sim [trabalha em causas relacionada à vida cotidiana e ao futuro da sociedade]. Acho que se considerar os colégios sim, porque os colégios fazem parte da comunidade. Atuar com esse público infantojuvenil, em que recebe esses discursos (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

O Sítio trabalha em causas relacionada à vida cotidiana e ao futuro da sociedade, em especial no que diz respeito à produção de plantas ornamentais. Um aspecto muito importante destacado pela coordenadora administrativo-financeira foi a necessidade de promover maior aproximação com a comunidade para assegurar a sustentabilidade ambiental da região de Guaratiba.

Sim [O Sítio trabalha em causas relacionada à vida cotidiana e ao futuro da sociedade], a manutenção dessas produções e desses comércios também, eu acho que está na pergunta anterior, essa relação que a gente tem com os comerciantes e com os trabalhos tradicionais da região, de repente é o que pode dar destaque e manter, principalmente a questão da produção de plantas ornamentais, ainda mais agora com a especulação imobiliária que nós temos na região de Guaratiba, a procura por espaços para a construção de condomínio, ela acaba sendo uma oferta financeira muito interessante naquele momento com um produtor, que tem um grande terreno, e ele acabam se desfazendo – os filhos principalmente acabam de desfazendo – dessa produção de plantas ornamentais, visando esse dinheiro que está entrando para a construção de condomínios, afinal de conta morar perto da natureza é a busca da maioria das pessoas, e aí você acaba com essa especulação imobiliária, destruindo essa natureza que tem na região de Guaratiba. Então, acho que essa conversa que a gente tem com os produtores, e principalmente nessas tentativas de aproximação que a gente tem com a comunidade, isso é um fator muito importante para manutenção da essência da região de Guaratiba (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

Com relação à variável atuação transetorial, adota-se no Sítio uma abordagem multidisciplinar, garantindo o diálogo com diversas áreas de conhecimento, destacando-se a articulação entre o ensino, a pesquisa e a intervenção universitária, com parcerias e convênios.

Sim, existe [uma abordagem transdisciplinar]. E o trabalho é transdisciplinar e multidisciplinar. Atende pesquisadores, e o acervo é fonte de pesquisa. Acho que sim, com certeza. Sim, também [possui e promove a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária]. O Sítio recebe pesquisadores, estudantes, turmas. Sim

[possui parcerias com as escolas, com universidades e centros de pesquisa], a gente possui parcerias com as escolas locais, parcerias com as universidades – com a Universidade Rural e estamos agora trabalhando com a Universidade Federal de Pernambuco, onde eles têm o laboratório da paisagem, trabalharmos com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Acho que sim, que essas parcerias acontecem. [Estimula a integração e as parcerias de universidades e com a comunidade] Aí é no âmbito de ação das universidades. A gente não faz a mediação e integração das parcerias, a gente contribui com os trabalhos. Muitos trabalhos universitários, tem trabalho com a UFRJ – onde eles instalaram agora umas câmeras para pesquisar a fauna. Tem um trabalho da UERJ, que ainda não começou. Mas, estimular que a universidade trabalhe com a comunidade? É um pouco ao contrário, a universidade que tem certos interesses em trabalhar em áreas próximas e nós apoiamos. Acho que pode ser que sim, só estou explicando como é o sim. Sim [interage e integra-se com cientistas, técnicos e filósofos], com colecionadores de plantas e tudo isso. Não, eu acho que essa mediação a gente não faz não, acho que não. Interage e integra-se com cientistas? Sim. Estimula essa integração com a sociedade, cientistas e filósofos? (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

A atuação transetorial do Sítio é destacada pela diretora, em especial no que diz respeito às potencialidades dessa abordagem na sustentabilidade ambiental em nível global, tomando por base o reconhecimento do Sítio como patrimônio mundial.

Ser um agente de transformação, objetivamente não tem esse foco, e esse foco de articular e de chamar. E como eu acabei de falar, em termos da sociedade bem local, em termo de comunidade local, não. É muito mais de um paisagista vir fazer uma fala sobre o assunto, isso acontece. Estamos abertos a receber e tem alguns que a gente até chama e convida. Faz um evento que vai falar sobre paisagismo e depois vai ter música. Tem alguns eventos que se você considerar um sentido mais amplo, sim, mas local não. Por um desenvolvimento baseado no patrimônio, nós estamos na Instituição Federal de Patrimônio. Então na atuação que for do Iphan ou do Patrimônio Estadual, ou do Município, a gente participa. O Sítio participa e tem uma interação razoavelmente boa. Temos o interesse de colaborar com algum programa que haja da prefeitura, do Estado ou do próprio Iphan e o Sítio participa. E é articulado com várias universidades, com a prefeitura, com a Instituição de Patrimônio do Estado, as instituições de patrimônio de todos os níveis. Com a prefeitura em vários níveis, com o pessoal de Urbanismo, da Cultura. Tem várias instituições. Em termos de sociedade civil organizada não tem muita articulação, mas tem um acolhimento de demanda se ela existir. Basicamente acho que é isso (CLÁUDIA MARIA PINHEIRO STORINO - DIRETORA DO SÍTIO BURLE MARX).

Várias ações transetoriais são desenvolvidas com o intuito de assegurar maior aproximação com a comunidade e promover a sustentabilidade ambiental da região de Guaratiba, descritas detalhadamente pela coordenadora administrativo-financeira do Sítio:

A gente conversa muito e trabalhamos muito com as escolas municipais da região, principalmente. A relação não é direta com a secretaria de educação, já que a secretaria de educação é uma das maiores da América Latina, trabalhar com a secretaria do Município do Rio de Janeiro é mais complicado. Então o relacionamento é diretamente com as direções das

escolas públicas de Barra e Ilha de Guaratiba. Essa é uma conversa mais uma vez pessoal, em que o Sítio vai à escola, a gente conversa quais são as demandas e necessidades, e aí a gente trabalha juntamente com eles nos projetos que são desenvolvidos. Um convite agora a ser realizado, para o mês de maio de 2023, relacionado a semana de museus, é o que a gente promove a Jornadinha de Pinturas, então terça, quarta, quinta e sexta, o Sítio fica disponível para as escolas públicas de Ilha e Barra de Guaratiba, para poder promover a Jornadinha de Pintura, onde cerca de 60 alunos vem por horário, para poder fazer as atividades de pintura e depois fica em exposição na escola, alguns ficam em exposição no sítio, a gente faz a divulgação também desses trabalhos nas nossas redes sociais, e esse trabalho é voltado principalmente para o ensino fundamental. Temos perto, também, no bairro da igreja de Guaratiba o CIEP Burle Marx (Centros Integrados de Educação Pública), onde muitas vezes as atividades que vem propostas, às vezes de fora, a gente direciona para eles. Então nós temos no momento o caso que uma ilustradora botânica, de renome internacional, que promove o workshop no sítio, e a gente como forma de contrapartida também vai oferecer o mesmo workshop que ela fez para o público em geral, para os alunos do CIEP Burle Marx, que é um workshop de ilustração botânica para alunos de ensino médio. Como contrapartida também tem uma oficina de audiovisual que estamos oferecendo para 20 alunos do CIEP Burle Marx, também vai fazer parte das nossas atividades da semana de museus. O projeto, por exemplo, de monitores da região de Guaratiba, a parceria é diretamente com o CIEP Burle Marx, então essa conversa ela flui de forma mais tranquila quando a direção da escola também tem o interesse. Diversas atividades são feitas para as escolas da região, é bem interessante alguns trabalhos realizados. Com universidades eu sei que a gente tem mais na parte botânica o convênio com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a parte de identificação, de praga, de fitopatologia das nossas plantas e o herbário também, que algumas plantas identificadas botanicamente são registradas no herbário da Universidade Federal Rural. Tem também o projeto da questão de estudantes de IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), os pesquisadores também da IFRJ, trabalharem junto com o nosso educativo no desenvolvimento de atividades mais específica e voltadas para questão de educação ambiental. Fora isso a gente recebe diversas unidades que tem já como rotina do seu trabalho visitar o sítio, a gente mencionou alguns CRAES, projetos da prefeitura, projetos de ressocialização da prefeitura e alguns pontos culturais também na região, já trabalhamos com quilombo, o quilombo Aquilah, um polo de atividades artísticas da Vargem Grande, que é o Brincante da Pedra Branca, o Mulheres de Pedras, da Pedra de Guaratiba, a Fundação Angélica Goulart, que tem o curso de formação de jardinagem, voltado principalmente para mulheres, na Pedra de Guaratiba, então a gente participa também dessas atividades de jardinagem, a promoção da compostagem. Daqui de perto eu acho que a gente se relaciona bem com algumas dessas unidades (LETÍCIA DIAS LAVOR - COORDENADORA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA DO SÍTIO BURLE MARX).

4.3 CONVERSAS, DIÁLOGOS, DEBATES E REFLEXÕES QUE ABREM NOVAS PERSPECTIVAS

Num mundo em transformação, o museu é entendido como espaço de relação com indivíduos e coletivos, comprometido com processos que envolvem territórios e práticas solidárias, educacionais e de autogestão. Destaca-se que os lugares definidos como Patrimônio Mundial têm importância especial para todos, representando exemplos únicos ou os mais significativos ou melhores do patrimônio cultural e/ou natural do mundo como locais culturais e/ou naturais de grande valor universal, que transcende as fronteiras nacionais e é importante para as gerações futuras (IPHAN, 2022). Assim, quando agregadas em função de suas atividades fim, seu posicionamento em relação à comunidade local, suas opções de gestão e suas características físico-territoriais revelam um quadro claro e diferenciado.

A partir do modelo de análise da sustentabilidade integrada (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021) aplicado nesta pesquisa, foi aplicado de um questionário semi-estruturado, composto por 44 variáveis, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização, que se basearam nas seguintes categorias: a) com relação ao posicionamento nas atividades-fim; b) com relação ao posicionamento na comunidade; c) com relação às opções administrativas; e d) com relação aos aspectos físico-territoriais. Assim, foi possível fazer alguns reflexões apresentadas a seguir.

Considerando a importância do Sítio Roberto Burle Marx (SRBM) nas atividades-fim do equipamento cultural, a abordagem nas questões atuais desenvolvidas pelo Sítio estão ligadas à sustentabilidade ambiental. Isso porque o maior foco do centro cultural é a manutenção do acervo botânico, buscando uma conscientização da salvaguarda e um envolvimento do público com o meio ambiente e as questões ambientais, promovendo o espírito crítico e contextualizando o público com a importância do cuidado do acervo e da preservação ambiental.

Como Patrimônio Mundial, o Sítio Roberto Burle Marx caracteriza-se como uma herança cultural e natural, um legado de Burle Marx, com o qual convive-se hoje e será passada para as gerações futuras, sendo fonte insubstituível de vida e inspiração. Com relação ao seu acervo museológico, o envolvimento cultural limita-se à exposição fixa da casa e a alguns poucos empréstimos de obras. No entanto, nota-se a vontade e a possibilidade de realização de mostras itinerantes para outros lugares, porém esse ainda não é o foco do centro cultural.

O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (UNESCO, 2022) e é parte integrante da identidade cultural de um povo. O termo 'cultura', no art. 216 da Constituição Federal, abarca tudo aquilo que é identificador e formador da identidade brasileira, e constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988).

Ser considerado um Patrimônio Mundial significa ser um patrimônio de todos os povos, ser valorizado por meio de um esforço internacional para que sua importância seja referência e identidade das nações (IPHAN, 2022). O Patrimônio Cultural Mundial é composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico (UNESCO, 2022). O risco do esquecimento fez com que os estados nacionais e grupos sociais preservassem seus objetos e lugares de memória com um objetivo de reforço identitário (GONÇALVES, 2015).

Um patrimônio histórico é um bem material ou natural que teve muita relevância em determinado tempo de uma sociedade ou comunidade. Nesse sentido, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais, com seu saber-fazer, constitui-se num objeto de atenção especial. Assim, valorizar o patrimônio histórico-cultural de um povo é valorizar a identidade que constitui seus cidadãos. Sendo assim, preservar a culinária, as paisagens, as festas populares tradicionais, as obras de arte e qualquer outro elemento cultural é manter sua identidade (UNESCO, 2022).

O envolvimento econômico do Sítio Roberto Burle Marx com a comunidade local é notado claramente com o impacto que o Sítio provocou, nos últimos anos, em seu entorno, onde, organicamente, surgiram diversos hortos de plantas paisagísticas, o que resultou num aumento na visitação da área e no consumo do mercado local. Além disso, apesar de ainda não estar em execução, a equipe do Sítio visa, em seu plano estratégico, ações que proporcionarão geração de renda para a comunidade local, como exemplo é o caso das ações conjuntas de divulgação de comércios locais e de criação de arte e biojoias, com artesãos locais, para venda nas dependências do Sítio.

A Declaração Universal de Direitos Humanos, que é um documento marco na história dos direitos culturais, afirma que toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade e de fruir as artes (ONU, 1948). Com relação aos direitos culturais previstos na Constituição Federal, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional (BRASIL, 1988). Assim, o desenvolvimento

deve ser compreendido como um processo histórico e universal sobre os direitos humanos, individuais e coletivos, onde a conservação e proteção da biodiversidade e o aproveitamento racional da natureza são de suma importância como garantia dos direitos das futuras gerações (SACHS, 2000).

O museu atual é compreendido como um processo ou uma prática social a serviço de uma vida concreta, que envolve e está envolvida com a sustentabilidade planetária. São instituições comprometidas com a preservação da memória e a comunicação dos bens culturais considerados patrimônio, que se consideram a serviço da sociedade, participando da formação da consciência das comunidades. Na compreensão das instituições museais como lugares de memória e de poder, Andréa Fernandes Considera (2015) salienta as responsabilidades social e histórica do museu, e Daniel Bertoli Gonçalves (2005) dá ênfase na sua importância em assegurar e eternizar a memória para as futuras gerações e para influenciar a consciência política e ideológica de uma coletividade, orientando seu futuro (GONÇALVES, 2005b).

Apesar de diversas tentativas de envolvimento do Sítio Roberto Burle Marx com movimentos políticos e sociais, por estar numa área com um acesso ainda limitado – por conta da sua distância da área central e turística do Rio de Janeiro e da disposição social do próprio entorno –, essas ações ainda são bastante retraídas. Das tentativas que já foram feitas, tanto com a Prefeitura como com associações, poucas foram executadas, apesar de muitas delas possuírem potenciais de realização. Vale reforçar que, por forças maiores, o local não possui mais associações de moradores ou algo do tipo, o que dificulta o contato com a comunidade do entorno.

Sobre o combate ao preconceito, às injustiças e às desigualdades, apesar do Sítio não ter programas específicos para essas temáticas, o espaço tenta sempre garantir o diálogo e o respeito ao próximo, junto com sua equipe interna e também nas relações com os visitantes. Além disso, como parte da sua equipe ser de funcionários públicos, limita-se a liberdade de escolha dos funcionários, que devem ser selecionados por meio de editais e concursos.

Já no que diz respeito à promoção da educação humanista, apesar de ser apresentada de forma clara a importância do Sítio na salvaguarda das espécies botânicas, o foco da visita é mais direcionado para o acervo e o paisagismo, havendo espaço para trazer de forma mais direta abordagens e discussões críticas sobre a importância do meio ambiente, éticas, impactos, consequências e/ou bem-estar. Além disso, o Sítio desenvolve parcerias e se abre para escolas e universidades que tenham interesse em trabalhar com seus acervos – botânico e museológico –, com as temáticas podendo ser variadas.

Considerando a relação do Sítio Roberto Burle Marx com a sociedade, seu posicionamento na comunidade e seu potencial analítico para o entendimento da vida social e cultural, nota-se uma grande visibilidade global do centro cultural, por conta de seu reconhecimento internacional como Patrimônio Mundial e tombamento nas três instâncias – o que é visível, com relação ao turismo, na variedade de público de diversas cidades, estados e países. Porém, percebe-se uma dificuldade no contato e na atuação no entorno, possivelmente por uma questão de organização social dos indivíduos locais, muitos ainda não consumindo o espaço e os que o visitam, em sua maioria é somente por conta das missas na capela.

Destaca-se que patrimônio é considerado valor e a sua materialidade é de ordem histórica, uma vez que se constitui relativamente à sua inserção a um complexo histórico e cultural específico de cada sociedade. Entretanto, um ato legal ou uma decisão de um segmento social não é suficiente para que, efetivamente, um bem cultural seja amplamente reconhecido como patrimônio. É necessário verificar o quanto um objeto ou traço cultural é significativo para a comunidade, e isso implica saber o que ele representa para coletivo e o quanto esse objeto evoca. Ou seja, um objeto, um artefato, um evento poderá ser considerado patrimônio somente quando estiver investido de um alto grau de ressonância e de um grau elevado de aderência (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 114).

Importante ressaltar que o que torna o conceito de Patrimônio Mundial excepcional é a sua aplicação universal, é o fato dele preservar e valorizar os elementos culturais de um povo, mantendo viva a sua identidade para as futuras gerações, num ato de composição da herança do mundo e de construção da cidadania. Dessa forma, os locais do patrimônio mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estão localizados, ou seja, um Patrimônio Mundial é um ponto de referência ou área, selecionado pela Unesco por ter significado cultural, histórico, científico ou outro tipo de significado, que é protegido legalmente por tratados internacionais. Os locais são considerados importantes para os interesses coletivos e preservativos da humanidade (UNESCO, 2022).

Entretanto, a classificação de Patrimônio Mundial de um determinado bem cultural pode não encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população, ou seja, não encontram “ressonância” junto ao seu público, uma vez que a ressonância não afeta do mesmo jeito e nem com a mesma intensidade pessoas que possuem diferentes referências culturais (BORGES; CAMPOS, 2012). Além de ressonância, esses autores destacam o conceito de encantamento, que se refere ao poder de uma obra, objeto ou evento chamar a atenção de alguém.

Nesse sentido, é imprescindível que o bem cultural esteja investido de valor, e que esse valor satisfaça toda a sociedade, tornando relevante refletir sobre o fato de os patrimônios poderem exercer uma mediação entre os aspectos da cultura classificados como “herdados” por uma determinada coletividade humana e aqueles considerados como “adquiridos” ou “reconstruídos” (GONÇALVES, 2005). No cenário de uma nova visão sobre os museus e a museologia, destacam-se as políticas de proteção ao patrimônio cultural musealizado no sentido de garantir o cumprimento da sua função social a serviço da sociedade, participando da formação da consciência das comunidades e assegurando a cidadania cultural com base na democracia, que é considerada uma das bases do Estado democrático, sendo o Estado, por meio da implantação de suas políticas públicas, a esfera onde a cidadania cultural pode ser tratada em sua totalidade (MENDONÇA, 2013).

Nos novos processos de musealização, destaca-se a integração do patrimônio com seu contexto social, caracterizado pela museodiversidade e pela constituição de debate inovador sobre o papel social da Museologia e do museu como meio de comunicação. Nesse cenário, o significado de patrimônio cultural é enormemente ampliado, passando a abarcar diferentes práticas, integrando a sociedade, ultrapassando o espaço da instituição, incorporando perspectivas do se pretende deixar para o futuro (SILVA, 2016).

O Sítio é visto como exemplo pela comunidade nacional e internacional na sustentabilidade ambiental do centro cultural e na salvaguarda de seu acervo botânico, porém ainda são poucos os programas socioambientais e trabalhos comunitários desenvolvidos com a comunidade do entorno. Existem planos, já em diálogo com a Prefeitura, para projetos de descartes e coleta seletiva, além da vontade de organizar mutirões de limpeza, porém essas ações ainda não foram concretizadas. Existe um trabalho de inserção na rede urbana e uma vontade na participação da comunidade do entorno e na melhoria da qualidade de vida coletiva, porém essas ações na maioria das vezes ficam dependente de relações com órgãos governamentais.

Apesar da equipe do Sítio possuir total consciência do seu contexto na comunidade e no local em que está inserido, em geral, o Sítio não atua como exemplo de generosidade e solidariedade na comunidade local e nem possui programas ou ações que representem a sociedade e a cultura do entorno ou que resgate a autoestima comunitária. Apesar de respeitar as diferenças sociais, suas ações que priorizem o habitante local e inclusão da cultura popular ainda estão limitadas aos eventos de músicas, festas, cultos e gratuidades. Entretanto, a sustentabilidade focada na garantia de necessidades futuras, faz com que os museus estejam intrinsecamente ligados a função e compromisso preservacionistas. Nesse cenário, alguns museus são considerados progressistas, por serem ao mesmo tempo potência e ato de cidadania, assumindo posição emblemática na sociedade, de

maneira a colaborar para um futuro melhor para todos (SILVA; ÁLVARES; CHAGAS, 2021).

A limitada relação do Sítio com o desenvolvimento econômico local se dá por meio de parcerias e contato com representantes dos hortos, hotéis e restaurantes do entorno. O sítio demonstra muito interesse na criação do diálogo, das conexões e das relações com a rede urbana por meio de trocas econômicas, sociais, culturais e políticas, porém ainda não foi possível realizar todas as ações planejadas por uma dificuldade no diálogo e pela falta de equipe que dê continuidade nos contatos realizados. Nesse sentido, é notado uma possibilidade de articulação e atuação transectorial dos setores do centro cultural, junto com a comunidade e a política pública para criar e concretizar as ideias em ações. Entretanto, os limites políticos e econômicos movem-se e ganham diferentes configurações em consonância com o quadro político e ideológico (IBRAM, 2014).

Importante ainda salientar a localização estratégica do Sítio em uma área de reserva ecológica e o desenvolvimento regional trazido com a sua criação, em especial com a criação de hortos florestais, que são ambientes públicos com o objetivo de cultivo e manejo da flora nativa, que têm uma função importante na preservação da biodiversidade. Os hortos constituem-se como unidades fundamentais de conservação destinadas à preservação dos ecossistemas existentes na região, ao estudo e à multiplicação de plantas nativas, à pesquisa e à educação ambiental. Considerando mais importante que as demandas do Sítio para a comunidade local, a demanda social local por um espaço pode significar um movimento comunitário de aproximação, no sentido de valorização cultural e histórica. Destaca-se a aproximação com a Associação Rural Guaratiba, que compreende cerca de 300 hortos produtores de plantas ornamentais. A potência desse movimento aponta para a construção de uma consolidação da relação com a sociedade em bases mais sólidas. Entretanto, essa confirmação exige futuros trabalhos que dialoguem efetivamente com o contexto local.

Com relação às questões administrativas do Sítio, o tema não foi debatido com a comunidade na sua criação, sendo o espaço doado ao Estado, por Roberto Burle Marx, com o intuito da salvaguarda daquele acervo botânico e museológico. Não houve, naquele momento, um discurso de museu comunitário e nem um planejamento multidisciplinar, participativo e inclusivo da comunidade. O que havia era o entendimento da importância e da valorização daquele patrimônio natural e cultural, e o interesse público em mantê-lo. Com a doação do sítio ao Estado, conseqüentemente passando para a autarquia Iphan, foi repensada e planejada internamente a missão daquele espaço e conseqüentemente criada, de forma participativa e inclusiva, o Plano Museológico e o plano de ações. Importante salientar que o Iphan é responsável pela conservação, salvaguarda e

monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (IPHAN, 2020), mas que, apesar de sua importância, vivenciou um desmonte progressivo, impactando os bens culturais, os monumentos, os sítios arqueológicos e as paisagens (FERREIRA, 2019).

Nesse contexto, faz-se necessário ainda destacar que a elaboração de um Plano Museológico é dever de todos os museus, que deve ordenar e priorizar as ações a serem desenvolvidas para o cumprimento da sua função social (IBRAM, 2016). Apesar dos planejamentos do Sítio serem feitos internamente, o centro cultural está sempre envolvido com diversas outras instituições e organizações a partir de participações em seminários, mesas redondas e estudos, com os quais a equipe tenta sempre dialogar e se manter atualizada na promoção das criações e inovações sustentáveis, assim como suas tradições.

No Brasil, segundo Ferreira (2009), não há qualquer política que estimule a autossustentação das atividades culturais, e o setor cultural desenvolve-se na dependência dos subsídios governamentais (empresas patrocinadoras) e de interesses privados. As instituições vinculadas à Administração Pública (municipal, estadual ou federal), apesar de possuírem dotação financeira determinada por legislação específica, muitas vezes, não conseguem manter sustentavelmente todas as atividades, devido insuficiência de recursos para atender aos gastos necessários. Nesse cenário, a progressiva redução ou cancelamento de incentivos fiscais comprometem significativamente o apoio à cultura (IBRAM, 2016). Destaca-se, assim, a importância da compreensão do campo das políticas culturais e a complexa relação entre o Estado e a cultura, com o grande desafio consistindo em transformar as ações em políticas que possam ter alguma garantia de continuidade nas próximas décadas (CALABRE, 2007). Além disso, deve-se afirmar que o enfoque econômico isoladamente não é o bastante para resolver as questões de maior complexidade relacionadas à sustentabilidade do patrimônio cultural, especialmente diante das mudanças e degradações ambientais (LEFF, 2008).

O Sítio Roberto Burle Marx tem como estratégia principal a conservação do seu acervo botânico e a busca pela sua preservação ambiental, comprometendo-se com o uso de seus recursos de forma otimizada. O centro cultural passou, nos últimos anos, por um grande restauro e uma grande reforma, podendo atualizar sua estrutura física e tecnológica. Além disso, no que diz respeito as tecnologias limpas e eficientes e visando a diminuição no impacto ambiental, o Sítio possui poços artesianos para acesso a água e realizou um primeiro estudo para inclusão de energia fotovoltaica, mas a mesma ainda não foi instalada. Nesse contexto, um aspecto importante de ser destacado diz respeito à viabilização das funções de preservação, pesquisa e comunicação, ligadas à atuação de museus e ao

cumprimento de sua missão, o que implica em custos significativos, e que, por sua vez, demandam investimentos públicos e privados bastante expressivos (IBRAM, 2014).

Com relação aos aspectos físico-territoriais, o imóvel, doado por Roberto Burle Marx ao governo federal, era próprio e com sua edificação já construída, sendo grande parte do seu terreno permeável, por ser de mata nativa e jardins com plantas tropicais, bem integrado a malha urbana do entorno. Existe um projeto para a construção de um novo edifício, para auxiliar em outras atividades realizadas pelo museu, porém é considerado que o projeto seja submetido para aprovação, uma vez que o Sítio Roberto Burle Marx é tombado como patrimônio cultural. Ainda com relação aos aspectos físico-territoriais, os fluxos de resíduos orgânicos são descartados de forma que possam servir para compostagem, porém não há a separação de outros tipos de resíduos e nem de coletas especializadas.

Importante destacar que a implantação de uma instituição museal em uma região provoca diversos impactos econômicos diretos e indiretos e externalidades positivas, que promovem a requalificação urbana do entorno do museu e contribuem para um processo de valorização das áreas adjacentes e dinamização de diversos setores da economia do local onde essa atividade foi instalada (IBRAM, 2014).

No contexto da cidadania cultural, com a cultura tratada como um direito do cidadão numa perspectiva democrática, o Sítio busca incluir culturalmente aqueles excluídos do acesso à cultura, fomentando uma política que assegure acessibilidade. Apesar de não ter calçamento do lado de fora dos muros do sítio, a arquitetura do centro cultural é includente e acessível por possuir pontos de ônibus na proximidade e estacionamento para equipe e visitantes que vão de carro. Há acessibilidade para cadeirantes, contando com rampas e veículos de pequeno porte para transporte e as exposições possuem áudio guia. Porém, de maneira geral, apesar da comunidade ter conhecimento e reconhecer a ocupação do Sítio naquele local e das tentativas de diálogo que partem da instituição, ainda é percebida uma segregação territorial em função de seus muros altos e imponente.

Ressalta-se que a cidadania cultural está alicerçada no acesso e preservação do patrimônio cultural, na informação, na formação e na criação, ou seja, a acessibilidade assegura a construção da cidadania cultural, por meio do apoderamento da cultura brasileira pelos indivíduos (CHAUÍ, 2006). Segundo essa autora, esse processo incute nos cidadãos o sentimento de pertencimento, impulsionando-o no sentido da mudança, e desperta impulsos políticos e desejo por transformar o meio em que vive. A partir dessa concepção, a cultura deve ser vista como uma diretriz global de governo, permeando todas as suas ações, por meio de políticas públicas.

No contexto da política cultural brasileira, destacam-se dois paradigmas: a democratização da cultura e a democracia cultural. No paradigma da democratização da cultura, propõe-se ampliar o direito ao acesso da população à cultura, buscando diminuir as desigualdades no acesso aos bens culturais, bem como ao patrimônio histórico. Ressalta-se que, nessa concepção, há a centralidade no Estado, que atua na difusão cultural, como patrocinador das artes e da cultura, definindo os investimentos públicos. Por outro lado, o paradigma da democracia cultural teria a função de proporcionar, a indivíduos, grupos e comunidades, instrumentos necessários para desenvolver suas potencialidades culturais, desenvolver suas próprias práticas e participar ativamente da vida social. O foco dessa concepção relaciona-se com a cultura local e autônoma, realizada por todos, na qual a política busca valorizar as produções e ações culturais independentes, sem interferência do Estado (SOUZA, 2018).

De maneira geral, conclui-se que o Sítio Roberto Burle Marx possui diversos planos e possibilidade para atingir parcialmente a sustentabilidade integrada, porém a falta de recursos e de equipe para dar andamento aos trabalhos acaba fazendo com que os projetos muitas vezes não saiam do papel.

Este capítulo apresentou o estudo de caso do Sítio Roberto Burle Marx, descrevendo a trilha metodológica utilizada nesta pesquisa, apresentando as conversas, diálogos, debates, reflexões e a discussão dos resultados alcançados a partir das análises das variáveis do modelo de sustentabilidade integrada. Diante das análises realizadas e dos questionamentos levantados neste trabalho, pode-se considerar a sustentabilidade integrada como um importante instrumento de ampliação da capacidade dos museus como agentes facilitadores e produtores de um futuro comprometido com a ética, a democracia e a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs-se a analisar a sustentabilidade integrada do Sítio Roberto Burle Marx (SRBM), um sítio de Patrimônio Mundial Cultural no Brasil que é visto como exemplo pela comunidade nacional e internacional na sustentabilidade ambiental do centro cultural e na salvaguarda de seu acervo botânico.

A sustentabilidade integrada de instituições que lidam ou trabalham com o patrimônio cultural ainda é um tema recente e tem sido pouco explorado no Brasil. A literatura evidenciou que a complexidade envolvida na abordagem da sustentabilidade integrada exige um denso e detalhado modelo de análise de sustentabilidade integrada museal. Tal modelo composto, a partir da literatura, por um quadro com 44 variáveis sintetizadas, subdivididas em 245 variáveis de operacionalização, foi aplicado neste estudo, identificando-se quais dimensões (social, econômica, cultural e ambiental) estão presentes nas práticas institucionais.

Os resultados evidenciam que as questões atuais desenvolvidas pelo Sítio Burle Marx (SRBM) estão ligadas a sustentabilidade ambiental, uma vez que o maior foco do centro cultural é a manutenção do acervo botânico. O envolvimento econômico do SRBM é notado claramente nos últimos anos com seu impacto em seu entorno, onde organicamente criaram-se diversos hortos de plantas paisagísticas. Apesar de diversas tentativas de envolvimento do SRBM com movimentos políticos e sociais, por estar numa área com um acesso ainda limitado – por conta da distância do Sítio e da disposição social do próprio entorno – essas ações ainda são bastante retraídas. No que diz respeito à promoção da educação humanista, de acordo com as entrevistadas nesta pesquisa, o foco das visitas é mais direcionado para o acervo e o paisagismo, havendo espaço para trazer de forma mais direta abordagens e discussões críticas sobre a importância do meio ambiente, éticas, impactos, consequências e/ou bem-estar.

Além disso, o SRBM se abre e desenvolve parcerias com escolas e universidades que tenham interesse em trabalhar com seus acervos. Considerando a relação do SRBM e seu posicionamento na comunidade, nota-se uma grande visibilidade global do centro cultural, por conta de seu reconhecimento internacional como patrimônio mundial e tombamento nas três instâncias – o que é visível, com relação ao turismo, na variedade de público de diversas Cidades, Estados e Países. Porém percebe-se uma dificuldade no contato e na atuação no entorno, possivelmente por uma questão de organização social dos indivíduos locais, onde muitos ainda não consomem o espaço, e os que visitam, muitas vezes é

somente por conta das missas na capela. O SRBM é visto como exemplo pela comunidade nacional e internacional na sustentabilidade ambiental do centro cultural e na salvaguarda de seu acervo botânico, porém ainda são poucos os programas socioambientais e trabalhos comunitários desenvolvidos com a comunidade do entorno. A relação do sítio com o desenvolvimento econômico local se dá através de parcerias e contato com representantes dos hortos, hotéis e restaurantes do entorno. O SRBM demonstra muito interesse na criação do diálogo, das conexões e das relações com a rede urbana através de trocas econômicas, sociais, culturais e políticas, porém ainda não foi possível realizar todas as ações planejadas por uma dificuldade no diálogo e pela falta de equipe que dê continuidade nos contatos realizados.

O SRBM tem como estratégia principal a conservação do seu acervo botânico e a busca pela sua preservação ambiental, através do comprometimento com o uso de seus recursos de forma otimizada. Entretanto, o Sítio Roberto Burle Marx vem abarcando diversas práticas, integrando a sociedade, ultrapassando o espaço da instituição, e incorporando referências e perspectivas futuras, ou seja, produzindo efeitos no imaginário e memória social. Com relação aos aspectos físico-territoriais do SRBM, o imóvel doado por Roberto Burle Marx ao Governo Federal, era um imóvel próprio com sua edificação já construída, sendo grande parte do seu terreno permeável, por ser de mata nativa e jardins com plantas tropicais, bem integrado a malha urbana do entorno. Apesar de não ter calçada do lado de fora dos muros do Sítio, a arquitetura do centro cultural é includente e acessível por possuir pontos de ônibus na proximidade e estacionamento para equipe e visitantes que vão de carro. Há acessibilidade para cadeirantes no seu acesso físico, contando com rampas e veículos de pequeno porte para transporte e as exposições possuem áudio guia. Os fluxos de resíduos orgânicos são descartados de forma que possam servir para compostagem, porém não há a separação de outros tipos de resíduos e nem de coletas especializadas. Conclui-se que o SRBM possui diversos planos e possibilidade para atingir a sustentabilidade integrada, porém a falta de recursos e de equipe para dar andamento aos trabalhos acaba fazendo com que os projetos muitas vezes não sejam implementados.

Outro ponto importante a ser considerado diz respeito ao fato do objeto de pesquisa ser um Patrimônio Mundial, considerado um patrimônio de todos os povos, valorizado por meio de um esforço internacional como referência e identidade das nações. Isso o torna excepcional para uma aplicação metodológica universal, recebendo muitas críticas das entrevistadas com relação ao instrumento utilizado.

Num mundo em transformação, o museu é entendido como espaço de relação com indivíduos e coletivos, comprometido com processos que envolvem territórios e práticas solidárias, educacionais e de autogestão. E os patrimônios são o nosso legado do passado,

com o que vivemos hoje e o que passamos para as gerações futuras. Para esse alcance, recomenda-se futuros trabalhos aprofundar as reflexões e realizar análises mais elaboradas, em especial uma análise que inclua entrevistas com moradores e visitantes. Dessa forma, será possível desenvolver estudos comparativos visando conceber subsídios para uma eventual generalização.

Por fim, diante do exposto e como mensagem final, afirma-se a importância dos valores e princípios na busca pela sustentabilidade integrada. Nas palavras de Roberto Burle Marx: “A fórmula é como um beco sem saída. Aceitá-la é inviabilizar a capacidade de pensar. Eu detesto ditaduras, que são imposições, fórmulas. Eu me interesso por princípios”.

Figura 28. Visita ao Sítio Burle Marx (4)



Fonte: Captação realizada pelo autor, 2023

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A cultura do mecenato no Brasil**: uma utopia possível? In: Economia de museus / NASCIMENTO JUNIOR, José do (Org.). Brasília: MinC/IBRAM, 2010. p.164-201.

AMADO, Guilherme. Ministro do turismo nomeia blogueira para Iphan no Rio. **Época**, Rio de Janeiro, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/ministro-do-turismo-nomeia-blogueira-para-iphan-no-rio-24378146>. Acesso em: 23 jul. 2022.

AURELIANO, Luciana Guizan; COAN, Samanta; ROMEIRO FILHO, Eduardo. Panorama da sustentabilidade nos museus, p. 3725-3737. In: **Congresso brasileiro de pesquisa e desenvolvimento em design**, 12., Belo Horizonte. [Anais]. Blucher Design Proceedings, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 3725-3737, 2016. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/ped2016/0319.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: X Congresso Nacional de Educação. PUCPR: Curitiba, **Anais...** 07 a 10 de novembro de 2011.

BBC. Museu nacional: Em 10 anos, fogo dizima ao menos 8 prédios com tesouros culturais e científicos do país. **BBC News Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45348664>. Acesso em: 17 jul. 2022.

BERGAMO, Mônica. Projetos aprovados pela Lei Rouanet em 2018 geraram impacto de R\$ 2 bi na economia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/01/projetos-aprovados-pela-lei-rouanet-em-2018-geraram-impacto-de-r-2-bi-na-economia.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BERGAMO, Mônica. Entidade internacional cobra governo federal sobre nomeações no Iphan. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 jun. 2020a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/06/entidade-internacional-cobra-governo-federal-sobre-nomeacoes-no-iphan.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BERGAMO, Mônica. Governo federal estuda extinguir Fundação Casa de Rui Barbosa. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 maio 2020b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/05/governo-federal-estuda-extinguir-fundacao-casa-de-rui-barbosa.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.

BERMÚDEZ, Ana Carla. Após incêndio que arrasou acervo, MEC corta R\$ 12 milhões do Museu Nacional. **UOL**, São Paulo, 29 maio 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/05/28/apos-incendio-que-arrasou-acervo-mec-corta-r-12-mi-do-museu-nacional.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BLUM, Bárbara. Cultura deve renascer em 2023 com Lula e a volta do ministério e Lei Aldir Blanc 2. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/12/cultura-deve-renascer-em-2023-com-lula-e-a-volta-do-ministerio-e-lei-aldir-blanc-2.shtml>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BLUM; Bárbara; MORAES, Carolina. Ministério da Cultura terá orçamento recorde de R\$ 10 bilhões em 2023. **Estado de Minas**, São Paulo, 27 dez. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/12/27/interna_cultura,1437775/ministerio-da-cultura-tera-orcamento-recorde-de-r-10-bilhoes-em-2023.shtml. Acesso em: 02 mar. 2023.

BO, João Batista Lanari. Convenção de 1972 do patrimônio mundial: introdução e questões atuais. In: BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na Unesco: ações e significados** / João Batista Lanari Bo. Brasília: Unesco, 2003. p.101-125.

BOREKI, Vinicius. Bolsonaro defende a extinção do Ministério da Cultura. 2018. **UOL**, São Paulo, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BORGES, Luiz C.; CAMPOS, Marcio D’Oliveira. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: SCHEINER, Tereza C. M et al (Orgs.). ICOFOM LAM 2012: **Termos e conceitos da museologia**: Museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral: Documento do 21º Encontro Regional. Rio de Janeiro: UFRJ: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 112-123, 2012.

BRANT, Danielle; URIBE, Gustavo. Em ofensiva contra Ancine, Bolsonaro corta 43% de fundo do audiovisual. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 set. 2019. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/em-ofensiva-contrancine-bolsonaro-corta-43-de-fundo-do-audiovisual.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 jan. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Museus – **Relatório de gestão 2003-2010** (2010: Brasília – DF). Ministério da Cultura, Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2010. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Relatorio-de-Gestao-2003_2010.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Museus. **Relatório de Gestão 2003/2006**. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais. [Brasília]: MinC/IPHAN/DEMU, 2006. 144 p. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/relatorio_de-gestao_2003_2006_1.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Política **Nacional de Museus**: memória e cidadania. Brasília: Secretaria do Patrimônio, Museu e Artes Plásticas, Ministério da Cultura, 2003. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf. Acesso em: 23 jun. 2022.

CALABRE, Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: balanço e perspectivas. In: III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3, 2007, Salvador. Anais... Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/LiaCalabre.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CALCAGNO, Luiz. Jair Bolsonaro decide exonerar Roberto Alvim, o secretário de Cultura. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 17 jan. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/01/17/interna_politica,821133/jair-bolsonaro-decide-exonerar-roberto-alvim-o-secretario-de-cultura.shtml. Acesso em: 26 jul. 2022.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento**. 2ª ed. Porto alegre: Medianiz, 2014.

CAPPELLI, Paulo. Equipe de Lula tenta prorrogar lei que daria R\$ 3,8 bilhões à Cultura. **Metrópolis**, Brasília, 25 nov. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/equipe-de-lula-tenta-prorrogar-lei-que-daria-r-38-bilhoes-a-cultura>. Acesso em: 02 mar. 2023.

CASTRO, Daniel. Na CNN, Regina Duarte canta música da ditadura e minimiza tortura e mortes. **UOL**, 07 maio 2020. Notícias da TV. Disponível em: <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/na-cnn-regina-duarte-canta-musica-da-ditadura-e-minimiza-tortura-e-mortes-36545>. Acesso em: 26 jul. 2022.

CATRACA LIVRE. Museu da língua portuguesa já tem data para reabrir! **Catraca Livre**. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/agenda/museu-da-lingua-portuguesa-ja-tem-data-para-reabrir/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

CBN. Atendendo a pedido do governo, TRF-2 dá aval à posse de presidente do Iphan. **CBN**, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/305103/atendendo-pedido-do-governo-trf-2-da-aval-posse-de.htm>. Acesso em: 23 jul. 2022.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAGAS, Mario. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mario de Andrade**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2015. v. 1. 139p.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. 258 p.

CHAGAS, Mário de Souza. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Revista Em Questão**, Porto Alegre: UFRGS, v. 13, n. 2. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/2980/2017>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CHAGAS, Mario; GONÇALVES, Renata; VASSALLO, Simone. Uma etnografia da vacinação no Museu da República. p. 15-44. In: CHAGAS, Mário de Souza; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALO, Simone Pondé (Orgs.). Cuidando da vida: relatos de vacinação contra a Covid-19 no Museu da República. Rio de Janeiro: Museu da República, 2022. 135p. Disponível em: https://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/Livro_Cuidando-da-Vida_Etnografia-da-Vacinacao-060223.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). In: **Cadernos do CEOM/Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**. v. 27, n.41 (dez. 2014), Chapecó: UnoChapecó, 2014, p.9-22.

CHAGAS, Mario; STUDART, Denise; STORINO, Claudia (Orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial: Associação Brasileira de Museologia, 2014. 208p.

CHAUI, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. 1ª ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de Mestrado através da pesquisa científica**. 7Letras: Rio de Janeiro, 2003.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 249-250.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Direito à memória e museus**. Museologia & Interdisciplinaridade. Vol. IV, nº 8, dez. 2015.

CULTURA VIVA. **Lei Cultura Viva**. 2021. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/sobre-a-lei-cultura-viva/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

DABUL, Lígia. Museus de grandes novidades: centros culturais e seu público. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 257-278, jan./jun. 2008.

FALCÃO, Joaquim. A política cultural de Aloísio Magalhães. In: MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: [Brasília]: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985, p.13-23.

FERNANDES, Talita. Artistas desistem de Regina e preparam plano emergencial para Cultura com Congresso. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/artistas-desistem-de-regina-e-preparam-plano-emergencial-para-cultura-com-congresso.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FERNANDES, Talita; FIORATTI, Gustavo. Bolsonaro nomeia ex-galã de 'Malhação' Mario Frias para comandar pasta da Cultura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/bolsonaro-anuncia-mario-frias-para-a-cultura.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FERREIRA, Juca. Patrimônios culturais sofrem desmonte silencioso, diz ex-ministro. 2019. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/10/patrimonios-culturais-sofrem-desmonte-silencioso-diz-ex-ministro.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2022.

FERREIRA, Lusia Angelete. **Análise institucional de organizações culturais**. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial). Universidade Estácio de Sá, 2009. 367p.

FOLHA DE SÃO PAULO. Lula diz que ter medo da cultura é temer liberdade e promete retomar ministério. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/10/lula-diz-que-ter-medo-de-cultura-e-temer-liberdade-e-promete-retomar-ministerio.shtml>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Conselho Internacional de Museus pede ajuda a líderes políticos, com urgência. 2020. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/conselho-internacional-de-museus-pede-ajuda-a-lideres-politicos-com-urgencia.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caixa Econômica cria sistema de censura prévia a projetos de seus centros culturais. 2019. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 out. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/caixa-economica-cria-sistema-de-censura-previa-a-projetos-de-seus-centros-culturais.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.59-79.

FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. Scientific research methodology: Guidelines for elaboration of a research protocol. **Revista Paraense de Medicina**. n. 23. 2009.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2001. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=nxNLntlYCIIc&printsec=copyright&hl=pt-BR#v>. Acesso em: 03 mar. 2023.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Histórico*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=73. Acesso em: 26 jul. 2022.

FURTADO, Celso. Discurso de posse. In: FURTADO, Rosa Freire D'Aguiar. **Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012. p.51-55.

FURTADO, Celso. Prefácio. In: FUNDAÇÃO PINHEIRO. **Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil**. Brasília: Instituto de Promoção Cultural/Secretaria de Apoio à Produção Cultural - Ministério da Cultura, 1988. p.05-06.

G1. UFMG tem três profissionais para atender os 25 museus da universidade, diz Conselho Regional de Museologia. 2020. **G1**, Rio de Janeiro, 16 jun. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/06/16/ufmg-tem-tres-profissionais-para-atender-os-25-museus-da-universidade-diz-conselho-regional-de-museologia.ghtml>. Acesso em: 17 jul. 2022.

G1. Governo efetiva ex-assessor de Carlos Bolsonaro na presidência da Funarte. 2020. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/governo-efetiva-ex-assessor-de-carlos-bolsonaro-na-presidencia-da-funarte.ghtml>. Acesso em: 23 jul. 2022.

G1. 'Coincidência retórica', diz secretário de Cultura sobre discurso semelhante ao de ministro de Hitler. **G1**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2020c. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/coincidencia-retorica-diz-secretario-de-cultura-sobre-discurso-semelhante-ao-de-ministro-de-hitler.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.

G1. Bolsonaro defende mudanças na Lei Rouanet e diz que se eleito vai tirar status de ministério da Cultura. **G1**, Rio de Janeiro, 03 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/eleicoes/2018/noticia/2018/09/03/bolsonaro-defende-mudancas-na-lei-rouanet-e-diz-que-se-eleito-vai-tirar-status-de-ministerio-da-cultura.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Daniel Bertoli. Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração. **Revista espaço acadêmico**, v. 51, 2005. Disponível em: <https://danielbertoli.synthasite.com/resources/textos/texto16.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2023.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.-jun. 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ/Ministério da Cultura-IPHAN, 2ª. Edição, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/32668/18379>. Acesso em: 16 jul. 2022.

GOUVEIA, Leandro. Acervo da Cinemateca Brasileira foi afetado pela enchente em São Paulo. **CBN**, Rio de Janeiro, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/291339/acervo-da-cinemateca-brasileira-foi-afetado-pela-e.htm>. Acesso em: 17 dez. 2021.

IBERMUSEUS. **Relatório Anual 2021**. 2022. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2022/10/informeanual2021-pt-final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IBERMUSEUS. **Marco conceitual comum em sustentabilidade das Instituições e processos museais Ibero-americanos**. 2019. Disponível em: <http://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/06/mccs-web-08-06-20.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. Ministério do Turismo. **Museus do Brasil**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/museus-do-brasil/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília, DF: Ibram, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/SubsidiosPlanosMuseologicos.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2022.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus e a dimensão econômica: da cadeia produtiva à gestão sustentável**. Brasília, DF: Ibram, 2014. 142 p. (Coleção Museu, Economia e Sustentabilidade, 2). Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Museus_DimensaoEconomica_Ibram2014.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em Números**/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011. 240 p.; 29,7 cm; vol. 1. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/11/museus_em_numeros_volume1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2022.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. **Sistema Brasileiro de Museus – SBM**. 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/sistema-brasileiro-de-museus>. Acesso em: 28 ago. 2023.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. **Cadastro Nacional de Museus**. 24 ago, 2021 [Atualizado em 31 jan. 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cadastro-nacional-de-museus>. Acesso em: 28 ago. 2023.

G1. Incêndio atinge Museu da Língua Portuguesa em São Paulo. 2015. **G1**, Rio de Janeiro, 21 dez. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/incendio-atinge-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-dizem-bombeiros.html>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ICOM Brasil. Conselho Internacional de Museus do Brasil. **Nova Definição de Museu**. 2022. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 25 jul. 2023.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em: 18 jun. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **O Iphan**. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê de candidatura do Sítio Roberto Burle Marx para inclusão na lista do patrimônio mundial**. Rio de Janeiro, 2019. (Documento de trabalho; versão em português, não publicada.)

- JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **CADERNO de diretrizes museológicas 1**. 2 ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/arquivos/Museus/File/caderno-diretrizes/cadernodiretrizes_segundaparte.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LASMAR, José Osvaldo Guimarães. Aspectos conceituais e metodológicos de uma abordagem econômica da indústria cultural. In: FUNDAÇÃO PINHEIRO. **Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil**. Brasília: Instituto de Promoção Cultural/Secretaria de Apoio à Produção Cultural - Ministério da Cultura, 1988. p.11-42.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental, sociedade e gestão pública. In: CHAGAS, M; STUDART, D. e STORINO, C. (Orgs.). **Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial – Associação Brasileira de Museologia, 2014.
- LOUREIRO, Maria Lucia de N. M. **Webmuseus de arte: aparatos informacionais no ciberespaço**. Ciência da Informação, v. 33, n. 2, p. 97-105, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/M7pNfLbkJZFYSJYZHGkw6bj>. Acesso em: 28 ago. 2023.
- MAGALHÃES, Aloísio. Bens culturais: instrumento para um desenvolvimento harmonioso. **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. n.20, 1984. p.40-45.
- MARTÍ, Silas. Há 40 anos, pegava fogo no Museu de Arte Moderna do Rio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 2018. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/09/ha-40-anos-pegava-fogo-o-museu-de-arte-moderna-do-rio.shtml>. Acesso em: 16 dez. 2021.
- MASCARENHAS, Gabriel. A orientação que Bolsonaro deu a Regina Duarte no primeiro encontro. 2020. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/orientacao-que-bolsonaro-deu-regina-duarte-no-primeiro-encontro.html>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- MAZUI, Guilherme; KRÜGER, Ana. Regina Duarte deixa comando da secretaria de Cultura do governo Bolsonaro. **G1**, 20 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/20/regina-duarte-deixa-secretaria-de-cultura-do-governo-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.
- MELO, Douglas Brandão de Melo; CARVALHO, Rita de Cássia Moura. Relações entre patrimônio cultural e museus: um referencial teórico para o desenvolvimento. **Mosaico**, v.7, n.10, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/64725/62682>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- MENDONÇA, Rodrigo Melgaço Furtado de. **A Caixa Cultural SP na promoção da cidadania cultural**. Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. CELACC/ECA-USP, 2013. 28p.
- MENDONÇA, Ana. Randolfe sobre transição: 'Vai ter lei Paulo Gustavo sim! Cultura venceu'. **Correio Brasiliense**. Brasília, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2022/11/5055481-randolfe-sobre-transicao-vai-ter-lei-paulo-gustavo-sim-cultura-venceu.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MOLITERNO, Danilo; TORTELLA, Tiago. Governo desbloqueia recursos e autoriza uso da Lei Rouanet para centenas de projetos. **CNN**, São Paulo, 22 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-desbloqueia-recursos-e-autoriza-uso-da-lei-rouanet-para-centenas-de-projetos/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

NIKLAS, Jan. Bolsonaro cita projetos que não receberam patrocínio da Petrobras para justificar revisão de contratos da estatal com cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 abr. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-cita-projetos-que-nao-receberam-patrocinio-da-petrobras-para-justificar-revisao-de-contratos-da-estatal-com-cultura-23613325>. Acesso em 20 jul. 2022.

NIKLAS, Jan. Projeto de deputado do PSL tira poderes do Iphan em ações de tombamento e preservação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 03 jun. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/projeto-de-deputado-do-psl-tira-poderes-do-iphm-em-aco-es-de-tombamento-preservacao-24460017>. Acesso em: 23 jul. 2022.

O GLOBO. Margareth Menezes é anunciada oficialmente como Ministra da Cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/12/margareth-menezes-e-anunciada-oficialmente-como-ministra-da-cultura.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2023.

O GLOBO. Ex-ministros divulgam manifesto contra a extinção do Ministério da Cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02 jul. 2019a. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/ex-ministros-divulgam-manifesto-contr-a-extincao-do-ministerio-da-cultura-23778523>. Acesso em: 18 jul. 2022.

O GLOBO. Bolsonaro diz que vai diminuir teto da Lei Rouanet de R\$ 60 milhões para R\$ 1 milhão por projeto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 09 abr. 2019b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-diz-que-vai-diminuir-teto-da-lei-rouanet-de-60-milhoes-para-1-milhao-por-projeto-23585442>. Acesso em: 18 jul. 2022.

O GLOBO. Bolsonaro diz que veto a obras culturais não é 'censura', mas sim 'preservar valores cristãos'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 out. 2019c. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-diz-que-veto-obras-culturais-nao-censura-mas-sim-preservar-valores-cristaos-23998872>. Acesso em 20 jul. 2022.

OLIVEN, Ruben George. Patrimônio intangível: considerações iniciais. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p.80-82.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 16 jun. 2021.

PAIVA, Vitor. **Picasso, Portinari, Matisse**: em 1978, incêndio destruiu quase todo o acervo do MAM do Rio. 2018. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2018/09/picasso-portinari-matisse-em-1978-incendio-destruiu-quase-todo-o-acervo-do-mam-do-rio/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

PLANALTO. Parceria inédita entre MinC e BB libera R\$ 150 milhões para Cultura. Presidência da República. **Planalto**. 17 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/parceria-inedita-entre-minc-e-bb-libera-r-150-milhoes-para-cultura>. Acesso em: 02 mar. 2023.

PERASSOLO, João. Proposta de extinção da Casa de Rui Barbosa será arquivada, diz governo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/07/proposta-de-extincao-da-casa-de-rui-barbosa-sera-arquivada-diz-governo.shtml>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MEIA HORA. Presidente reduz verbas para projetos de R\$ 60 milhões para R\$ 10 milhões. **Meia Hora**, Rio de Janeiro, 11 fev. 2019. Disponível em: <https://www.meiahora.com.br/geral/2019/02/5619003-bolsonaro-anuncia-mudancas-na-lei-rouanet--famosos-ficam-de-fora.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

RANGEL, Marcio; NASCIMENTO JÚNIOR, José do. A trajetória da política nacional de museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro. In: **Museologia e patrimônio** / Organização Marcus Granato. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. p.297-315. (MAST: 30 anos de pesquisa, v.1). Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

RETROZ, Sergio Ricardo. **Memória em tempos de democracia**: patrimônio e museologia na gestão municipal de São Paulo, de 1989 a 1992. Tese apresentada Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. 2021. 283p. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/sergio_ricardo_retroz.pdf. Acesso em: 03 nov. 2022.

RETROZ, Sergio Ricardo; BORGES, Luiz Carlos. Patrimônio e Museologia numa gestão petista da cidade de São Paulo: o tombamento do bairro de Perus e a exposição Pátria Amada Esquartejada. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v.10, n.19, Jan./Jun., 2022.

RHODEN, Valmor; TERRA, Elisa Lübeck; MACIEL, Erick de Melo. Política cultural e democratização do acesso à cultura: a experiência do Vale-Cultura. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 347-361, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6168726>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. In: STROH, Paula Yone (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 96 p.

SAMPAIO, Cristiane. Museus brasileiros batalham por apoio, afirma diretora do Ibram. 2018. **Brasil de Fato**, Brasília, DF, 05 set. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/05/museus-brasileiros-batalham-por-apoio-afirma-dirigente>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SHINOHARA, Gabriel. Legislativo, Judiciário, Embaixada da Alemanha e federações israelitas condenam fala de Alvim. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/legislativo-judiciario-embaixada-da-alemanha-federacoes-israelitas-condenam-fala-de-alvim-4196191>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SILVA, Cassia Rodrigues da; ÁLVARES, Lúcia Capanema; CHAGAS, Mario. **Os museus e a cidade**: contribuições para uma sustentabilidade integrada: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, 2021. 228p.

SILVA, Cassia Rodrigues da. **Caminhos para a sustentabilidade integrada dos museus na cidade**: um estudo de caso na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dissertação apresentada Universidade Federal Fluminense Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2016. 197p. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23800/C%c3%a1ssia%20Rodrigues.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Notas sobre o Sistema Nacional de Cultura**: Texto para discussão N. 1080. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto de Pesquisa Aplicada. [Brasília]: março de 2005. 23 p. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2195/1/TD_1080.pdf. Acesso em: 23 jan. 2023.

SÍTIO ROBERTO BURLE MARX. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.intermuseus.org.br/files/ugd/c2e975_035ca3ccd7994fb898f5606d08167276.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

SÍTIO ROBERTO BURLE MARX. Disponível em: <https://sitioburlemarx.org/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. Ministério do Turismo, Secretaria Especial da Cultura. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOARES, Jussara. Bolsonaro nomeia dramaturgo Roberto Alvim para Secretaria Especial de Cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/bolsonaro-nomeia-dramaturgo-roberto-alvim-para-secretaria-especial-de-cultura-24068248>. Acesso em: 26 jul. 2022.

SOUZA, Valmir de. **Cidadania Cultural**: entre a democratização da cultura e a democracia cultural. Ano 8, número 14, semestral, out/2017 a mar/ 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10477/7319>. Acesso em: 22 jun. 2022.

TOKARNIA, Mariana. Museu Casa do Pontal alaga pela oitava vez. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 02 mar. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/museu-casa-do-pontal-alaga-pela-oitava-vez>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TOLILA, Paul. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses, pistas. Tradução Celso M. Paciornik. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2007. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/355430.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

TOMAZ, Kleber. Polícia conclui inquérito sobre Museu da Língua Portuguesa em SP sem apontar culpados por incêndio e morte de bombeiro. **G1**, São Paulo, 04 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/04/policia-conclui-inquerito-sobre-museu-da-lingua-portuguesa-em-sp-sem-apontar-culpados-por-incendio-e-morte-de-bombeiro.ghtml>. Acesso em: 16 jan. 2022.

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em: 29 dez. 2022.

UNESCO. **Ações da Representação da Unesco no Brasil em resposta à Covid-19**. 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373460.locale>. Acesso em: 8 jun. 2022.

UNESCO. **Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade**. Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da Unesco em sua 38ª sessão. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 16 dez. 2021.

UNESCO. **Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado**, 1954, art. 1.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; ALBUQUERQUE, Wesley Batista. O que as práticas narrativas de testemunhos dizem sobre o Patrimônio Cultural? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.11, n.21, jul./dez.2019.

VIEIRA, Mariane Aparecida do Nascimento. O INCÊNDIO DO MUSEU NACIONAL E SEUS EFEITOS NAS PESQUISAS DOS DISCENTES. **Ventilando Acervos**, Florianópolis, vol. especial, n.1, set 2019. Disponível em: <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/e.-06-O-inc%C3%AAndio-do-Museu-Nacional.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2021.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, vol. 22, n. 44, pp. 203-220, ago/dez. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**, 4.^a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXOS

ANEXO 1 – MODELO DE SUSTENTABILIDADE INTEGRADA MUSEAL³⁴

Anexo 1

Modelo de Sustentabilidade integrada museal – quadro de variáveis e sua operacionalização

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
1. Promoção da sustentabilidade sistêmica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu trabalha ou desenvolve algum projeto relacionado à sustentabilidade? ▪ O museu se engaja e atua em causas sustentáveis (sociais, culturais, ambientais e econômicas) relevantes? Quais? A população está incluída e participa também? ▪ O museu promove o desenvolvimento sustentável? Como? ▪ Qual o foco dado ao discurso da "sustentabilidade urbana"? Somente focado em aspectos funcionais e econômicos? ▪ O museu busca uma sociedade mais igualitária, solidária e sustentável? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver atividades e ações pautadas na sustentabilidade sistêmica. ▪ Engajar-se e atuar em causas sustentáveis (sociais, culturais, ambientais e econômicas) em conjunto com a população. ▪ Promover o desenvolvimento sustentável, através do patrimônio e da participação efetiva da comunidade. ▪ Promover um discurso de "sustentabilidade urbana" que não foque somente em aspectos funcionais e econômicos, mas também em aspectos sociais, culturais e ambientais. ▪ Promover a igualdade, a solidariedade e sustentabilidade em todas as atividades e ações museológicas.

³⁴ Fonte: SILVA, Cassia Rodrigues da; ÁLVARES, Lúcia Capanema; CHAGAS, Mario. Os museus e a cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU, 2021. 228p.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
2. Objetivo de criação do museu (missão) e sua utilidade prioritária e política	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Houve debate sobre o objetivo de criação do museu? Qual foi esse objetivo? Qual é a missão oficial? ▪ Qual a utilidade prioritária e política do museu? ▪ Qual a missão/objetivo? ▪ A missão/objetivo está sistematizada? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O objetivo real do museu deve ser debatido (principalmente com a comunidade) para justificar sua criação, manutenção e desenvolvimento. ▪ A utilidade real prioritária e política e a missão do museu devem ser focados nos anseios da comunidade.
3. Postura/discurso do museu	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual a postura adotada pelo museu: museu-espetáculo, museu-coleção ou museu-comunitário? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu-espetáculo destina-se a públicos cativos. ▪ O museu-coleção destina-se a públicos mais ou menos especializados. ▪ O museu-comunitário implica a população e não se preocupa com um público.
4. Atividades desenvolvidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades e projetos desenvolvidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver atividades, projetos e ações baseados na sustentabilidade sistêmica.
5. Participação e organização da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existe a participação da população/comunidade na gestão e no funcionamento do museu? Como? ▪ Existe o incentivo à participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição? Como? ▪ O museu participa do cotidiano da população/comunidade? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação ativa da população nas atividades, nas ações, na gestão e no cotidiano do museu, para recuperar a autoestima e promover a inclusão social. ▪ Incentivar a participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURACÃO (mais próximo da sustentabilidade)
5. Participação e organização da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove a organização popular? Como? ▪ O museu atua nas organizações populares? Como? ▪ O museu promove a solução dos problemas da população/comunidade? Como? ▪ O museu promove a inclusão coletiva nos processos de planejamento? Como? ▪ O museu promove a inclusão coletiva nos processos de produção econômica e cultural? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu deve estar inserido no cotidiano da comunidade, participando de maneira ativa de suas vidas e dos seus anseios. ▪ Estimular, promover e garantir a participação e a organização popular, através de estruturas de movimentos e redes, ações, projetos, informações, formações, reflexões críticas etc. ▪ Buscar e atuar na solução das necessidades das comunidades locais, através do engajamento, da ação, da organização e da participação. ▪ Promover e garantir a inclusão coletiva nos processos de planejamento e de produção econômica e cultural, através do apoio e da participação em reuniões públicas, de atividades que gerem reflexão crítica, de ações e projetos etc.
6. Trabalho focado na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O trabalho do museu é focado nos anseios dos habitantes locais? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O trabalho do museu deve ser focado nos anseios dos habitantes locais, e não em interesses externos à comunidade.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
7. Exemplo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu serve de exemplo para a sociedade/comunidade? Por quê? ▪ O museu serve de exemplo no consumo de energias limpas e renováveis? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Servir de inspiração e exemplo, através de boas práticas, como no consumo de energias limpas e renováveis (energia fotovoltaica, eólica etc.).
8. Representação da sociedade e da cultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu representa a sociedade/comunidade? Como e por quê? ▪ O museu representa as relações socioambientais da sociedade/comunidade? Por quê? ▪ O museu promove o entendimento da relação homem/natureza? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Representar a sociedade e as relações socioambientais (cultura), através de ações, atividades e projetos. ▪ Promover o entendimento da relação homem/natureza, através de atividades, ações e mutirões, para que haja a conscientização e o respeito.
9. Promoção do espírito crítico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu desenvolve uma reflexão crítica da realidade? Como? ▪ O museu promove a capacidade de ação crítica e continuada? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover, através de atividades, debates, encontros e exposições, a visão crítica da realidade e do que é exposto. ▪ Promover a capacidade de ação crítica e continuada, através da articulação de movimentos e redes, de atividades que gerem reflexão crítica, de formação etc.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
<p>10. Promoção de um novo paradigma inclusivo e democrático que inclua a cultura popular</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove o associativismo? Como? ▪ O museu promove o cooperativismo? Como? ▪ O museu atua nas reivindicações sociais? Como? ▪ O museu promove a organização popular? Como? ▪ O museu atua nas organizações populares? Como? ▪ O museu possui ações ou atividades que resgatam os sentimentos de coletividade e de contextualização com o meio e com suas relações de pertencimento a grupos? Quais? ▪ O museu expõe sobre/discute com a comunidade teorias sociais e políticas? ▪ Há cursos de formação política ou fomento a atividades de grupo? ▪ As atividades fim (exposições e envolvimento comunitário) promovem a coletividade e a sensação de interdependência entre indivíduos e entre grupos? Como isso ocorre? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o associativismo como teoria social, através de uma economia baseada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade e crítica ao Estado centralizado. ▪ Promover o cooperativismo como prática econômica, através do desenvolvimento de valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade. ▪ Atuar nas reivindicações sociais, se juntando à população. ▪ Atuar na capacidade de organização popular, estruturando os movimentos e capacitando os cidadãos. ▪ Possuir ações, projetos e atividades que resgatam os sentimentos de coletividade e de contextualização com o meio e com suas relações de pertencimento aos grupos, celebrando e divulgando. ▪ Expor sobre teorias sociais e políticas e oferecer cursos de formação política e fomento a atividades de grupo. ▪ Contar com exposições e com o envolvimento comunitário que estimulem a coletividade e a sensação de interdependência entre indivíduos e entre grupos.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
11. Engajamento em movimentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existe envolvimento com algum movimento social? Qual? ▪ O museu participa e estimula movimentos alternativos? Quais? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar, organizar e promover, junto com a comunidade, os movimentos sociais, buscando o reconhecimento social do direito dos excluídos e melhoria das suas condições de vida.
12. Envolvimento em questões atuais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu explica, educa e debate ativamente questões atuais? Como? ▪ O museu participa ativamente de questões públicas? Quais? Como? ▪ Como o museu trabalha com a poluição, a pobreza, os estilos de vida e as tecnologias? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Explicar, ensinar e debater ativamente questões atuais, produzindo uma reflexão crítica da realidade, através de atividades, exposições, ações, cursos e etc. ▪ Participar ativamente de questões públicas, incentivando também a participação da comunidade, através da atuação em reuniões públicas, atividades, ações e projetos. ▪ Trabalhar, apresentar e debater temas como a poluição, a pobreza, os estilos de vida e as tecnologias, através de atividades, projetos, exposições, ações e cursos.
13. Transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu utiliza a memória como iniciadora de transformações e de mudanças individuais e sociais? Como? ▪ O museu busca e promove a transformação das atitudes e da ética? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilizar a memória como iniciadora de transformações e de mudanças individuais e sociais, através da celebração, de atividades e exposições e da formação.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
<p>13. Transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove a conscientização da população para uma mudança civilizatória? Como? ▪ O museu promove mudanças de comportamento individual? Como? ▪ O museu promove a mudança de comportamento com relação ao desenvolvimento? Como? ▪ O museu estimula as mudanças na maneira de pensar, viver, produzir, consumir? Como? ▪ O museu discute o que produzir, para que e para quem? Em que situações? ▪ O museu propõe a reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade? Como? ▪ Como o museu enfatiza e pensa a geração atual? 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Buscar e promover a transformação das atitudes e da ética, com atividades que fomentem a crítica e apresentem novas possibilidades. ▪ Promover a conscientização da população para uma mudança civilizatória, através de exposições, cursos, palestras, debates, atividades e ações que proporcionem uma reflexão crítica sobre a realidade. ▪ Favorecer, facilitar e estimular as mudanças de comportamento individual, com atividades e ações participativas que gerem reflexões críticas sobre a realidade. ▪ Promover a mudança de comportamento dos seres humanos com relação ao desenvolvimento, através de exposições, cursos, palestras, atividades e ações que propiciem a crítica da comunidade sobre o atual desenvolvimento, apresentando alternativas. ▪ Estimular as mudanças fundamentais na maneira de pensar, viver, produzir, consumir, com exposições, palestras e debates que informem, explique e fomentem a reflexão crítica.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
13. Transformações e mudanças de atitude e éticas – conscientização			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discutir e planejar o que produzir, para quem e para quem, pensando sempre na população local e na preservação do meio ambiente e da cultura. ▪ Promover, através de debates, palestras e exposições, a reflexão sobre as noções de desenvolvimento, democracia e sociedade. ▪ Pensar e conscientizar a geração atual, informando os cidadãos, e participando e atuando no dia a dia da comunidade.
14. Engajamento social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu estimula o acesso justo ao que é socialmente produzido? Como? ▪ Como o museu lida com as razões sociais, econômicas e políticas? ▪ O museu atua para minimizar a desigualdade social? Como? ▪ O museu busca a equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais? Como? ▪ O museu promove a inclusão social? Como? ▪ O museu estimula a superação da exclusão e da segregação social? Como? ▪ O museu busca a erradicação da pobreza e da exclusão? Como? ▪ Existe dedicação às questões sociais? Quais? ▪ O museu se preocupa com a exclusão social? O que é feito para solucioná-la/amenizá-la? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular o acesso justo ao que é socialmente produzido. ▪ A instituição deve conscientizar e promover a reflexão da população sobre como lidar com as razões sociais, econômicas e políticas. ▪ Propor minimizar a desigualdade social, através de atividades, engajamento e ações participativas que atuem na economia, na cultura, na política e no meio ambiente. ▪ Comprometer-se com a equidade na distribuição de renda e com a diminuição das diferenças sociais, através da inserção social, da capacitação, do engajamento nas economias alternativas etc. ▪ Estimular, em todas as atividades e ações, a participação e a inclusão social.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
14. Engajamento social	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu se preocupa com a segregação territorial? O que é feito para solucionar/amenizar? ■ O museu estimula a inclusão de sujeitos sociais excluídos? Como? ■ O museu possui ações para o reconhecimento social do direito dos excluídos? Quais? ■ O museu possui ações para a melhoria da qualidade/da condição de vida da população do entorno? Quais? ■ O museu possui ações para promoção da cidadania e dos direitos dos cidadãos? Quais? ■ O museu possui ações de defesa da democracia e do popular? Quais? ■ O museu promove a democracia participativa? Como? ■ O museu se considera a serviço da cidadania e do desenvolvimento social? Como? 		<ul style="list-style-type: none"> ■ Estimular a superação da exclusão e da segregação social, através de atividades e ações inclusivas e acessíveis. ■ Engajar-se na erradicação da pobreza e da exclusão. ■ Participar, lutar e apresentar as reivindicações e as conquistas sociais. ■ Preocupar-se com a exclusão social e com a segregação territorial, realizando e promovendo ações e atividades inclusivas que informem e que acolham. Iniciando pelo próprio edifício do museu, que deve ser implantado/localizado/projetado de maneira que não proporcione a segregação territorial, logo deve ser acessível e convidativo. ■ Promover a inclusão de sujeitos sociais excluídos, através do emprego e da educação. ■ Ter ações e atividades para o reconhecimento social do direito dos excluídos, para a promoção da cidadania e para a defesa da democracia e do popular. ■ Comprometer-se com ações de melhoria da qualidade/da condição de vida local, através da organização e participação em mutirões de limpeza, de trabalho, de educação, de capacitação, de ajudas etc.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
14. Engajamento social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu se envolve com política? Como? ▪ O museu apresenta e discute com o público a questão política? Como? ▪ O museu proporciona a compreensão da política? ▪ O museu promove a participação do público na política? Como? ▪ O museu se considera um novo ator social e político? ▪ O museu busca transformar a estrutura, a ética e a moral da sociedade? Como? ▪ O museu articula as políticas preservacionistas com as políticas públicas mais amplas? Como? ▪ O museu estimula políticas inovadoras baseadas no modelo participativo? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a democracia participativa, através de atividades e da participação ativa da comunidade no dia a dia do museu. ▪ Estar sempre a serviço da cidadania e do desenvolvimento social.
15. Engajamento político	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar, engajar-se, apresentar e discutir questões políticas e éticas, analisando constantemente esses atos. ▪ Promover a compreensão crítica da política, através de atividades, debates, palestras e exposições, para que haja transformação da estrutura, da ética e da moral da sociedade. ▪ Estimular a participação do público na política. ▪ Considerar-se e atuar como um novo ator social e político, participando das reivindicações e conquistas sociais, buscando a melhoria das condições de vida da população do entorno e promovendo a cidadania, os direitos e a democracia. ▪ Articular as políticas preservacionistas com as políticas públicas mais amplas, focando nos anseios da comunidade e na preservação e desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade. 		

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
15. Engajamento político			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular políticas inovadoras baseadas no modelo participativo, através de atividades e ações que permitam a participação ativa da comunidade.
16. Engajamento econômico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu se considera catalizador do desenvolvimento econômico? Por quê? ▪ O museu apresenta e discute a questão econômica? Como? ▪ O museu se engaja na questão econômica? Como? ▪ O museu estimula relações econômicas mais igualitárias? Como? ▪ O museu estimula repensar a lógica dos sistemas tributários e a lógica orçamentária? Como? ▪ O museu estimula propostas alternativas de desenvolvimento? Como? ▪ O museu estimula economias alternativas que se baseiam nos setores populares (economia criativa, economia solidária)? Como? ▪ O museu estimula uma economia de longo prazo fundamentada numa ética ecológica? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ser um catalizador do desenvolvimento econômico, apresentando, discutindo e atuando em questões econômicas. ▪ Propor repensar a lógica dos sistemas tributários e a lógica orçamentária, através de atividades, projetos e ações, para estimular relações econômicas mais igualitárias. ▪ Apresentação e incentivo de propostas alternativas de desenvolvimento, através de exposições, debates e cursos. ▪ Promover, participar e atuar em economias alternativas (criativa, solidária) baseadas nos setores populares. Expor e comercializar produtos da economia alternativa. Oferecer cursos e exposições para informar e profissionalizar o pessoal da economia alternativa. Disponibilizar o material para reciclagem para a economia alternativa. Utilizar insumos da economia alternativa.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
16. Engajamento econômico	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu se envolve na autogestão, cooperação e socialização dos meios de produção e distribuição da economia alternativa? Como? ■ O museu cria e participa de redes de trocas e colaboração da economia alternativa? Como? ■ O museu expõe a produção informal das comunidades próximas ou outras? ■ O museu comercializa a produção informal das comunidades próximas ou outras? ■ O museu capacita e oferece oportunidades à população local? De que maneira? ■ O museu oferece cursos para profissionalizar/inserir na cadeia produtiva os trabalhadores informais? Quais? ■ O museu utiliza insumos do mercado informal? ■ O museu é cliente de alguma organização financeira solidária (cooperativas, bancos...)? Qual? ■ O museu possui alguma outra iniciativa incluyente e promotora da inserção das comunidades no circuito formal? 		<ul style="list-style-type: none"> ■ Estimular uma economia de longo prazo fundamentada numa ética ecológica, através da participação nessa economia e de atividades ligadas a ela. ■ Oferecer cursos de autogestão. ■ Participar ativamente da cooperação, da socialização dos meios de produção e da distribuição da economia alternativa, com feiras e eventos. Criar redes de trocas e colaboração. ■ Expor e comercializar produtos do mercado informal e da economia alternativa. ■ Oferecer cursos e exposições para informar, capacitar, profissionalizar e inserir o pessoal do mercado informal e da economia alternativa. ■ Utilizar insumos do mercado informal. ■ Ser cliente de alguma organização financeira solidária (cooperativas, bancos...). ■ Possuir outras iniciativas incluyentes e promotoras da inserção das comunidades no circuito formal.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
17. Engajamento cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu se considera catalizador do desenvolvimento cultural? Por quê? ▪ O museu utiliza a cultura como elemento de inclusão social? Como? ▪ O museu utiliza a cultura como manutenção da diversidade das temporalidades urbanas? Como? ▪ O museu promove a tradição e o legado cultural da comunidade? Como? ▪ O museu promove a valorização da diversidade cultural? Como? ▪ O museu possui ações de preservação cultural? Quais? ▪ O museu apresenta e discute a questão cultural? Como? ▪ O museu promove a manutenção da personalidade local? Como? ▪ O museu promove a manutenção da cultura material e imaterial? Como? ▪ Como o museu promove os diversos estilos de vida (culturas)? ▪ Qual a relação do museu com as coletividades e com a cultura popular? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ser catalizador do desenvolvimento cultural, por meio de atividades, projetos e ações que utilizem a cultura como elemento de inclusão social. ▪ Utilizar a cultura como manutenção da diversidade das temporalidades urbanas, através do conhecimento do patrimônio e da cultura da comunidade/local, com atividades, exposições, palestras, visitas e mutirões. ▪ Promover, divulgar e celebrar a tradição e o legado cultural da comunidade, por meio de atividades, palestras, cursos, exposições, eventos e festas. ▪ Promover a valorização da diversidade cultural, através de ações de preservação e divulgação da cultura que incluam a população e com discussões a atividades que retratem diferentes valores e culturas. ▪ Estabelecer e praticar a preservação cultural como atitude política, divulgando, celebrando e mantendo viva a cultura, promovendo a manutenção da cultura material e imaterial e da personalidade local. ▪ Promover encontros culturais e exposições para oferecer a troca de informação e o conhecimento, promovendo assim os diferentes estilos de vida (culturas). ▪ Manter viva a cultura popular, através de exposição, informação e formação (oficinas).

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
<p>18. Engajamento ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu discute temas relacionados à biodiversidade? ▪ O museu apresenta e discute a questão ambiental? Como? ▪ O museu busca a resolução de problemas ambientais? Como? ▪ O museu possui ações de preservação ambiental? Quais? ▪ O museu estipula e divulga regras para uma adequada proteção ambiental? ▪ O museu preserva e recupera ecossistemas? Como? Incentiva a preservação e a recuperação dos ecossistemas? ▪ O museu atua para minimizar degradação ambiental? Como? ▪ O museu possui programas de educação ambiental? Quais? Eles retratam a sustentabilidade como um todo? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discutir, apresentar e expor temas relacionados à biodiversidade e às questões ambientais para a conscientização da população. ▪ Buscar e engajar-se na resolução de problemas ambientais, com mutirões e ações (de limpeza, de preservação, de replantio etc.). ▪ Ter ações ambientais no entorno que incluam a população. ▪ Estipular e divulgar regras para uma adequada proteção ambiental, cobrando da população a conservação dos recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo. ▪ Preservar, recuperar e conservar os ecossistemas, através de atividades, de informação e da ação, incentivando o público para que também o faça. ▪ Propor minimizar a degradação ambiental, através de visitas, atividades e ações participativas para que o público/comunidade se sensibilize com a realidade. ▪ Possuir programas de educação ambiental que retratem a sustentabilidade, logo as implicações sociais, econômicas, políticas e culturais, além das ambientais.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
19. Desenvolvimento local	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu promove o desenvolvimento local? Como? ■ O museu se considera um instrumento para o desenvolvimento? Por quê? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Entrevista com a administração ■ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Promover e atuar no desenvolvimento local, através da educação, da capacitação, do estímulo às economias alternativas, da celebração da cultura local etc., sendo instrumento e recurso para esse desenvolvimento, expressando as vontades e anseios da comunidade.
20. Preservação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu estimula o desenvolvimento ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais. De que maneira? ■ Qual a relação do museu com os biomas, os ecossistemas, as configurações territoriais e a diversidade de saberes dos sujeitos sociais? ■ O museu promove e cuida do equilíbrio de ecossistemas? Como? ■ Como o museu lida com os processos naturais (chuvas, frio, enchentes)? ■ O museu conserva os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo? Como? ■ O que o museu faz para a preservação e a conservação dos recursos ambientais de um território? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Entrevista com a administração ■ Coleta documental/iconográfica ■ Formulário com o público ■ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Promover o desenvolvimento ancorado nas possibilidades oferecidas pelos biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais, através de cursos, palestras, debates e exposições. ■ Respeitar e relacionar-se harmonicamente e equilibradamente com os biomas, ecossistemas, configurações territoriais e diversidade de saberes dos sujeitos sociais, celebrando-os, cultuando-os e os protegendo. ■ Promover e cuidar do equilíbrio de ecossistemas, com atividades, campanhas e ações de limpeza, replantio etc. ■ A instituição deve informar (exposições, debates, cursos) a população sobre como lidar com os processos naturais (chuvas, frio, enchentes).

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
20. Preservação ambiental			<ul style="list-style-type: none"> ■ Conservar os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo. ■ Preservar e conservar os recursos ambientais de um território, através da informação (cursos, palestras, exposições, atividades) e da ação (mutirões, visitas, reivindicações).
21. Promoção da generosidade e solidariedade	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu é uma instituição inclusiva? Por quê? ■ O museu promove a generosidade e a solidariedade? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Entrevista com a administração ■ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Promover, em todas atividades e na gestão, a inclusão da comunidade (principalmente informando seus direitos e garantindo a cidadania), além da generosidade e da solidariedade, através de ações, palestras, debates e exposições.
22. Promoção da educação humanista	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu se considera uma instituição de educação pública? Por quê? ■ O museu promove a produção de saber popular? Como? ■ O museu promove o reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social? Como? ■ O museu pratica a educação humanista? Como? ■ O museu possui o compromisso de contribuir com a formação crítica dos cidadãos? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Entrevista com a administração ■ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Considera-se uma instituição de educação pública, assumindo o compromisso com a formação crítica dos indivíduos e com o caráter ativo da aprendizagem. ■ Promover e celebrar os saberes populares através de exposições, atividades, eventos e ações que celebrem e divulguem. ■ Promover o reconhecimento do patrimônio cultural como instrumento de educação e de desenvolvimento social.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
22. Promoção da educação humanista			<ul style="list-style-type: none"> ■ Praticar a educação humanista (como prática para a conquista da liberdade) em todas as atividades oferecidas, promovendo a participação do público e da comunidade, garantindo o caráter ativo da aprendizagem, pressupondo o indivíduo como agente.
23. Planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu promove o planejamento do futuro? Como? ■ Existe a participação da população/comunidade na gestão e no funcionamento do museu? Como? ■ Existe o incentivo à participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição? Como? ■ Existe o planejamento das atividades (fins e meio (principalmente)? Tem algum documento que comprove? ■ O museu realiza planejamento, controle e replanejamento constantes? De quanto em quanto tempo? ■ O museu realiza o planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Entrevista com a administração ■ Coleta documental/iconográfica ■ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Planejar para o presente, mas cuidando do futuro. ■ Promover e garantir a inclusão coletiva nos processos de planejamento, para a participação ativa da população nas atividades, nas ações, na gestão e no cotidiano do museu, recuperando a autoestima e promovendo a inclusão social. ■ Incentivar a participação democrática de todos na tomada de decisão e no dia a dia da instituição. ■ Planejar, controlar e replanejar todas as ações (programação do museu – detalhar – mostras, cursos etc, contratações, pagamentos, compras, recebimentos) constantemente.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
<p>23. Planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ O museu possui Regimento Interno? ■ O museu possui Prática de Gestão? ■ Quais as fontes de recursos do museu? ■ O museu busca a viabilidade das atividades econômicas? Como? ■ O museu refaz as contas constantemente? 		<ul style="list-style-type: none"> ■ Realizar o planejamento multidisciplinar, inclusivo e participativo, através de empenho para obter resultados eficientes; compromisso ético com resultados; inclusão e empoderamento do outro, estabelecendo a autonomia do cidadão; ação, movimento e acompanhamento; autogoverno; transparência, confiança e coerência; e discussões e negociações de interesses. ■ Possuir e aplicar o Regimento Interno do museu e a Prática de Gestão. ■ Buscar a viabilidade das atividades econômicas e empresariais, através do planejamento, do replanejamento e da gestão. ■ Refazer e replanejar as contas constantemente.
<p>24. Inserção na rede urbana (exportação e importação de insumos, resíduos e de cultura)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ De onde vêm os insumos? E os resíduos? E os objetos das exposições culturais? ■ Para onde vão os insumos? E os resíduos? E os objetos das exposições culturais? ■ De onde vem os trabalhadores? Quantos são terceirizados? ■ De onde vem o público? 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Entrevista com a administração ■ Coleta documental/iconográfica ■ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Importar insumos de locais próximos (questões de poluição de transporte e taxas do exterior e de fortalecer economia local/regional). ■ Trabalhadores do entorno com folha de pagamento própria, não terceirizar. ■ Público abrangente e variado (local e de fora, para fomentar interação), logo mais abrangente e mais incluyente.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
25. Impacto das atividades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Observar a poluição sonora (barulhos), do ar e visual. ▪ Como é a organização do lixo? Quantas caçambas de lixo existem? ▪ Faz reciclagem de lixo? ▪ O material reciclável é repassado ao mercado informal? ▪ Faz tratamento de resíduos (sólidos e líquidos)? ▪ O museu causa engarrafamento nas ruas do entorno? ▪ O museu causa filas nas calçadas? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar a poluição sonora (barulhos), do ar e visual. ▪ Produzir o mínimo possível de lixo e deixando-os em locais separados, protegidos e arrumados ▪ Reciclar e disponibilizar o material de reciclagem para o mercado informal. ▪ Tratar os resíduos sólidos e líquidos. ▪ Minimizar o impacto no trânsito e na calçada.
26. Plano Museológico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu possui Plano Museológico? ▪ O museu conhece a Política Nacional de Museus? Participa dela? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possuir e adotar o Plano Museológico. ▪ Conhecer e adotar a Política Nacional de Museus.
27. Programas socioambientais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu possui programas socioambientais? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possuir e adotar programas socioambientais.
28. Não comprometimento dos recursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu trabalha dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores? Como? ▪ O museu faz uso racional dos recursos naturais? Como? ▪ O museu economiza água e energia? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar ações e atividades dentro da capacidade de carga dos ecossistemas sustentadores, controlando fluxos e respeitando os ecossistemas, conservando os recursos naturais a partir de uma perspectiva de longo prazo.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
28. Não comprometimento dos recursos			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilizar racionalmente os recursos naturais, evitando desperdícios, economizando água e energia, reaproveitando a água, reutilizando materiais, reciclando etc.
29. Utilização de tecnologias limpas e de maior eficiência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu utiliza tecnologias limpas e de maior eficiência? Quais? ▪ O museu serve de exemplo no consumo de energias limpas e renováveis? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilizar tecnologias limpas e de maior eficiência, servindo de inspiração e exemplo para a população, principalmente no consumo de energias limpas e renováveis (energia fotovoltaica, eólica etc.).
30. Ocupação/implantação do museu	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual espaço o museu ocupa? ▪ O espaço que o museu ocupa é alugado, próprio, outros? ▪ As edificações do museu são tombadas? ▪ A implantação do edifício é em área de preservação? ▪ Qual o impacto do edifício na paisagem? ▪ O edifício é implantado/localizado/projetado de maneira que proporcione a exclusão social – acessibilidade, acessos etc.? ▪ O edifício é implantado/localizado/projetado de maneira que proporcione a segregação territorial – acessibilidade, acessos etc.? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O edifício do museu deve ser implantado em área em que se pode edificar e de maneira que não proporcione a exclusão social nem a segregação territorial, logo deve ser acessível e convidativo. ▪ A área construída deve ser menor que a área permeável disponível e construível por lei. ▪ Deve possuir bicicletário em vez de estacionamento; estar em local acessível; e evitar cruzamento de resíduos com chegada de insumos e público.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
31. Área de atuação do museu	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De onde vem o público? ▪ Qual a área de impacto da atuação do museu (local, regional, global)? ▪ O trabalho do museu atinge o local? ▪ Qual território de atuação? ▪ O museu tem visibilidade global? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Público abrangente e variado (local e de fora, para fomentar interação), logo mais abrangente e mais incluyente. ▪ A atuação do museu deve ser local, porém deve ter visibilidade regional, e até global.
32. Enfrentamento de contradições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu estimula o crescimento concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e produção? E a distribuição de riquezas? Como? ▪ O museu dialoga com os fenômenos urbanos? Como? ▪ O museu atua para minimizar deterioração urbana? Como? ▪ Como o museu enfrenta as contradições entre inovação e o estabelecido (novo e o velho)? ▪ Como o museu interfere na evolução da paisagem urbana? É de forma equilibrada e orientada? ▪ O museu promove a manutenção da paisagem? Como? ▪ O museu promove a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade? Como? ▪ O museu lida com a renovação e a transformação, acompanhando o desenvolvimento? ▪ Existe predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular o crescimento concomitante à capacidade de oferta de infraestrutura e serviços e produção e distribuição de riquezas, através de atividades e eventos informativos. ▪ Dialogar com fenômenos urbanos e naturais, através do respeito e do equilíbrio com os biomas, ecossistemas e culturas. ▪ Trabalhar contra a deterioração urbana e degradação ambiental, através de mutirões, atividades e ações participativas. ▪ A instituição deve promover as tradições sem negar as inovações, deve renovar e transformar, acompanhando o desenvolvimento, porém mantendo as tradições e os valores.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
32. Enfrentamento de contradições	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existe o congelamento da vida? ▪ O museu incorpora os avanços culturais globais, mantendo a cultura local? Como? ▪ O museu apresenta e discute a questão tecnológica? Como? ▪ O museu compartilha tecnologia com seus usuários e com a população local? Como? ▪ O museu se apropria da ciência e da técnica? Como? ▪ O museu estimula a apropriação da ciência e da técnica por parte da sociedade? Como? ▪ O museu promove acesso ao conhecimento e às tecnologias sustentáveis? Como? 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interferir na evolução da paisagem urbana de forma equilibrada e orientada. ▪ Promover a manutenção da paisagem, da personalidade local e da cultura material e imaterial, através de atividades e de ações com a participação da comunidade. ▪ Promover a preservação e o desenvolvimento compatíveis com a dinâmica real da cidade, focando sempre nos anseios dos habitantes locais, sem o predomínio de interesses econômicos de determinados segmentos e sem o congelamento da vida. ▪ Incorporar os avanços culturais globais, mantendo a cultura local. ▪ Apresentar, discutir e engajar-se na questão tecnológica, através de exposições, palestras, debates, cursos, capacitação, compartilhamento e atividades. ▪ Incorporar os avanços tecnológicos globais, compartilhando com a população (por meio de acesso e cursos de informática, por exemplo), porém mantendo e respeitando a cultura local.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
32. Enfrentamento de contradições			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apropriar-se, no sentido amplo do termo, da ciência e da técnica e estimular a apropriação por parte da sociedade, através da garantia de acesso, de exposições, de cursos, de capacitação, de palestras, de debates e de ações. ▪ Promover e garantir o acesso ao conhecimento e às tecnologias sustentáveis, através da capacitação e do exemplo dado.
33. Possibilidades de criar e de inovar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove a criação? Como? ▪ O museu promove a inovação? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a criação e a inovação, através de ações e atividades, direcionadas para o presente, para que se tenha um futuro melhor.
34. Contextualização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O trabalho do museu está direcionado para o passado, presente ou futuro? ▪ O museu promove o entendimento do passado? Como? ▪ O museu promove a configuração do presente? Como? ▪ O museu é consciente do seu contexto social que estão inseridos? ▪ O museu se considera inserido no contexto do lugar? Por quê? ▪ O museu promove a contextualização do público e da comunidade? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direcionar suas ações e atividades para o presente, para que se tenha um futuro melhor. ▪ Promover, em atividades, ações e projetos, o entendimento do passado, resgatando histórias, e auxiliando na configuração do presente, para o melhor planejamento do futuro. ▪ Ser consciente do seu contexto social, deixando claro em ações e atividades. ▪ Promover a consciência do contexto social, através de ações e atividades que estimulem o pensamento crítico da população.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
34. Contextualização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove a compreensão da realidade? Como? ▪ O museu considera e celebra a existência de diferentes contextos? Como? ▪ O museu promove o pensamento crítico a condicionantes históricos, culturais, econômicos e ecológicos? Como? ▪ O museu promove o pensamento crítico das consequências de ordem pública? Como? 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a compreensão da realidade, através de exposições, debates, palestras, visitas e mutirões para que a própria comunidade reconheça e sinta a realidade em que vive, para ter uma postura crítica. ▪ Promover o pensamento crítico de condicionantes históricos, culturais, econômicos e ecológicos e das consequências de ordem pública, com atividades e ações. ▪ Estimular uma arena pública e uma prática política.
35. Conservação estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual a relação do museu/patrimônio com o turismo? ▪ O museu conhece a conservação estratégica? ▪ O museu utiliza a conservação estratégica? Como? ▪ O museu promove o equilíbrio do campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu/patrimônio e o turismo devem manter uma relação harmônica e de respeito. ▪ Conhecer e utilizar a conservação estratégica, através do controle de fluxos de locais tombados, medidas pedagógicas e políticas urbanas. ▪ Promover o equilíbrio do campo de forças opostas existentes em todo objeto patrimonial, através da mediação, de atividades e de ações que priorizem o habitante local.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
36. Integração dos bens culturais à malha urbana	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu está integrado à cidade? Como? ▪ O acervo está integrado à cidade? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deve haver a integração dos bens culturais (museu/patrimônio/acervo) à malha urbana, através do uso compatível e do relacionamento museu/cidadãos/comunidade.
37. Respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu estimula o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais? Como? ▪ O museu promove a diversidade? Como? ▪ O museu promove o respeito aos valores sociais locais e ao tecido social? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular o respeito aos diferentes valores entre os povos e às identidades locais, através de exposições, palestras, visitas, cursos e atividades que divulguem e celebrem a diversidade. ▪ Promover a diversidade, permitindo a afirmação de diferentes culturas (e de suas relações com a natureza), através de encontros culturais e exposições para oferecer a troca de informação e o conhecimento. ▪ Promover o respeito aos valores sociais locais e ao tecido social, divulgando e celebrando a cultura local, com eventos, atividades, exposições etc.
38. Redução das injustiças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove a redução das injustiças? Como? ▪ O museu promove a valorização da justiça social? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e engajar-se na redução das injustiças e na valorização da justiça social através de todas as suas atividades, ações e projetos.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
39. Redução das desigualdades sociais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu trabalha contra a desigualdade social? Como? ▪ Esse trabalho realça e mantém as diferenças culturais? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Lutar contra a desigualdade social, realçando e mantendo as diferenças culturais, através de atividades e ações que incluam a população e apresentem e celebrem as diversidades.
40. Combate ao preconceito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu trabalha no combate aos preconceitos? Como? ▪ O museu busca e promove o alcance da igualdade? Como? ▪ O museu promove a liberdade dos indivíduos? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Buscar e promover a igualdade, o combate aos preconceitos e a liberdade dos indivíduos, com atividades, projetos e ações participativas e inclusivas, e principalmente através do próprio quadro de funcionários e técnicos.
41. Melhora da qualidade de vida coletiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu possui ações para a melhoria da qualidade/da condição de vida da população do entorno? Quais? ▪ O museu assegura a renda básica e o direito de ganhar a vida de seus funcionários (pelo menos)? ▪ Os funcionários do museu possuem jornada de trabalho reduzida? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprometer-se com ações de melhora da qualidade de vida local, através da organização e participação em mutirões de limpeza, de trabalho, de educação, de capacitação, de ajudas etc. ▪ Assegurar e atuar para que seus parceiros também assegurem a renda básica e o direito de ganhar a vida de seus funcionários (pelo menos), através da gestão económica e do planeamento. ▪ Reduzir a jornada de trabalho de seus funcionários, garantindo a qualidade de vida.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
42. Resgate da autoestima da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu promove o resgate da história local? Como? ▪ O museu promove o resgate da autoestima da comunidade? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o resgate da história local, assim como da autoestima da comunidade através de atividades e ações que divulguem e celebrem a cultura local.
43. Valorização do patrimônio natural e cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu valoriza o patrimônio natural? Como? ▪ O museu estimula a valorização do patrimônio natural? Como? ▪ O museu conserva e preserva o patrimônio (material e imaterial) do entorno/da comunidade? Como? ▪ O museu trabalha em causas relacionadas à vida cotidiana e ao futuro da sociedade? Como? ▪ O museu valoriza elementos com valor cultural, artístico, histórico, técnico, científico e ambiental? Como? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorizar o patrimônio natural, através de sua apresentação e informando a população de sua importância, para que se despertem o interesse e o cuidado. ▪ Estimular a valorização do patrimônio natural, através de sua apresentação e informando à população sua importância, para que despertem o interesse e o cuidado. ▪ Conservar e preservar o patrimônio (material e imaterial), através de atividades e ações com a participação da comunidade. ▪ Apresentar e debater assuntos relacionados à vida cotidiana e ao futuro da sociedade, através de atividades e ações com a participação ativa da comunidade. ▪ Valorizar e estimular a valorização de elementos com valor cultural, artístico, histórico, técnico, científico e ambiental, através da informação da importância com atividades, projetos e ações.

VARIÁVEIS SINTETIZADAS	OPERACIONALIZAÇÃO	INSTRUMENTOS	HIPÓTESES/MENSURAÇÃO (mais próximo da sustentabilidade)
<p>44. Atuação transetorial</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O museu adota uma abordagem transdisciplinar? Como? ▪ O museu possui e promove a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária? Como? ▪ O museu possui parcerias com as escolas? ▪ O museu possui convênios e parcerias com universidades e centros de pesquisa? Quais? ▪ O museu estimula a integração e as parcerias de universidades e com a comunidade? Como? ▪ O museu interage e integra-se com cientistas, técnicos e filósofos? Como? ▪ O museu estimula essa integração com a sociedade? Como? ▪ O museu promove a interação do conhecimento científico com o conhecimento popular? Como? ▪ O museu trabalha em conjunto? Com quem? ▪ O museu promove maior articulação dos agentes de transformação da sociedade? Como? ▪ O museu atua em conjunto com o Estado ou com outros atores para o desenvolvimento baseado no patrimônio? Como? ▪ O museu é articulado com quantos atores? Quais são eles? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevista com a administração ▪ Coleta documental/ iconográfica ▪ Formulário com o público ▪ Observação sistemática 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotar a abordagem multidisciplinar no trabalho do museu, garantindo o diálogo com diversas áreas de conhecimento e tornando-se recurso para o desenvolvimento sustentável. ▪ Atuar e promover a articulação entre o ensino, a pesquisa e a intervenção universitária, com parcerias, convênios e mediações instituição/comunidade. ▪ Possuir parcerias e convênios com escolas, universidades e centros de pesquisa. ▪ Estimular e mediar a integração e as parcerias de universidades e com a comunidade. ▪ Interagir e integrar-se a cientistas, técnicos e filósofos, produzindo e divulgando conhecimento. ▪ Aproximar e estimular integração de cientistas, técnicos e filósofos da sociedade, promovendo a interação do conhecimento científico com o popular. ▪ Trabalhar em conjunto com diversas áreas do conhecimento, para promover e garantir a maior articulação entre os agentes de transformação da sociedade. E engajar-se como um agente. ▪ Atuar em conjunto com o Estado ou com outros atores para o desenvolvimento baseado no patrimônio.

expedida em 11/09/72, residente e domiciliado na QL 10 Conj.1 casa 16, Lago Azul, Brasilia-DF.....

.....; como Interveniante a SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/ SPHAN, neste ato representado pelo Sr. Subsecretario, Dr. IRAPOAN CAVALCAN- TI DE LYRA, brasileiro, casado, administrador, residente e do- miciliado na Rua Rosalina Coelho Lisboa, nº 107, inscrito no - C.P.F. sob o numero 039.010.847/00, portador da identidade do M.Aer. nº 112.527 expedida em 19/10/62.....

Identificados por mim, do que dou fé. Então, pelos outorgantes me foi dito:- PRIMEIRO - que são senhores e legítimos possuidores de: 1) - imóvel sito na Estrada da Barra de Guaratiba, lado impar, distante 12 m. depois do marco Km. 21; 2) - imóvel - sito na Estrada da Barra de Guaratiba, lado par, distante 12m. depois do marco Km. 21; 3) - lote nº 03 (tres), com frente para a Estrada da Barra de Guaratiba, lado impar, a 140 m. do marco Km. 21; 4) - Lote nº 06 (seis), com frente para a Estrada da Barra de Guaratiba lado par, a 140 m. do marco Km. 21; - todos na Freguesia de Guaratiba que assim se descrevem e caracterizam: o primeiro mede 149,60 m. de frente; 329,20 m. nos fundos em dois segmentos de 233,50 m. mais 95,70 m., 1.140,50m à direita em dois segmentos de 796,50 m. mais 344,00 m. e 1.281,40 m. à esquerda em cinco segmentos de 241,30 m. mais -



22.º OFÍCIO DE NOTAS — TABELIÃO: DR. EDVARD CARVALHO BALBINO

RUA SENADOR DANTAS, 84, Loja C - CIDADE DO RIO DE JANEIRO
TEL. PBXº 240-4482 — 220-8646

mais 191,50 m. mais 342,20 m. mais 234,40 m. mais 272,00 m.,
confrontando nos fundos com terreno do Banco de Crédito Móvel,
à direita com terreno dos outorgantes e à esquerda com terreno
de Paulo Alves Lomba e José Leonardo Pereira; o segundo mede:-
149,20 m. de frente, 118,00 m. de fundos, 1.050,00 m. à direi-
ta e 1.078,00 m. à esquerda, confrontando nos fundos com o Rio
da Maré, à direita com terreno de Paulo Alves Lomba e à esquer-
da com o terreno dos outorgantes; o terceiro mede: 27,00m. de
largura na frente, pela Estrada da Barra de Guaratiba, igual
largura na linha dos fundos, 1.003,00 m. de comprimento pelo -
lado direito e em dois segmentos de 65,00 m. de 938,00 m. res-
pectivamente e 1.025 m. pelo lado esquerdo, também em dois seg-
mentos sendo um de 150,00 m. e outro de 875,00 m. com a área -
de 27.391,00 m².; confrontando à direita com terreno dos outor-
gantes, à esquerda com o lote nº 9 de Cândida Maria de Jesus e
nos fundos com o Rio Maré; o quarto mede: 27,00 m. de frente e
fundos, 1.207,00 m. à direita e 1.198,00 m. à esquerda, con-
frontando à direita com o lote nº 12, de Cândida Maria de Je-
sus e à esquerda com terreno dos outorgantes; os imóveis são-
inscritos na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, sob os nºs
535.255-4 (o primeiro); sob o nº 540.771-3 (o segundo), sob o
nº 723.851-2 (o terceiro) e sob o nº 723.852-0 (o quarto), to-
dos com o C.L. nº1386- e se acham registrados no Registro Ge-
ral de Imóveis do Cartório do 9ºOfício, respectivamente sob as
matrículas nºs 15.168, 15.167 os 2 primeiros, e sob o numero -
42.812, fls. 272 livro 3-CR, os dois últimos. Nesses terrenos
encontram-se benfeitorias que constituirão a casa de residência
e seus anexos, a capela, as obras de arte de cantaria e o ripa-
do de plantas, todas em construção, sob o nº2019 da Estrada da
Barra de Guaratiba, nesta cidade. SEGUNDA - que os imóveis an-
tes descritos e caracterizados foram adquiridos pelo outorgan-

outorgantes da seguinte forma: a) - 2/6 do 1º imóvel nos termos das transcrições do 9ºOfício de Imóveis, na matrícula nº 15.168, Av. 1, R-2, R-4, R-5, R-6, R-8, R-9, R-10, R-11, R-12, R-13, R-14 e 4/6 por compra à Joventina Maria Teixeira, conforme escritura do 24ºOfício, desta cidade, lavrada em 27/10/1977 no livro 2090, fls.7 e registrada no 9ºOfício de Imóveis, na matrícula 15.168, R-16; b) - 2/6 do 2º imóvel nos termos das transcrições do 9ºOfício de Imóveis na matrícula 15.167, Av-1 R-2, R-4, R-5, R-6, R-8, R-9, R-10, R-11, R-12, R-13, R-14 e 4/6 por compra à Joventina Maria Teixeira, conforme escritura do 24ºOfício, desta cidade, lavrada em 27/10/1977, no livro nº 2090, folhas 7 e registrada no 9ºOfício de Imóveis, na matrícula 15.168, R-16; c) - os dois últimos imóveis do Espólio de Raulina Pereira Barbosa, e outros nos termos da carta de Adjucação expedida pelo Juízo de Direito da 1a. Vara de Orfãos e Sucessões, Cartório do 1ºOfício, desta cidade, registrada no 9ºOfício de Imóveis, as folhas 272, do livro 3-CR, sob o número 42.814. TERCEIRA: que assim, como possui a sua parte dos já descritos imóveis livre e desembaraçada de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, foro ou pensão, salvo o tombamento que adiante será mencionado, pelo presente e na melhor forma de direito, o outorgante vendedor vende a totalidade de sua parte dos referidos imóveis, pelo preço certo e ajustado de Cr\$200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) pago neste ato pelo cheque nº CDV 351991 do Banco nº 104 -Caixa Economica Federal, de cujo recebimento o outorgante dá plena, raza, e geral quitação; QUARTA: que assim como possui a sua parte dos já descritos imóveis, livre e desembaraçada de todo e qualquer ônus judicial ou extrajudicial, foro ou pensão, salvo o tombamento que adiante será mencionado, pelo



22.º OFÍCIO DE NOTAS — TABELIÃO: DR. EDVARD CARVALHO BALBINO

RUA SENADOR DANTAS, 84, Loja C - CIDADE DO RIO DE JANEIRO
TEL. PBXº 240-4482 — 220-8646



pela presente e na melhor forma de direito o outorgante doador de sua parte doa à outorgada a totalidade

dos referidos imóveis, bem como todos os bens móveis que constituem as diversas coleções neles existentes, que constarão de inventário a ser procedido nos termos do item VII da cláusula V, com os encargos que serão explicitados na cláusula que se segue, declarando a donatária que aceita a doação na forma e nos termos em que é feita. QUINTA - que a outorgada se obriga, sob as penas da Lei, a cumprir os encargos da doação a seguir discriminados: 1º)- a outorgada concorda em que o complexo paisagístico constituído nos imóveis objeto desta escritura seja denominado "Sítio Roberto Burle Marx", que passará a constituir órgão da outorgada, fixados os seus objetivos, em regimento interno; 2º) - a outorgada realizará no "Sítio Roberto Burle Marx" as obras finais, de conservação e de emergência, estimadas em Cr\$100.000.000 (cem milhões de cruzeiros), obediendo o orçamento e cronograma a ser aprovado pelas partes. 3º)- o outorgante doador manterá, até o seu falecimento, a posse direta dos imóveis e as benfeitorias objeto desta escritura nos termos da cláusula 6a. deste instrumento. 4º) - a outorgada se obriga a fazer com que os imóveis referidos sejam sempre utilizados como um centro de estudos e pesquisas relacionadas com paisagismo e conservação da natureza; 5º)- a direção e administração dos objetivos antes referidos caberá ao outorgante doador, enquanto viver, devendo os recursos gerados serem investidos no "Sítio Roberto Burle Marx", de acordo com o plano de trabalho elaborado e aprovado por ambas as partes, cumpridas as disposições do Regimento Interno a que se refere o item 1º; 6º)-A outorgada se obriga a dispender mensalmente com o "Sítio Roberto Burle Marx" os salários de todas as pessoas necessárias à sua boa manutenção, importando esta despesa num

num piso mínimo igual a 100 (cem) salários mínimos, mediante -
quadro a ser elaborado de forma que seja mantida a isonomia sa-
larial em relação aos servidores da outorgada; os mesmos serão
admitidos pela outorgada, a partir desta data, pelo regime da
CLT, cabendo, também, à outorgada o ônus dos encargos previden-
ciários e trabalhistas; 7º)- a outorgada se obriga a preservar
a integridade física e institucional das diversas coleções exis-
tentes nos referidos imóveis, sejam elas de plantas, de cerâmi-
ca, arte sacra, pinturas do outorgante, livros e o que mais en-
contrado for, que constarão de um termo de inventário a ser -
procedido pelo doador, e mantê-los como parte integrante do
acervo do "Sítio Roberto Burle Marx"; 8º)- será criado um Con-
selho Consultivo, nos termos do Regimento aludido no item 1º,
desta cláusula, cujos componentes para exercer o primeiro man-
dato, além dos membros natos, serão os seguintes:- 1) -GRAZI
ELLA MACIEL BARROSC, brasileira, viuva, pesquisadora, em ciên -
cias exatas e da natureza, CPF nº026.613.227/87, IFP numero -
104063, residente nesta cidade, à Av. Ataulfo de Paiva, nº932/403;
2) -MARIA DO CARMO DE MELLO FRANCO NABUCO, brasileira, casada, do
lar, CPF nº 008.591.847/49, IFP nº 241.751, residente nesta ci-
dade, à Rua Icatú, nº91; 3) -LUIZ EMYGDIO DE MELLO FILHO, brasi -
leiro, casado, professor, CPF nº002.743.307/25; IFP nº353.930,
residente nesta cidade, à Rua Décio Vilares, nº335-Cob.02; 4) KLARA ANNAMARIA KAISER MARI, apátrida, casada, arquiteta, CPF nº
557.923.838/04, DOPS-SP nº5977945, residente à Rua Eugenio de
Medeiros, nº461-São Paulo-SP; 5) - JORGE MACHADO MOREIRA, brasi-
leiro, casado, engenheiro arquiteto, CPF nº008.158.707/44, CREA
nº2.223-D, residente nesta cidade, à Rua Eurice Cruz, nº64-aptº
304; 6) - LUIZ ANTONIO FERRAZ MATTHES, brasileiro, solteiro,
maior, engenheiro agrônomo, CPF nº721.421.628/00, nº4359340-SP
residente à Rua Franz Wilhelm Dasert, nº79-Campinas-SP; 7) - NA

e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura. OITAVA: - que em face da compra e venda e doação ajustada, os outorgantes cedem e transferem, obedecido o pacto acessório de comodato, toda posse, domínio, direito e ação que até hoje tenham e exerçam sobre os citados imóveis, havendo por empossada a outorgada por bem desta escritura e da "cláusula constituti". NONA: - que em face à transferência efetuada na cláusula anterior, passam a correr, ressalvadas as isenções legais, por conta da outorgada, todos os tributos, taxas e quaisquer outros ônus existentes ou que venham a ser criados, incidentes sobre os imóveis, inclusive durante o prazo estipulado na cláusula SEXTA. DÉCIMA: - a presente obrigam os contratantes, por si, herdeiros e sucessores, a qualquer tempo e a qualquer título, declarando os outorgantes que respondem pela evicção de direito. DÉCIMA PRIMEIRA: - os outorgantes doador e vendedor e cônjuge assistente constituem como seus procuradores, JOSÉ WALDEMAR TABACOW, arquiteto, separado judicialmente, e MARIA AMALIA MANASFI FIGUEIREDO, casada secretaria, brasileiros, residentes nesta cidade, inscritos no C.P.F. sob os n.ºs 051.659.207/63 e 315.565.827/49, IFP n.ºs 1.727.558 e 2.605.856 expedidas em 03/08/71 e ... 13/09/74, respectivamente

.....

.....

.....

para, de por si, e independente de nomeação, procederem às retificações e ratificações que necessário forem por instrumento público ou particular, podendo substabelecer tais poderes, ficando restritas as re-ratificações a exigências que venham a ser formuladas no Registro do Título DÉCIMA SEGUNDA: - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer questões. Pela Outorgada me foi dito que aceita a presente como está feita. O outorgante vendedor e outorgante doador



22.º OFÍCIO DE NOTAS — TABELIÃO: DR. EDVARD CARVALHO BALBINO

RUA SENADOR DANTAS, 84, Loja C - CIDADE DO RIO DE JANEIRO
TEL. PBXº 240-4482 — 220-8646



doador, declaram que não são e nunca foram contribuintes obrigatórios da Previdência Social, na qualidade de empregadores. Assim o disseram, do que dou fé, e me pediram hes lavrasse a presente, que, lida e aceita, assinam. Certifico e porto por fé:- 1)-que, deixou de ser apresentado o comprovante do pagamento do imposto de transmissão, nos termos do Decreto-Lei nº 6757 de 17/12/1979 - Artº 14. 2) - que, foram apresentadas - as certidões negativas do Nono Distribuidor, as dos Primeiro e Segundo Ofícios de Interdições e Tutelas, e a do Serviço de Distribuição e Registro da Justiça Federal, Seção deste Estado, e a de ônus reais; 3) - que, os imóveis estão quites de impostos e taxas até o exercício de 1984, e o terreno não é foreiro ao Município do Rio de Janeiro; 4) - que, foi emitida a DOI, conforme IN/SRF/129/80; 5)-que, cópias dos documentos de identificação dos contratantes ficam arquivadas neste Cartório; 6)-que, as custas devidas pelo presente ato, serão recolhidas à Agencia Cinelandia do Banerj no proximo dia util.- Em tempo: Para os efeitos fiscais, dá-se a presente doação no valor de Cr\$200.000.000. Eu, OLINDA DE CHAVES FRANCO, Técnico Judiciario Juramentado, matricula do IPERJ numero 06/1296, lavrei, li e encerro o presente ato, colhendo as assinaturas. (a.a.) GUILHERME SIEGFRIED MARX,- JULIA COHEN MARX,- MARCOS VINICIOS RODRIGUES VILAÇA,- IRAPOAN CAVALCANTI DE LYRA,- ROBERTO BURLE MARX. Certifico que por determinação do Tabelião, a presente cópia é expedida sem o depósito prévio das custas. T R A S L A D A D A , EM 14 DE MARÇO DE 1985. Ressalvo a entrelinhas e rasuras:"de sua parte"- "MARX"- "assistido"- "imóvel" de"- "outorgante"- "totalidade"- "com os"- "penas"- "Sítio"- "estimadas"- "objetivos"- "dispender"- "um"- "integridade"- "disposições" "lhes"-Eu, Técnico Judiciario Juramentado, a conferi. E eu, Tabelião, a subscre-

subscrovo e assino, em publico e razo.

Reg. de Imóveis - 9º. Ofício	
REGIMENTO DE CUSTAS	
TABELA VI - Número 1	
Letra	Cr\$ 2.339.360
Lei 713/83	Cr\$ 547.839
Guia(as)	Cr\$ 3.072
Averb.	Cr\$ -
Mutua(as)	Cr\$ 45.656
Total	Cr\$ 3.335.927

EM TESTO () DA VERDADE

ALVES BALBINO
Fabricio substituto



PODER JUDICIARI
JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
REGISTRO DE IMÓVEIS - CARTÓRIO DO 9.º
Av. Nilo Peçanha, 12 - 6.º Andar
COMARCA DA CAPITAL

ESTE TITULO FOI REGISTRADO
SOB N.º 01202 NA(S) MATRICUL
N.º(s) 132920-132921 Em 29/4/1985
R. 17 e 18 Matrículas: 15167; 15168

Oficial: Dr. ADILSON ALVES MENDES - Mat. 06/0027
Vf. Substituto: Dr. CESAR BEZERRA VIEIRA FERREIRA - Mat. 06/14
Autorizado: JOAQUIM SOARES - Mat. 06/0241

in.

ANEXO 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título: SUSTENTABILIDADE INTEGRADA DO PATRIMÔNIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX.

OBJETIVO DO ESTUDO: O objetivo deste projeto é o estudo da sustentabilidade integrada do patrimônio cultural brasileiro, onde realizamos um estudo de caso do sítio Roberto Burle Marx.

ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO: Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para a pesquisa da sustentabilidade integrada do patrimônio cultural brasileiro, onde realizamos um estudo de caso do sítio Roberto Burle Marx. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.

PROCEDIMENTO DO ESTUDO: Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista em grupo e/ou de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizaremos seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.

GRAVAÇÃO EM ÁUDIO: Todas as entrevistas serão gravadas em áudio. As fitas serão ouvidas por mim e por uma entrevistadora experiente e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. As fitas serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em áudio, você não poderá participar deste estudo.

RISCOS: Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.

BENEFÍCIOS: Sua entrevista ajudará a pesquisa da sustentabilidade integrada do patrimônio cultural brasileiro: um estudo de caso do sítio Roberto Burle Marx, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

CONFIDENCIALIDADE: Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas fitas de áudio, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.

DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES: Esta pesquisa está sendo realizada no Sítio Roberto Burle Marx. Possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS), no curso Mestrado em Museologia e Patrimônio sendo o aluno RODRIGO ANDRADE ALVARENGA o pesquisador principal, sob a orientação do Prof. MARIO DE SOUZA CHAGAS. As investigadoras estão disponíveis para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, contacte RODRIGO ANDRADE ALVARENGA no telefone 21 98023-1788, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail cep.unirio09@gmail. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

Eu concordo em participar deste estudo.

Assinatura: _____

Data: _____

Endereço _____

Telefone de contato _____

Assinatura

(Pesquisador): _____

Nome: Rodrigo Andrade Alvarenga

Data: 19/04/2023

ANEXO 4 – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, NOME E SOM DA VOZ PARA FINS DE PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE IMAGEM, NOME E SOM DA VOZ PARA FINS DE PESQUISA

Eu, **[nome do(a) participante da pesquisa / entrevistado(a)]**, autorizo a utilização da minha imagem, meu nome e som de minha voz, na qualidade de participante ou entrevistado(a) no projeto de pesquisa intitulado SUSTENTABILIDADE INTEGRADA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UM ESTUDO DE CASO DO SÍTIO ROBERTO BURLE MARX, desenvolvido por RODRIGO ANDRADE ALVARENGA orientado por MARIO DE SOUZA CHAGAS. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), em parceria com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

Minha imagem, meu nome e som da minha voz poderão ser utilizados apenas em função de minha participação na pesquisa supracitada e de seus resultados, estando autorizados a serem citados em apresentações e atividades acadêmicas, assim como em publicações impressas ou digitais que versem sobre a referida pesquisa.

Tenho ciência de que não haverá divulgação da minha imagem, meu nome ou som de minha voz por qualquer meio de comunicação de massa, sejam elas televisivas, radiofônicas ou pelas redes digitais, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e a pesquisa explicitadas anteriormente. Tenho ciência também de que a guarda e os demais procedimentos de segurança com relação às imagens e registro de voz são de responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável. Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem, meu nome e som de minha voz.

Este documento é elaborado em duas vias, ficando uma com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e outra em posse do(a) participante.

Assinatura do (a) participante

Nome e Assinatura do (a) pesquisador (a)

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____

ANEXO 5 – PLANO ESTRATÉGICO DO SÍTIO BURLE MARX 2022-2026



Plano Estratégico SRBM 2022-2026

DOCUMENTO EM PROCESSO

1. MISSÃO E VISÃO INSTITUCIONAIS

MISSÃO

- Preservar, pesquisar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx¹, com base no Patrimônio Cultural do SRBM, constituindo-se como centro de memória e estudos construtor e difusor de conhecimentos nos campos do paisagismo, do patrimônio cultural, da preservação ambiental e das artes.

VISÃO

- Constituir-se, por meio de ações estratégicas e gestão participativa, como um centro de referência da obra de Burle Marx, com foco em pesquisa, inovação e educação, articulador de atividades e políticas nos campos do paisagismo, da paisagem, da preservação ambiental, do patrimônio cultural e das artes, alinhado à missão institucional e à visão do Iphan e em consonância com a Política Nacional de Patrimônio Cultural.

2. MARCOS NORMATIVOS LEGAIS E INFRA LEGAIS

2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IPHAN 2021-2024

- <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico-1/apresentaofinalpe1.pdf>
- https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico-1/mapa_estrategico_iphan.pdf



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS IPHAN 2021-2024

O.E. 01	Promover a valorização das pessoas
O.E. 02	Aprimorar as estratégias de desenvolvimento do capital humano
O.E. 03	Fortalecer a gestão e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação
O.E. 04	Instituir e implementar a gestão do conhecimento
O.E. 05	Otimizar e simplificar a gestão de processos

¹ Considera-se como obra de Roberto Burle Marx: o seu saber-fazer; a sua produção paisagística, artística, científica e cultural; o Sítio como um todo, com seus diversos acervos; as coleções constituídas por Burle Marx, inclusive e especialmente a coleção botânico-paisagística; e a dinâmica da vida do SRBM.

O.E. 06	Promover a integração e a sinergia entre as unidades
O.E. 07	Aprimorar os canais e os conteúdos de comunicação.
O.E. 08	Ampliar parcerias e acordos com vários segmentos.
O.E. 09	Ampliar o diálogo com os beneficiários
O.E. 10	Ampliar o acesso aos benefícios da política de patrimônio
O.E. 11	Desenvolver as capacidades de agentes com interesse na área do patrimônio cultural.
O.E. 12	Democratizar o acesso ao patrimônio cultural.

2.3. PORTARIA IPHAN Nº 63, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022.

[HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/WEB/DOU/-/PORTARIA-IPHAN-N-63-DE-29-DE-DEZEMBRO-DE-2022-455017542](https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-iphan-n-63-de-29-de-dezembro-de-2022-455017542)

Aprova o Regimento Interno do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e dá outras providências.

Publicado em 02/01/2023 10h05

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 6º O Iphan tem a seguinte estrutura organizacional:

(...)

IV - órgãos específicos singulares:

a) Superintendências; e

(...)

b) Unidades Especiais:

(...)

3. Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (SRBM);

3.1) Divisão Administrativa (DIVAD-SRBM); e

3.2) Divisão Técnica (DITEC-SRBM).

(...)

Art. 113. Ao Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (SRBM) compete:

I - preservar, gerir, pesquisar, organizar, divulgar e disponibilizar à sociedade o patrimônio botânico, paisagístico, museológico, arquitetônico, bibliográfico e arquivístico do Centro;

II - conservar e preservar as áreas de jardim e de paisagem do Centro, em conformidade com os princípios paisagísticos estabelecidos e adotados por Roberto Burle Marx;

III - preservar, pesquisar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx, com base no patrimônio cultural do Centro;

IV - produzir, organizar e difundir conhecimentos acerca dos temas paisagismo, paisagem, botânica, horticultura, fitossanitarismo, patrimônio cultural, artes e conservação da natureza;

V - elaborar e implementar, com apoio do Comitê Gestor do SRBM Patrimônio Mundial, o Plano de Gestão SRBM Patrimônio Mundial e responsabilizar-se pela preservação e disponibilização à sociedade dos atributos que sustentam o Valor Universal Excepcional definido na inscrição do SRBM na Lista do Patrimônio Mundial;

VI - atender ao monitoramento periódico e às demais recomendações e solicitações da Unesco pertinentes à preservação dos atributos que sustentam o Valor Universal Excepcional definido na inscrição do SRBM na Lista do Patrimônio Mundial;

VII - desenvolver, planejar, organizar e implantar as ações de educação patrimonial do SRBM voltadas a estudantes, a pesquisadores, à comunidade local e à sociedade em geral;

VIII - estabelecer e executar o plano de comunicação e difusão do SRBM, e realizar a agenda anual de eventos culturais do SRBM;

IX - celebrar, fiscalizar e acompanhar a execução de convênios, acordos e contratos, observando as diretrizes do lphan e o Plano Anual de Trabalho do SRBM aprovado.

Art. 114. À Divisão Administrativa (DIVAD-SRBM) compete:

I - instruir, analisar, gerir, monitorar e fiscalizar os contratos administrativos e eventuais aditivos, reajustes, repactuações e reequilíbrios, sob gestão da Superintendência;

II - instruir, analisar, gerir, monitorar e fiscalizar os instrumentos de repasse e congêneres, eventuais ajustes e as respectivas prestações de contas, bem como as permissões onerosas de uso, no âmbito de sua atuação;

III - subsidiar o Departamento de Planejamento e Administração na formulação do Plano Plurianual e do planejamento orçamentário-financeiro e na gestão de recursos humanos da Superintendência;

IV - executar as dotações orçamentárias e financeiras recebidas na sua Unidade Gestora;

V - efetuar os registros, manter atualizados os assentamentos funcionais e executar o controle de lotação e exercício dos servidores ativos;

VI - subsidiar a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas quanto a inclusões, exclusões e alterações referentes à folha de pagamento dos servidores ativos e inativos;

VII - acompanhar e executar as atividades que envolvam a atuação da unidade gestora do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS;

VIII - planejar, licitar, contratar, gerir e fiscalizar a aquisição de bens e a contratação de serviços destinados à manutenção administrativa da Superintendência;

IX - executar as atividades de controle do estoque físico e registro contábil dos materiais de consumo;

X - executar as atividades de administração patrimonial, propondo a realização de processos de alienação, cessão e baixa de material permanente.

Art. 115. À Divisão Técnica (DITEC-SRBM) compete:

I - planejar, gerir e fiscalizar a aquisição de bens e a contratação de serviços destinados ao cumprimento dos planos de ação finalísticos e demais necessidades específicas da área técnica do SRBM;

II - realizar a análise quanto aos aspectos técnicos relativos ao objeto de processos licitatórios de natureza finalística;

III - analisar, acompanhar e fiscalizar os projetos executados por meio de instrumentos de repasse e congêneres, eventuais ajustes e as respectivas prestações de contas, firmados pelo SRBM;

IV - preservar, gerir, pesquisar, organizar, divulgar e disponibilizar à sociedade o patrimônio botânico, paisagístico, museológico, arquitetônico, bibliográfico e arquivístico do SRBM;

V - conservar e preservar as áreas de jardim e de paisagem do SRBM, em conformidade com os princípios paisagísticos estabelecidos e adotados por Roberto Burle Marx;

VI - executar, manter atualizados e disponibilizar à sociedade os inventários e registros pertinentes aos acervos botânico, paisagístico, museológico, arquitetônico, bibliográfico e arquivístico do SRBM;

VII - realizar a conservação, o manejo, a gestão e o processamento técnico do acervo botânico-paisagístico do SRBM;

VIII - promover e desenvolver estudos e pesquisas nos campos do paisagismo, da paisagem, da botânica, da horticultura, do fitossanitarismo, do patrimônio cultural, das artes e da conservação da natureza;

IX - organizar e difundir junto à comunidade científica e à sociedade em geral os conhecimentos produzidos nos campos do paisagismo, da paisagem, da botânica, do patrimônio cultural, das artes e da conservação da natureza;

X - preservar, pesquisar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx, com base no patrimônio cultural do SRBM;

XI - desenvolver, planejar, organizar e implantar as ações de Educação Patrimonial do SRBM voltadas à estudantes, pesquisadores, à comunidade local e à sociedade;

XII - estabelecer e executar o Programa de Visitação do SRBM, considerando um amplo espectro de públicos atendidos, registrando e acompanhando os indicadores de satisfação dos visitantes;

XIII - estabelecer e executar o Plano de Comunicação e Difusão do SRBM.

2.4. LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

[HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/ATO2007-2010/2009/LEI/L11904.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/L11904.htm)

Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências

Seção III

Do Plano Museológico:

Art. 44. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico.

Art. 45. O Plano Museológico é compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade.

Art. 46. O Plano Museológico do museu definirá sua missão básica e sua função específica na sociedade e poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I – o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II – a identificação dos espaços, bem como dos conjuntos patrimoniais sob a guarda dos museus;

III – a identificação dos públicos a quem se destina o trabalho dos museus;

IV – detalhamento dos Programas:

- | | |
|--------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| a) Institucional; | g) Arquitetônico-urbanístico; |
| b) de Gestão de Pessoas; | h) de Segurança; |
| c) de Acervos; | i) de Financiamento e Fomento; |
| d) de Exposições; | j) de Comunicação. |
| e) Educativo e Cultural; | k) de acessibilidade a todas as pessoas. |
| f) de Pesquisa; | (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência) |

§ 1º Na consolidação do Plano Museológico, deve-se levar em conta o caráter interdisciplinar dos Programas.

§ 2º O Plano Museológico será elaborado, preferencialmente, de forma participativa, envolvendo o conjunto dos funcionários dos museus, além de especialistas, parceiros sociais, usuários e consultores externos, levadas em conta suas especificidades.

§ 3º O Plano Museológico deverá ser avaliado permanentemente e revisado pela instituição com periodicidade definida em seu regimento.

Art. 47. Os projetos componentes dos Programas do Plano Museológico caracterizar-se-ão pela exequibilidade, adequação às especificações dos distintos Programas, apresentação de

cronograma de execução, a explicitação da metodologia adotada, a descrição das ações planejadas e a implantação de um sistema de avaliação permanente.

2.5. DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013

[HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/ATO2011-2014/2013/DECRETO/D8124.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm)

Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.

TÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS MUSEUS

CAPÍTULO II

DO PLANO MUSEOLÓGICO

Art. 23. É dever dos museus elaborar e implementar o Plano Museológico, instrumento de planejamento estratégico do museu, que definirá sua missão e função específica na sociedade, e que poderá contemplar os seguintes itens, dentre outros:

I - o diagnóstico participativo da instituição, podendo ser realizado com o concurso de colaboradores externos;

II - a identificação dos espaços e dos conjuntos patrimoniais sob sua guarda, entre os quais se incluem os acervos museológicos, bibliográficos, arquivísticos, nos mais diferentes suportes;

III - a identificação dos públicos a que se destinam os trabalhos e os serviços dos museus;

IV - os programas, agrupados, desmembrados ou ampliados segundo as especificidades do museu a serem desenvolvidos de acordo com o seguinte conteúdo mínimo:

a) institucional - abrange o desenvolvimento e a gestão técnica e administrativa do museu, além dos processos de articulação e cooperação entre a instituição e os diferentes agentes.

b) de gestão de pessoas - abrange as ações destinadas à valorização, capacitação e bem-estar do conjunto de servidores, empregados, prestadores de serviço e demais colaboradores do museu, o diagnóstico da situação funcional existente e necessidades de readequação;

c) de acervos - abrange o processamento técnico e o gerenciamento dos diferentes tipos de acervos da instituição, incluídos os de origem arquivística e bibliográfica;

d) de exposições - abrange a organização e utilização de todos os espaços e processos de exposição do museu, intra ou extramuros, de longa ou curta duração;

e) educativo e cultural - abrange os projetos e atividades educativo-culturais desenvolvidos pelo museu, destinados a diferentes públicos e articulados com diferentes instituições;

f) de pesquisa - abrange o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucionais e projetos voltados para estudos de público, patrimônio cultural, museologia, história institucional e outros;

g) arquitetônico-urbanístico - abrange a identificação, a conservação e a adequação dos espaços livres e construídos, das áreas em torno da instituição, com a descrição dos espaços e instalações adequadas ao cumprimento de suas funções, e ao bem-estar dos usuários, servidores, empregados, prestadores de serviços e demais colaboradores do museu, envolvendo, ainda, a identificação dos aspectos de conforto ambiental, circulação, identidade visual, possibilidades de expansão, acessibilidade física e linguagem expográfica voltadas às pessoas com deficiência;

h) de segurança - abrange os aspectos relacionados à segurança do museu, da edificação, do acervo e dos públicos interno e externo, incluídos sistemas, equipamentos e instalações, e a definição de rotinas de segurança e estratégias de emergência;

i) de financiamento e fomento - abrange o planejamento de estratégias de captação, aplicação e gerenciamento dos recursos econômicos;

j) de comunicação - abrange ações de divulgação de projetos e atividades da instituição, e de disseminação, difusão e consolidação da imagem institucional nos âmbitos local, regional, nacional e internacional; e

k) socioambiental - abrange um conjunto de ações articuladas, comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, que promovam o desenvolvimento dos museus e de suas atividades, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Parágrafo único. Além das regras previstas nos [§ 1º ao § 3º do art. 46](#) e [art. 47 da Lei nº 11.904, de 2009](#), os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do inciso IV do **caput** ou em programa específico resultado de agrupamento ou desmembramento.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO SRBM (ALINHADAS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IPHAN)

 Missão: *Preservar, pesquisar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx, com base no Patrimônio Cultural do SRBM, constituindo-se como centro de memória e estudos construtor e difusor de conhecimentos nos campos do paisagismo, do patrimônio cultural, da preservação ambiental e das artes.*

1. PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL DO SRBM (CONSERVAR E GERIR)
2. PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL DO SRBM, SOB A ÓTICA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL
3. PESQUISAR O PATRIMÔNIO CULTURAL DO SRBM / A OBRA DE RBM
4. DIVULGAR O PATRIMÔNIO CULTURAL DO SRBM / A OBRA DE RBM
5. PRODUZIR E DIFUNDIR CONHECIMENTO EM DIVERSOS NÍVEIS SOBRE O PAISAGISMO, O PATRIMÔNIO CULTURAL, O MEIO AMBIENTE E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E AS ARTES.
6. MANTER E VIABILIZAR O FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

POLÍTICAS E PROGRAMAS	O. E.
<p>3.1 POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL</p> <p>A preservação inclui a <u>conservação</u> e a <u>gestão</u> do patrimônio cultural.</p> <p>(1) a <u>conservação</u> inclui ações de higienização, manutenção, restauração, acondicionamento, controle ambiental, prevenção de danos etc.;</p> <p>(2) a <u>gestão</u> inclui: a formatação, implantação e a periódica atualização dos inventários e da catalogação dos acervos (botânico-paisagístico, museológico, arquitetônico, biblioteconômico); a formatação, implantação e a periódica atualização dos Planos de Gestão e de Conservação dos acervos / coleções do SRBM.</p> <p><u>PROGRAMAS RELACIONADOS</u>: Programa de Gestão de Acervos; Programa de Conservação de Acervos. <u>Subprogramas de ambos</u> (por tipologia de acervo): arquitetônico; museológico; bibliográfico e documental; botânico-paisagístico).</p>	<p>Missão Iphan</p> <p>O.E. 03</p> <p>O.E. 04</p> <p>O.E. 05</p>
<p>3.2 Política de Gestão do SRBM como Patrimônio Mundial – a inscrição do SRBM na Lista do Patrimônio Mundial (Unesco) implica a responsabilidade de se preservar o bem cultural contemplando a perspectiva que embasou a inscrição, bem como o atendimento a uma série de demandas e orientações apresentadas pela Unesco e pelo Icomos, seu órgão consultor para os bens de Patrimônio Cultural Material.</p> <p>3.3 PROGRAMAS RELACIONADOS: Programa de Gestão SRBM Patrimônio Mundial; Programa de Conservação SRBM Patrimônio Mundial; Programa de Comunicação SRBM Patrimônio Mundial.</p>	

<p>3.4 POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO</p> <p>A pesquisa aparece como ponto importante na missão e na visão institucionais do SRBM, uma vez que a escritura de doação da propriedade ao governo federal determina sua função como "centro de estudos e pesquisas". Em sintonia com tudo isso, a Política de Pesquisa e Inovação do SRBM tem por objetivo geral tornar o SRBM um centro de referência em estudos do campo do paisagismo, do patrimônio cultural, da preservação ambiental e das artes, cumprindo a função fixada e o papel social do patrimônio cultural.</p> <p>As Áreas de Concentração estão vinculadas ao compromisso do Iphan de preservar o Patrimônio Cultural Brasileiro e aos temas desenvolvidos a partir das premissas fixadas por Roberto Burle Marx na escritura de doação da propriedade ao Governo Federal.</p> <p>São cinco as áreas de concentração a serem desenvolvidas no SRBM: 1) Roberto Burle Marx, vida e obra; 2) Botânica; 3) Ecologia e Conservação Ambiental; 4) Arte, Arquitetura e Paisagismo; 5) Memória e Patrimônio Cultural.</p> <p>Nessas três áreas concentram-se as seguintes linhas de pesquisa: Patrimônio natural; Paisagem e patrimônio cultural; Conservação da biodiversidade; Arte, cultura e paisagem; Sistemática e taxonomia das plantas; Práticas paisagísticas.</p> <p><u>PROGRAMAS RELACIONADOS:</u> Programa Editorial; Programa de Pesquisa e Inovação; Programa de Iniciação Científica e Estágios em Pesquisa; Programa de Financiamento e Fomento para Pesquisa e Inovação.</p>	<p>O.E. 04 O.E. 08 O.E. 09</p>
<p>3.5 Política de Educação Patrimonial e Difusão do Patrimônio Cultural</p> <p>A educação e a difusão têm função primordial no desempenho do papel social da instituição e contribui de modo fundamental para a afirmação do SRBM como um centro de estudos e pesquisas, conforme fixado por Roberto Burle Marx na escritura de doação. As ações de educação, fundamentadas no reconhecimento do SRBM como instrumento para a educação formal e informal, devem contemplar os mais diversos tipos de público, de variadas camadas sociais e diferentes faixas etárias. As ações de educação serão subsidiadas, transversalmente, pelo conhecimento produzido pelas ações de pesquisa, preservação, difusão e comunicação.</p> <p><i>A educação inclui atividades que devem contribuir para o relacionamento do SRBM com a sociedade e para o cumprimento de seu papel social, enfocando a fruição do patrimônio preservado, a difusão do conhecimento produzido no SRBM e o acesso à cultura.</i></p> <p><i>O conhecimento produzido por meio das ações de educação subsidiará, transversalmente, as ações de pesquisa, preservação, difusão e comunicação.</i></p> <p><u>Programas relacionados:</u> Programa de Educação para o Patrimônio Cultural; Programa de Difusão. <u>Subprogramas:</u> Capacitação da Equipe; Colaboração com a Rede Escolar; Relacionamento com a Comunidade; Visitação.</p>	<p>O.E. 04 O.E. 07 O.E. 08 O.E. 09 O.E. 12</p>
<p>3.6 Política de Fortalecimento Institucional</p> <p>A política de fortalecimento institucional visa instrumentalizar o SRBM para o atendimento às demandas decorrentes dos programas de ação supracitados e o desempenho de sua missão institucional, bem como adequar a unidade à legislação vigente.</p> <p><u>PROGRAMAS RELACIONADOS:</u> Programa de Comunicação Social; Programa de Capacitação e Qualificação Profissional; Programa Econômico (recursos, financiamentos, parcerias apoios); Programa de Infraestrutura (espaços, materiais, equipamentos, sistemas operacionais; Plano de Desenvolvimento Tecnológico / PDTIC); Programa de Segurança; Programa de Sustentabilidade Ambiental; Programa de Acessibilidade Universal.</p>	<p>O.E. 01 O.E. 02 O.E. 03 O.E. 07 O.E. 12</p>

POLÍTICAS E PROGRAMAS - resumo

1. POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

- 1.1. PROGRAMA DE GESTÃO DE ACERVOS
 - 1.1.1. Subprograma de acervo arquitetônico;
 - 1.1.2. Subprograma de acervo museológico;
 - 1.1.3. Subprograma de acervos bibliográfico / documental;
 - 1.1.4. Subprograma de acervo botânico-paisagístico.
- 1.2. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE ACERVOS
 - 1.2.1. Subprograma de acervo arquitetônico;
 - 1.2.2. Subprograma de acervo museológico;
 - 1.2.3. Subprograma de acervos bibliográfico / documental;
 - 1.2.4. Subprograma de acervo botânico-paisagístico.

2. POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

- 2.1. PROGRAMA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
 - 2.1.1. Subprograma Editorial
 - 2.1.2. Subprograma de Iniciação Científica e de Estágio em Pesquisa
 - 2.1.3. Subprograma de Financiamento e Fomento para Pesquisa e Inovação
 - 2.1.4. Subprograma Roberto Burle Marx, vida e obra
- 2.2. PROGRAMA DE BOTÂNICA
 - 2.2.1. Subprograma de Sistemática e taxonomia das plantas
- 2.3. PROGRAMA DE ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
- 2.4. PROGRAMA DE ARTE, ARQUITETURA E PAISAGISMO
- 2.5. PROGRAMA DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL
 - 2.5.1. Subprograma de história e memória institucional
 - 2.5.2. Subprograma de Museologia

3. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E DIFUSÃO

- 3.1. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL
- 3.2. PROGRAMA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- 3.3. PROGRAMA DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE
- 3.4. PROGRAMA DE DIFUSÃO

4. POLÍTICA DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

- 4.1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
- 4.2. PROGRAMA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
- 4.3. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
- 4.4. PROGRAMA ECONÔMICO
- 4.5. PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA
- 4.6. PROGRAMA DE SEGURANÇA
- 4.7. PROGRAMA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
- 4.8. PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

5. POLÍTICA DE GESTÃO SRBM PATRIMÔNIO MUNDIAL

- 5.1. PROGRAMA DE GESTÃO SRBM PATRIMÔNIO MUNDIAL
- 5.2. PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO SRBM PATRIMÔNIO MUNDIAL
- 5.3. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SRBM PATRIMÔNIO MUNDIAL

ANEXO 6 – PLANOS DE AÇÃO DO SÍTIO BURLE MARX 2023



PLANOS DE AÇÃO SRBM 2023 – APROVADOS – 07/04/2023

ID	Ação	VALOR (R\$)	RESPONSÁVEL	ORÇAMENTO*	EXECUÇÃO**
1º SEMESTRE					
8249	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de tratamento fitossanitário e processamento técnico para o acervo botânico-paisagístico do SRBM. <i>[contrato continuado]</i> .	562.650,00		Janeiro	JAN-DEZ
8261	SRBM Patrimônio Mundial: Contratação de consultor especializado nas áreas de arquitetura, paisagismo, botânica, patrimônio cultural etc., para elaborar proposta de Portaria de Entorno para o SRBM. <i>[A ser conduzido pelo Depam]</i> .	140.000,00	Depam (ponto focal: Claudia)	Janeiro	FEV-DEZ
8255	Preservação do acervo botânico-paisagístico: Recuperação do Sombral Graziela Barroso : 1ª etapa/fase 2 - Recuperação dos pilares de sustentação e cultivo de espécies botânicas.	150.000,00		Fevereiro	FEV-JUN
8269	Programa de Educação Patrimonial do SRBM 2023.	60.000,00	Leticia / Suzana	Fevereiro	ABR/JUN-JUL / AGO-NOV
8257	Restauração do Acervo Museológico (etapa 2023): itens em cerâmica.	40.000,00	Claudia	Fevereiro	MAI e JUL
8259	Instalação de cobertura no reservatório de água do SRBM.	107.000,00		Março	ABR-MAI
8265	SRBM Patrimônio Mundial: Publicação online do Plano de Conservação Programada dos Jardins Históricos do SRBM	15.800,00	Rafael / Fernanda	Março	AGO-SET
8847	SRBM Patrimônio Mundial: contratação de pesquisa histórico-iconográfica sobre a evolução dos jardins, para atendimento à recomendação do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco.	52.000,00	Rafael	Abril	MAO-NOV
8851	SRBM Patrimônio Mundial: Reunião de Instalação do Comitê Gestor do SRBM Patrimônio Mundial.	15.000,00	Claudia	Maio	JUN
8849	Apoio à visitação: produção de folheteria e material expográfico .	25.000,00	Leticia / Suzana	Maio	JUN-JUL
8271	Projeto " Jardim Nanuza Menezes ".	7.500,00	Julia / Fernanda	Junho	JUL
8846	Preservação do acervo botânico-paisagístico: Renovação da licença de outorga para os 2 poços artesanais do SRBM (data-limite: julho 2023) <i>[em andamento, com contrapartida]</i> *LEMBRAR DE INCLUIR A [SENÇÃO PARA O SRBM.	28.000,00	Carlinhos	Março	ABR
8850	Contratação de profissional especializado para realização de análise, diagnóstico e plano de integração para os sistemas informatizados do SRBM (bancos de dados; site e redes sociais; etc.)	85.000,00		Abril a Novembro	ABR-NOV
2º SEMESTRE					
8258	Preservação do acervo botânico-paisagístico: Recuperação do Sombral Graziela Barroso - 1ª etapa/fase 1: recuperação do muro externo e instalação de cerca.	650.000,00		Junho	JUL-DEZ
8267	Catálogo do Acervo museológico no banco de dados InArt – 2ª etapa (conclusão da catalogação)	246.000,00	Claudia	Junho	JUL-OUT

8295	Serviço de organização do acervo da biblioteca	130.000,00		Julho	JUL-DEZ
8852	Preservação dos acervos arquitetônico e museológico: Instalação de sistema de drenagem de águas pluviais e evaporação de umidade ascendente no entorno da Casa de Roberto .	98.000,00		Julho	JUL-SET
8260	Preservação dos acervos arquitetônico e museológico: Cobertura do Ateliê do SRBM: elaboração de projeto executivo para a instalação de laje impermeabilizada e recuperação da abóbada de iluminação zenital.	115.000,00		Julho	AGO-NOV
8908	Contratação de empresa de engenharia para realizar troca de duas caixas d'água instaladas no prédio da Administração <i>[Recursos de manutenção?]</i> (OBS.: são 03 caixas)	70.000,00		Agosto	SET
8853	SRBM Patrimônio Mundial: Produção de publicação física (tradução, editoração, revisão, impressão) do Plano de Gestão do SRBM Patrimônio Mundial .	41.800,00	Rafael / Claudia	Agosto	SET-NOV
8296	Realização de expedições para estudo e coleta de espécies	30.000,00		Agosto	AGO-SET
8848	SRBM Patrimônio Mundial: Realização de workshop presencial com especialistas, para discussão das diretrizes de preservação para os jardins do SRBM, para atendimento à recomendação do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco.	63.748,52	Rafael / Claudia	Setembro	SET
8294	Reforma do telhado da Capela Santo Antônio da Bica	108.000,00			
8293	Projeto executivo para a instalação de laje impermeabilizada para a cobertura do Ateliê de Pintura do SRBM	40.000,00			
8270	Reforma estrutural do viveiro (bromeliário) anexo ao sombral Margaret Mee.	280.000,00			
8264	Revisão da cobertura do sombral que abriga a coleção de espécies das famílias: Begoniaceae, Marantaceae e Heliconiaceae.	108.000,00			
TOTAL APROVADO		2.705.848,52			
TOTAL SOLICITADO		2.732.498,52			

* Previsão de recursos orçamentários (SIG-Iphan) / ** Previsão de recursos financeiros (SIG-Iphan)

Ações que tinhamos cancelado, mas foram aprovadas / Ação ainda em análise